

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 22 JUNHO DE 2010

NÚMERO 6.180

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2180 EDIÇÃO DE HOJE: 60 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 008ª Sessão Solene realizada em 10/06/2010, às 19h, em Tijucas.....2 Ata da 017ª Sessão Especial realizada em 14/06/2010, às 19h.9 Ata da 050ª Sessão Ordinária realizada em 15/06/2010.....11 Ata da 051ª Sessão Ordinária realizada em 16/06/2010.....19 Ata da 052ª Sessão Ordinária realizada em 16/06/2010.....25</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....35</p> <p>Publicações Diversas Atas da Procuradoria.....36 Atas das Comissões Permanentes.....37 Avisos de Licitação.....37 Avisos de Resultado.....38 Extratos.....38 Mensagens Governamentais.....39 Ofícios.....44 Parecer Preliminar.....45 Portarias.....48 Projeto de Lei.....49 Relatório.....49</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 008ª SESSÃO SOLENE

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2010, ÀS 19H, EM TIJUCAS

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

HOMENAGEM AOS 150 ANOS DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO EDISON ANDRINO

SUMÁRIO

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Fala sobre a história de Tijucas e parabeniza os moradores pelos 150 anos de emancipação.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Afirma que a homenagem a Tijucas é justa e merecida, pela história e pelo que o município representa para a economia catarinense.

DEPUTADO FEDERAL PAULINHO BORNHAUSEN - Ressalta o espírito tijucano e lembra que os municípios preservam uma característica que é a amizade de longo tempo.

CELSO LEAL DA VEIGA JÚNIOR - Discorre sobre o trabalho da comissão organizadora dos festejos relativos ao sesquicentenário de Tijucas.

ELINEIDE LICIA MARTINS - Em nome dos homenageados, agradece a honraria e parabeniza todos os que acreditam que Tijucas é a terra de boas energias, que não para de crescer.

JUIZ PEDRO WALICOSKI CARVALHO - Exalta o

espírito e a proeminência dos tijucanos.

VEREADOR EDSON JOSÉ DE SOUZA - Enfatiza as qualidades dos tijucanos e prega a união de todos para o desenvolvimento socioeconômico.

PREFEITO ELMIS MANNRICH - Agradece a homenagem do Poder Legislativo, cita as riquezas de Tijucas, fala sobre a identidade do povo que defende sua terra, gosta de fazer amizades, trabalhar e contar histórias.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Esta Presidência convida as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor Elmis Mannrich, prefeito municipal de Tijucas; (Palmas)

Excelentíssimo senhor Luiz Rogério da Silva, vice-prefeito do município de Tijucas; (Palmas)

Excelentíssimo senhor vereador Edson José de Souza, presidente da Câmara Municipal de Tijucas;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Pedro Walicoski Carvalho, juiz de Direito de Tijucas;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado federal Paulinho Bornhausen;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Rogério Mendonça, Peninha;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Adalto Gomes, vereador do município de Tijucas, neste ato representando a senadora Ideli Salvatti;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Vilson José Porcincula, vereador do município de Tijucas, representando neste ato o deputado Reno Caramori;

(Palmas)
Excelentíssimo senhor Valério Tomazi, vereador do município de Tijucas;

(Palmas)
Excelentíssimo senhor Fernando Fagundes, vereador do município de Tijucas;

(Palmas)
Excelentíssimo senhor Oscar Luiz Lopes, vereador do município de Tijucas;

(Palmas)
Excelentíssima senhora Elizabete Mianes da Silva, vereadora do município de Tijucas;

(Palmas)
Excelentíssima senhora Marilu Duarte Carvalho, vereadora do município de Tijucas.

(Palmas)
Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem ao município de Tijucas, pela passagem do seu sesquicentenário de emancipação político-administrativa.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional pela Sociedade Banda Musical União Tijuquense, sob a regência do maestro Nélio Cícero Muniz.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)
Gostaria de registrar ainda a presença das seguintes autoridades:

Senhor João Carlos Linhares Silveira, promotor de Justiça de Tijucas;

Capitão Ricardo José Steil, comandante da 3ª Companhia do 7º Batalhão de Bombeiros Militar de Tijucas;

Senhora Luana Chaves Backs, delegada de polícia de Tijucas;

Major Renato Moacir Bentor, comandante da 3ª Companhia do 12º Batalhão da Polícia Militar de Tijucas;

Senhor Nicolas Reis, vereador de Itajaí, neste ato representando o deputado federal Cláudio Vignatti;

Senhor Sérgio Murilo Cordeiro, secretário da Saúde do município de Tijucas, neste ato representando o deputado Dado Cherem;

Senhora Márcia Machado Maurício, secretária municipal da Educação de Tijucas;

Senhora Rosângela Mirian Dalmolin, diretora do Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti;

Senhor Valdir José Mafra, presidente da Colônia de Pescadores do município de Tijucas;

Senhora Elizete de Souza e Silva Gonzaga, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Tijucas;

Senhora Maria Madalena Schmitz dos Santos, presidente do Clube de Mães Vida Nova, do bairro da Praça;

Senhor Edemir Alexandre Camargo Neto, diretor do presídio de Tijucas;

Alexsandro Bastos, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do município de Tijucas;

Senhora Sandra Eccel, secretária de Desenvolvimento Regional de Brusque, neste ato representando o governador Leonel Pavan.

Solicito ao deputado Rogério Mendonça que assuma a condução dos trabalhos para que este deputado possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo a palavra ao deputado Edison Andrino, autor do requerimento que ensejou a realização desta sessão solene em homenagem aos 150 anos do município de Tijucas.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Excelentíssimo senhor deputado Rogério Mendonça, que dirige os trabalhos desta sessão solene da Assembleia Legislativa de Santa Catarina em homenagem ao município de Tijucas;

Excelentíssimo senhor Elmis Mannrich, prefeito municipal de Tijucas;

Excelentíssimo senhor Edson José de Souza, presidente da Câmara Municipal e em seus nomes cumprimento os demais componentes da mesa já citados anteriormente pelo protocolo;

Cumprimento ainda todos os presentes, homens, mulheres, crianças, autoridades e moradores do município de Tijucas.

(Passa a ler.)

"As datas comemorativas sempre se constituem numa boa oportunidade para encontrar os entes queridos, rever os amigos e juntos celebrar os acontecimentos marcantes da nossa vida. É nesses momentos que se vão fortalecendo os laços familiares, os laços sociais, de amizade, de respeito mútuo e de alegrias compartilhadas.

Por isso é que me sinto honrado de estar, em nome da Assembleia Legislativa, homenageando o município de Tijucas pelos 150 anos de emancipação político-administrativa. Cidade rica em história e em cultura como poucas em nosso estado.

Como proponente desta sessão solene, proposição esta prontamente acatada pelos nobres deputados, buscamos fazer justiça aos tijuquenses que demonstraram por sua história possuir o espírito lutador e conquistador, tão característico dos catarienses. Igualmente buscamos confraternizar, com muita alegria, neste momento especial junto à população de Tijucas.

A trajetória deste município começa em 1530 com a chegada do navegador italiano Sebastião Caboto, atraído pelo hoje conhecido rio Tijucas. Os descobridores possuíam grande interesse na descoberta de rios navegáveis que facilitassem o desbravamento do interior das novas terras descobertas. E assim foi com o então São Sebastião, nome dado à localidade na época.

Foi também o rio que deu origem ao atual nome desta cidade, que por possuir na sua foz muita lama e barro, *tijuco*, em guarani, barro esse utilizado pelos índios carijós na confecção de jarros e panelas, acabou servindo de inspiração para o nome Tijucas.

A instalação do município aconteceu com a Lei n. 464, em 13 de junho de 1860, sendo elevada à categoria de cidade em 22 de julho de 1916, no governo do então prefeito Benjamim Gallotti Júnior.

Muitas famílias foram importantes para o desenvolvimento da cidade, destacando-se as famílias Gallotti e Bayer, que forneceram os primeiros comerciantes nos meados de 1910. Tiveram também grande influência no desenvolvimento cultural da cidade. A residência da família Gallotti, por exemplo, foi berço de empresários, parlamentares, ministros de estado e do Supremo Tribunal Federal e hoje abriga o Centro Cultural Benjamim Gallotti.

A família Bayer foi marcante na urbanização da cidade, cujas ruas e logradouros começaram a tomar forma no governo de João Bayer Filho, em 1921. É

também do século XIX grande parte do acervo arquitetônico desta cidade.

O interesse pela cultura também marca o povo tijuquense. Desde suas origens, em 1826, foi inaugurado o Teatro Manoel Cruz, palco de grandes espetáculos, onde podiam ser vistos filmes mudos acompanhados pelos músicos Sebastião Cruz e Maria Cruz. Anos mais tarde houve ainda os cinemas do seu Vadinho e da dona Teotônia e o de Arthur Lohse.

Tijucas foi ainda berço de vários escritores, entre os quais se destacam Carlos Henrique Boiteux, Guilherme Varela, Luis Gallotti, João Bayer Filho, Padre Jacó, Henry Laus, Celeste e Esther Laus, Celina Vieira Peixoto e Zelândia Ramos, que pela tradição deixada deram origem à formação da Academia Tijuquense de Letras, em 2007. Bem poucos municípios de Santa Catarina têm a sua academia de letras e Tijucas é um exemplo de um povo que valoriza a cultura.

A música também esteve sempre presente na cultura tijuquense, que formou diversas bandas, entre as quais está a Sociedade Musical União Tijuquense, criada em 1952, que persiste animando as festas e formando novos músicos até os dias atuais.

No esporte, novamente Tijucas foi destaque na história de nosso estado, sendo palco da realização do primeiro futebol noturno de Santa Catarina, em 1934.

Por essa riqueza cultural e pelo papel marcante em nossa região é que me identifico muito com Tijucas e sua gente. Nascido em Florianópolis, na Lagoa da Conceição, possuo laços comuns da origem açoriana, da sua cultura, costumes e do amor pela pesca artesanal.

A identidade tijuquense de riquezas culturais está comprovada pelos costumes, tradições e festejos populares, como a Festa do Divino, que é a mais famosa, e a Festa do Pirão com Linguíça, entre outras.

Tijucas está de parabéns não somente pelos 150 anos de emancipação político-administrativa, como pela conquista que suas ilustres figuras têm alcançado em todo o estado e na nação.

Homenageio os ex-prefeitos, os ex-vereadores e todos os que exerceram funções públicas importantes para o que a cidade representa hoje no cenário político e econômico em âmbito estadual e nacional, pessoas essas representantes de um povo que com o seu trabalho constrói um município mais próspero e sede hoje de grandes indústrias, como a Portobello, que atua no setor cerâmico em âmbito nacional e internacional, através das exportações para todo o mundo."

Quero saudar ainda os professores que foram e são responsáveis pela educação dessa gente, os trabalhadores da agricultura, da pesca, do comércio, das cerâmicas, que labutam no dia a dia para manter o sustento de suas famílias e para o desenvolvimento da nossa cidade.

Quero ainda lembrar a importância da nova geração de manter essas tradições e continuar promovendo cada vez mais o crescimento sustentável deste município com relação à memória, à cultura, à história característica que o faz uma localidade de destaque.

Quero ainda, senhoras, senhores e autoridades presentes, dizer que a partir de 1982 tive a honra de aparecer nesta terra como candidato a deputado estadual. De lá para cá fiz um pouquinho parte da história deste município com a minha contribuição como deputado estadual, de 1982 a 1985,

depois como deputado federal por quatro legislaturas, tendo contribuído efetivamente através de emendas parlamentares com alguns prefeitos aqui presentes, alguns ex-prefeitos, como o Gordo, Nilton José Fagundes, o Binho, o nosso saudoso companheiro Bebeto e agora com o Elmis.

Por isso, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos e desejar sucesso e felicidade a essa gente trabalhadora, obreira, aos políticos e a todas as autoridades presentes.

Gostaria de dizer, ao encerrar as minhas palavras, que o que a Assembleia faz aqui, hoje, nesta sessão solene trazida para o município de Tijucas, nada mais é do que o reconhecimento do Poder Legislativo a este município que muito tem contribuído para o engrandecimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Devolvo a condução da sessão ao deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Convido o deputado Rogério Mendonça, o nosso companheiro Peninha, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Gostaria, inicialmente, de saudar o eminente deputado Edison Andrino, autor do requerimento que ensinou a presente sessão solene.

Da mesma forma, quero saudar o prefeito Elmis Mannrich; o vice-prefeito Luiz Rogério da Silva; o presidente da Câmara de Vereadores, Edson José de Souza; o dr. Pedro Walicoski Carvalho, juiz de Direito desta comarca; o deputado federal Paulinho Bornhausen, os demais componentes da mesa, as senhoras e os senhores.

Eu havia previamente preparado algumas palavras sobre os 150 anos de emancipação político-administrativa do município de Tijucas, em que também faria referência a Sebastião Caboto, que no ano de 1530 chegou a essas paragens, um italiano a serviço dos espanhóis. Havia também me preparado para falar sobre as pessoas que fizeram a história de Tijucas, mas o deputado Edison Andrino praticamente já fez referência a tudo aquilo que eu tinha em mente para falar.

Por isso, quero, em primeiro lugar, parabenizar o deputado Edison Andrino por esta sessão solene justa e merecida em homenagem ao município de Tijucas. Sou testemunha do amor que v.exa. tem por esta cidade. Mesmo sendo manezinho da ilha, por diversas vezes tem feito referência a Tijucas, defendido e brigado por esta terra, sendo um autêntico defensor deste município.

Tijucas merece isso, sem dúvida, pela sua história, pela sua tradição política, pela sua economia e pelo que representa no cenário catarinense. É um município em franca expansão e crescimento. Percebemos, prefeito, e v.exa. está no segundo mandato, as melhorias sociais e estruturais que a cidade tem sofrido. Portanto, Tijucas merece, sim, esta homenagem.

Quero dizer que me somo a essas homenagens, até porque, mesmo não tendo nascido em Tijucas, eu nasci no vale do rio Tijucas, em Nova Trento, mas o meu pai, que já faleceu, nasceu neste município. Eu tenho, portanto, muitas lembranças da cidade quando criança, quando jovem, na casa do sr. Caramuru Campos. Quantas vezes fui ao Tijucas Clube assistir ao jogo do Tiradentes e à Festa

do Divino rever amigos de Tijucas.

Agora estou no meu terceiro mandato como deputado estadual e sempre obtive uma votação significativa e importante para a minha eleição no município de Tijucas. Portanto, de alguma forma também me considero filho desta cidade. E agora tenho um motivo ainda maior: minha filha Rosina passou num concurso e assumiu o tabelionato na cidade de Tijucas. Assim, está morando nesta cidade e o meu primeiro neto - ela está grávida - deve nascer aqui, no mês de agosto.

Então, este é um motivo a mais para estar aqui com vocês festejando os 150 anos desta cidade, pelo reconhecimento que ela merece e por tudo aquilo que fez por Santa Catarina.

Nesse sentido, quero parabenizar aqueles que já contribuíram para o crescimento da cidade - e com alguns eu convivi: Nilton Fagundes, que está aqui conosco; Binho; Lauro Brito, que não está aqui, mas com quem tive sempre uma convivência muito grande, uma vez que foi presidente estadual do meu partido. Enfim, são muitas pessoas.

Tijucas tem também uma tradição muito forte na política, pela força das suas lideranças e da sua gente. Tenho certeza de que continuará sendo importante e participando ativamente do desenvolvimento e do progresso de Santa Catarina, graças à sua gente e ao seu povo.

Um abraço a todos! Obrigado pela oportunidade! Parabéns, Tijucas, pelos 150 anos de emancipação político-administrativa!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Com a palavra o deputado federal Paulinho Bornhausen.

O SR. DEPUTADO FEDERAL PAULINHO BORNHAUSEN - Boa-noite, senhoras, senhores e deputado Edison Andrino, que conduz os trabalhos desta sessão!

Quero cumprimentar o deputado Peninha e, em nome dele, todos os deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que prestam uma homenagem, nesta noite, ao município de Tijucas e à sua gente.

Cumprimento o prefeito municipal, Elmis Mannrich, e o vice-prefeito Luiz Rogério da Silva, uma vez que são eles que trabalham, neste momento, para manter a tradição de Tijucas como sendo um dos municípios que mais se desenvolvem e mais crescem no estado de Santa Catarina.

Gostaria de cumprimentar o sr. juiz de Direito, Pedro Walicoski Carvalho, representando aqui o Judiciário; o presidente da Câmara Municipal, vereador Edson José de Souza - e este cumprimento é extensivo a todos os vereadores e a sra. vereadora; os integrantes das entidades que se organizaram para a comemoração dos 150 anos do município; os religiosos, as religiosas e todos aqueles que vivem aqui e constroem esse grande município que muito nos orgulha.

Os dados históricos já foram passados, assim como a data da fundação. E aqui todos nós, de uma forma ou de outra, conhecemos bem esses dados. Por isso, quero ater-me, em poucas palavras, a uma coisa que, talvez, seja até mais importante do que as datas. Vou ater-me a uma coisa que envolve Santa Catarina - e quem conhece um pouco da história política do nosso estado e da história geral sabe disso -, que é o espírito do tijucano, a coisa do ser tijucano.

Quem conhece a vida de Santa Catarina, conhece os grandes nomes das artes,

do Judiciário e da política que desta terra partiram mundo afora. Se os conhece, começa a conhecer um pouco o espírito do tijucano. O tijucano é uma pessoa alegre, de bem com a vida e bem informada. O tijucano é uma pessoa que agrega, que tem sempre um caso para contar, que gosta de passarinhos, que tem uma vida voltada para a família. São pessoas que têm o espírito de construir uma sociedade através da solidariedade. São açorianos, deputado Edison Andrino, e os açorianos gostam de falar um pouquinho demais, mas falam bem e conseguem botar esse espírito para fora. É gente de bem.

Tijucas tem a característica da amizade de longo tempo. Aqui se faz uma amizade para a vida inteira. Aqui as famílias são amigas, mesmo quando disputam as difíceis e renhidas eleições na história de Tijucas, escritas ao longo do tempo, desde a época do PSD, da UDN e daí para trás. Algumas famílias tinham posições políticas adversárias, mas quando cruzavam os limites de Tijucas, transformavam-se em tijuicanos.

Eu já encontrei tijuicanos em todos os lugares do mundo onde estive, e todos têm muito orgulho da sua origem e da sua terra. Hoje mesmo prestei uma homenagem a um ex-prefeito desta cidade, com quem tive a oportunidade, na minha infância, de conviver muito de perto porque era amigo do seu neto. Refiro-me ao seu Carvalhinho, de saudosa memória.

Hoje, deputado Edison Andrino, eu fiz questão de comer uma tainha, e a minha experiência de comer uma tainha foi marcada por ter comido uma tainha na casa do seu Carvalhinho, lá em Porto Belo - porque Porto Belo já pertenceu a Tijucas. Ninguém se lembra disso, mas Tijucas foi um município de onde se emanciparam vários municípios desta região.

Eu passava as minhas férias de verão na casa do seu Carvalhinho. E era uma beleza a viagem com ele, pelo espírito tijucano. Nós saíamos de Florianópolis às 9h - e eu não dirigia ainda - e chegávamos a Porto Belo ao meio-dia porque o motorista vinha parando o carro para ele fazer as visitas onde havia a turma do passarinho. Então, ele queria ver um curió, queria ver se havia um passarinho para trocar, além de comer um pastelzinho. Ele, já muito ceguinho, sabia, pelo tempo de viagem, onde tinha que parar. Ele dizia: "Pare aqui porque agora eu quero fazer uma visita!" Parávamos ali e jogávamos conversa fora.

E a tainha foi uma experiência fantástica, porque ele dizia o seguinte: "Olha, meu filho, tainha come-se com feijão e mexerica, porque se não tiver feijão e mexerica, é melhor não comer a tainha!" E hoje eu comi uma tainha com feijão e mexerica em homenagem ao meu amigo Carvalhinho, ao espírito tijucano de ser, a essa coisa bacana que envolve as pessoas que contam histórias e têm histórias para contar, mas que, principalmente, conquistam o coração de quem passa por aqui. E nós acabamos envolvendo-nos com esse espírito, e quando passamos por aqui - e nem sempre entramos -, vem à memória os amigos que fizemos ao longo da vida, toda a tradição e, principalmente, esse jeito querido e amigo de receber que vocês têm.

Por isso parabéns pelos 150 anos que se comemora nessa data. Com certeza outras pessoas estarão aqui falando a mesma coisa: como é bom ter amigos em Tijucas, como é bom vir nesta terra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Na sequência fará uso da palavra o

sr. Celso Leal da Veiga Júnior, em nome da comissão organizadora alusiva aos 150 anos de emancipação política do município de Tijucas.

O SR. CELSO LEAL DA VEIGA JÚNIOR - Excelentíssimo deputado Edison Andriano, presidente desta sessão solene;

Excelentíssima secretária Sandra Eccel, representando o governador Leonel Pavan;

Excelentíssimo prefeito Elmis Mannrich e sua equipe do Poder Executivo;

Excelentíssimo vereador Edson José de Souza, presidente do Poder Legislativo Municipal e demais membros do Poder Legislativo;

Excelentíssimo magistrados Pedro Walicoski Carvalho e Vera Regina Bedin, integrantes do Poder Judiciário na comarca;

Excelentíssimos representantes do Ministério Público Estadual em exercício na comarca, Heloisa Melo Enns e João Carlos Linhares Silveira;

Excelentíssimas e importantes autoridades civis, militares e religiosas aqui presentes;

(Passa a ler.)

"Homens e mulheres que aqui estão e que neste ato dão vida e energia ao Anfiteatro Leda Regina de Souza, mulher que muito contribuiu para o desenvolvimento de Tijucas e fez parte desta história.

Paz e bem a todos. Paz nas ações, bem nas intenções e grandiosidade de coração nas realizações.

Tijucas completa 150 anos de emancipação apresentando-se jovem e formosa. Cento e cinquenta anos de experiência e sabedoria popular que fazem daqui um lugar não só de boas energias, mas também de encontro com o futuro.

Em meados de 2009, o prefeito Elmis Mannrich fez publicar anúncios na imprensa pedindo que pessoas interessadas em participar e colaborar voluntariamente nos festejos dos 150 anos de Tijucas se inscrevessem na forma do edital, visando a formar uma comissão organizadora.

Depois da divulgação intensa, inscreveram-se, voluntariamente e foram designadas pelo Decreto n. 488/2009, de 16 de dezembro de 2009, as seguintes pessoas: Ademair Campos, Adriana Porto Faria, Andrey Martinez Rebelo, Djalma Silva Bittencourt, Douglas Tedesco dos Santos, Eder Trindade, Ione Raquel Regis dos Anjos, Jean Carlos dos Santos, Juliana Vieira de Lima, Maria Terezinha da Silva, Nara Rocha Vieira, Nordim João Coelho Júnior, Odinei Simas, Paulo Sérgio da Costa, Priscilla dos Santos, Ronei Alves, Saulo Azevedo e Wilson Desidério.

A comissão passou a trabalhar e muitos outros nomes a estão integrando, pessoas que não foram agora nominadas, mas já identificadas por terem participado de todas as reuniões. Essas pessoas verdadeiramente somam opinando, realmente trabalham, e serão, no futuro, reconhecidas, conforme o desenvolvimento das atividades e os termos do decreto municipal expedido pelo prefeito Elmis Mannrich.

O trabalho é conjunto e a diretriz da comissão é de bem comum. A comissão e as subcomissões atuam em paz e com paz, sem utopias, já que a comunidade foi ouvida e indicou em parte o que queria. E a comissão, juntamente com o Poder Executivo, entendeu que os festejos do sesquicentenário acontecessem durante todo o ano de 2010. Um ato de coragem, mas de atendimento às

inúmeras particularidades do município. E desde janeiro, mês a mês, o calendário do sesquicentenário se faz vivo de acordo com a simplicidade, com a objetividade, com o jeito do povo de Tijucas. De forma coerente com a realidade e com os anseios daqueles setores que efetivamente e de forma desinteressada se prontificaram, em momento oportuno, a ajudar, as coisas começaram a acontecer.

Assim, o calendário já está com eventos até dezembro e outros serão inseridos no tempo certo, porque, frisamos, Tijucas comemora seu aniversário em 13 de junho, mas está recebendo presentes desde janeiro, ou melhor, desde os últimos seis anos. E continuará a receber, porque o maior presente para Tijucas é o seu povo, o jeito de ser do seu povo e o povo todos os dias sai às ruas movimentadas e constata que Tijucas é, de coração, hoje e sempre, um orgulho que não para de crescer.

O reconhecimento da Assembleia Legislativa em aqui estar, por proposição do eminente deputado Edison Andriano, é uma contribuição à história de nossa terra, situada ao lado do rio e no vale que lhe emprestam o nome.

A comissão organizadora agradece o apoio até então recebido, roga graças a Deus por poder fazer este modesto trabalho que valoriza de coração cada pessoa que faz de Tijucas um lugar sempre melhor.

A festa de Tijucas, senhores e senhoras, está no coração, na consciência, nas lágrimas e no suor dos homens, mulheres, famílias e empreendedores só para somar e jamais para dividir.

É assim que a comissão caminha rumo, como exemplo simples, ao bicentenário, em 2060, e lá muitos de nós poderemos estar, mas depende do que fizermos hoje. Por isso, mãos à obra! Com respeito e fraternidade constantes, Tijucas será reflexo do seu povo.

Muito obrigado! A comissão continuará, de forma sempre liberta, recebendo e acolhendo as proposições no sentido de somar!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Convido o mestre-de-cerimônias da Assembleia Legislativa do Estado Santa Catarina, Washington Luis Mignoni, a proceder à nominata dos homenageados da sessão de hoje.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao Poder Executivo Municipal, pelo exercício da democracia, em defesa do estado democrático de direito e do bem-estar do povo de Tijucas.

Convido o sr. deputado Edison Andriano para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo sr. Elmis Mannrich, prefeito, neste ato representando o povo de Tijucas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o vereador Edson José de Souza, presidente da Câmara Municipal, para que receba a homenagem em nome da Câmara de Vereadores.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a dra. Vera Regina Bedin, juíza de Direito, e o dr. Pedro Walicoski Carvalho, juiz de Direito da comarca, para que

recebam a homenagem em nome do Poder Judiciário.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome do Ministério Público, a sra. Heloisa Melo Enns e o sr. João Carlos Linhares Silveira, promotores de Justiça.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade, o Poder Legislativo presta homenagem às empresas, entidades e personalidades que muito contribuíram nestes 150 anos para o crescimento e engrandecimento de Tijucas.

Convido o sr. deputado Rogério Mendonça para fazer a entrega das homenagens ao prefeito e aos ex-prefeitos.

Convido o excelentíssimo sr. Elmis Mannrich, prefeito, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agora receberá a homenagem o sr. Lauro Vieira de Brito, ex-prefeito.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe, neste momento, a homenagem o sr. Nilton José Fagundes, ex-prefeito.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Rubens Barreto, ex-prefeito.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agora recebe a homenagem o sr. Nilton de Brito, ex-prefeito.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, receberá a homenagem o sr. Davi Luiz dos Santos, ex-prefeito.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Rebelo da Silva, ex-prefeito.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem aos vereadores.

Convido o deputado federal Paulinho Bornhausen para fazer a entrega da homenagem ao sr. Edson José de Souza, presidente da Câmara Municipal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o vereador Adalto Gomes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agora recebe a homenagem o vereador Fernando Fagundes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Receberá a homenagem o sr. agora o vereador Valério Tomazi.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o vereador Oscar Luiz Lopes.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Neste momento, recebe a homenagem o vereador Wilson José Porcincula.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
A vereadora Elizabete Mianes da Silva recebe agora a homenagem.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agora recebe a homenagem a vereadora Marilu Duarte Carvalho.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradeço ao deputado federal Paulinho Bornhausen e convido o vereador Edson José de Souza para fazer a entrega das homenagens em nome do Poder Legislativo.
Convido para receber a homenagem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Cerâmica e Construção de Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agora recebe a homenagem o Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do município de Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradeço ao vereador Edson José de Souza e convido a sra. vereadora Marilu Duarte Carvalho para fazer a entrega das homenagens em nome do Poder Legislativo.
Convido para receber a homenagem o Sindicato dos Empregados no Comércio de Brusque e Região.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Recebe agora a homenagem a Colônia de Pescadores.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradeço à vereadora Marilu e convido o sr. Adalto Gomes, vereador do município de Tijucas, neste ato representando a senadora Ideli Salvatti, para fazer a entrega das homenagens.
Convido para receber a homenagem a Associação Comercial e Industrial de Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o representante do Sebrae.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradeço ao vereador Adalto Gomes e convido o vereador Wilson José Porcincula para fazer a entrega da homenagem ao representante do jornal *A Razão*.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o representante da *Rádio Vale*.
Juntamente com o vereador Wilson José Porcincula, convido o vereador Valério Tomazi para fazer a entrega da homenagem à Ordem dos Advogados, Subseção de Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem a Associação dos Contadores do Vale do Rio Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradeço ao sr. vereador Valério Tomazi e convido o vereador Fernando Fagundes para fazer as próximas entregas em nome do Poder Legislativo.
Convido para receber a homenagem o representante da Sociedade Banda Musical Tijuquense.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o representante do Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradeço ao vereador Fernando Fagundes e convido o vereador Oscar Luiz Lopes para fazer a entrega das próximas homenagens em nome do Poder Legislativo.
Convido para receber a homenagem o representante do Lar Santa Maria da Paz.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Apae.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o representante da Delegacia de Polícia da Comarca de Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradeço ao vereador Oscar Luiz Lopes e convido a vereadora Elizabete Mianes da Silva para fazer a entrega das próximas homenagens em nome do Poder Legislativo.
Convido para receber a homenagem o representante do 12º Batalhão da 3ª Região da Polícia Militar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem a 3ª Companhia do 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o 3º Grupo de Polícia Militar Ambiental de Tijucas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradeço à vereadora Elizabete Mianes da Silva.
Neste momento, teremos a apresentação de uma poesia, de autoria do professor Manoel dos Anjos, que será declamada pela aluna Letícia Serpa, da 4ª série da Escola de Ensino Fundamental Santa Terezinha.
A SRTA. LETÍCIA SERPA - "Tijucas, passado e presente
Veio de longe, do outro lado do mar
Caboto, bravo marinheiro, foi quem viu primeiro esta terra colossal
Entrando neste rio de água claras fundou esta jóia rara,
Minha terra sem igual.
E o índio que aqui vivia,
Recebeu com alegria
Africanos e europeus.
Nessa mistura de raças,
Foi no bairro da Praça
Que Tijucas nasceu.
Ô, ô, lavra a terra lavrador!
Ô, ô, joga a rede de pescador!
Ô, ô, lavra a terra lavrador!
Tijucas em toda sua trajetória
Viveu seus dias de glória,
Conservando as tradições:
A Festa do Divino Santo Reis e Boi Bumbá
Estão em nossos corações.
Ô, ô, o cigano acampou!
Ô, ô, olha o circo que chegou!
Ô, ô, o cigano acampou!
Ô, ô, olha o circo que chegou!
E hoje uma nova aurora vem surgindo,
Agora com todo esplendor
Como está bonita!
Coisa colossal!
É minha Tijucas no seu pedestal!"
(Palmas)
O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - O Poder Legislativo catarinense sente-se honrado em prestar essas homenagens pelos 150 anos de Tijucas.
Cento e cinquenta anos! Viva essa história!
(Palmas)
O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Quero comunicar a todos presentes que esta sessão está sendo transmitida diretamente pela Rádio Vale, e aproveito a oportunidade para agradecer. Além disso, a sessão está sendo gravada pela TVAL e será repetida duas ou três vezes durante a semana para que todos possam assisti-la. Queremos também cumprimentar todos os homenageados, as instituições e as pessoas físicas que aqui

foram homenageados.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, a sra. Elaineide Licia Martins, presidente da OAB do vale do rio Tijucas.

A SRA. ELINEIDE LICIA MARTINS - Sr. presidente da sessão, meu grande e velho amigo, deputado Edison Andrino.

Nosso prefeito Elmis Mannrich, que orgulha a classe dos advogados catarinenses por sua administração consequente, realizadora e a causa maior do sentido crescimento da nossa mãe Tijucas, a mãe de todos os municípios do vale do rio Tijucas.

Srs. deputados Paulinho Bornhausen e Rogério Mendonça, agradecemos a presença e o prestígio que dão ao nosso vale; vereador Edson José de Souza, digníssimo presidente da Câmara de Vereadores do nosso município, em nome de quem cumprimentamos os demais vereadores e funcionários do Legislativo Municipal pelo profícuo trabalho que vêm realizando em prol da comunidade.

Nossos cumprimentos aos meritíssimos drs. Pedro Walicoski Carvalho e Vera Regina Bedin, como também aos promotores aqui presentes, pelo excelente trabalho realizado diante da árdua tarefa de bem aplicar a Justiça na Comarca de Tijucas.

Dra. Luana Chaves, policiais militares; sr. delegado de Canelinha, Sérgio Cipriani, e cumprimentando-os reconhecendo o trabalho, o empenho e a dedicação que têm sido a tônica de todas essas pessoas, inclusive da Polícia Ambiental e do Corpo de Bombeiros, que fazem um trabalho maravilhoso para melhorar, quem sabe, as questões de segurança em nosso vale.

Cumprimentamos também as demais autoridades que já foram nominadas, o nosso vice-prefeito Rogerinho, a imprensa escrita e falada, que exerce um importante papel na distribuição da informação e do entretenimento.

Tijucas e tijuicanos, por nascimento ou adoção; senhoras e senhores.

Inicialmente, em nome de todos os homenageados, nesta memorável noite em que mais uma vez nos reunimos para comemorar os 150 anos de emancipação política de Tijucas, agradecemos emocionados a honraria que nos foi distinguida.

Tijucas, terra de boas energias. São essas energias boas e vibrantes que sentimos neste momento, na terra mãe do vale do rio Tijucas. Por adoção ou por nascimento, somos todos filhos dessa terra, que como boa mãe que é permitiu que os seus filhos, Canelinha, São João Batista e Nova Trento, seguissem seus próprios passos.

Portal do nosso vale, Tijucas é como escrito em suas entradas, "O Orgulho que Não Para de Crescer".

A nossa Tijuca anda muito diferente, é o que dizem as pessoas com aquele sorriso maroto de quem se lembra de ter sido chamada de a terra do gaioleiro: o tijucano com dedo torto de tanto carregar sua gaiola.

Doces lembranças daquele tempo, a surpresa de quem nada entendeu quando se construiu o dinossauro, o dinolauro, para aqueles que queriam brincar com aquele prefeito sonhador de tantos anos atrás.

Mas o dinossauro foi-se incorporando no cotidiano das pessoas, algumas vezes vestido de Papai Noel e agora, por certo, será vestido com a camisa canarinho da Seleção Brasileira de Futebol.

O dinossauro se tornou o símbolo de uma cidade chamada Tijucas, banhada pelo rio, cortada pela BR-101. E sem que as pessoas

abandonassem as suas gaiolas ou se apercebessem, a grandiosidade do dinossauro tomou conta de todos e todos juntos fizeram esta cidade crescer, mas sem jamais esquecer as pessoas que aqui vivem, as pessoas que aqui viveram, sem jamais esquecer a sua história.

Parabéns, Tijucas, são 150 anos de glórias. Parabéns a todos que acreditaram, parabéns a todos que acreditam em ti, Tijucas, terra de boas energias, um orgulho que não para de crescer.

Pedindo desculpa às demais pessoas e sem a menor intenção de ofender ninguém, a bem da verdade, precisamos dizer isto hoje: não é para qualquer um nascer em Tijucas. Tijucas, a terra de todos nós.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradecemos à Licia, que provavelmente, junto com o Lauro Brito, foi uma das primeiras pessoas que eu conheci nas nossas andanças políticas aqui no vale do rio Tijucas.

A Licia é uma companheira de muitos e muitos anos, e o Lauro, apesar da nossa idade ser semelhante, foi meu professor de matemática no Colégio Catarinense, nos idos de 1958.

Mas quero convidar agora para fazer uso da palavra o sr. Pedro Walicoski Carvalho, juiz de Direito de Tijucas.

O SR. PEDRO WALICOSKI CARVALHO - Caro presidente desta sessão, deputado Edison Andrino; prezado prefeito Elmes Mannrich; honrado presidente da Câmara Municipal, vereador Edson José de Souza, e cumprimentando v.exas. cumprimento todas as pessoas que representam o Legislativo Estadual e o Legislativo Municipal.

Minha colega Vera, dr. João, autoridades eclesiásticas e imprensa que, como formadora de opinião, é de significativa importância a sua presença neste ato.

Enfim, todas as pessoas que aqui estão, entidades industriais, entidades comerciais, partidos políticos, sindicatos, professores, todos que compõem a sociedade de Tijucas..

Tijucas é um dos municípios mais antigos do estado de Santa Catarina. Tijucas, pela sua história cultural, como já foi aqui destacado, pela sua história política e jurídica produziu inúmeras figuras ilustres. Acho que talvez seja o município catarinense que mais produziu pessoas ilustres.

No Supremo Tribunal Federal tivemos ilustres tijuicanos. O ministro Paulo Gallotti, um dos mais ilustres ministros do STJ, que se aposentou recentemente, é oriundo desta terra. No mundo cultural tivemos grandes figuras e eu tive a oportunidade de trabalhar com uma delas, o Raul Bayer Laus, o Lilico.

Quem não conheceu o dr. Lilico? Ele tinha tanto amor por esta terra, deputado Edison Andrino, que antes de falecer deixou um pedido. Como havia vivido os últimos anos em Porto Belo, por ser tijucano e por orgulhar-se desta terra, pediu para ser enterrado aqui. Seus familiares trouxeram uma pá de terra de Porto Belo, outra terra que ele amou muito, para colocar na sua sepultura em Tijucas porque ele não queria ser enterrado em outro lugar.

O dr. Lilico representava muito bem o que é ser tijucano, através de sua espontaneidade, sua cultura jurídica e política. Eu tive o privilégio de trabalhar durante dez anos com o dr. Raul no Fórum de Itajaí, onde

ele era diretor e eu, servidor. Ao mesmo tempo em que era um homem temido pelos servidores, nos velhos tempos em que a autoridade se fazia presente, era amável, acolhedor, contador de causos. Não havia um dia em que ele não elevasse o nome de Tijucas com muito orgulho!

Portanto, nos seus 150 anos, Tijucas está de parabéns exatamente por aquilo que foi destacado pelas figuras que me antecederam, até porque a maioria é de políticos que têm habilidade no uso da palavra, tem espontaneidade, como o deputado Paulinho Bornhausen bem demonstrou. Eu não tenho esse dom pelo fato de fazer pouco uso da palavra, mas como foi bem demonstrado por todos, Tijucas é de uma importância muito grande no mundo político, no mundo jurídico e no mundo cultural do estado de Santa Catarina.

Ser tijucano é ter orgulho, ser tijucano é produzir muito, é produzir cultura, é produzir arte. Nós temos orgulho de quem sai desta terra para alçar voos maiores, mas temos mais orgulho daqueles que podem voltar para cá! O tijucano é espontâneo, sempre demonstra o seu jeito de ser.

Então, com essas poucas palavras, não tão bem colocadas quanto àqueles que me antecederam, quero deixar consignado o meu orgulho de estar nesta terra, de ter sido bem acolhido e reconhecido na noite de hoje pelas autoridades e pela comissão que organizou esta sessão solene.

Muito obrigado e boa-noite a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Fará uso da palavra agora o presidente da Câmara Municipal, vereador Edson de Souza, representando o Poder Legislativo Municipal de Tijucas.

O SR. VEREADOR EDSON JOSÉ DE SOUZA - Quero cumprimentar e agradecer ao deputado Edison Andrino, que é o nosso embaixador na Assembleia Legislativa há muitos anos.

Quero cumprimentar o nosso prefeito municipal, Elmis Mannrich, assim como o seu vice e todos os vereadores presentes.

Cumprimento também o dr. Pedro Walicoski Carvalho, o deputado Rogério Mendonça, o deputado Paulinho Bornhausen, e na pessoas deles cumprimento todas as autoridades estaduais e municipais aqui presentes, assim como todos os representantes de ONGs e demais entidades.

Vou fazer um discurso bem rápido porque quero deixar mais tempo para o prefeito fazer um discurso maior em comemoração aos 150 anos de Tijucas.

(Passa a ler.)

"A instalação do município de Tijucas se deu a em 13 de junho de 1860. São passados, portanto, 150 de história. História de um povo ordeiro, trabalhador e orgulhoso da sua terra!

Poder estar vivendo este momento histórico é um privilégio sem medida e um presente muito especial! Peço licença, inicialmente, como membro desta comunidade, para fazer alguns agradecimentos pessoais: reverenciar primeiramente Deus por me proporcionar esta honraria, reverenciar também o meu querido pai, já falecido, José João, tijucano orgulhoso desta terra e que acredito estar aqui comigo neste momento. Reverenciar ainda os meus familiares e amigos pelo apoio e incentivo.

Como homem público, quero prestar também meus agradecimentos ao povo desta

querida terra por ter confiado em mim e me conduzido ao cargo de vereador; aos colegas vereadores por me terem escolhido como presidente do Legislativo Tijuquense e assim poder ter a honra de participar desta sessão solene da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, em comemoração aos 150 anos da nossa querida Tijucas, momento este que certamente passará para os anais da nossa história, deputado Edison Andrino.

Dizer da alegria, da emoção e do orgulho que me invade neste momento é necessário, mas mais necessário, porém, é registrar o meu compromisso redobrado em trabalhar pelo bem-estar deste povo e em defesa da comunidade.

Como contam os historiadores, foi no bairro da Praça que Tijucas nasceu. Resgatar, preservar, contar e cantar a nossa história são compromissos que devemos assumir em respeito às gerações passadas e em respeito às gerações futuras.

Tijucanos e tijuquenses, todos os filhos queridos desta terra sintam-se aqui acolhidos, sem distinção! Aqueles que amam esta cidade, que a cuidam, que trabalham pela sua grandeza social e econômica, orgulhem-se, vivam com emoção este momento histórico, sintam-se no direito de festejar.

Que sejamos conhecidos nos próximos 150 anos por sermos um povo ordeiro, que cultua a solidariedade e a paz. Assumamos o compromisso e o dever de passar para as gerações futuras uma terra de prosperidade, onde seja bom viver, bom para criar nossas crianças, bom para viver dignamente, trabalhar, divertir-se e conviver! Que sejamos conhecidos por pagarmos 'impostos morais' que não se pagam com dinheiro, mas com trabalho e doação.

Não fique parado, venha para o nosso lado, junte-se a nós. Vamos caminhar rumo ao futuro. Vamos dar continuidade à nossa história, cuidar do rio Tijucas, cuidar da nossa terra, cuidar das nossas riquezas, mas, principalmente, vamos caminhar unidos, cuidando uns dos outros. Vamos semear justiça social e desenvolvimento econômico, um atrelado ao outro, pois sozinhos não nos sustentamos!

Vamos continuar nossa história, como diz nosso hino, unidos num só ideal!

Viva Tijucas!

Muito obrigado."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Queremos agradecer as palavras do vereador Edson José de Souza, presidente da Câmara Municipal de Tijucas.

Na sequência fará uso da palavra o sr. Elmis Mannrich, prefeito do município de Tijucas.

O SR. PREFEITO ELMIS MANNRICH - Início cumprimentando o deputado estadual Edison Andrino, da mesma forma cumprimento o deputado estadual Rogério Mendonça, nosso Peninha; o deputado federal Paulinho Bornhausen; a secretária de Desenvolvimento Regional, colega Sandra Eccel, e ao cumprimentá-la cumprimento também o nosso governador Leonel Pavan, que não pôde estar presente.

Quero de uma forma toda especial cumprimentar o presidente do Poder Legislativo Municipal, vereador Edson José de Souza e ao cumprimentá-lo cumprimento

todos os vereadores.

Cumprimento ainda o dr. Pedro Walicoski Carvalho, juiz de direito e diretor do Fórum de Tijucas, e ao cumprimentá-lo cumprimento a dra. Vera Regina Bedin.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Ministério Público Estadual, que se faz presente através do promotor João Carlos Linhares; cumprimento, outrossim, a promotora Heloísa Melo Enns.

Desejo cumprimentar também a Polícia Militar, na pessoa do major Renato Moacir Bento, comandante da 3ª Companhia do 12º Batalhão da Polícia Militar de Tijucas; a sra. Luana Chaves Backs, delegada de Polícia Civil e o capitão Ricardo José Steil, comandante da 3ª Companhia do 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Tijucas.

Cumprimento por fim, mas não menos importantes, os homenageados, na pessoa do sr. Celso Leal da Veiga; a dra. Elineide Licia Martins, presidente da OAB do vale do rio Tijucas; todos os ex-prefeitos, os ex-deputados e todas as entidades que foram homenageadas.

Encerrando, cumprimento o vice-prefeito Luiz Rogério da Silva e ao cumprimentá-lo cumprimento todos os secretários e assessores municipais presentes, assim como toda a imprensa.

Primeiramente, quero agradecer a proposição do deputado estadual Edison Andrino, que apresentou o requerimento, aprovado por unanimidade, para que o Poder Legislativo do estado de Santa Catarina viesse a Tijucas fazer uma homenagem ao povo de Tijucas, através de suas lideranças, suas entidades, que muito fizeram e continuam fazendo em prol do desenvolvimento do município de Tijucas.

Então, deputados Edison Andrino, Rogério Mendonça e Paulinho Bornhausen, é um momento de muita alegria para a comunidade de Tijucas, para o nosso povo, estar, hoje, no Anfiteatro Leda Regina de Souza, recebendo esta homenagem do Poder Legislativo.

Tijucas, como as pessoas que me antecederam já disseram, tem uma rica história, mas o seu marco, a sua identidade principal é a característica do seu povo. Esse povo que gosta de fazer novas amizades, de trabalhar, de festa, um povo que gosta de contar as histórias do seu município, gosta de defender a sua terra e que muito tem levado o bom nome de Tijucas a todos os rincões do estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo.

Onde quer que esteja, o tijuquense defende o seu estado, defende a sua querida Tijucas e com muito orgulho mostra a honestidade, a capacidade e o amor do povo tijuquense.

Então, este momento em que estamos comemorando 150 anos de emancipação político-administrativa do nosso município é motivo de alegria para toda a nossa comunidade, para todo o povo de Tijucas. É a realização de um sonho tanto os que aqui nasceram, como para aqueles que, como eu, escolheram Tijucas para viver.

Vocês podem ter a convicção de que moramos numa grande cidade. Precisamos cada vez mais e com muita paz de espírito trabalhar em prol do nosso desenvolvimento sócio-econômico. Este é um momento de alegria, de festa, de confraternização, mas a nossa responsabilidade é muito grande,

principalmente com o futuro do nosso município. E sempre que tenho a oportunidade de conversar com a população e conversar com vocês, falo nessa questão, ou seja, na nossa grande responsabilidade de transformar e preparar cada vez mais Tijucas para o futuro.

Mas Tijucas vive um grande momento de transformação, realizações, desenvolvimento socioeconômico e nós precisamos, cada vez mais, estar unidos no propósito de trabalhar em prol de uma sociedade sempre mais fraterna, mais justa, mais igualitária, mais humana. Que possamos, com muito orgulho de morar nesta cidade, dizer que somos tijuquenses, que somos tijuquanos.

Moro em Tijucas, mas não nasci aqui. Entretanto, tive a oportunidade de vir morar nesta cidade e adotá-la como minha terra.

Tijucas está de parabéns. Quero, neste momento, dar os parabéns a todas as pessoas, a todas as entidades de classe que hoje foram homenageadas pelo Poder Legislativo de Santa Catarina.

Viva Tijucas! Este município hoje está de parabéns!

Um grande abraço, obrigado pela presença de todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Cumprimentamos todos os presentes, as autoridades que compõem a mesa, as entidades homenageadas, a sociedade tijuquense aqui representada pela OAB, pelo Ministério Público, pela Magistratura, pelo Judiciário, pelas Polícias Militar e Civil, pelos empresários, pelos vereadores, pelos ex-prefeitos e pela Igreja.

Também quero cumprimentar os moradores dos vários bairros de Tijucas, cada um com uma característica própria nas áreas da cerâmica, da pesca artesanal, das festas tradicionais e da agricultura.

Desejo cumprimentar este povo hospitaleiro, trabalhador. Faço um agradecimento especial à Sociedade Banda Musical União Tijuquense, que vai executar o Hino de Tijucas para abrilhantar o encerramento desta sessão solene.

Quero cumprimentar e agradecer aos funcionários da Assembleia Legislativa, que nos proporcionaram a consecução desta sessão solene, em nome de duas figuras. Uma é funcionária do Poder Legislativo, natural de Tijucas, nossa nova descoberta, que é a companheira Cida, taquígrafa da Assembleia Legislativa, a quem solicito uma salva de palmas.

(Palmas)

O outro é o ex-prefeito desta cidade, Davi Luís dos Santos, jovem, mas já aposentado, que nos honra com sua presença. Ele também foi funcionário do Poder Legislativo de Santa Catarina.

(Palmas)

Teremos agora a interpretação do Hino de Tijucas pela Sociedade Banda Musical União Tijuquense, sob a regência do maestro Nélio Cícero Muniz.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para o dia 14, segunda-feira, às 19h, em homenagem póstuma a Willy Zumblick.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2010, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

HOMENAGEM AO ARTISTA PLÁSTICO TUBARONENSE WILLY ZUMBLICK, IN MEMORIAM

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO GELSON MERÍSIO

SUMÁRIO

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Fala sobre a importante contribuição de Willy Zumblick para o estado, ressaltando suas habilidades como pintor, escultor e escritor.

EX-GOVERNADOR PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA - Faz um breve resgate sobre o ilustre catarinense que conquistou milhares de brasileiros com suas telas e esculturas.

RAIMUNDO ZUMBLICK - Em nome da família do homenageado, discorre sobre sua paixão pelo trabalho e sobre suas conquistas no estado, no país e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhora Maria Luiza Zumblick Gelosa, filha do artista plástico Willy Alfredo Zumblick;

(Palmas)

Senhor Raimundo Zumblick, ex-reitor da Udesc, também filho do homenageado;

(Palmas)

Senhor Marcos Zumblick, também filho do nosso homenageado Willy Alfredo Zumblick;

(Palmas)

Senhor Paulo Afonso Evangelista Vieira, ex-governador do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhora Alba Ligia Köenig Pires, secretária de Cultura, Esporte e Turismo do município de Tubarão;

(Palmas)

Professor Hércules Nunes de Araújo, diretor do *Campus* Universitário da Grande Florianópolis, neste ato representando o professor Ailton Nazareno Soares, magnífico reitor da Unisul;

(Palmas)

Senhor Zeca Nunes Pires, diretor do departamento de Cultura, neste ato representando o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

(Palmas)

Nossa querida irmã Enedina Sachetti, presidente da Sociedade Divina Providência.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação do sr. deputado Genésio Goulart e por este deputado e aprovada por unanimidade pelos parlamentares, em homenagem ao artista plástico Willy Alfredo Zumblick, *in memoriam*.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Senhor Geraldo Althoff, ex-senador da República;

Irmã Jacira Maria dos Santos, diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão;

Senhor Matheus Madeira, presidente da Associação de Imprensa do município de Tubarão;

Senhor Octávio Lebarbenchon, diretor Comercial e de Marketing, neste ato representando a presidência da Unimed;

Senhor José Ribamar Libânio, representante do Rotary Clube Tubarão Leste, do município de Tubarão;

Senhor João Nicolau de Carvalho, ex-reitor da Udesc.

Esta sessão especial deveria ser presidida pelo eminente deputado Genésio Goulart, que foi o proponente desta homenagem, mas em função do falecimento da mãe do deputado Edson Bez de Oliveira, cujo sepultamento ocorreu no final da tarde de hoje, no município de Gravatal, o deputado Genésio Goulart, infelizmente, não pode chegar a tempo, motivo pelo qual fazemos questão de justificar sua ausência. Ele gostaria muito de estar conosco neste momento e a família do homenageado sabe disso. Já foi justificada sua ausência antecipadamente para a família, mas como a nossa sessão é transmitida para todo o estado de Santa Catarina, naturalmente que se faz necessário justificar publicamente a ausência do principal proponente, nosso colega Genésio Goulart.

Quando o deputado Genésio Goulart propôs esta homenagem, fê-lo juntamente com este deputado e com o apoio de todos os demais parlamentares, com unanimidade na votação, porque entende a Casa do Povo Catarinense ser necessária a preservação e a manutenção da memória desse ilustre tubaronense e catarinense, artista plástico reconhecido internacionalmente, que nos deixou após 94 anos de convivência. Mas a obra de Zumblick com toda certeza o imortalizou.

No entanto, faz-se necessário o resgate permanente da sua obra, a exposição de suas telas, para que todos os catarinenses e brasileiros possam conhecê-las e contemplar sua beleza, ele que, dentre tantas obras de natureza morta e de tantos retratos da vida, constituiu-se no principal divulgador e pintor do folclore catarinense. Ele conseguiu materializar nas suas obras o nosso folclore, e cito a saga do Contestado, as bandeiras do Divino, assim como a saga da nossa heroína maior, Anita Garibaldi, que ele tanto pesquisou, retratou e imortalizou em suas obras.

Por isso, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina se sente na obrigação de, permanentemente, manter essa memória e resgatar um pouco de sua história, para que todos os catarinenses possam com frequência reavivá-lo nas suas memórias. E aqueles que não tiveram oportunidade de conhecer a riqueza do seu trabalho, que possam, através dessas atividades da nossa Casa, ter a oportunidade de acessar a

essa rica contribuição a esse grande patrimônio deixado pelo maior artista de Tubarão, de Santa Catarina e um dos maiores do Brasil.

Convido o ex-governador Paulo Afonso Evangelista Vieira para fazer uso da palavra.

O SR. EX-GOVERNADOR PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA - Excelentíssimo sr. deputado Joares Ponticelli, que preside esta sessão especial em homenagem a Willy Alfredo Zumblick;

Meu caro amigo, professor Raimundo Zumblick, com quem tivemos a honra de conviver e trabalhar quando fomos governador do estado e o professor Zumblick era reitor da nossa querida Udesc;

Cumprimento os demais componentes da mesa, as autoridades já nominadas, os familiares do homenageado e os convidados presentes.

Faço ainda uma saudação especial ao nosso ex-senador Geraldo Althoff.

Instado pelo presidente da sessão sobre fazer uso da tribuna, concordei e aceitei o convite pela oportunidade de dirigir algumas palavras ainda que breves, mas dentro do espírito desta homenagem, que com muito acerto, deputado Joares Ponticelli, esta Casa faz a esse catarinense ilustre, *in memoriam*, que engrandeceu todos nós pela sua arte, pela sua inteligência e pela sua criatividade.

Cumprimento os 40 deputados da Casa por essa decisão, mas, de modo especial, o deputado Genésio Goulart e o deputado Joares Ponticelli, que tiveram a iniciativa de propor aos demais pares a aprovação deste ato e desta homenagem.

O artista é alguém que na sociedade tem uma função especial, porque todos nós, no nosso dia-a-dia, nas nossas atribuições, nos nossos compromissos, nas nossas atividades, temos que ter algumas pessoas que pela sua inteligência, pela sua criatividade, pelo seu dom, possam expressar em determinados momentos a nossa alma, o nosso espírito, os nossos sentimentos, as nossas vocações, os nossos sonhos, seja na pintura, na escultura, na fotografia, no cinema, na música, na poesia, na prosa, na literatura. E isso expressa aquilo que somos em determinado período, em determinado quadrante da história, na realidade do mundo em que vivemos, para que também possamos ter aqueles sentimentos que compartilhamos conosco mesmos, quando olhamos uma pintura e emocionamo-nos com aquilo que vemos; quando admiramos uma escultura e pensamos que capacidade, que habilidade em fazer essa peça ou quando vemos uma fotografia e relembramos de fatos, de circunstâncias que ali estão estampados.

Esse é o artista. E quando ele vive e tem a graça da vida de quase um século de existência, além de tudo aquilo que criou, tem essa longevidade para proporcionar, em várias gerações, professor Zumblick, em mais de uma geração, em duas, em três gerações, esse sentimento.

E o nosso conterrâneo tubaronense, catarinense e brasileiro Willy Zumblick escreveu, sem dúvida, uma página maravilhosa na arte da nossa terra, destacando-se e projetando-se da sua Tubarão para Santa Catarina, de Santa Catarina para o Brasil e, com certeza, para partes do mundo que também conhecem o seu trabalho.

Eu, em minha casa, digo isso com alegria, tenho algumas das suas obras. Em alguns momentos, fui presenteado por ele próprio e fico muito honrado com isso.

Mas quero registrar também, deputado Joares Ponticelli, que nos últimos dois anos convivi diariamente com uma das obras importantes de Willy Zumblick, que está na parede do gabinete do diretor de Gestão Administrativa Financeira da Eletrosul, cargo que ocupei durante dois anos, até março. Na Eletrosul há outras peças do nosso artista, mas nesse gabinete estava uma que reflete e retrata a nossa Sotelca, a Sociedade Termoeletrica de Capivari. Em tempos idos essa empresa se chamava Sotelca, depois foi chamada de Eletrosul, de Gerasul e hoje é chamada de Tractebel. Enfim, lá estão algumas dessas obras, são três ou quatro que temos na empresa, mas no meu gabinete estava uma delas, e todo o dia eu a contemplava porque ficava exatamente à frente, do outro lado, na parede oposta da poltrona em que eu sentava.

Então, este instante, e não vou alongar-me, eu quero compartilhar com os nossos deputados, eu, que também fui deputado nesta Casa, fui eleito em 1986, ocupando o mandato até 1990, como também fui governador no século passado, quero parabenizar os deputados e enaltecer o nosso grande artista, pois sua obra é perene: não são somente as nossas palavras, a sua obra é perene. Está aí, está em toda parte e nós a admiramos. Ele, que com capacidade, com arte e com beleza retratou fatos da vida, do cotidiano, da realidade, do mundo soube, como ninguém, fazer isso.

Assim sendo, deixo aqui a minha saudação aos seus familiares, compartilhando desta homenagem e dizendo que podem orgulhar-se do seu pai, do seu parente, do seu ancestral, porque Santa Catarina também se orgulha de ter tido, durante um tempo, e um longo tempo, quase um século, esse filho dileto e tem-no *in memoriam*, que enalteceu e engrandeceu a nossa arte e a nossa terra.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido o mestre-de-cerimônias Washington Luis Mignoni para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao pintor, escultor, artista plástico Willy Alfredo Zumblick, *in memoriam*, tubaronense de projeção internacional, que em suas obras retratou com maestria e sensibilidade os mais variados aspectos das tradições, da cultura, da história do povo catarinense, elevando a arte de Santa Catarina no cenário nacional.

Convido para receber a homenagem do sr. deputado Joares Ponticelli, em nome da família, os filhos Raimundo, Marcos e Maria Elisa Zumblick.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O Parlamento catarinense sente-se honrado de prestar homenagem ao renomado artista catarinense Willy Zumblick.

Boa-noite!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido para fazer uso da palavra, em

nome da família do homenageado, o nosso querido Raimundo Zumblick, ex-reitor da Udesc.

O SR. RAIMUNDO ZUMBLICK - Meu caro presidente desta sessão especial, deputado Joares Ponticelli, autoridades aqui já mencionadas, que cumprimento em nome do dr. Paulo Afonso, filhos de Willy Zumblick, senhoras e senhores, parentes e amigos, inicialmente, gostaria de expressar a nossa satisfação e alegria pelo carinho com que esta Casa está prestando uma homenagem, através de uma sessão especial, ao artista plástico Willy Zumblick.

Quero, nesta oportunidade, agradecer à artista plástica Valeska Daniela, que antes desta sessão presenteou a família com uma tela pintada em uma técnica em cera através de conta-gotas.

(Passa a ler.)

"Dentre tantas homenagens que o artista recebeu em vida, esta tem um significado especial, pois é a primeira que lhe dedicam *in memoriam*.

Nós, que tivemos, ao longo das nossas vidas, o privilégio de conviver ao lado do artista Willy Zumblick, constatamos que foi ele um ser humano extremamente organizado e minucioso em seus registros, chegando ao ponto de guardar algumas de suas gravuras, desde os seus 13 anos de idade, quando ainda aluno do Colégio São José da cidade de Tubarão.

Aos 26 anos de idade, já casado com a nossa mãe Célia, aceitou o convite de um amigo para operar a máquina de passar filme no cinema que iniciara as suas atividades na Cidade Azul. Como naquele tempo ainda não existiam cartazes impressos para divulgação das sessões do cinema, coube ao 'seu' Willy (como popularmente era conhecido), além do manuseio da máquina, a responsabilidade de, em cartolinas coladas em caveletes de madeira, reproduzir as informações sobre os filmes que seriam projetados ao longo da semana.

As cartolinas que divulgavam os filmes começaram a sumir dos locais onde estavam expostas, tornando-se quadros, em algumas residências, tal era a qualidade da reprodução da imagem ali retratada pelo 'seu' Willy. O assédio de amigos para que fossem feitas outras reproduções despertou em Zumblick o início de uma longa trajetória artística. De posse de alguns pedaços de madeira esculpidos de próprio punho, pincéis e tintas, começou o artista a traçar as suas primeiras pinceladas que iriam perdurar por mais 75 anos.

Autodidata, sem mestres ou qualquer instrutor, deixou fluir seu impulso criador e talento natural, registrando em telas particularidades, tais como: a natureza, tipos característicos, paisagens, cenas do cotidiano e tudo aquilo que surgia em sua fértil imaginação.

Em 1939, fez a primeira exposição individual no café de Francisco Zaneta, em Tubarão. O êxito alcançado impôs a Zumblick um voo mais alto, deslocando-se de trem até a cidade de Laguna e de lá partindo de navio a vapor de nome Max, do Grupo Hoepcke, para Florianópolis, trazendo consigo centenas de obras para uma exposição no Cine Rex, na capital.

A receptividade ao seu trabalho o entusiasmou a realizar outras exposições por diversas cidades catarinenses.

Em 1944 deu um salto maior.

Na expectativa de que a maré permanecesse baixa para que pudesse transitar com um comboio à beira-mar, Zumblick levou para a cidade de Porto Alegre suas telas, onde abriu uma espetacular exposição.

O sucesso em Porto Alegre impulsionou Zumblick a uma marcante ousadia: alugar um salão na cidade do Rio de Janeiro, em 1946, onde, com 60 telas transportadas por um avião Eletra da

Varig, realizou sua mais importante exposição, posto que o consagrou definitivamente escrevendo seu nome no rol dos apreciados artistas plásticos do país.

Nunca parou de produzir obras, sempre colecionou títulos, comendas, elogios e, principalmente, amigos.

Entre tantas homenagens destacamos: Personalidade do Século, quando, nos anos 90, o jornal *Diário Catarinense* realizou uma pesquisa popular que o colocou entre os 20 catarinenses mais ilustres do século XX.

Foi um dos cem rotarianos mais famosos do mundo nos meios cultural, intelectual, comercial, profissional e em setores governamentais e de liderança, juntamente com o primeiro homem que pisou na lua, o astronauta Armstrong; os presidentes dos Estados Unidos Franklin Roosevelt e John Kennedy; os primeiros-ministros da Inglaterra Winston Churchill e Margaret Thatcher.

Da Maçonaria recebeu a Comenda Albert em reconhecimento ao trabalho do artista em suas lojas.

Sua vida foi intensa, pois após realizar a sua atividade profissional de relojoeiro e ótico, no retorno à sua residência, dedicava parte do horário noturno para sua produção artística.

Aos sábados e domingos, com cavelete em punho, saía em busca de paisagens no interior da região sul de Santa Catarina para, *in loco*, registrar aquele momento.

Com temáticas diversas e abrangentes, retratou com maestria e sensibilidade os mais variados aspectos das tradições da cultura, da história e dos tipos populares catarinenses.

Não bastasse tão invejável currículo, ainda temperou sua obra com notáveis esculturas, com majestosos painéis e murais, além de expressivas carrancas com as quais sempre agradava como lembrança os amigos.

Suas obras hoje estão espalhadas nas mais diversas cidades do estado de Santa Catarina e em tantas outras cidades do território nacional como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Brasília e nos países, a exemplo do Japão, Estados Unidos, Alemanha e Espanha, o que representa a base da produção artística do pintor e que lhe permitiu realizar 79 exposições ao longo da sua vida.

No ano 2000, o mais talentoso artista plástico catarinense realizou o sonho que o embalou durante a sua vida inaugurando o Museu Willy Zumblick, instalado no centro da cidade de Tubarão, que guarda diversas de suas obras, além de troféus e homenagens.

No dia 3 de abril do ano 2008, o 'seu' Willy encerrou a sua missão aqui na terra furtando-nos de sua presença física.

Deixou-nos saudades.

Mas, por outro lado, ficamos convictos de que em outro plano ele está na companhia de pessoas especiais, como seus pais, sua mulher Célia, seu irmão Walter e de tantos amigos queridos que conquistou ao longo da sua vida.

Partiu o homem, partiu o pai, partiu o avô, partiu o amigo, partiu o 'seu' Willy, porém, o artista Zumblick ficou entre nós, seus queridos amigos e admiradores, imortalizado por suas obras, suas cores, suas histórias e retratos de maneira magnífica.

Boa-noite a todos e obrigado pela presença!"

Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência agradece a presença de todos, de todos os tubaronenses, de tantos

catarinenses que nos prestigiam, de tantos catarinenses que nos acompanham e vão nos acompanhar nos dias seguintes, porque esta sessão de hoje será reprisada pela TV Assembleia em diversas oportunidades.

Certamente várias informações trazidas aqui pelo nosso querido reitor Raimundo Zumblick muitos dos catarinenses ainda não conheciam. Então, através desse gesto de reconhecimento do povo catarinense, com a realização dessa sessão especial, essas informações poderão ser ainda mais difundidas, para que possamos cultivar, cada vez mais, a memória de um artista que continua

orgulhando a gente tubaronense, a gente catarinense e os brasileiros.

Por isso agradecemos, sensibilizados, o prestígio e a presença de todos nesta sessão, muito especialmente a presença da família e a belíssima manifestação feita, em nome dela, pelo nosso reitor.

Agradecemos também a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para a exposição do artista homenageado na Galeria de Arte Ernesto Mayer Filho, no *hall* deste Poder.

Antes, porém, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Chereim - Dagomar Carneiro - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Manifesta-se contra a aliança entre o DEM e o PMDB para a próxima eleição estadual.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Alega que a eleição deve ser disputada por aqueles que têm a melhor proposta para o futuro.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Elogia o currículo de José Serra.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Ressalta as ações do governo federal na área da infraestrutura e da educação.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Joaçaba.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta candidatura ao governo do estado; tece comentários sobre viagem a Laguna.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se a investimentos do governo federal no estado; aborda o Código Florestal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO OZAIR POLACO - Manifesta sua satisfação pela instalação de uma escola técnica em Otacílio Costa.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Comenta audiência pública em Otacílio Costa.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Expressa amizade ao deputado Ozair Polaco.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Elogia o deputado Ozair Polaco; comemora a inserção de Santa Catarina no Pronasci; refere-se à Convenção Nacional do PT.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Relata a sessão que lhe outorgou o título de Cidadã Otaciliense; comenta a realização de sessão especial em homenagem ao Instituto Estadual de Educação.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pede a aprovação de PEC de sua autoria que torna a Lei Orçamentária impositiva.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Defende a elaboração de um Orçamento exequível.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Fala da transformação da Coordenadoria Estadual de Juventude em secretaria de estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência dá conhecimento ao Plenário dos seguintes atos da Mesa Diretora:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA Nº 051-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE licença ao Senhor Deputado Onofre Santo Agostini, por um período de sessenta dias, a contar de 14 de junho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de junho de 2010

(a)Deputado Gelson Merísio

Presidente”[sic]

“ATO DA MESA Nº 051-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONVOCA o cidadão Antônio Ceron, 5º Suplente da Coligação Todos por Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de junho de 2010

(a)Deputado Gelson Merísio

Presidente”[sic]

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do sr. deputado Jean Kuhlmann, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, eu ajudei a construir o antigo MDB, em 1966, quando a ditadura militar permitiu que tivéssemos dois partidos, a Arena e o MDB, para que o mundivisse que no Brasil havia a possibilidade de existirem dois partidos políticos e que por isso era um país democrático. Mas, na realidade, o MDB era como grama de jardim: tinha o direito de viver, mas não tinha o direito de crescer. E quando isso acontecia, eram cassações constantes, eram medidas casuísticas mudando as regras eleitorais para que não chegássemos ao governo.

Entretanto, nosso partido, srs. deputados, era o canal de reivindicação da população brasileira. O MDB era o depositário dos ideais da OAB, dos estudantes, da igreja e dos sindicatos dos trabalhadores, que viam no MDB de Ulysses Guimarães e de Tancredo Neves o canal para conseguir a volta da democracia no Brasil.

Foi assim, sr. presidente, que conseguimos redemocratizar o Brasil; que conseguimos uma Assembleia Nacional Constituinte, dirigida pelo saudoso Ulysses Guimarães; que conseguimos a anistia; que conseguimos acabar com as leis de exceção. E foi dali para frente que o PMDB começou a ganhar credibilidade nacional, ao ponto de elegermos, numa eleição nacional, 22 governadores.

Sr. presidente e srs. deputados, aqui em Santa Catarina tivemos, deputado Peninha, figuras históricas no partido, como Fausto Lobo da Silva Brasil, deputado estadual nesta Casa; Abelardo Rupp; Dejandir Dalpasquale; Jayson Barreto; Pedro Ivo Campos; Cid Pedroso e tantos companheiros que honraram o antigo MDB e o PMDB. E durante todo esse processo tivemos vários candidatos a governador, sendo que alguns ganharam a eleição e outros perderam. Quando havia, deputado Peninha, mais de um candidato, o PMDB, que foi um exemplo de democracia no país, exercia a democracia internamente. Realizávamos as prévias para decidir quem seria o nosso candidato a governador e a prefeito da capital.

Tive a honra, deputado Gelson Merísio, presidente desta Casa, quando o companheiro Nelson Wedekin se disse também candidato a prefeito na primeira eleição direta depois da ditadura militar, de disputar uma prévia interna no partido. Ganhei de Nelson Wedekin e fui eleito prefeito, com muito orgulho, desta cidade. Depois de um ano, Nelson Wedekin se tornou senador da República, assim como Dirceu Carneiro. Pedro Ivo Campos e Jayson Barreto perderam a eleição em 1982, mas em 1986 Pedro Ivo Campos se tornou governador do estado de Santa Catarina.

Recentemente, tivemos a oportunidade de escolher um candidato a governador pelo PMDB. Nós tínhamos dois candidatos: o prefeito desta cidade, Dário Berger, e o presidente do partido, Eduardo Pinho Moreira, que se apresentou numa prévia em que mobilizamos o partido inteiro no estado. Fizeram-se presentes em Florianópolis vereadores, presidentes municipais do partido, executivas, prefeitos, todos na expectativa de que tivéssemos de novo um candidato do PMDB a governador do estado.

Por isso, sr. presidente e nobres srs. deputados, aquela panacéia realizada ontem pela manhã no Poder Legislativo de Santa Catarina não tem validade legal! Quem decide, deputado Rogério Mendonça, dentro do PMDB não é o Luiz XIV, Luiz XV ou Luiz XVII! Quem decide é a base do partido! É a convenção do PMDB que decide o seu futuro e o seu presente. Não podemos concordar com aquilo que foi realizado ontem. Eduardo Pinho Moreira não tinha a credencial do PMDB para retirar a sua candidatura. A candidatura foi decidida numa convenção, numa prévia democrática, que disse que ele teria que ser o nosso candidato a governador. Ela o credenciou para negociar o restante da chapa e até o apoio para a Presidência da República. A panacéia ocorrida ontem pela manhã neste plenário foi muito mais vergonhosa, deputado Renato Hinnig, do que a panacéia nacional, quando, lá em Brasília, venderam o partido para o governo Lula.

Entretanto, não sei se o presidente Lula ganhou muito com a companhia nacional do PMDB. Quando vejo José Sarney, Renan Calheiros e Geddel Vieira Lima ao lado da Dilma Rousseff, penso: como será que o povo encara isso em nível nacional? Só que lá eles enfiaram goela abaixo da base partidária do PMDB um vice para Dilma Rousseff! Lá eles não fizeram prévia para escolher um candidato à Presidência da República. O que aconteceu no estado de Santa Catarina com o nosso partido foi muito mais grave do que o que aconteceu em nível nacional. Aqui, deputado Rogério Mendonça, criamos uma expectativa na base do partido, dissemos para os nossos prefeitos, os nossos vereadores e a militância do PMDB de Santa Catarina que teríamos um candidato a governador do estado!

Eu me envolvi na campanha e por muitas vezes ocupei esta tribuna dizendo que o melhor candidato a governador era Eduardo Pinho Moreira. E não era por causa das pesquisas. Se nós fôssemos atrás de pesquisas, principalmente pesquisas que antecedem muito ao pleito eleitoral, não teríamos sido prefeito desta cidade e Luiz Henrique não teria sido governador do estado de Santa Catarina no primeiro pleito que disputou com o ex-governador Esperidião Amin. Luiz Henrique começou a sua campanha eleitoral com um pouquinho mais de 2% nas pesquisas e Esperidião Amin com mais de 60%. Então, esse não é o motivo. Eu até gostaria de

saber o verdadeiro motivo que levou àquele encontro deprimente de ontem, que causou uma perplexidade enorme nas bases do partido.

Hoje, quando falamos com a militância do PMDB, nós e ela nos sentimos traídos, injustiçados, cabisbaixos, sem saber o que dizer para os outros companheiros. Principalmente quem trabalhou para a candidatura de Eduardo Pinho Moreira sente-se muito mais traído, deputado Rogério Mendonça, porque se Eduardo Pinho Moreira não quisesse manter a sua candidatura, ele poderia ter pedido outra reunião do diretório estadual do partido para colocar as dificuldades que, sabemos, estava enfrentando, principalmente junto à cúpula do partido.

E vamos ser francos, o ex-governador Luiz Henrique nunca deu uma declaração clara de apoio ao candidato escolhido pelo diretório na prévia que realizamos. Nunca vi uma declaração clara do governador dizendo: "O meu candidato é o Eduardo Moreira! Vamos fazer dele o governador do estado de Santa Catarina!" Nunca ouvi essa declaração! Dilma Rousseff, a candidata do PT, há oito meses tinha 3% na pesquisa. O PT e o presidente Lula a puseram debaixo do braço e disseram: "Esta é a nossa candidata". E hoje ela está empatada com José Serra.

O PMDB tinha e tem tudo para ganhar a eleição, deputado Peninha, porque a decisão de ontem, aquela panacéia não tem validade legal! Não tem validade legal! Quem manda no partido não são dois líderes! Não é Eduardo Moreira e muito menos Luiz Henrique da Silveira; quem manda no partido, quem manda no PMDB é a base partidária, são os membros do diretório, são os convencionais que vão-se reunir na convenção do dia 26 de junho e que, eu diria, vão dar o troco. Deputado Peninha, eles vão dar o troco porque os prefeitos me ligam todos os dias! Porque, por incrível que pareça, na semana passada houve uma reunião em Florianópolis com mais de 120 prefeitos, que declararam apoio a Eduardo Pinho Moreira, ocasião em que ele disse que seria o candidato a governador pelo PMDB, refletindo o anseio e a expectativa da base do partido.

Por isso, sr. presidente e nobres srs. deputados, quero mandar um abraço a todos os companheiros do PMDB que me ouvem e que me assistem nesta hora, dizendo que o que aconteceu na Assembleia ontem de manhã não tem validade jurídica, não tem validade eleitoral, não tem validade legal, o que vale é a convenção do dia 26, e até lá muita água vai rolar. Nós, sr. presidente, vamos decidir democraticamente, na convenção do dia 26, quem vai ser o candidato a governador, a senador e que partido vamos apoiar.

Quem deu credencial a Luiz Henrique para chegar ontem nesta Casa e dizer que Eduardo Moreira estava retirando sua candidatura e que seria o vice de Raimundo Colombo? Isso foi autorizado por quem? V.Exa. autorizou, deputado Peninha? O deputado Renato Hinnig autorizou? Os nossos prefeitos autorizaram isso? Com que autoridade e com que procuração ele se permitiu fazer isso? Não foi com a minha, e eu tenho certeza de que não foi com a da maioria dos peemedebistas que vão votar na convenção do partido no dia 26 de junho.

Faço esta colocação da mesma maneira que repudiei a decisão nacional de não termos um candidato à Presidência da República, porque a cúpula do partido vendeu o partido em nível nacional. Ninguém se iluda, principalmente o PT, porque assim como eles apoiaram Fernando Henrique, se José Serra ganhar a eleição eles irão apoiá-lo.

Da mesma maneira que criticamos e protestamos em nível nacional, queremos aqui trazer o nosso descontentamento. E o protesto não é meu, do deputado Edison Andrino, é da base do partido. Há uma revolta, um descontentamento, uma situação que às vezes não se consegue definir.

Hoje recebi um telefonema de um prefeito que disse: "Deputado Edison Andrino, eu entrei no PMDB por causa do meu pai, que já faleceu. Ele deve estar-se virando no túmulo depois daquele episódio lamentável e triste ocorrido ontem na Assembleia Legislativa, tendo como protagonistas o ex-governador Luiz Henrique e o candidato a governador Eduardo Pinho Moreira".

Eu não sei como eles não têm constrangimento junto aos prefeitos e vereadores. Eu não sei como Eduardo Pinho Moreira vai-se justificar junto aos prefeitos que o apoiaram na convenção. Será que vamos pedir desculpas ao prefeito Dário Berger? Porque estávamos junto com Eduardo Pinho Moreira na convenção, na qual ele venceu o prefeito por uma diferença espetacular e criou uma expectativa enorme dentro do partido, a esperança de que o PMDB teria novamente um governador no estado de Santa Catarina. Será que irão pedir desculpas aos companheiros do partido? Será que terão coragem de explicar o motivo real? Porque eu ainda sei o que houve de fato para que aquele episódio de ontem acontecesse nesta Assembleia Legislativa. Eu não acredito que eles possam dizer o motivo real, mas espero, sr. presidente, que a base do partido manifeste-se democraticamente na convenção, para que não se repita no estado de Santa Catarina o que houve na direção nacional do PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e que nos ouvem pelo Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores presentes aqui no Plenário Osni Régis.

Assomo à tribuna para fazer uma reflexão com relação ao futuro do Brasil. Que futuro nós queremos? Que futuro nós estamos construindo? Avizinha-se o processo eleitoral em que você, catarinense, vai à urna depositar o seu amor, a sua liberdade e a sua democracia. E o que algumas figuras políticas ou algumas correntes partidárias querem? Não querem a eleição. Querem um plebiscito. Não querem o debate, a discussão, a proposta de ideias, o futuro do Brasil, os caminhos que temos que seguir na área da educação, da saúde, da infraestrutura. Simplesmente não querem isso. Querem um plebiscito. E quando se debate um plebiscito, não se fala de futuro, discute-se o passado. Querem discutir o passado. Mas que passado querem discutir? O da estabilização da economia? Querem discutir a construção da economia forte, das exportações? Que passado querem discutir?

Eu tenho certeza, catarinenses, de que daremos um grande recado a todos aqueles que rogam pelo plebiscito, que querem dividir a sociedade entre negros e brancos, entre pobres e ricos, entre intelectuais e não intelectuais, que querem dividir o Brasil. Nós queremos somar, nós queremos construir, nós queremos ser construtores do futuro ao lado

dos catarinenses, e os catarinenses vão fazê-lo com certeza, como já o fizeram em 2006, quando o nosso candidato na época, Geraldo Alckmin, ganhou com quase 60%, como já o fizera na eleição de 2002.

Por isso, tenho certeza, catarinenses, de que não aceitaremos o plebiscito porque discute o passado e não constrói o futuro. Constrói-se o futuro com ideias, olhando o passado, vendo o que foi feito. E o que foi feito? Eu procurei a duplicação da BR-101 no trecho sul, e não encontrei. Fui lá de carro, sozinho. Caminhei na BR-470, procurando a duplicação ou o projeto, e também não encontrei. Fui à BR-280, que vai escoar a produção do catarinense trabalhador, que produz; do empresário que gera empregos, que faz a economia pulsar e que quer desenvolver e levar o seu produto para o mundo através do porto São Francisco, mas não encontrei a duplicação.

Fui a Blumenau, região que represento, procurar a federalização da Furb tão prometida e tão propalada, mas também não encontrei. Fui procurar, mais regionalmente, a ponte do Vale, a ponte que pode desafogar o acesso a Blumenau e região, e também não encontrei. Mas foram todas obras prometidas pela madrastra do PAC. Todas essas obras foram prometidas pela madrastra do PAC. Onde estão, deputado Serafim Venzon, as obras de infraestrutura? Ou Santa Catarina foi esquecida nesses sete anos? Ou este estado está fora do mapa do Brasil?

Por isso, catarinense, não aceite o plebiscito. O plebiscito discute o passado. A eleição constrói o futuro.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Giancarlo Tomelin, parabéns pelo seu pronunciamento.

O PSDB é um partido grande nacionalmente, ativo no estado de Santa Catarina, bem como em diversos outros estados, e conta com homens que fizeram a história do Brasil. Se tivéssemos que citar grandes nomes que mudaram a história do Brasil, citaríamos dom João VI, Getúlio Vargas e certamente, em terceiro ou quarto lugar, teríamos que citar exatamente Fernando Henrique Cardoso, por tudo aquilo que conseguiu fazer, pelas leis que modificaram, que transformaram o país. Hoje o Brasil é reconhecido no mundo inteiro, até mesmo os americanos, acostumados a demonstrar domínio sobre os demais países, demonstram reconhecimento pelo trabalho que está sendo feito desde 1993, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o comando do país. Foi nessa época que teve início uma grande transformação, e hoje todos nós podemos orgulhar-nos das obras sociais, das obras de infraestrutura, de geração de energia elétrica, além da Lei de Responsabilidade Fiscal, que provocou uma mudança de atitude dos políticos. Enfim, foi um conjunto de obras, de ações, de atitudes que o governo implementou e das quais todos podemos orgulhar-nos.

Então, temos história, temos o que garantir à população brasileira, à população catarinense. Além de tudo, quem já fez pode, sim, fazer mais e ainda melhor!

Parabéns a v.exa. O PSDB precisa ter um candidato, sim, em nível estadual como tem em nível nacional.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado Serafim Venzon, uma vez é acaso. Uma segunda vez, deputado Antônio

Aguiar, é coincidência. Mas uma terceira vez é uma ação inimiga. Foi por isso que Santa Catarina passou nesses sete anos.

Por isso, José Serra é o construtor do futuro. José Serra tem, no seu currículo e na sua história, 80 milhões de votos. Quantos votos tem a candidata que se apresenta como sucessora do atual governo federal? Qual foi a eleição a que ela concorreu? O que ela administrou? José Serra tem 80 milhões de votos, pois foi deputado federal, senador da República, prefeito.

Ninguém melhor do que os prefeitos para entenderem a realidade de sua gente, porque conhecem as questões de perto. E José Serra foi prefeito, foi governador e durante suas administrações há exemplos indelévels de apoio à infraestrutura, como a construção do Rodoanel de São Paulo. Já no ministério da Saúde implantou os genéricos.

Enfim, catarinenses, o plebiscito discute o passado, a eleição discute o futuro e o nosso pré-candidato José Serra, homologado na convenção nacional, é o construtor do futuro. E aqui, em Santa Catarina, o PSDB vai ajudar a construir o futuro com Leonel Pavan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, eu assomo a esta tribuna no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, inicialmente, para dialogar com o deputado Giancarlo Tomelin, que já está construindo um discurso eleitoral, já está fazendo comparações. Diz que não deve haver plebiscito, mas compara os votos de um com os votos de outros.

Claro que o deputado não quer plebiscito, porque vai ter dificuldade em explicar que nós estamos gerando emprego, desenvolvimento, distribuição de renda. Nós batemos o recorde em geração de emprego ao longo da história. Pela estatística, realizada há dois meses, houve a criação de 305 mil novos empregos com carteira assinada. Nós estamos investindo em infraestrutura, deputado Giancarlo Tomelin, e queremos fazer o comparativo das SCs e das BRs em Santa Catarina.

Deputado Silvio Dreveck, o deputado Giancarlo Tomelin faz discurso fácil aqui. Vamos pegar como exemplo a BR-280, o lado federal e o lado estadual. Quanto à SC-280, vai surgir um movimento na região para federalizá-la, porque está um caos. A BR-280, o lado federal, está melhor do que a SC-280, o lado estadual.

Em segundo lugar, por 30 anos o time do deputado Giancarlo Tomelin, de José Serra, de Fernando Henrique prometeu a BR-282 e nunca fez. O ministro dos Transportes inaugurou a BR-282 na última semana, concluindo o trecho de São Miguel d'Oeste a Paraíso. A BR-282 foi concluída e entregue ao povo de Santa Catarina e agora estamos articulando para ampliar a rodovia do lado argentino para fazer a integração rodoviária.

O deputado vem questionar e dizer que não quer plebiscito. É evidente que não quer plebiscito, pois no governo dele, dos neoliberais, em qualquer crise vendiam o patrimônio, só faltou vender a casa dos brasileiros. Na crise, o governo Lula fortaleceu o estado, as estatais, o setor financeiro e ampliou o crédito para o setor produtivo.

O deputado não quer plebiscito porque vai ter que comparar os investimentos em infraestrutura feitos no estado de Santa Catarina e vai ficar com vergonha com relação àquilo que o time de José Serra e de Fernando Henrique realizaram em termos de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias.

Falando em ferrovia, o time do deputado Giancarlo Tomelin privatizou, e com a privatização desativou as ferrovias no estado. Agora é bom que o time de Serra e de Fernando Henrique explique para a sociedade catarinense por que desativou os trechos de Mafra, Porto União, Herval d'Oeste, Marcelino Ramos e tantos outros no Brasil inteiro. Um deputado do PSDB de São Paulo diz que o que a América Latina Logística está fazendo é um crime neste país, fruto da política do PSDB, de Fernando Henrique, de José Serra.

Na semana passada, o ministro dos Transportes definiu em Santa Catarina o lançamento de dois editais para a Ferrovia da Integração, o projeto de engenharia de Itajaí a Chapecó e o projeto de viabilidade técnica, econômica e financeira de Chapecó a Dionísio Cerqueira.

Será feito um estudo para passar pela região de Campos Novos, deputado Romildo Titon; ao lado da BR-282 teremos o projeto ferroviário. Vamos construir uma ferrovia para integrar este estado como a luta da Ferrosul, e queremos ver aprovado aqui neste Parlamento. O Paraná já votou na semana passada essa matéria e falta este Parlamento decidir. Queremos ainda neste mês fazer a integração com a Ferrosul para construir o projeto ferroviário de Maracaju, Paraná, oeste de Santa Catarina até o porto do Rio Grande.

O terceiro projeto que abordo, com alegria, como coordenador da Frente Parlamentar que congrega deputados estaduais, federais e senadores dos quatro estados, é o da reativação da ferrovia do Contestado. Portanto, discutir ferrovia, discutir rodovia! O ministro dos Transportes, deputado Giancarlo Tomelin, quando o presidente neoliberal do time do Serra veio para Santa Catarina, anunciou de uma só vez R\$ 64 milhões para o acesso à BR-282 em Chapecó, na semana passada; R\$ 60 milhões na duplicação da BR-282, 14 quilômetros no espaço urbano de Xanxerê; R\$ 62 milhões de modernização da BR-282, passando pelo espaço urbano de Lages; só estes R\$ 186 milhões num único anúncio; mais R\$ 42 milhões dos editais das ferrovias. É assim que nós estamos construindo o Brasil! É assim que o presidente Lula leva a sério este país!

Depois de 50 anos, deputado Giancarlo Tomelin, que moral o Fernando Henrique e o Serra têm para falar em universidade federal, ou em federalização da Furb? Depois de 50 anos estavam sendo sucateadas as nossas universidades federais e agora temos a segunda universidade federal em Santa Catarina; aluno de escola pública está tendo o direito de estudar na universidade pública. O governo neoliberal de v.exa. votou uma lei impedindo expandir escolas técnicas federais neste país, e nós derrubamos essa lei em 2004.

E agora, deputado Ozair Polaco, nesta semana teremos mais uma escola técnica federal, na sua cidade, na sua terra, Otacílio Costa, assim como em São Carlos, Maravilha, Pinhalzinho, Chapecó, Abelardo Luz, Xanxerê, São Miguel d'Oeste, Luzerna, Videira, Rio do Sul, e tantas cidades de Santa Catarina, o Instituto Federal Tecnológico, a Escola Técnica Federal, inclusive com Medicina Veterinária em Concórdia. É assim que estamos projetando esse futuro, ou seja, com emprego,

crescimento econômico, distribuição de renda, Plano Safra - agora R\$ 1,5 bilhão para os agricultores familiares em Santa Catarina; a partir desta semana estará sendo anunciado mais crédito para os agricultores familiares, mais crédito para fazerem suas casas. Nunca, na história deste país, um agricultor teve dinheiro público do governo neoliberal de v.exa. para fazer ou reformar sua casa na área rural. Só da Fetrafe, mais de 30 mil casas foram mediadas com o dinheiro do governo federal. É assim que estamos construindo este país.

V.Exa. não quer plebiscito porque vocês privatizaram, desmontaram. A Grécia está com a mesma receita: privatizar e aumentar os impostos, arrochar salários, aumentar o desemprego, diminuir o crédito na economia. Esta receita vocês já ensinaram e a Grécia está cumprindo. Nós, não! Tivemos mais emprego, mais desenvolvimento, mais distribuição de renda, mais educação para essa sociedade brasileira. E por isso tenho orgulho de ser brasileiro! Só falta agora o Brasil, na reta final, ganhar de 3X1 da Argentina, ser campeão do mundo, aí nós já estaremos felizes, orgulhosos de ser brasileiro, pois estamos transformando o país em uma grande nação.

Não somos mais capachos dos estrangeiros, estamos construindo um país decente, digno para o povo brasileiro, e não para uma meia dúzia de elite que os neoliberais do time do Serra e do Fernando Henrique...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Dagomar Carneiro!

Quero cumprimentar com muita alegria, com muito prazer os vereadores de Joaçaba, o Luiz Vastres e o José Luiz Junqueira de Carvalho, que estão visitando este Parlamento.

Sintam-se em casa! É um prazer muito grande tê-los na Casa do Povo, como também vocês fazem esse papel na Casa Legislativa, em Joaçaba.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado sr. presidente, caro companheiro deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pelas pessoas presentes nesta sessão.

Quero fazer uma pequena reflexão acerca do debate político-eleitoral das últimas semanas ou dos últimos dias para que possamos aproveitar também esta tribuna para essas reflexões, deputado Kennedy Nunes.

Em primeiro lugar, quero dizer que a nossa candidatura para o PDT está mantida, pois está cada vez mais claro que a população ainda não foi chamada para opinar sobre o programa, sobre os principais problemas da

nossa população na área da segurança pública, sobre a calamidade que está a segurança pública, o abandono de muitas regiões, o desespero da população de muitas regiões na área de segurança pública; sobre o abandono também na área da saúde pública, com a população esperando cada vez mais tempo nas filas para ser atendida; sobre as dificuldades, a pobreza mesmo da educação pública no nosso estado, nas nossas cidades; sobre os problemas, as tragédias ambientais que têm acontecido em nosso estado que também não tem ainda o indicativo de soluções que o poder público estadual possa oferecer, assim como a dificuldade dos pequenos agricultores em sobreviver no mercado cada vez mais dominado pelo monopólio do agronegócio.

Então, diante desse quadro, da falta de política pública para resolver os principais problemas da nossa população, a nossa candidatura está mantida pelo PDT, e o nosso trabalho, até a convenção do PDT, pelo menos, vai ser realizar esse debate com vistas ao convencimento do partido de que a melhor alternativa é a candidatura própria.

Mas quero fazer uma reflexão sobre a decisão de ontem do Eduardo Pinho Moreira de abandonar o projeto peemedebista ao governo do estado, curiosamente a pedido e cedendo, enfim, a tantas pressões do ex-governador Luiz Henrique. Nós temos uma realidade em que se juntássemos todos os rebelados de todos os partidos, e olha que a maioria dos grandes partidos ainda não decidiu o que vai fazer, deputado Renato Hinnig, creio que daria a maior candidatura, que seria justamente daqueles que não concordam com os encaminhamentos que estão sendo dados ou que foram dados pelos seus partidos. Justamente, talvez, porque as questões, as definições eleitorais deste ano no estado de Santa Catarina não estão baseadas em programas, não estão baseadas na trajetória histórica, não estão baseadas na perspectiva de solução dos principais problemas do povo catarinense.

Algumas pessoas insistem em ser contrários a tudo que temos falado, e que a nossa pré-candidatura é uma campanha de *marketing* para ganhar notoriedade. Todos sabem aqui que não somos de blefar, não somos de esconder, não somos de dizer uma coisa para depois falar outra, deputado Pedro Uczai, parece que alguns fazem que vão para um determinado rumo, dão todo o encaminhamento de que estão indo para um determinado rumo, vão até as convenções nacionais da Dilma Rousseff, e curiosamente chegam aqui e se abraçam com o lado oposto.

Então, não é nossa postura esse tipo de comportamento. Com certeza o nosso forte não é o *marketing*, não é a criação de factóide. Essas são as palavras do padre Sérgio Jeremias, cobrando mais uma vez, as falácias, as mentiras, as promessas que são feitas pelo atual governo.

Deputado Décio Góes, v.exa. não esteve na procissão de Santo Antônio dos Anjos da Laguna no último sábado, mas o seu colega, seu companheiro de partido e nosso prefeito Célio Antônio lá estava e testemunhou. Deputado Kennedy Nunes, v.exa. deveria ter comparecido para assistir o que assistimos. O padre Marcos Herdt, durante a homilia, deputado Sílvio Dreveck, fez a saudação a todos as autoridades presentes naquela celebração, saudou o governador Leonel Pavan, o prefeito Célio Antônio, a nossa deputada Angela Amin, outras autoridades e citou a presença na procissão de três ex-governadores: Esperidião Amin, Eduardo Pinho Moreira e Luiz Henrique da Silveira.

Para minha surpresa, quando o padre fez a saudação ao ex-governador Luiz Henrique da Silveira ele disse: "Governador Luiz Henrique da Silveira, nós ainda temos esperança de que até o final do ano v.exa. cumpra a promessa e mande edificar a estátua de Santo Antônio que há três anos estamos aguardando". Pensei que o ex-governador fosse pedir licença da trezena e sair da igreja. Aliás, se ele tivesse um pouco de vergonha na cara, em respeito aos seguidores de Santo Antônio, é o que deveria ter feito.

Mas assistindo o que assisti, da manifestação do padre Marcos Herdt, lendo a manifestação do padre Jeremias e lembrando que o farol de Santa Marta, do asfalto até o farol de Santa Marta, também é outra mentira, acho que o problema do ex-governador é com os santos. Mentiu para o povo de Santo Antônio quando disse que ia edificar a imagem de 30m de Santo Antônio. Enganou os devotos de Santa Marta quando disse que levaria o asfalto até o farol. E enganou os devotos da Beata Albertina Berkenbrock, mentindo para o padre e para o bispo. Portanto é um pecador!

É verdade que na articulação política ele é campeão, disso não dá para duvidar! Para mandar o Eduardo Pinho Moreira embora nas condições que mandou ele demonstra que tem poder, que manda, que o chefe é ele e quem tem juízo obedece. Tanto que o Eduardo Pinho Moreira, que ficava tão chateado quando alguém dizia que ele seria vice ou que não iria até o final, acabou se entregando, sabe-se lá em que condições, talvez o tempo vá dizer o que está envolto nessa operação da madrugada que fez o Eduardo Pinho Moreira acordar na segunda-feira jogando a toalha sem muita gente entender. Por isso, reconheço que o Luiz Henrique é campeão na articulação. Agora, em matéria de pagar promessa, até promessa que fez para três santos da nossa região, ele negou as três, negou a de Santo Antônio, negou a de Santa Marta e negou a da beata Albertina Berkenbrock, cuja comemoração da data se dá no dia de hoje que também é o dia de São Luiz.

Eu sei que essa turma toda de seguidores do Luiz Henrique está na torcida para tirar o Paulo Afonso Vieira da candidatura ao Senado, porque parece que o processo todo é para tirar o Paulo Afonso Vieira do processo, mas muitos deles o acompanham.

Eu quero lembrar que mentir para padre, para bispo e para santo é pecado sem perdão. Como a eleição está vindo aí, vai que os seguidores desses santos todos resolvam descontar? Mas como disse o padre Marcos Herdt, na procissão de Santo Antônio, no sábado, quem sabe, já que o Luiz Henrique continua mandando tanto, ele pague pelo menos parte dessas três promessas, dessa dívida que deixou com três santos e os seus seguidores no sul do estado e na nossa região.

Por isso, ao celebrar o dia de Albertina Berkenbrock, me associo ao padre Sérgio Jeremias e quero dizer que, infelizmente, o nosso santuário e acesso a Albertina pedem socorro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo concordar em parte com o pronunciamento do meu amigo, deputado Pedro Uczai.

Primeiro, sr. presidente, eu conversava com o deputado Ozair Polaco há pouco e concordo que o presidente Lula foi bem no que diz respeito à criação de novas universidades federais no Brasil, em Santa Catarina, inclusive Joinville foi contemplada com o pólo da universidade. E nós temos, deputada professora Odete de Jesus, de fazer justiça. Nós temos que elogiar aquilo que dá certo e as iniciativas positivas do governante.

Segundo, também concordo com o deputado Pedro Uczai quando diz que o governo federal foi bem no que diz respeito à criação das escolas técnicas federais. O deputado Ozair Polaco me relatava há pouco sobre a possibilidade da instalação de uma escola técnica no seu município. Participei de um ato da criação da escola técnica em Guarimir e em demais municípios de Santa Catarina. Neste particular, deputado Pedro Uczai, v.exa. tem toda a razão.

Mas quero fazer duas observações. A primeira é que o governo federal vai encerrar o seu mandato com alguns débitos com Santa Catarina. Primeiro, deputado Pedro Uczai, não lançou o edital da duplicação da BR-280, que liga São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul. O governo Lula vai ficar devendo para o norte de Santa Catarina uma duplicação fundamental em termos turísticos e econômicos para o norte do estado.

Segundo, o governo federal também não tomou providências no que diz respeito à duplicação da BR-470. Não posso deixar de registrar essa pendência do governo federal com Santa Catarina.

E quero encerrar aqui as minhas palavras, sr. presidente, fazendo um apelo ao governo federal, porque o Brasil está esperançoso e milhões de aposentados estão esperando que o governo Lula sancione a lei que foi aprovada no Senado, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados, que concede 7,7% de reajuste.

Os aposentados que ganham pouco estão aguardando, os aposentados que na terceira idade têm dificuldades de recursos para ter uma alimentação balanceada, para adquirir os seus medicamentos, enfim, será uma grande injustiça se o governo Lula, deputada professora Odete de Jesus, vetar esse reajuste de 7,7% aos aposentados do nosso país.

Certamente o governo Lula vai sancionar o fim do mal fadado fator previdenciário, que ao longo dos anos vem cortando o salário dos aposentados. Amigos nossos, deputado Pedro Uczai, que se aposentaram com cinco salários mínimos, hoje estão recebendo 1,5 ou dois. Isto é um absurdo! Por quê? Porque o fator previdenciário estava tirando um direito sagrado, conquistado e adquirido dos aposentados do nosso país.

Quero encerrar as minhas palavras fazendo menção a este debate acalorado que está acontecendo no Congresso Nacional, deputado Pedro Uczai, que diz respeito à reforma do Código Florestal. E faço aqui uma afirmação: nós precisamos, na reforma do Código Florestal, garantir dispositivos legais para que possamos de todas as formas, de todos os meios, preservar o nosso meio ambiente. É preciso preservá-lo. Este século vai ser o século do debate sobre o meio ambiente. A humanidade chegou à conclusão, quase que tardiamente, que preservar o meio ambiente significa preservar a vida, mas não podemos esquecer que precisamos dar condições para que possamos garantir o chamado desenvolvimento sustentável. Contudo, o setor produtivo tem que ter condições de continuar crescendo e produzindo, aquecendo a nossa economia e gerando postos de trabalho sustentável.

Portanto, temos que ficar atentos à reforma do Código Florestal, pois é fundamental a descentralização, ou seja, a liberdade, a autonomia para que os estados possam legislar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0320/2010 e 0328/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0321/2010, 0322/2010 e 0323/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0324/2010, 0325/2010, 0326/2010 e 0327/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0329/2010, de autoria da deputada Angela Albino; 0330/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0331/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0332/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0333/2010 e 0334/2010, de autoria do deputado Gilmar Knaesel e 0335/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0786/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0787/2010 e 0788/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0790/2010, de autoria do deputado Dado Cherem; 0791/2010, 0792/2010, 0793/2010, 0794/2010 e 0805/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0795/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0796/2010 e 0799/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0797/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0798/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0800/2010, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 0802/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0803/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; e 0808/2010, de autoria da deputada Angela Albino.

Requerimento n. 0777/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Meio Ambiente, ao presidente e ao superintendente do Ibama de Santa Catarina, pedindo a fiscalização permanente nas obras da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, bem como a não-concessão da licença ambiental de operação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0789/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Cultura, pedindo a viabilização do projeto de construção de um centro integrado de cultura no município de Indaial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0801/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a realização de obras para aumentar a segurança no trânsito da BR-282, trevo de Joaçaba e Capinzal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Requerimento n. 0804/2010, de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Ibama e aos diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres e da Autopista Litoral Sul, pedindo esclarecimentos referentes ao projeto do anel viário de contorno do município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0046/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo apoio à proposta de moratória específica para o setor agrícola da fruticultura da maçã.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão,

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0046/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio à proposta de moratória específica para o setor agrícola da fruticultura da maçã.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão,

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0047/2010, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao secretário da Segurança Pública, manifestando repúdio à atuação da Polícia Militar contra os manifestantes do *campus* da Udesc em 31 de maio do corrente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão,

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ozair Polaco, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - Sr. presidente e srs. deputados, é com muita alegria que assomo à tribuna desta Casa para, em primeiro lugar, fazer um agradecimento especial ao deputado Pedro Uczai, que foi o deputado que aprovou o requerimento de minha autoria, que pedia a realização de uma audiência pública na cidade de Otacílio Costa.

Quero agradecer também aos funcionários da comissão, principalmente ao Laedio, que foi muito eficiente e ajudou-me na organização, e dizer que no dia da audiência, uma quinta-feira, às 14h, deputado Dagomar Carneiro, mais de 100 lideranças se fizeram presentes.

Também não poderia deixar de agradecer ao Gabinete da Presidência desta Casa, na pessoa da Marlene, chefe-de-gabinete do presidente, que nos deu todo o apoio liberando os funcionários, e ao pessoal da imprensa, que deu toda a cobertura. Foi um ato de muita alegria.

Quero agradecer também ao Marcelo, pró-reitor do Instituto Federal. Inclusive o deputado Pedro Uczai comentava que pela primeira vez ele fez um pronunciamento e liberou a Escola Técnica para a cidade de Otacílio Costa. Os deputados Antônio Ceron e Elizeu Mattos foram meus convidados, independentemente partido político, porque são da região. Deputado Elizeu Mattos, temos diferenças partidárias, mas somos amigos.

Eu, que fui autor do requerimento que ensejou a realização da referida audiência pública, tive que pedir licença, infelizmente, ao deputado Pedro Uczai para sair - não pude ficar até o final para ver a alegria, deputado Valdir Cobalchini, das pessoas que estavam lá - porque tinha um compromisso em Florianópolis. Saí de lá às 15h30 para chegar aqui às 17h55. Depois, deputado Pedro Uczai, as pessoas o elogiaram dizendo que v.exa. conduziu muito bem os trabalhos daquela audiência pública.

Foi uma alegria muito grande para a nossa cidade, que é muito pequena, deputada Ana Paula Lima, pois temos muitas dificuldades. Em Lages só existe o Senai e os pais, que são carentes, não têm condições de proporcionar para os seus filhos um curso técnico.

Mas quero dizer ao deputado Darci de Matos que o presidente Lula está de parabéns. Hoje ele deu oportunidade para as pessoas que não têm condições. Atualmente, Otacílio Costa tem uma escola técnica, sendo que o município de Palmeiras também foi beneficiado, porque fica encostadinho ao nosso município, distante somente oito quilômetros. Eu não tenho palavras para descrever aqui, deputado Pedro Uczai, a alegria das pessoas de Otacílio Costa e Palmeiras.

Então, quero agradecer-lhe, do fundo do coração!

É muito bom saber, deputada Ana Paula Lima, que durante esses quatro meses que fiquei aqui consegui uma escola técnica para a nossa cidade. Isso é muito gratificante. Para mim esse projeto ficará marcado no meu coração, na minha história. Então, deputado Pedro Uczai, repito, o meu muito obrigado, de coração.

Eu só fiz amigos aqui. No dia 30 termina o meu período nesta Casa e quero dizer que aprendi muito com todos os

parlamentares. Todos têm o seu partido na Assembleia, mas o respeito é muito importante. E nas cidades que são pequenas, em época de eleição, as pessoas fazem quase uma guerra e quem é de um partido não fala com quem é de outro partido. Mas eu aqui, deputado Valdir Cobalchini, aprendi muito. Eu, por exemplo, tinha grandes dificuldades com o PMDB. Respeito todos os partidos e tenho uma tese: em todos os partidos há pessoas boas e há aquelas que têm dificuldades. Por isso valorizo muito, acima do partido político, a pessoa, o ser humano.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Polaco, assim carinhosamente eu o chamo, porque é assim que v.exa. é conhecido no município de Otacílio Costa

Primeiramente, quero dar os parabéns a v.exa. pela sua sensibilidade, pela sua preocupação com a cidade, com o futuro daquela microrregião, pois a educação, a qualificação profissional é um dos instrumentos que vão garantir um melhor desenvolvimento com distribuição de renda, porque aumenta as condições de vida e trabalho dos jovens daquela região.

Como presidente da comissão de Educação, estou muito feliz porque fizemos isso com Otacílio Costa, com São Carlos, com Pinhalzinho, com Maravilha e com outras cidades, como Fraiburgo. Esse é o papel do Parlamento.

Em segundo lugar, fico feliz com o presidente Lula, com o seu governo, com um presidente que, apesar de não ter podido estudar, de cursar uma universidade, está criando centenas de escolas técnicas por este Brasil afora, dando direito aos nossos jovens de terem uma profissão.

Em último lugar, quero dizer que a maior alegria que eu tenho é a questão suprapartidária. Eu não perguntei qual era o partido do prefeito de Otacílio Costa. V.Exa., que disputou a eleição municipal, desconsiderou aquele momento da disputa e partiu para a luta de garantir o direito de haver uma escola técnica em Otacílio Costa.

Então, fico feliz porque é assim que o nosso presidente está agindo e comemoro junto com a comunidade de Otacílio Costa mais uma conquista, mais uma escola técnica federal neste estado.

Um grande futuro para Otacílio Costa e parabéns a v.exa.!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado Ozair Polaco, quero dizer da alegria, do privilégio que estou tendo pela convivência com v.exa. tanto aqui no plenário quanto na comissão de Educação, pois soube aproveitar muito bem o tempo. Eu também, quando vim aqui na primeira vez, ocasião em que fiquei apenas quatro meses, trabalhei quase que 24 horas por dia buscando resgatar os compromissos assumidos com a nossa região, através de apresentação de projetos, de requerimentos, de indicações, de moções, participando efetivamente em plenário e nas comissões.

Srs. deputados, se fosse só essa conquista nesses quatro meses, já justificaria o seu mandato na sua terra, Otacílio Costa. Então, quero cumprimentá-lo e igualmente

cumprimentar o deputado Pedro Uczai, sempre muito diligente, muito atencioso, comportando-se como um verdadeiro presidente da comissão de Educação.

Parabéns, deputado Polaco, v.exa. me dá a liberdade de tê-lo como um amigo e vai fazer falta nesta Casa. Tomara que um dia v.exa. possa retornar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - Para finalizar, quero agradecer à deputada Professora Odete de Jesus, que gentilmente cedeu o seu espaço para que eu pudesse fazer uso desta tribuna.

Quero dizer, deputado Pedro Uczai, que o prefeito de Otacílio Costa foi meu concorrente na última eleição, sendo que ele teve 52% dos votos válidos e eu 48%. Praticamente metade da cidade votou em mim e um pouco mais da metade votou nele, mas eu não fiquei ressentido com isso e também quero agradecer ao prefeito, que esteve lá dando todo o apoio.

Para encerrar, quero dizer, deputada Ana Paula Lima, que há três anos que perdi um filho de 18 anos, que foi morto nesta cidade por engano. Pensei que Deus não iria mais dar alegria ao meu coração, mas Deus, do jeito Dele, aos pouquinhos, deu-me força para viver.

Quero dizer também a v.exa., deputado Pedro Uczai, que a maior alegria da minha vida foi em Otacílio Costa, graças a v.exa. Eu sei que lá no céu, onde meu filho está, ele vai ficar muito feliz com o seu pai, porque eu, graças ao apoio de vocês, estou dando uma oportunidade àquelas pessoas que nunca tiveram uma chance na vida e que agora terão com a escola técnica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, sr. presidente, sra. deputada Professora Odete de Jesus, srs. parlamentares, funcionários desta Casa e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero dizer, sr. presidente, que meu coração é vermelho, mas a partir de hoje, como estaremos torcendo pela Seleção Brasileira, o meu coração é verde e amarelo. Hoje, a nossa seleção, que é orgulho para o Brasil, jogará a partir das 15h30. Eu acho que não só o Brasil, como o mundo inteiro hoje, está parando para ver a Seleção Brasileira jogar, torcendo para que ela vença, passando essa energia positiva que o brasileiro sabe passar e acreditando nessa seleção convocada pelo técnico Dunga.

Que possamos, deputado Pedro Uczai, trazer o hexacampeonato para o Brasil, pois o povo brasileiro merece também essa alegria. Mas os nossos jogadores sabem jogar o bom futebol e encantar toda a nossa gente.

Quero dizer também que fiquei emocionada com o discurso do deputado Ozair Polaco, com a sua grandeza, com o debate de idéias. Nesse pouco tempo que passou neste Parlamento já fez grandes amigos e, principalmente, conseguiu levar para o seu município uma obra do governo federal, oportunizando a muitos jovens fazerem a sua qualificação profissional. Tenha a certeza, deputado Polaco, que este é o espírito do presidente Lula: governar para todos os brasileiros, independentemente de sigla partidária.

Srs. deputados, na data de ontem, o estado de Santa Catarina foi o penúltimo estado da nossa federação a assinar convênio

com o Pronasci. Nós, muitas vezes, assomamos à tribuna desta Casa para falar sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, pois Santa Catarina ainda não havia aderido a esse programa. Mas com a ajuda da grandiosa guerreira que é a nossa senadora Ideli Salvatti, que trabalha no sentido de trazer recursos para o nosso estado, ontem, juntamente com o ministro Luiz Paulo Barreto, no gabinete do governador do estado, foi assinado o convênio do Pronasci, que tantas vezes pedimos, que tantas vezes imploramos que fosse assinado. Foi maravilhoso.

Eu tenho certeza de que esse programa idealizado pela ex-ministra Dilma Rousseff dará mais segurança para o nosso povo, não somente através da repressão, mas, principalmente, deputada Professora Odete de Jesus, através da prevenção, trabalhando projetos como o Mulheres da Paz e Proteja.

Santa Catarina recebeu R\$ 20 milhões para o Programa de Segurança Pública com Cidadania, tendo sido realizadas duas audiências públicas em nosso estado: uma em Itajaí e outra na Grande Florianópolis. Em Itajaí estão ocorrendo muitos crimes, como também na Grande Florianópolis. E há 20 dias a senadora Ideli Salvatti e o diretor do ministério da Justiça, Ronaldo Teixeira, fizeram essas amarrações e ontem foi assinado o Pronasci no estado de Santa Catarina.

Outro tema que também me diz respeito, deputado Pedro Uczai, é a realização de um maravilhoso evento de que participamos, deputada Professora Odete de Jesus, juntamente com o presidente Lula, com o vice-presidente José Alencar, do seu partido, com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, com a ex-ministra Dilma Rousseff: a Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, neste último domingo, em Brasília. Lá foi retratado fielmente que o nosso país quer, precisa e merece uma mulher na Presidência da República. Por isso consolidamos o nome da ex-ministra Dilma Rousseff como candidata do PT às eleições presidenciais.

Srs. deputados, o Brasil está dando mostras de que mudou, de que amadureceu e que o governo fez ressurgir a esperança e a dignidade do nosso povo, deputada Professora Odete de Jesus. A candidata Dilma Rousseff e o presidente Lula, diante de milhares de companheiros correligionários, estavam emocionados e direcionaram seus discursos especialmente às mulheres do Brasil, aquelas mulheres que estão no anonimato, que fazem a história em suas casas, mas que são imprescindíveis para melhorar a condição da família e também da nossa sociedade. A nossa Anita Garibaldi também foi lembrada na convenção do PT.

Sem dúvida, a convenção foi, sim, uma demonstração de que a grande energia desta nação está na força, no trabalho e no resgate da esperança. E faço minhas as palavras, sr. presidente, srs. parlamentares e público que nos acompanha pela TVAL, da nossa ex-ministra e candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, ao descrever a trajetória do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores, no comando do nosso país.

(Passa a ler.)

“É a força de um sonho de um povo que sempre lutou e jamais perdeu a esperança e que levou à Presidência um trabalhador que provou que um novo Brasil é possível. Um Brasil justo, um Brasil forte, um Brasil democrático, um Brasil independente e cheio de oportunidades para todas as brasileiras e para todos os brasileiros.”

Por isso, sras. deputadas e srs. deputados, depois deste grande estadista, que foi o presidente Lula, este homem que resgatou o Brasil para os brasileiros e brasileiras e levou esta nação a ser um símbolo e exemplo de igualdade social para os demais países do mundo, nada mais justo que o nosso país seja governado por esta discípula do presidente Lula, que é a ex-ministra Dilma Rousseff, que tanto contribuiu ao lado do presidente Lula para este Brasil que nos orgulha tanto na data de hoje.

A minha pergunta sempre é a seguinte, deputada Professora Odete de Jesus: o que faziam com o dinheiro antes? Falava-me o vice-presidente José Alencar que o Brasil nunca viu tantos recursos para a área da infraestrutura, para a área da saúde, para a área da educação. E o deputado Ozair Polaco falou da sua felicidade em constatar isso.

Também falo, srs. deputados e sras. deputadas, do salário mínimo, que na época de Fernando Henrique Cardoso não chegava a US\$ 100 e agora está chegando a quase US\$ 300; do programa Minha Casa, Minha Vida, através do qual estão sendo construídas casas em quase todos os municípios do nosso país; da economia estabilizada, pois hoje a inflação está controlada; e do comércio aquecido.

Hoje, deputada Professora Odete de Jesus, os supermercados estão abertos - e isso é um retrato da estabilidade econômica - de domingo a domingo, até as 22h, e as pessoas estão comprando a qualquer hora. Isso ocorre porque o povo tem recursos para fazer suas escolhas.

Falo também das universidades e das escolas técnicas criadas em nosso país. Veja, sra. deputada, e v.exa. é professora, que um trabalhador como Lula, que não teve a oportunidade de estudar na juventude, é o presidente que mais criou universidades e escolas técnicas no país, oportunizando o ensino a todos os brasileiros e a todas as brasileiras.

Falava o presidente Lula, na convenção nacional do PT, que ele terá o orgulho de, daqui a alguns dias, entregar 540 diplomas da área de Medicina para estudantes que não conseguiam acessar esse curso e que através do ProUni conseguiram formar-se. Para um filho de um trabalhador isso representa muito.

Falo também do dinheiro que veio para Santa Catarina na área de reconstrução. Dizia-me o deputado Dado Chereim, com todo o respeito, que a salvação do estado de Santa Catarina foram os R\$ 100 milhões que vieram do ministério da Saúde. Também veio dinheiro para a reconstrução, na área de infraestrutura.

Srs. deputados, é por isso que quero saber o que faziam antes com o nosso Brasil? O que acontecia com o nosso país, que não tinha dinheiro para nada, e agora há muitas coisas acontecendo no Brasil?

Assim, exijo desta tribuna respeito, principalmente às mulheres, e respeito a Dilma Rousseff, porque ela é uma mulher que me orgulha e orgulha todas as mulheres e os homens do nosso país.

Hoje, sr. presidente, é um dia muito especial. É o dia em que todos os brasileiros e brasileiras vão estar unidos para torcer pela Seleção Brasileira de Futebol. Hoje o nosso coração é verde e amarelo. Hoje tenho orgulho de estar vestindo a camisa verde e amarela. A nossa torcida é para que, assim como o presidente Lula fez do Brasil um país que orgulha todos nós, inclusive internacionalmente, a Seleção Brasileira traga o hexacampeonato!

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro; demais integrantes da mesa; sra. deputada Ana Paula Lima; demais srs. deputados; imprensa falada escrita e televisada, prezadas taquígrafas, funcionários desta Casa, telespectadores que acompanham o desenrolar dos nossos trabalhos legislativos pela TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, eu estava muito atenta ao pronunciamento desta brilhante parlamentar, a minha colega Ana Paula Lima, que falou sobre o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez por todos os brasileiros. Ele trouxe alegria, bem-estar e felicidade para as famílias. E a maior alegria dos pais é ver seus filhos estudando, recebendo uma educação de qualidade. E muitas coisas mais podem ser feitas.

Quero dizer o que sempre tenho falado: que dinheiro para a educação existe, e muitos, muitos milhões; que dinheiro para a saúde também existe, e muitos, muitos milhões; que dinheiro para a infraestrutura existe, assim como existe para muitas coisas.

Nós, quando vamos à padaria adquirir um pãozinho, pagamos ICMS. Em todas as mercadorias que nós compramos pagamos ICMS. E isso tem que retornar para as pessoas, para o seu bem-estar. Mas muitas coisas vão-se perdendo pelo caminho, e isso nós não podemos admitir, pois estamos aqui como fiscalizadores do dinheiro público.

Eu quero dizer a v.exas. que ontem, pela primeira vez, eu me emocionei quando fui homenageada no município de Otacílio Costa com o título de Cidadã Otaciliense. Lá estiveram presentes inúmeras autoridades e todos os vereadores. Uma pessoa não conquista um título de qualquer maneira. Ela tem que ter trabalho apresentado, porque passa pela apreciação dos vereadores e do presidente da Câmara essa concessão. E lá todos os vereadores aprovaram o nosso nome.

Portanto, quando fui homenageada foi muito emocionante, sr. presidente e srs. deputados, porque lá passou um filme sobre a minha vida, falando de toda a minha atuação neste Parlamento. Eu fui lembrada quando fui, em comitiva, visitar o ministro Alfredo Nascimento e pedir a conclusão da BR-282. Fui numa comitiva de 42 pessoas, entre vereadores e lideranças daquela região, e hoje a BR-282 é uma realidade. Tão logo fizemos a solicitação, juntamente com o vice-presidente do meu partido, José Alencar, já começaram a chegar os R\$ 5 milhões iniciais.

Então, quero agradecer ao vereador do meu partido, Edson Pasold, que tem feito um trabalho magnífico naquele município; à família Machado, na pessoa da Neiva Machado, vereadora; ao dr. Machado, muito conhecido naquela região; ao vereador Amadeus Boaventura Pereira; ao vereador Anderson Amarante de Liz; ao vereador Carlos Antônio Schneider; ao vereador Leonir Ribeiro Silva; ao presidente da Câmara, vereador Milton José Matias; ao vereador Robson de Oliveira Medeiros; ao vereador Silvano Cardoso Antunes; e à vereadora Maria Sonei Constante Carvalho.

Srs. deputados, foi um momento muito emocionante porque fui comparada até com o ex-governador, dr. Luiz Henrique da Silveira. Houve um vereador que falou:

"Deputada, a senhora faz leis não só para uma região isolada, a senhora faz leis para todos os catarinenses". E eu me senti feliz porque fui comparada a um grande estadista, o dr. Luiz Henrique da Silveira, esse grande homem público que deixou marcas no estado de Santa Catarina, que plantou boas sementes.

Quero dizer que estava lá também o representante da senadora e colega Ideli Salvatti, o prefeito Luiz Paulo Farias, de Ponte Alta, pois ela não pôde se fazer presente.

Então, esse título de Cidadã Otaciliense vou colocar na entrada do meu gabinete porque, quando recebemos um título, temos que o mostrar.

Eu também gostaria de agradecer aos meus colegas deputados, porque plantamos juntos. Os nossos projetos de lei são levados para as comissões e apreciados por inúmeros srs. deputados, de diversas bancadas.

Ontem foi um momento festivo, uma noite fria, mas muito calorosa, porque passou um filme sobre toda a minha atuação no estado de Santa Catarina.

Agora quero falar um pouquinho da homenagem que nós prestamos, no dia 8 de junho, para a maior escola da América Latina, o Instituto Estadual de Educação, sob o comando da coordenadora-geral Gilda Mara Marcondes. Nós realizamos uma sessão especial de alto nível, com a apresentação do coral que abriu a sessão com o Hino Nacional e depois fez a interpretação de inúmeras músicas alegrando a noite naquela homenagem aos 118 anos do Instituto Estadual de Educação.

Passaram inúmeras autoridades pelo Instituto Estadual de Educação. Nós temos deputados que estudaram lá; o meu chefe-de-gabinete, dr. Sandro, também foi aluno dessa escola.

Então, foi uma noite maravilhosa, com a presença do secretário da Educação, do professor Antônio Pazetto, de inúmeras professoras - o IEE conta, aproximadamente, com 300 docentes -, de alunos e de pais de alunos. Portanto, foi uma noite magnífica!

Eu quero, sr. presidente, dizer que a vida segue. Estamos aguardando decisões de inúmeros partidos e estamos aqui para defender o pequeno, o desassistido, o desabrigado, o desamparado, a viúva, o órfão, o necessitado. Enquanto estivermos ocupando um assento neste Parlamento não vamos cansar de defender aqueles que estão gemendo e precisando de nós.

Muito obrigada! Um abraço bem grande e até outra oportunidade!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o eminente deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, hoje fiz novamente um apelo na comissão de Constituição e Justiça, e vou fazer isso semanalmente em todas as reuniões daquela comissão, deputado Silvio Dreveck, para que a PEC n. 0001/2007, de nossa autoria, que trata do orçamento impositivo, seja colocada em tramitação.

Já lá se vão três anos que adentramos com essa PEC nesta Casa e não tivemos até agora a oportunidade de fazer o debate sobre ela. Espero que possamos, ainda neste período de pré-campanha, apreciá-la, até porque estamos num processo eleitoral, não sabemos quem será o próximo governante e

acredito que esse é o melhor momento para que possamos discutir, de forma responsável, séria e comprometida, a questão da introdução do orçamento impositivo em Santa Catarina.

Deputado Dagomar Carneiro, nós, parlamentares, às vezes não nos damos conta de que o momento mais importante de um Parlamento, seja a Câmara Municipal, a Assembleia ou o Congresso Nacional, é quando se vota a lei mais importante, que é a Lei Orçamentária. Não há, deputado Silvio Dreveck, nenhuma outra matéria de importância tão grande, discutida e deliberada num Parlamento, do que a a Lei Orçamentária, porque essa é, deputada Angela Albino, de fato, a lei que pode influenciar e mudar a vida das pessoas, porque é nela que se define quanto o estado vai arrecadar e como vai aplicar o que arrecada.

No entanto, deputado Dagomar Carneiro, a Lei Orçamentária continua sendo uma lei fictícia, continua sendo uma peça de ficção científica. Não é verdade que definimos aqui aquilo que vai ser feito, porque o governante de plantão tem autonomia, tem autoridade para mudar a aplicação do Orçamento e até para não o executar, como estamos vendo acontecer em diversas ações por todo o estado, e não só as ações do Orçamento Regionalizado.

Temos hoje, em Santa Catarina, um cenário de milhões de obras que tiveram edital lançado, que tiveram ordem de serviço entregue sem que nada tenha acontecido! Até carta de boa intenção de fazer obra o ex-governador distribuiu aos montes por todo o estado.

Recebemos uma informação, deputado Silvio Dreveck, e acho que precisamos checá-la, de que só na secretaria de Infraestrutura há um montante de mais de R\$ 100 milhões de convênios que foram assinados sem o devido lastro orçamentário. Se isso aconteceu, deputado Darci de Matos, temos uma grande farsa. Isso é crime de responsabilidade fiscal! Um governo não pode emitir um edital de licitação, uma ordem de serviço, sem a devida cobertura orçamentária, principalmente em ano de eleição, quando as regras são mais rígidas.

Portanto, nós temos que ficar atentos a tudo isso, para ver qual é o passivo que vai ficar diante de todas as expectativas que foram geradas.

Deputado Gilmar Knaesel, v.exa. estava em Tubarão quando o ex-governador Luiz Henrique anunciou que faria a pavimentação do trecho São Martinho/São Luís, aqueles 8km que ligam a cidade de São Martinho ao santuário de Albertina Berkenbrock, cujo dia celebramos hoje. Três anos se passaram desde a beatificação e o asfalto não chegou lá, deputado Gilmar Knaesel. Não aconteceu!

O governador jurou, prometeu para dom Jacinto Bergmann, que já foi embora há mais de ano, que quando fosse celebrado um ano da beatificação seria inaugurado o asfalto. Mentiu para o bispo e, como eu disse antes, mentiu para o padre, em Laguna, com relação à imagem de Santo Antônio, como mentiu também para o povo do Farol de Santa Marta. Portanto, é um pecador triplo, mentiu para três santos da nossa região.

Foi embora, está fazendo campanha, só pensa em articulação, e nessas articulações todas você não ouve uma palavra em favor do povo catarinense, sobre um projeto para Santa Catarina. Não! É só toma lá, dá cá, e negócios! Essa gente só faz negócio! E o pior é que está usando o avião governamental para isso, como o fez há poucos dias.

Nós temos que conter tudo isso. Por isso entendo que, votando a favor da PEC do orça-

mento impositivo, estaremos transformando, deputada Angela Albino, esses 3% do Orçamento Regionalizado em algo real. Seja quem for aquele que governar o estado no ano que vem vai ter a obrigação de cumprir pelo menos esses 3%. E aí começamos a resgatar a credibilidade do Orçamento Regionalizado, mas acima de tudo vamos resgatar o papel e o poder deste Parlamento.

Ficamos choramingando, às vezes, nas convenções da Unale, deputado Silvio Dreveck, reclamando que o Congresso Nacional usurpou o poder das Assembleias Legislativas através da Constituição, mas o que estamos fazendo de fato para resgatar o poder dos Legislativos Estaduais? Se a Lei Orçamentária é a lei mais importante que se vota, por que não tornamos a execução de pelo menos parte dela obrigatória, por que não transformamos pelo menos aqueles 3%, deputado Valmir Comin, em impositivo? Assim se acabaria com essa mentira toda que é feita todo ano, ou seja, ir lá, reunir a população, fazer reunião do Orçamento Regionalizado, porque gera expectativa, a imprensa noticia e nada acontece no final do ano.

Vamos aprovar essa PEC e transformar esses 3% do Orçamento Regionalizado em impositivo ou vamos ter a coragem de tirar essa farsa do Orçamento Regionalizado, porque a intenção do deputado que apresentou a proposta é boa, mas não aconteceu! E já faz quase 20 anos, deputada Angela Albino, que está na Constituição. Nós não podemos mais fazer de conta que isso acontece. Se nós não fizermos com que seja impositivo, não vai acontecer, esse é o apelo que quero fazer.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o meu líder, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, v.exa. tem toda razão e propriedade quando fala a respeito do Orçamento, que é a peça mais importante para o funcionamento de qualquer ente, seja o estado, a união ou o município. Sem Orçamento, não há execução de obra pública.

Portanto, quando o Poder Legislativo aprova, está dando uma grande contribuição à população. Por outro lado, para realmente contribuir, deputado, nos dias de hoje, com a estabilidade econômica que há no Brasil, precisa existir a possibilidade de se fazer um Orçamento exequível.

Nós percebemos que o governo do estado não queria fazer um Orçamento exequível e por conta disso antecipou, como v.exa. disse, vários convênios, como tudo indica, na ordem de R\$ 100 milhões, e todas as obras que foram contratadas estão paralisadas.

Amanhã vou falar sobre isso e sobre a situação das rodovias.

Agradeço o aparte, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Eu vou voltar amanhã também, dessa feita trazendo outro tema que está assustando os micro e pequenos empresários de Santa Catarina. Os contadores estão em polvorosa, e precisamos fazer uma audiência pública nesta Casa. Houve uma mudança agora, deputado Serafim Venzon, na questão da arrecadação da micro e pequena empresa.

Há micro e pequeno empresário que arrecadava em torno de R\$ 300,00, R\$ 400,00 por mês e que vai passar, a partir de 1º de

maio, a arrecadar R\$ 1.000,00, R\$ 1.200,00 e até R\$ 1.500,00. A partir de amanhã vou trazer mais dados. É um assunto grave e temo que com essa medida muitas microempresas possam não sobreviver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, quero destacar, no meu pronunciamento, que é característica do governador Leonel Pavan, desde quando começou na política como vereador - aliás foi o primeiro vereador de Santa Catarina do PDT e depois um dos primeiros prefeitos do estado também do mesmo partido -, sempre envolver os jovens nos seus programas de governo, nos seus pronunciamentos.

Eu estava revendo os seus pronunciamentos na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú quando vereador e lá estava ele envolvido com a juventude. Como prefeito, por três vezes que foi, desenvolveu diversas ações e leis estimulando a juventude. E agora, como governador, certamente será também a vez de modificar algumas leis para facilitar e aproveitar a grande força do jovem.

Na verdade, o jovem é aquele que garante a continuidade, mas uma continuidade renovada, como a floresta, pois para quem a vê de longe ela está sempre igual, mas na verdade lá também as árvores nascem, crescem e morrem. Enfim, a floresta se renova através das árvores mais jovens.

Na política, nas ações do governo, também acontece exatamente isto, apesar de mantermos uma linha, ela é renovada, é melhorada através do aproveitamento da corrente da juventude.

Em nível nacional existem as políticas públicas de juventude que o governo federal criou através da secretaria Nacional da Juventude, que é ligada diretamente ao Gabinete da Presidência da República e também ao Conselho Nacional de Juventude.

Tramita na Câmara Federal o projeto de lei que cria o Estatuto Nacional da Juventude, que institui o Fundo Nacional da Juventude, justamente para aproveitar as idéias dos jovens, não só dos universitários, que já participam bastante da política, mas dos mais jovens, aqueles de 14, 15, 16 anos. Hoje já se discute política no segundo grau dos colégios.

Muitos adolescentes gostam de discutir política com bem mais pureza do que as pessoas com 70 ou 80 anos, justamente porque eles vislumbram um país de fato mais democrático, mais transparente e melhor para todos. E isso vai depender de um conjunto de mudanças, que está, justamente, no coração dos jovens.

Então, no âmbito federal, tramita no Congresso Nacional o projeto de lei que cria o Estatuto Nacional da Juventude. Em Santa Catarina, a Lei n. 381, de 2007, criou a Coordenadoria Regional da Juventude, que está vinculada diretamente ao gabinete do governador e cujo coordenador é o sr. Azael Batista, que faz um trabalho muito bom e que, juntamente com a Secretaria Nacional da Juventude, está buscando uma série de ações que o governo federal faz e que precisam ser implementadas em nosso estado também.

A coordenadoria não tem *status* de secretaria e muitas das suas ações têm que estar ligadas a outra secretaria, nem sempre uma secretaria fim.

No ano passado, aconteceu em Santa Catarina o Projovem, que matriculou aproximadamente dois mil alunos, de 19 a 30 anos, que não tinham ensino fundamental. Esses alunos, além de terem as aulas gratuitamente e merenda, ainda ganhavam R\$ 100,00 por mês, a título de estímulo para que pudessem durante a noite deslocar-se para as aulas.

As crianças que participam não ganham nada. Por alguma razão foram excluídos do processo natural, porque além de receber essas aulas como todo mundo, ainda receberiam os R\$ 100,00 por mês para estimulá-los a permanecer na sala de aula.

Ocorre que a Coordenadoria da Juventude não pode gerir esse curso porque não tem *status* de secretaria, por isso foi feito através da secretaria do Planejamento.

Agora, com a mudança do governador, houve a posse de um novo secretário do Planejamento, que pergunta o que ele tem a ver com o Projovem. Tem muito mais a ver com a secretaria da Educação, é verdade. Então, esse procedimento foi feito na tentativa de transferir esse programa para a secretaria estadual da Educação. Houve um decreto editado pelo governador fazendo essa transferência.

Por outro lado, entende a secretaria da Educação que o Projovem não poderia implementado no estado nos mesmos moldes do programa nacional, que tem uma parceria com o governo do estado. Então, a secretaria estadual da Educação entende que o governo deve repassar os recursos e ela, por si só, faria

a coordenação de todo o programa, ao invés de não executar um programa que já vem elaborado do governo federal, que acontece em todos os estados do Brasil nos mesmos moldes.

O atual secretário da Educação, professor Silvestre Heerdt, entendeu que é melhor que os recursos venham para a secretaria, que fará a gestão do Projovem. Mas até que se estudasse como isso funcionaria, Santa Catarina acabou perdendo o prazo para assinar o convênio do Projovem, programa em que poderiam ser matriculados, além dos dois mil alunos, mais seis mil alunos, quer dizer, oito mil jovens teriam a oportunidade de fazer desde a 1ª até a 8ª série. Esses jovens poderiam ser requalificados, ficando aptos para amanhã ou depois fazer o 2º grau e finalmente a universidade, que é o desejo de muitos.

Mas eu destaco aqui que se a Coordenadoria da Juventude fosse uma secretaria de estado poderia executar esse programa conforme os preceitos da Secretaria Nacional da Juventude. Se houvesse aqui uma secretaria estadual da Juventude poderíamos executar esse programa e o governo do estado não teria perdido uma extraordinária oportunidade.

Em função disso, o governo do estado, agora com Leonel Pavan no comando, que sempre teve um carinho especial pela juventude, pela participação dos jovens em vários órgãos, vai criar a secretaria de estado da Juventude, que seguramente será um grande instrumento de política pública para o governo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A Presidência dá as boas-vindas ao Grupo de Idosos Feliz Idade, do município de São José, que visita o Parlamento catarinense nesta manhã.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopesla - Narcizo Parisotto - Ozair Polaco - Pedro Uczai -

Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Comemora a contratação, pela Epagri e Cidasc, dos profissionais concursados.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comemora a vitória do PMDB nas eleições municipais em

Maracajá e Timbé do Sul; externa sua inconformidade com o andamento das obras da BR-101/sul.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Fala da contribuição do PSDB para a construção do Brasil atual.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende o governo Lula; prega a aprovação de PEC que aumenta o repasse de recursos para os municípios.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem)

- Anuncia a presença da nova prefeita de Celso Ramos, Inês Terezinha Pegoraro Schons.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Crítica a tríplice aliança e o ex-governador Luiz Henrique.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Anuncia a presença do ex-deputado Vicente Caropreso.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Cumprimenta o ex-deputado Vicente Caropreso.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pede providências do estado contra o vício das drogas; condena ingerência política na FCEE; manifesta-se contrário à extinção dos NEPs.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Considera que a educação estadual necessita de ampla reformulação.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Apela ao governador para que não vete a MPV que concede gratificação para servidores públicos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Cumprimenta o deputado Darcy de Matos pela defesa dos servidores públicos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discorre sobre os seis seminários que a comissão de Educação realizou no estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, senhores e senhoras da imprensa, o que me traz à tribuna neste dia é motivo, deputado Pedro Uczai, de muita felicidade.

Na semana passada, a secretaria da Agricultura, através de concurso feito há algum tempo - o secretário Antônio Ceron deu continuidade a projeto iniciado por este deputado, assim como o secretário Enori Barbieri -, por determinação do governador Leonel Pavan, chamou 120 médicos veterinários para trabalhar na Cidasc e 50 engenheiros agrônomos, deputado Jorginho Mello, para trabalhar na Epagri.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio)(Faz soar a campanha.) - Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. me permite uma consideração, pois cometi um equívoco. Assim, para encaminharmos a sessão de forma correta, a bancada do PMDB, no dia de hoje, tem o último tempo no horário dos Partidos Políticos. Como esta sessão é do calendário especial, não há Breves Comunicações. Assim, passaremos diretamente ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Então, consulto se é possível converter o discurso de v.exa. para o horário dos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, não sei quem está inscrito pelo PMDB. É v.exa., deputado Manoel Mota, que fala pelo PMDB? Se v.exa. me permitir, dividiremos o tempo.

(O deputado Manoel Mota aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Agradeço a compreensão do deputado Manoel Mota e do deputado Moacir

Sopelsa e peço desculpas pelo equívoco na condução da sessão.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Como estava dizendo, isso me deixa feliz porque Santa Catarina é um estado que tem na agricultura, na produção de cereais, leite, suínos, aves, alho, cebola, maçã e na pesca, uma forte economia. Esses profissionais estarão mais próximos, trabalharão junto ao nosso produtor. Esse trabalho começou a ser realizado pela Acaresc, órgão que iniciou a extensão rural, e teve continuidade com a Epagri.

Nos últimos anos o quadro de profissionais da Epagri foi ficando muito enxuto, deputado Sargento Amauri Soares, pois vários profissionais se aposentaram e não foram contratados novos funcionários para atender à necessidade da empresa para manter o nível do trabalho. Agora, com a contratação desses 50 profissionais, poderemos continuar mostrando para o país que a agricultura de Santa Catarina tem tecnologia, tem qualidade, tem sanidade. E aí se insere o trabalho da Cidasc, empresa que teve início, se não me falha a memória, no governo de Colombo Salles. Na época chamava-se Cafasc, Campanha de Combate à Febre Aftosa em Santa Catarina, agora é Cidasc, e tem feito, juntamente com os nossos produtores, um trabalho que é exemplo para o mundo, pois somos um estado de excelência em sanidade, em tecnologia e em qualidade de produtos.

Imagino que o governo caminhando dessa forma, pensando dessa forma, vai recompor os quadros tanto da Cidasc, quanto da Epagri, a fim de que tenhamos a quantidade necessária de técnicos para atender aos produtores que precisam ser atendidos.

Santa Catarina já teve mais de 300 mil propriedades agrícolas; hoje os levantamentos mostram que estamos com um pouco mais de 180 mil propriedades agrícolas. Contudo, nosso estado, dentro do país, ainda é o que possui o maior número de propriedades agrícolas, deputado Genésio Goulart, o maior número de produtores vinculados à agricultura.

Quando exalto a agricultura é porque a produção de alimentos no campo vai servir às cidades, vai melhorar a qualidade de vida dos que moram nos grandes centros, colocando à mesa de todos aquilo que dá dignidade às pessoas: o pão nosso de cada dia.

Por isso, venho à tribuna neste dia, deputado Manoel Mota, para dizer que estou muito feliz com essa novidade. Assim, quero cumprimentar o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que permitiu que fosse realizado o concurso, e cumprimentar também o governador Leonel Pavan, que chamou os concursados, que se vão somar ao competente quadro técnico dessas duas empresas que são um orgulho para todos nós.

Quero deixar registrado nesta Casa que amanhã, quinta-feira, a Câmara de Vereadores do município de Concórdia irá homenagear a Embrapa, outra grande empresa que, inclusive, já tivemos a oportunidade de homenagear aqui. Os meus cumprimentos, portanto, ao grande trabalho que a Embrapa efetua em prol do desenvolvimento do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Manoel Mota, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados,

telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar esta Casa na manhã de hoje, meu amigo Jorge Freitas, de Araranguá, que veio à capital a trabalho e que neste momento prestigia este Parlamento.

Quero informar com alegria que o meu partido disputou e venceu, há 90 dias, a eleição em Timbé do Sul, uma eleição muito difícil, contra praticamente todos os partidos. Eclair Alves venceu com uma diferença de sete votos, é o novo prefeito daquela terra e em pouco tempo estará realizando um bom governo, criando perspectivas de crescimento, reformando máquinas e tomando decisões de acordo com os interesses da população da região.

Já no dia 6 de maio houve eleição no município de Maracajá, outra disputa também importante, onde acabamos vitoriosos com a diferença de 502 votos. Cumprimento, então, o prefeito Wagner, que é um policial rodoviário federal, que vinha fazendo um grande trabalho com o seu vice para poder chegar à prefeitura. E chegou com uma votação expressiva e é mais um município onde o PMDB se coloca à disposição da população para bem administrar a coisa pública.

A eleição passou e agora o importante é ajudarmos toda a população do município de Maracajá. Com certeza, teremos o apoio de mais parlamentares, para podermos ajudar o prefeito a dirigir o município rumo ao desenvolvimento, ao progresso, com geração de emprego e renda, melhorando a qualidade de vida das pessoas, que esperam muito de todos nós. Com certeza, precisaremos do apoio deste Parlamento e do governo estadual e federal, na consecução de recursos para promover o processo de desenvolvimento da região.

Mas quero dizer que estou inconformado, pois depois de uma luta de 19 anos, sem parar, sem trégua, para a duplicação da BR-101, a empresa abandonou o lote 29, correspondente ao trecho Araranguá/Sombrio. O contrato está vencido, a empresa abandonou o trecho e foi trabalhar no trecho Tubarão/Laguna.

Fico analisando essas empresas que não realizam as obras para as quais foram contratadas, abandonam o canteiro de obras e não são punidas, ao contrário, vão trabalhar em outro trecho da mesma estrada! Não entendo, não conheço essa matemática! A empresa não cumpre o cronograma de execução da obra, não é punida e ainda vai para trabalhar em outro trecho.

Então, fico pensando na facilidade que essas empresas encontram neste país! São contratadas para realizar uma obra e não realizam; vão para outro trecho da mesma rodovia, não sofrem penalização alguma e continuam trabalhando.

Então, o negócio é colocar a mão no dinheiro, parar a obra e tocar outra obra. É preciso, sim, que o ministério dos Transportes encontre a forma legal de dar continuidade ao lote 29, pois está acontecendo um acidente atrás do outro. Não há ninguém fiscalizando e não há sinalização, deputado Pedro Uczai, logo, à noite, com chuva, acontecem os acidentes. É uma loucura!

Então, é preciso tomar algumas medidas. E essa é uma preocupação daquele que vem trabalhando há 19 anos sem trégua, sem parar e sem descanso. E vai continuar sem trégua sem parar e sem descanso enquanto as obras da BR-101 não forem concluídas.

Há três gargalos: o Morro dos Cavalos, no município de Palhoça, porque o projeto de engenharia foi licitado, mas o de execução ainda não; a ponte da Cabeçada, em Laguna, que não foi licitado ainda; e o morro do Formigão, em Tubarão, que também não foi licitado.

Muitas pessoas falaram que a obra estaria concluída em 2011. Eu até concordo que em 2011 fiquem prontos os trechos sem os gargalos, mas os gargalos ainda vão perturbar até 2014.

Quanto ao lote 29, relativo ao trecho Araranguá/Sombrio, parece que é de propósito, pois não vai ficar pronto porque não há nenhuma empresa trabalhando. Ela fugiu! Pedimos, inclusive, que procurem a empresa responsável pelo lote 29, pois pagaremos muito bem pelo achado.

É preciso que essa empresa tenha mais compromisso, mais responsabilidade com a população, não apenas do sul do estado, mas do Brasil, porque essa obra é do Brasil, é do Mercosul, é uma obra importante, fundamental para o desenvolvimento do nosso país.

O pior, sr. presidente, é que foram contratadas duas empresas para cuidar da obra! As empresas cuidam da obra e das empresas. As empresas são contratadas para cuidar das empresas, mas elas não estão executando a obra e o trecho de Içara está em péssimas condições, pois o asfalto já cedeu. Quero saber o que essas empresas que foram contratadas para fazer a fiscalização estão fazendo!

Dessa forma, é necessário que seja realizada aqui uma audiência pública com os empresários dessas empresas, para acharmos uma solução para o problema, porque não é possível que com o nosso dinheiro, com o dinheiro do Brasil, não cumpram a meta, o cronograma de execução e fiquem sem punição, livres para trabalhar em qualquer região.

Acho que o Brasil tem que mudar algumas leis. Se uma empresa assumir uma obra pública e não a executar, não poderá pegar outra obra, terá que ficar inadimplente. Mas não é assim que acontece. Apesar de muito avanço, ainda falta muito para o nosso país zelar pelo dinheiro público, pelo dinheiro do povo.

Por isso nós fizemos uma paralisação na BR-101, na altura do pedágio. Se não há obra, como querem cobrar pedágio?! Quer dizer, quem tirar indevidamente o dinheiro da população.

Enquanto eu estiver na vida pública virei para cá zelar pelo dinheiro da população, que nos elegeram para contribuímos, para ajudarmos. E vamos fazer isso, sim, com garra, com determinação e lealdade ao povo do sul e ao povo do nosso estado, porque é impossível aceitarmos o que está acontecendo no lote 29 da BR-101.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Giancarlo Tomelin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC

Digital, minhas senhoras e meus senhores, ontem foi um dia festivo para o Brasil com a conquista da primeira vitória na Copa do Mundo, e eu acredito que o time tem que caminhar dessa forma, ganhando devagarinho, não encantando, não surpreendendo, mas crescendo aos poucos, ao longo da competição. O time tem que conquistar confiança, entrosamento, união, para que possa voltar para casa vitorioso.

Mas ontem de manhã eu assisti atentamente, deputado Polaco, ao pronunciamento do deputado Pedro Uczai que, tenho convicção disso, proporciona o bom debate, o bom combate, o debate de ideias, o debate de posturas, o debate que visa à construção do futuro de Santa Catarina e do Brasil. Não posso dizer que concordo com as suas ideias, até porque elas estão eivadas de equívocos, de paixões e de devaneios.

É uma pena que o deputado Pedro Uczai não esteja no plenário, mas quero dizer-lhe que tenho muito orgulho de ser do time de José Serra, de Geraldo Alckmin, de Fernando Henrique Cardoso, um time que olha no olho e diz a verdade; são aqueles políticos que não criam dificuldades para vender facilidades, e esse é o comportamento que o catarinense aprova. É por isso que nós vencemos e haveremos de vencer a eleição.

Em Blumenau, minha cidade natal, fizemos 63,45% dos votos em 2006 para o candidato Geraldo Alckmin contra o presidente Lula. Deputado Pedro Uczai, vou repetir para v.exa.: 63,45% dos votos em Blumenau, em 2006, na onda Lula, na onda desse governo que aí está, que aparelhou o estado, que elaborou todo um marketing político apenas para a conquista do voto. Mesmo assim os catarinenses que nos estão ouvindo não caem no conto do Goiás, eles não caem! Eles sabem que todas as obras que v.exa. citou são importantes, mas o Brasil não começou em 2003, deputado Pedro Uczai.

E eu me admiro de v.exa., que é um professor universitário, achar que o Brasil começou em 2003, negando a história do país, negando Getúlio Vargas, negando João Goulart, Tancredo Neves, negando, negando e negando! O Brasil não começou em 2003, catarinenses! O Brasil tem uma história grande que precisa ser melhorada.

Agora, contra fatos não há argumentos! Todas as obras citadas pelo deputado Pedro Uczai somadas não dão a verdadeira duplicação, a da BR-101/norte, que foi duplicada por nós, tucanos, e pedagiada por eles. E não foi pedagiada para pagar a infraestrutura, a construção da obra, foi pedagiada para a sua manutenção.

Então, esse discurso que v.exa. traz é um bom combate, é um bom debate, porque mostra para o catarinense que ele pode construir o futuro, decidir, dizer que caminho quer, por onde vai caminhar. Eu tenho orgulho da estabilidade da economia. Cada vez que pego R\$ 1,00 na minha mão fico orgulhoso porque esta moeda foi construída com o suor dos brasileiros, com os equívocos do passado, mas com a certeza do futuro. Então, o governo tucano deu, sim, a sua contribuição.

Mas o Brasil também não começou com o Plano Real. Seria equivocado, deputados Moacir Sopelsa e Ronaldo Benedet, eu vir a esta tribuna dizer que o Brasil começou com o Plano Real, que todo o passado tem que ser esquecido, pois não valeu de nada. A minha briga, o meu debate é com o conceito, não com os números. Com esses nós, políticos, temos que ser facilitadores para trazer mais recursos. As obras que eu citei ontem não as vi, como

também não consigo ver como a capital do turismo do Brasil, que é Florianópolis, eleita pela terceira vez o melhor destino turístico do Brasil, não tem um aeroporto com um *finger* para receber um europeu, um americano ou mesmo um brasileiro embaixo de chuva. Não tem um *finger*!

Esse é o governo do turismo que está aí nesses últimos sete anos, que não fez a BR-101/sul, mas que pedagiou! É o governo que tem a coragem de dizer que nós, do PSDB, temos que melhorar, temos que colocar bons nomes para melhorar? O Brasil não começou com o Plano Real, o Brasil não começou em 2003, o Brasil, o nosso país, tem um futuro brilhante que tem que ser construído por todos nós.

Por isso, fiquei muito feliz ontem quando assisti ao pronunciamento do deputado Pedro Uczai, porque ele faz o bom combate, ele traz os números, mas traz também a sua postura, e aí é que está a nossa diferença. Nos números nós sabemos reconhecer que o presidente Lula soube, com inteligência, com parcimônia, dar continuidade ao governo do PSDB. Nós sabemos reconhecer isso, tanto é que o presidente do Banco Central é o tucano Henrique Meirelles. Elegeu-se pelo PSDB deputado federal, portanto, é um tucano. O presidente do Banco Central é um tucano. Ele foi eleito, em 2002, deputado federal pelo PSDB com os votos dos brasileiros e hoje é o presidente do Banco Central. Está aí a prova! Contra fatos não há argumentos!

O que não devemos jamais é criar dificuldade para vender facilidade, ou seja, dizer que não dava para conceder 7,72% de aumento para os aposentados, mas em virtude do momento ser eleitoral conceder. E a bancada do PSDB no Congresso votou a favor, como fez com o salário mínimo regional, que o PT foi contra.

Catarinenses, vocês hoje têm o salário mínimo regional, que é obra tucana. A concessão de 7,72% de aumento para os aposentados foi uma luta da Oposição. É assim a democracia: quando o povo se une, o presidente da República não pode vetar, tem que sancionar. Mais uma obra da Oposição, fazendo com que o governo federal possa dar continuidade às ações...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. parlamentares, eu estou muito feliz pela sensibilidade do presidente Lula em sancionar o aumento de 7,72% aos aposentados que recebem acima de um salário mínimo. Estou feliz porque o presidente, com responsabilidade, com coerência, com sensibilidade social, assumiu a sanção deste aumento de 7,72%. E, mais do que isso, em função desse R\$ 1,600 bilhão que será distribuído para os aposentados do Brasil este ano terá que haver cortes no Orçamento. Assim, o presidente já determinou ao ministro Guido Mantega, da Fazenda, que promova o corte para equilibrar as contas públicas. Isso é responsabilidade!

Agora, certamente o PSDB não teria votos suficientes para aprovar sozinho esse aumento. Foi o Congresso Nacional que aprovou. Inicialmente, o governo queria conceder 6,14%, a partir de um acordo com as centrais sindicais, mas como foi aumentado para 7,72%, o presidente Lula acolheu, sancionou e, de forma responsável, começa a recuperar as perdas históricas dos aposentados deste país.

Parabéns, presidente Lula! Estamos comemorando, pois os aposentados terão mais dignidade, mais condições de viver, mais condições de passear e mais qualidade de vida.

Srs. deputados, quero somente fazer um comentário, não vou aqui tecer um diálogo com o deputado Giancarlo Tomelin, porque concordo com ele quando diz que o passado não pode ser esquecido. Está certo, o passado não pode ser esquecido.

Então, até para fazer justiça, quero dizer que eu fui contra o pedágio no Brasil inteiro quando os tucanos governavam o país e pedagiaram as grandes rodovias. O pedagiamento da BR-101/norte decorre de um contrato com o Banco Mundial, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Assim, o atual governo federal simplesmente viabilizou o cumprimento do contrato. Mas eu fui contra e estive na BR-101 dizendo que era contra. Diferentemente do deputado Giancarlo Tomelin, cujo time não só pedagiou as principais rodovias do país, como não lutou para impedir o pedagiamento. Quem sabe se eles tivessem outra posição ideológica, a da não-privatização, nós tivéssemos sido vitoriosos!

Srs. deputados, quero dizer também que não pode ser esquecido o passado referendado aqui pelo deputado Giancarlo Tomelin. Grandes conquistas nós tivemos ao longo da história do país, mas os oito anos do governo de Fernando Henrique foram marcados pela privatização e pelo desmonte do patrimônio público. Venderam a Vale do Rio Doce por R\$ 3,275 bilhões, que foram consumidos em 45 dias com o pagamento de juros e com o serviço da dívida externa. Deixaram como herança uma dívida externa enorme para o presidente Lula pagar. O presidente do PT honrou o compromisso e hoje temos em conta corrente um valor superior à dívida externa brasileira.

Não podemos esquecer o passado de dívida, de desemprego, de geração de emprego médio de oito a nove mil por mês. No mês de maio de 2010 o Brasil gerou 305 mil empregos! Olhem a diferença! No passado sucatearam as nossas estradas, as nossas rodovias, os nossos portos, os nossos aeroportos, e nós agora, com muita energia, com muita força, estamos tentando recuperar. Retomamos as atividades nos trechos rodoviários em Santa Catarina, o projeto ferroviário no país, a modernização dos nossos portos e aeroportos que ficaram sucateados por décadas.

Contudo, não podemos esquecer o modelo do passado, porque é um modelo que está fracassando agora na Europa, como na Grécia, e esse foi justamente o modelo construído pelo governo tucano, pelo governo de Fernando Henrique e de José Serra neste país. Sim, não queremos esquecer o passado e vamos comparar os dados na área da saúde, da educação, da segurança, da habitação, no campo e na cidade, dos programas sociais, dos investimentos no ensino superior, do ProUni - mais de 690 mil estudantes beneficiados por esse programa -, das escolas técnicas federais, das universidades federais, da distribuição de

renda neste país, que em termos de crescimento econômico só perde para a Índia.

Mas quero aproveitar esses três minutos que me restam para dizer da importância de os prefeitos, as prefeituras, os municípios se mobilizarem.

A bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou uma emenda constitucional no sentido de que o repasse que hoje é de 25% do ICMS seja ampliado para 27%, o que daria, aproximadamente, R\$ 150 milhões a mais aos municípios de Santa Catarina.

Precisamos realizar a marcha dos prefeitos à capital catarinense, à capital do estado, para que possamos buscar recursos aos nossos municípios, passar de 25% para 27% do ICMS; fazer a transferência direta, eliminando o clientelismo, o apadrinhamento, o assistencialismo construído pelo Fundo Social; eliminando o pires na mão de prefeitos que, vindos do interior, se dirigem ao Centro Administrativo em busca de recursos.

É necessário que a transferência seja direta, como o foi na época em que fui presidente da Fecam, quando, juntamente com as outras federações do país, ampliamos de 22,5% para 23,5% o repasse do governo federal aos municípios.

Conquistamos junto ao governo do presidente Lula e temos que conquistar em Santa Catarina. Por isso é necessária a mobilização dos prefeitos, porque se encontra na Casa a Medida Provisória n. 0163, que tira recursos dos municípios a partir do Prodec. Ou seja, ou os prefeitos mobilizam-se, articulam-se para buscar mais recursos, ou vão perder!

Os incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado nesses últimos dez anos ultrapassaram os R\$ 20 bilhões; desses, 25% deveriam ter ido para os municípios aplicarem em educação, em estradas, em segurança, em programas que a agricultura familiar necessita.

Por isso, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos pressionar a sociedade catarinense e convocar os prefeitos do estado para que possamos ver aprovada essa nossa emenda constitucional, porque só assim haverá mais recursos para os municípios e para o povo que vive nas comunidades interioranas.

Esta é a luta que, neste momento, coloca-se como um grande desafio do Parlamento catarinense: atender...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero anunciar, com muita alegria e com muito entusiasmo, a presença na Assembleia Legislativa da nova prefeita de Celso Ramos: Inês Terezinha Pegoraro Schons, que ganhou a eleição há dois domingos, fazendo 52,97% dos votos válidos de Celso Ramos. No município houve muito debate, mas agora ele tem uma prefeita mulher, tucana, que vai, com certeza, sr. presidente, dar o direcionamento que o município precisa, fazendo de Celso Ramos uma cidade melhor para as pessoas viverem.

Lá a disputa foi acirrada, mas agora a sra. Inês é a prefeita de todos os cidadãos de Celso Ramos. Por isso, com muita honra, este Parlamento recebe a prefeita, acompanhada do

seu marido, na certeza de que o PSDB irá contribuir para o desenvolvimento daquele município.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Deputado Pedro Uczai, eu iria conceder-lhe mais 30 segundos, mas v.ex.a. saiu rapidamente da tribuna.

Gostaria de avisar às pessoas responsáveis pelo som do plenário que os deputados estão reclamando da qualidade do som, que está muito ruim. Por favor, gostaria que fosse feita essa correção!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, público aqui presente nesta sessão na manhã de hoje, especialmente os servidores públicos do estado de Santa Catarina, gostaria de fazer uma breve reflexão, nesse pouco tempo que tenho, sobre a conjuntura no estado hoje.

Enquanto os partidos políticos, especialmente os grandes, não se decidem acerca de quem sai com quem, a administração pública está engessada, paralisada, aguardando. Ou seja, a indefinição político-partidária, especialmente dos partidos da tríplice aliança, está inviabilizando andamentos importantes por parte do governo do estado.

Na eleição deste ano parece que o mais importante é eleger senador. Pelas definições ou indefinições que estão acontecendo nos últimos dias, parece que o mais importantes nas eleições deste ano, em Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa, é eleger senador, ou um determinado senador. Todos os outros precisam estar subordinados à necessidade de determinada figura política eleger-se senador. Enquanto isso continua a indefinição. Enquanto os partidos não se definem, especialmente os partidos da tríplice aliança, nada acontece em relação aos anseios da maioria da base da sociedade catarinense.

Os praças da Polícia Militar, por exemplo, dentro de um conjunto importante de outras demandas, estão requerendo, gritando, clamando pela anistia a todos aqueles 21 excluídos e às centenas de punidos pela Polícia Militar por participar do processo reivindicatório pelo cumprimento daquela lei que o governador Luiz Henrique assinou, não cumpriu e mandou enterrar na Assembleia Legislativa. E ela realmente foi parcialmente enterrada conforme a vontade de sua majestade.

Enquanto não estiver clara essa questão no âmbito da tríplice aliança não sai a anistia para os praças, porque ninguém vai querer desagradar sua majestade que, embora já seja ex-governador, continua definindo o rumo da política para muita gente aqui no estado. Faz-se todo um esforço, várias lideranças trabalham nesse sentido, inclusive colegas deputados, secretários de estado e outras lideranças dos partidos, mas na hora em que está tudo encaminhado, deputado Pedro Uczai, o gato sobe no telhado - e o gato é Luiz Henrique. A anistia não sai porque Luiz Henrique não quer; seria uma ofensa a Luiz Henrique.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Saúde, além dos servidores do Iprev, da secretaria de Administração e da Procuradoria-Geral continuam na via-sacra para garantir que agora o governo não vete a antiga Medida Provisória n. 0170. Estão aqui na Assembleia Legislativa, no dia de hoje, aliás, estão aqui desde antes da Páscoa, continuando esse trabalho para garantir esse direito a todo aquele conjunto de servidores.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Saúde do estado, organizados através do Sindicato da Saúde, que também tem estado presente ao longo de todo esse período, inclusive tem uma assembleia marcada para a tarde de hoje, com um indicativo de greve e mobilização a partir do começo da tarde, continuam na luta pela anistia, porque o SindSaúde recebeu uma multa que está sendo executada, curiosamente agora, de mais de R\$ 1 milhão. Uma multa que vem de um processo lá na década de 90, de 1996, no governo Paulo Afonso, agora está sendo executada contra o sindicato, querendo destruí-lo.

Além de lutar pela anistia em relação ao governo do estado, que não sai também por conta das indefinições da triplice aliança, os servidores estão aqui reivindicando a incorporação do abono de 16,76%.

Se tivessem sido aprovadas aquelas Medidas Provisórias n.s 0174 e 0178, o governo gastaria R\$ 39 milhões por ano para pagar os acréscimos salariais. No entanto, para incorporar esse abono e contemplar todos os servidores, e não apenas uma minoria, o governo gastará R\$ 41 milhões por ano!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Mais uma vez os deputados reclamam que não há som no plenário!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, desejo registrar a presença do ex-deputado federal Vicente Caropreso, que está visitando a Assembleia Legislativa. Seja bem-vindo!

Muito obrigado!

Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de saudar o médico Vicente Caropreso, que é nosso colega de profissão. Queremos agradecer a sua presença e dizer que a Assembleia está de portas abertas para ele.

Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir SOPELSA) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, por que nove e não dez minutos? V.Exa. sempre nos discriminando!

Sr. presidente e srs. deputados, há duas semanas abordei um assunto que considero extremamente grave, que é o problema do crack. O crack continua sendo uma das piores drogas que há.

Vendo as novidades, observamos que surgiu outra droga denominada merla. Ela é derivada da cocaína também. É uma junção das folhas da coca com alguns produtos químicos, como o ácido sulfúrico, o querosene, a cal virgem, entre outros. Tudo isso, ao ser misturado, transforma-se numa pasta que tem uma concentração de 50% a 70% de cocaína. Ela é ingerida pura, misturada em cigarro normal ou em cigarro de maconha. É uma droga superperigosa, causando dependência física e psíquica ao paciente, além de danos irreparáveis ao organismo. Durante o uso da merla, o usuário pode ter convulsões e perda de consciência. As convulsões podem levar o usuário a ter uma parada respiratória, ao coma, a uma parada cardíaca e até à morte.

É necessário que esta Casa, volto a salientar, tome um posicionamento com referência a uma campanha contra a utilização destas drogas: crack, merla, cocaína e outras porcaria que andam por aí. Não é mais possível deixar apenas com as entidades privadas a tarefa de combater o consumo dessas malditas drogas. É necessário, sim, que o governo como um todo, Judiciário, Legislativo e Executivo, engaje-se dentro desse processo.

Um segundo assunto que vamos abordar é sobre a Fundação Catarinense de Educação Especial, da qual o deputado Antônio Aguiar gosta tanto. Fico cada vez mais convencido sobre aquilo que o deputado Décio Góes já adisse diversas vezes aqui. Não de pode permitir a injeção política dentro dos organismos de educação, de jeito nenhum! Mas o que está acontecendo na Fundação Catarinense de Educação Especial é isto mesmo: um colega designa um presidente e um diretor-geral; outro colega, um diretor; outro colega, outro diretor, apoiado por isso, por isso e por aquilo. E o que acontece? Ocorre um resultado nefasto por falta de capacidade de gestão.

Eu não me importo que até haja indicação política, mas as pessoas indicadas devem ter capacidade de gestão. O que não pode acontecer são interesses politiquês em detrimento da causa maior, que é a educação especial. E isso continua ocorrendo na educação especial, nas escolas de ensino médio e fundamental e por aí fora. Acho que temos que trabalhar seriamente na indicação de dirigentes de entidades públicas, principalmente as educacionais. Quando mais distante o político ficar do processo educacional, no sentido de indicação politiquêira, melhor!

Trago ainda outro assunto. Eu estive na Acic, Associação Catarinense para a Integração do Cego, uma entidade exemplar, representando os 40 deputados. Para surpresa minha, no discurso de saudação, o presidente, dr. Carlos Henrique Geller, que também é cego, resultado de um acidente de trânsito, disse o seguinte: "Nós sobrevivemos com R\$ 16 mil/mês, mas não recebemos um tostão nem do governo estadual, nem do governo federal e nem do governo municipal". Não recebem nada! Meu Deus do céu, eles trabalham com os seus próprios recursos, mendigando, de porta em porta, para os empresários. Eles mesmos contribuem para uma instituição de renome nacional, que já é, inclusive, referência internacional! Muitos cegos vão lá treinar e ter a sua forma de passar aquele treinamento para outras pessoas que são portadoras de deficiência visual. Então, não é possível que trabalhem dessa forma. O governo existe para

quê? Para atendê-los, para mudar a realidade dos portadores de deficiência visual.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero somente colaborar com a sua reflexão, dizendo que acho importante esse questionamento, a fim de que os catarinenses, exatamente neste momento em que estamos discutindo propostas para o novo governo, reflitam sobre a administração estadual que temos hoje, que valoriza mais o aspecto econômico do que as pessoas. Aqui no estado dá-se mais importância para a economia, para os benefícios fiscais do que para a prestação de serviços com qualidade, seja na saúde, na educação, na segurança pública ou na assistência social.

Então, quero parabenizá-lo pela visita que fez à Fundação Catarinense de Educação Especial. Preocupa-nos, sobremaneira, a forma como está sendo tratada a educação. Por isso defendemos a eleição direta para diretores de escolas, para que se tenha um encaminhamento mais técnico da questão educacional, em cima de políticas públicas que valorizem o ser humano e a formação de cidadãos.

Portanto, precisamos repensar toda a educação de Santa Catarina, pois do jeito que as coisas estão, com terceirização e indicação política, realmente não dá. Precisamos mudar!

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Obrigado pelo aparte, deputado!

Refiro-me agora ao *Livro de Memórias em Comemoração dos 100 anos da Imigração Alemã no Estado de Santa Catarina*, deputado Silvio Dreveck, que fala sobre algumas coisas interessantes e alguns aspectos negativos de governos passados. E cito um exemplo:

(Passa a ler.)

"[...]

Foi sucedido pelo arrogante Dom José de Mello Manoel (1753-1762), que obrigava, com medidas de violência, os colonos a cultivar algodão. Ele também elaborou o decreto de banimento dos jesuítas, causando grande perda para o ensino, visto que os mesmos mantinham uma escola, a única na região, como era a realidade em toda parte da colônia."[sic]

Ora, agora vem o governo repetindo a história, querendo extinguir o NEP - Núcleo de Ensino Profissional. Isso é uma vergonha! Por que o governo mete a mão em coisas que funcionam bem, em detrimento da qualidade da educação?! O NEP de Rancho Queimado está ameaçado de parar, assim como vários outros NEPs.

Então, deputado Pedro Uczaí, vamos fazer uma audiência pública com todos os NEPs de Santa Catarina para terminar, de uma vez por todas, com essa aflição em determinadas cidades. É uma vergonha!

Eu quero dizer o seguinte: quando fui à secretaria da Educação falar sobre o problema dos NEPs, responderam-me que lá não havia dinheiro, que os recursos estariam disponíveis na secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Bom, lá também não querem assumir a responsabilidade. Vai para lá e vai para cá. Aonde irão parar essas ações nefastas, inadequadas que os governos proporcionam? Hoje foi isso, amanhã poderá ser outro e no passado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - V.Exa. dispõe de mais 30 segundos, deputado.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - V.Exa. é muito elegante. Muito obrigado!

Aonde vamos parar com as ações nefastas desses governos? O ser humano é impressionante, ele constrói e também destrói, e quando resolve destruir, sai da frente. Agora, quando age com energia, com espírito de construção, aí vale à pena ver o desenvolvimento econômico e social que proporciona.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesec Digital.

Sr. presidente, desejo, neste curto espaço de tempo do meu partido, fazer algumas observações a respeito da situação de humilhação e de dificuldade que vivem, hoje, os servidores públicos de Santa Catarina, sobretudo os da Saúde, da PGE, da Administração e do Iprev, que há meses circulam neste Parlamento interagindo com os deputados, falando e encaminhando os seus pleitos.

Primeiramente, como deputado da base do governo, que acredita nele, que ajudou a construí-lo, que tem orgulho da atuação do ex-governador Luiz Henrique da Silveira e do atual governador, quero fazer um apelo ao governador Leonel Pavan: não vete a medida provisória que concede gratificação para os servidores dessas três secretarias. Por quê? Porque se o governo vetar vai sofrer um monstruoso desgaste.

Deputado Romildo Titon, v.exa., que tem muita experiência, pois dirige a comissão de Constituição e Justiça, apoiou a medida aqui no plenário. A maioria apoiou, mas se essa medida não for vetada nem sancionada pelo governo, o que seria o ideal, voltará para o Parlamento para ser convertida em lei por esta Casa, pelos deputados, e nós faremos justiça, efetivamente, aos servidores dessas três secretarias.

A outra observação, sr. presidente, como deputado da base do governo, diz respeito aos servidores da Saúde. Deputado Sílvio Dreveck, hoje, às 14h, os servidores da Saúde realizarão uma assembleia geral ao lado da catedral. Corremos o risco de ver flagrada uma greve em Santa Catarina, o que vai ser muito ruim para o governo, para os servidores, para os sindicatos e, sobretudo, para os catarinenses, que precisam ser atendidos lá na ponta, nos hospitais, nos postos de saúde em todo o estado de Santa Catarina.

Não queremos uma greve! Uma greve, deputado Sargento Amauri Soares, não faz bem para ninguém. É uma decisão extrema. E faço um apelo aos secretários da Saúde, dr. Roberto Hess de Souza; da Fazenda, dr. Cleverton Siewert, e da Administração, dr. Paulo Eli, que já deram uma posição favorável, para que o governo incorpore definitivamente ao salário o abono dos servidores da Saúde de Santa Catarina, para fazer-lhes justiça, já que salvam vidas e atendem com dificuldade, mas com muito amor, com muito carinho, o povo catarinense.

Então, faço esse apelo ao governador Leonel Pavan, que está fazendo um bom governo, que está dirigindo Santa Catarina com responsabilidade, para que dê mais um voto de confiança aos servidores da Saúde deste estado. Nós precisamos desse apoio, deputado Pedro Uczai, para que possamos fazer justiça a esses servidores, que estão aguardando com dificuldade e que ganham muito pouco.

Eu não queria trazer esses dados, deputado Pedro Uczai, mas vou colocá-los aqui. O salário de uma enfermeira, uma técnica em enfermagem, servidora do estado, equivale ao auxílio alimentação do servidor da Assembleia Legislativa, que é de R\$ 900,00 e R\$ 950,00. Isso é um absurdo, não é justo, não é coerente, não é humano! Não é que os servidores da Assembleia Legislativa ganhem muito ou que o auxílio alimentação seja um valor exorbitante, mas o servidor da Saúde ganha muito pouco!

Então, faço aqui um apelo ao governador Leonel Pavan, que assumiu há três meses e está fazendo um governo responsável, está trabalhando com esforço, aparando as arestas e tocando o estado. Que possa ficar no seu currículo que foi o governador que sancionou a medida provisória que contemplará os servidores da PGE, da Administração e do Iprev, e que deu esse voto de confiança aos servidores da Saúde.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATTOS - Ouço com muita honra o sempre combativo deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Darci de Mattos.

Quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento, pela defesa que tem feito, juntamente com vários outros deputados, ao longo desses três meses, dos servidores públicos que estão aqui conosco, tanto é que aprovamos várias medidas importantes neste Parlamento.

No entanto, quero registrar também que as duas medidas provisórias referentes à Saúde que estavam nesta Casa custariam aos cofres do estado, por ano, R\$ 39 milhões e atenderiam apenas 1.700 servidores, uma minoria, ao passo que a incorporação desse abono de 16,76%, que seria para todos os servidores dos serviços gerais, até para os médicos, a título de correção de injustiças, custaria R\$ 41 milhões por ano, ou seja, praticamente o mesmo valor para atender a totalidade dos servidores da Saúde.

Então, quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento, pela sua defesa dessa causa. Nós também estamos à disposição e estaremos na Assembleia Legislativa, inclusive, na perspectiva de que ocorra uma solução ainda hoje ou nos próximos dias para evitar mais uma greve na Saúde do estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, não estamos contra ninguém, não queremos atrito com ninguém, nem confusão, queremos e vamos lutar sempre para fazer justiça com os dedicados servidores de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou

parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0026/2010, 0035/2010 e 0433/2009.

Não há matéria na pauta da Ordem do Dia a ser deliberada.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, quero prestar contas sobre as ações da comissão de Educação da Assembleia Legislativa, na qual tenho a alegria de ter a confiança dos srs. deputados para presidir-la e quero concluir um roteiro de realizações de seis grandes seminários no estado de Santa Catarina.

O último seminário foi realizado na querida cidade representada aqui pelo amigo, deputado Romildo Titon. Refiro-me a Campos Novos, que na última semana reuniu aproximadamente mil professores para discutir os problemas educacionais do estado e do país.

Nos seis seminários foram discutidos os seguintes temas: violência e drogas na escola, desmotivação dos professores e qualidade na educação. Esses seis seminários foram realizados em São Miguel d'Oeste, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Brusque e Campos Novos e deram-nos a dimensão da responsabilidade que os agentes públicos, as lideranças públicas, têm ao enfrentar os grandes desafios da educação brasileira.

Nós conseguimos integrar, dos diferentes especialistas que estiveram discutindo e debatendo nesses seminários, uma variedade de textos, e queremos agora transformá-los em livro para socializá-los com outros professores, especialistas e agentes públicos municipais e estaduais, além dos cinco mil professores que participaram dos seminários.

Precisamos discutir estas três problemáticas. A questão da violência e da drogas na escola não dá mais para colocar debaixo do tapete, precisamos enfrentá-la. Como um pai, uma mãe que têm problemas em casa com um filho ou uma filha não fogem, não vão embora e enfrentam, precisamos enfrentar os grandes problemas educacionais deste país e deste estado, desde a educação infantil até o ensino médio e o ensino superior.

Deve-se tratar a questão começando pela formação inicial dos professores, com uma formação continuada, com novas compreensões e visões de como dialogar com as crianças, os adolescentes e os jovens de hoje, não do passado, porque muitos professores se formaram há dez, 15, 20 anos. Deve-se atualizar o debate, as discussões para transformar a escola num espaço decente e digno, não um espaço de violência e preconceito, mas de desconstrução da violência e dos preconceitos contra mulheres, pobres, filhos de agricultores, portadores de necessidades ou de deficiências; contra os vários grupos minoritários, construindo na escola um espaço democrático.

Em segundo lugar, foi tratada a questão da desmotivação dos professores. Há professores mal pagos, desmotivados. Quando perguntamos aos professores se eles estão desmotivados, a maioria absoluta diz que sim. Por isso a luta para construir um piso nacional. Esse foi o primeiro e grande passo que construímos neste país, articulando com o sistema nacional de educação. Nós agora precisamos avançar. Precisamos construir não só um piso para os professores de ensino médio, com 40 horas, como prevê o piso nacional, porque a própria lei do piso permite, requer e exige que os governos estaduais e municipais regulamentem seus pisos no âmbito do seu ente público.

Por isso, está acontecendo no estado, paralelamente ao debate democrático das eleições internas do Sinte, uma grande mobilização em que o professor, o estudante, o pai e a mãe assinam um projeto de iniciativa popular para regulamentar o piso salarial dos professores em Santa Catarina.

O que propõe esse piso? Propõe o valor de R\$ 1.312,00 para um professor com habilitação de ensino médio e carga horária de 40 horas; R\$ 1.838,00 para um professor com faculdade; R\$ 2.205,00 para um professor com especialização; R\$ 2.646,00 para um professor que inicia a sua carreira, que tenha como habilitação mestrado; e R\$ 3.176,00 para um professor com carga horária de 40 horas, que tenha a titulação de doutorado ou seja doutor.

Essa é a proposta de mobilização dos professores que queremos iniciar em Santa Catarina. Nós queremos transformar essa luta numa luta nacional, para que o Congresso Nacional também incorpore esse debate com relação à regulamentação do piso, para que o professor possa motivar-se tanto no início quanto durante a carreira.

Em terceiro lugar discutimos a educação. A qualidade está ligada diretamente à formação dos professores, e não apenas inicial, mas continuada; a qualidade está ligada à formação dos professores com um salário digno e decente, tendo tempo para ensinar, estudar e preparar as aulas. Eles precisam de tempo para estudar, para pesquisar, para planejar as aulas, o ensino.

Por isso, defendemos esta tese: para um professor de 40 horas, seriam 20 horas para ensinar e 20 horas para planejar, estudar e pesquisar. Assim vamos garantir qualidade, assim vamos garantir um futuro melhor para a educação pública deste país, deste estado e

dos nossos municípios. É nessa direção que eu defendo, é nessa direção que precisamos lutar.

Agora, mais do que nunca, com uma universidade federal pública e gratuita nova instalada em Santa Catarina, o aluno da escola pública poderá frequentar uma universidade, porque pelo critério adotado, aluno que tirar nota sete no Enem, somará a essa nota os três pontos por ter estudado em escola pública. A prova disso é que 91% dos alunos que frequentam a Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede em Chapecó, com *campi* em Realeza e Laranjeiras, no Paraná, e em Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul, são oriundos de escolas públicas.

Por isso, queremos defender cada vez mais a motivação dos professores. E essa mobilização para regulamentar o piso salarial em Santa Catarina é decisiva e estratégica.

Gostaríamos que, ainda no mês de junho, aportassem nesta Casa não só as 50 mil assinaturas necessárias legalmente, conforme a Constituição, mas 100 mil assinaturas de cidadãos catarinenses que defendem a educação pública de qualidade para todos, porque a melhor herança que um pai e uma mãe deixam para os filhos é a educação.

E eu, que sou autor da bolsa de estudos do art. 170, fiquei muito emocionado, no sul do estado, quando um servente de pedreiro me convidou para a formatura em Arquitetura de sua filha, graças justamente a uma bolsa de estudos por quatro anos e meio, decorrente da aplicação do art. 170.

Então, por essa jovem, filha de um servente de pedreiro, já valeu ser deputado no Parlamento de Santa Catarina, já valeu estar construindo essa luta de priorizar a educação, de priorizar a instalação de escolas técnicas federais, de priorizar a

universidade pública e gratuita, de priorizar os professores que, com melhor salário, poderão garantir mais qualidade, garantir mais bolsas de estudo dos arts. 170 e 171 da Constituição Estadual.

Sendo assim, agora quero ver aprovado mais um projeto referente a bolsas de pesquisa neste Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que são as seguintes as matérias destinadas à pauta da Ordem do Dia da 52ª Sessão Ordinária, a ser realizada às 14h do dia 16/06/2010:

Discussão e votação em turno único da MPV n. 0182/2010;

Discussão e votação em turno único da MSV n. 1.495/2010;

Discussão e votação em turno único dos PL n.s: 0064/2010; 0084/2010 e 0086/2010;

Discussão e votação em primeiro turno do PLC n. 0032/2010; e

Discussão e votação em primeiro turno do PL n. 0019/2008.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda o problema do *crack* nas cidades catarinenses.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Faz um balanço de suas viagens aos municípios catarinenses nos últimos 60 dias.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao município de Botuverá.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Tece comentários a respeito da decisão do PMDB com relação às próximas eleições.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece

comentários a respeito da decisão do PMDB com relação às próximas eleições; aborda o problema do *bullying*; reporta-se à substituição tributária.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Penha.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Tece considerações a respeito do PSDB.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Defende o ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Questiona a distribuição dos lucros da Casan.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pede apoio para a aprovação do PL 0101.2010.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Reporta-se ao aumento para os aposentados pelo governo federal.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à substituição tributária.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Silvío Dreveck.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Solidariza-se com o deputado Silvío Dreveck.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Antônio Ceron pelo aniversário.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Parabeniza Mércio Felsky pelas atividades no CIEE.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Parabeniza Mércio Felsky pelas atividades no CIEE.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Parabeniza Mércio Felsky pelas atividades no CIEE.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Parabeniza Mércio Felsky pelas atividades no CIEE.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Parabeniza Mércio Felsky pelas atividades no CIEE.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede a retirada da Mensagem n. 1.495/2010.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute o PLC n. 0032/2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados
Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Boa-tarde, sr. presidente, sra. deputada Ada De Luca, srs. parlamentares. Cumprimento também quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSc Digital, os incansáveis servidores do governo do estado de Santa Catarina presentes a esta sessão ordinária da Assembleia Legislativa.

Sr. presidente, um dia após o jogo do Brasil a nossa felicidade é muito grande, principalmente, deputado Genésio Goulart, porque o primeiro gol da seleção brasileira, ontem, foi do catarinense Maicon. Então, acho que Santa Catarina também está muito feliz de um catarinense fazer parte dessa seleção que certamente irá jogar muito mais futebol no próximo domingo contra a Costa do Marfim.

Também ocupo esta tribuna para falar sobre o drama do *crack* no estado de Santa Catarina e sobre o drama que estamos vivenciando dos trabalhadores da Saúde que são funcionários do governo do estado.

Primeiramente, gostaria de registrar que na última segunda-feira, à noite, estivemos presentes no município de Jaraguá do Sul, no exercício da presidência da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, por solicitação do deputado Dieter Janssen, quando realizamos uma audiência pública para debater com a sociedade de Jaraguá do Sul e também de cidades circunvizinhas o drama da drogadição, em especial a tragédia do *crack* naquela região. Infelizmente, sra. deputada e srs. parlamentares, esse drama vivenciado em Jaraguá do Sul e região não difere do resto do estado de Santa Catarina.

Falando sobre *crack*, li uma entrevista do médico que também faz alguns artigos na *Folha de S. Paulo*, dr. Drauzio Varella, que está muito preocupado com a disseminação do *crack*, principalmente na nossa juventude. Ele dizia que a disseminação vertiginosa da epidemia de *crack* deixa realmente a sociedade muito perplexa. Ainda que hoje estejamos sentindo isso e possamos debater isso com mais intensidade e com toda a sociedade.

Nós tememos pelos nossos filhos, pela violência que caminha no rastro da droga, lamentamos os farrapos humanos que perambulam pela cidade e sentimo-nos impotentes para resolver este problema social.

Na audiência em Jaraguá do Sul, e já fizemos uma na Grande Florianópolis, a sociedade se manifestou no sentido de que o *crack* está-se disseminando por várias razões. Uma delas, de conhecimento de todos os parlamentares e da sociedade catarinense, é a falta de investimento do governo do estado nos policiais militares e civis. Existe também a ausência de políticas de prevenção à droga. Nós queremos tratar, mas não fazemos uma política de prevenção. Temos a ausência de leitos para o tratamento dos dependentes químicos em todas as regiões do estado de Santa Catarina, a inexistência de apoio às entidades que atuam na área de recuperação dos dependentes químicos e, principalmente, a mais absoluta ausência de recursos e investimentos em políticas sociais.

Eu espero, após o que aconteceu na segunda-feira, ou seja, a assinatura do convênio com o Pronasci, que Santa Catarina também adira aos R\$ 410 milhões previstos para este ano pelo ministério da Saúde, para o combate, o tratamento e a prevenção do uso do *crack*.

A comunidade do município de Jaraguá, presente na audiência pública, comprometeu-se inclusive a criar um fórum permanente que terá a responsabilidade de buscar mecanismos que permitam ações, combate e prevenção à drogadição na região de Jaraguá do Sul.

Ficou ainda evidente na participação de todos que, além do *crack*, o álcool e o tabaco vitimam também milhares de famílias que sofrem as consequências desse mal que destrói muitos lares do estado de Santa Catarina.

Eu quero, mais uma vez, sr. presidente, sra. deputada, pedir ao líder do governo nesta Casa, deputado Elizeu Matos, eis que já faz mais de um ano que s.exa. está para relatar um projeto de nossa autoria, que destina um percentual do Fundo Social para atender às comunidades terapêuticas que fazem um trabalho de desintoxicação dos dependentes químicos - e não é a primeira vez que cobro dele desta tribuna -, que faça um relatório favorável, para que possamos aprovar o projeto.

Falei na audiência pública que o problema começa a adoecer o indivíduo, depois a família, que sofre muito quando há um dependente químico em casa. E hoje nós estamos vivenciando a sociedade doente, porque está impotente diante desse mal, nessa guerra contra o *crack*.

Por isso, essas audiências públicas, primeiro, para ouvir a sociedade, a comunidade, pois como parlamentar e governo tenho que dar uma resposta, sim, porque isso está ficando cada vez pior. Basta sair às ruas e coisas que antes não víamos hoje vemos, como crianças abaixo de dez anos já utilizando o *crack* em cada esquina, em todas as cidades do nosso estado.

Essa droga não atende somente aos municípios grandes, já está nos municípios pequenos, na minha cidade, Blumenau, onde não registrávamos esses casos e que agora se vivencia até nas praças durante o dia. Em cada município está acontecendo esse problema!

Quero também deixar registrado um depoimento que ouvi em Jaraguá do Sul, de um ex-dependente químico. Ele me disse que é filho de um engenheiro e que a mãe é professora universitária, que sempre teve tudo o que quis na vida e que conheceu o *crack* na década de 90, numa época em que nem se falava dessa droga aqui no estado de Santa Catarina. Um amigo trouxe de Nova York e no banheiro da casa desse amigo ele experimentou o *crack*, e a partir daquele momento começou a destruição desse indivíduo, dessa família. Filho de um engenheiro e de uma professora universitária, caiu nas ruas, foi morador de rua e num determinado momento sentiu necessidade de fazer uma internação para desintoxicação. Hoje, recuperado - um dia depois do outro, é uma luta diária contra o vício -, ele está fazendo a sua segunda faculdade e trabalhando em Jaraguá do Sul, abordando os dependentes químicos nas praças.

A droga não é um caso somente de polícia, a droga, principalmente o *crack*, é um problema de saúde pública. E o nosso governo de Santa Catarina, juntamente com os prefeitos dos 293 municípios e nós, parlamentares, somos culpados, sim, porque estamos vendo esse problema todos os dias nas páginas dos jornais.

Os presídios estão cada vez mais aumentando o número de detentos, e a maioria são pessoas que não precisavam estar lá dentro, mas sim numa clínica para tratamento de desintoxicação, nessas comunidades terapêuticas, nesses hospitais especializados,

mas não por um tempo apenas de 15 dias, porque esse tempo é apenas para a mãe e o pai respirarem, esse tempo é muito pouco para fazer desintoxicação, é preciso, pelo menos um tratamento de um ano.

Se nós não nos atentarmos para essa problemática agora, vamos viver um estado de calamidade, quer dizer, já estamos num estado de calamidade pública. Dou parabéns também para os veículos de comunicação do nosso estado que têm feito uma luta diária contra o *crack*, a exemplo da RBS, que vem em todos os momentos falando dessa problemática.

Por isso, deputada Ada De Luca, presidente desta sessão ordinária, srs. parlamentares, nós temos que unir as nossas forças para combater essa guerra desleal que vem afligindo todas as famílias catarinenses.

Outra coisa que me dizia esse dependente químico, srs. deputados, é que a droga, o *crack*, parece que é uma droga das pessoas que não têm muitos recursos.

Sra. presidente, a droga pode ser, em termos, barata, porque com muito pouco pode se adquirir uma pedrinha de *crack*, mas ela empobrece as famílias, empobrece o indivíduo e está empobrecendo a nossa sociedade.

Então, é uma luta que temos que travar juntos!

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, da região sul de Santa Catarina, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente e srs. deputados, faço uso da tribuna, na tarde de hoje, depois de dois meses ausentes deste plenário, em função de um compromisso e de um acordo feito dentro do Partido Progressista, sendo o primeiro partido na Oposição a promover um rodízio para que oportunizasse a condição de assumir os três suplentes neste mandato.

Tive o prazer e a satisfação de ceder o espaço ao deputado Dieter Janssen, de Jaraguá do Sul, que muito bem me representou e a sua região durante esses 60 dias em que estive ausente deste plenário.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu só quero desejar-lhe boas-vindas e parabenizar o PP, que assim como o PT também propiciou esse rodízio valorizando todos os nossos suplentes.

Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado. Entendo ser salutar esse tipo de atitude, mesmo porque, com raras exceções, um vereador, um deputado estadual ou um federal não conseguem legenda sozinhos. E se o suplente foi companheiro num momento difícil, tem que ser prestigiado também no bom momento. Isso caracteriza realmente um espírito de grupo.

Eu, nesses 60 dias, tive a oportunidade de percorrer 86 municípios não somente no sul do estado, mas em grande parte de Santa Catarina, anotando dados, apanhando sugestões, até para contribuir com o plano de governo da nossa candidatura. Com certeza a deputada Angela Amin, que se vem destacando em todas as simulações feitas pelos institutos de pesquisa do nosso estado, está liderando o *ranking* e praticamente cobrindo quase que dois por um no segundo colocado.

Por isso há uma expectativa e uma esperança, mesmo porque haverá uma disputa

muito acirrada, em se tratando de um estado que se destaca perante os demais estados da Federação, em que, com 1,1% do território nacional, Santa Catarina tem mais de 5,6% da exportação deste país. Basta dizer que a arrecadação de abril, deputada Ana Paula Lima e deputado Décio Góes, fechou em R\$ 1,147 bilhão. E em 2000 a arrecadação foi de R\$ 167 milhões para R\$ 1,147 bilhão agora, então, realmente, é uma monta significativa, representativa e requer sobretudo uma gestão de eficiência, trazendo resultados positivos à sociedade catarinense.

Mas eu, nessas andanças que fiz por diversas regiões, mais precisamente no sul do estado, pude observar, por exemplo, a situação em que se encontra a rodovia SC-435, que liga Treviso a Lauro Müller, para a qual há mais de quatro anos deixamos consignados R\$ 22 milhões no Orçamento, numa junção dos parlamentares do sul. No entanto, depois desse período, sequer 20% da terraplanagem está executada. Realmente é uma calamidade.

Quero aqui dizer que se que formos visitar aquela rodovia de carro preto com placa branca, deputada Ada De Luca, o gado sairá correndo, porque pensará que haverá comemoração e novamente um lançamento de obra, porque isso já foi feito três vezes consecutivas. No entanto, caminha a passos de tartaruga doente. Essa é a grande verdade.

Falo isso com propriedade e muita tranquilidade porque quando a crítica é construtiva ela precisa ser enaltecida e reconhecida.

Agora, vou falar sobre a barragem do rio do Salto, em que pese todo o esforço que está sendo feito. Ora, o recurso federal está garantido. Foram destinados R\$ 58 milhões no PAC, do governo federal. Mas é preciso, urgentemente, a participação efetiva do estado, para que de uma vez por todas seja resolvida a situação que os moradores da comunidade de Areia Branca estão passando há alguns anos. É verdade que já foram desapropriadas mais ou menos 33 famílias, mas há o dilema com as que ainda não receberam a posição definitiva por parte do governo.

Espero que esse projeto seja iniciado o mais breve possível, sob pena de aquelas comunidades sofrerem outras inundações devido às enchentes que têm ocorrido no sul e por não terem um sistema regulatório, como é o caso, hoje, da barragem do rio São Bento, na região carbonífera, o que vai trazer inúmeros prejuízos, inclusive com vítimas fatais.

Srs. deputados, eu vejo que o tema que está sendo abordado no momento são as conjecturas e as possíveis composições. Penso que a política é muito dinâmica, por isso prefiro falar um pouco menos e ouvir um pouco mais, porque, depois que se frita o ovo, para "desfritá-lo" é muito difícil.

Realmente fiquei estarelecido e chocado com o episódio ocorrido por consequência do declínio do líder do PMDB Eduardo Pinho Moreira, que reiteradas vezes, em Criciúma, na região e por toda Santa Catarina falava, inclusive taxando de idiotas os tradicionais peemedebistas que tentavam fazer com que ele refluísse da sua candidatura dizendo que não tinha a mínima possibilidade de não ser candidato e que o processo da sua candidatura era irreversível.

E olhem que o PMDB, tradicionalmente, é adversário do PP, mas o respeitamos muito pela sua história, pela sua trajetória, pelas personalidades que sempre estiveram à frente desse glorioso partido que neste momento quebra o encanto desses peemedebistas tradicionais, com pessoas de bem por toda Santa Catarina declinando de uma perspectiva e de uma projeção, jogando os

tradicionais à desesperança, que estão desestimulados e cabisbaixos. E eu tenho visto aqui contestações contundentes por parte de alguns companheiros do PMDB, inclusive de v.ex.a., deputado Edison Andrino. A própria deputada Ada de Luca está demonstrando o seu grau de insatisfação por essa situação. Mas é evidente que esse é um assunto do PMDB que nós respeitamos.

Nós também estamos na luta com a nossa candidata, como disse anteriormente, liderando as pesquisas, e há realmente um afloramento, um sentimento de mudança nas pessoas de bem de Santa Catarina, que tenho certeza vão fazer a diferença nas urnas em 3 de outubro. E que possamos estar, a partir do dia 1º de janeiro, deputado Genésio Goulart, tremulando a bandeira progressista, resgatando a autoestima, a dignidade e o respeito do povo de Santa Catarina.

Era isso, sra. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, prezado prefeito Nilson Bortolatto, de Cocal do Sul, e prefeito Adelmo, gostaria de cumprimentar todas as autoridades que estão aqui nas galerias desta Casa, em nome, especialmente, do presidente da Câmara de Vereadores de Botuverá, sr. Valmir Betinelli, vereadora Odete Mariani, vereadora Catarina Rosa Venzon Wietcowsky, sr. Mário, da delegação de Botuverá, que vêm aqui, na Assembleia, trazer agradecimento e novamente pedidos para a nossa bela Botuverá, minha terra natal, que pertence à Regional de Brusque, juntamente com Guabiruba, Nova Trento, Major Gercino, Canelinha, São João Batista, Tijucas, as oito cidades da Regional.

Esses três vereadores estão aqui, primeiro, para agradecer ao apoio que têm recebido do governo do estado. É o único colégio estadual que existe lá recentemente, até porque em Botuverá a população total é de aproximadamente 4.000 habitantes, Colégio Padre João Stolte, tendo como diretora a d. Sueli Pavesi. Esse colégio recebeu agora, há 15 dias, a autorização do governo do estado para reformar e ampliar algumas salas e poder atender melhor à comunidade de Botuverá, que fica entre Brusque e Vidal Ramos.

Lá, naquele município, srs. deputados, temos a gruta, a caverna de estalactites e estalagmites, certamente a mais bela do sul do Brasil, que desde 95, 96, 97 foi urbanizada, tanto a parte externa quanto a interna, para permitir a visitação, pois recebe inúmeros turistas de todo o estado de Santa Catarina e de fora do estado. Muita gente vai lá visitar aquela caverna.

Entre o centro de Botuverá até Vidal Ramos temos aproximadamente 50km de estrada de chão, e lá em cima, perto de Vidal Ramos, está sendo construída a maior fábrica de cimento de Santa Catarina, pela Votoran, que até o final deste ano, começo do próximo ano, estará pronta.

Quando a Votoran manifestou a intenção de começar a fábrica o governo do estado assumiu o compromisso de que numa parceria com a empresa Votorantim, com o cimento Votoran, construiria e asfaltaria a estrada que liga Botuverá a Vidal Ramos. Hoje, com todas as curvas que tem, são aproximadamente 55, 56km, mas que em forma de SC

certamente será um pouco mais curta. Agora, com as chuvas que tivemos nos últimos meses ela está num estado muito precário, e o governo do estado, nesses últimos 15 dias, esteve em Botuverá atendendo ao pedido da comunidade e liberou R\$ 150 mil através da prefeitura, para permitir o tráfego entre Botuverá e Vidal Ramos. Liberou também mais R\$ 150 mil para construir uma ponte sobre o rio Itajai-Mirim, que atende à chamada comunidade dos Vanelli, à margem esquerda do rio Itajai-Mirim, em Botuverá, e outras comunidades acima.

Na semana passada, no domingo, tivemos a alegria de presenciar, de receber inúmeros visitantes em Botuverá, na 19ª Festa Bergamasca. A nossa maior população de imigrantes é bergamasca, da região de Bergamo. Há 19 anos, todos os anos, a comunidade, junto com a prefeitura, com a igreja, com líderes comunitários, organiza essa festa. Inclusive neste domingo, na visita que fiz a Botuverá, estava o presidente da Câmara de Vereadores trabalhando na cozinha, e os vereadores estavam ajudando nos trabalhos, na organização da festa e na recepção dos turistas.

Nessa festa, que é parecida com as demais festas regionais, o grande detalhe é que todos os anos um padre natural de Botuverá, que fala a língua bergamasca, celebra a missa do começo ao final totalmente em italiano. É um verdadeiro *show* a missa; além de ser um *show* cultural é um *show* da história de Botuverá.

E lá estava o padre Nelson, filho de Botuverá, que ao celebrar a missa contou a história da cidade, citando todas as famílias que inicialmente chegaram a Botuverá e depois colonizaram Águas Negras, Ribeirão, Lageado, Ouro, Areias, enfim, todos os bairros de Botuverá. Citou as famílias que ocuparam e que fizeram a história de Botuverá.

Lá estava o padre Alirio Pedrini, que foi quem organizou a primeira festa, a primeira missa e que, juntamente com alguns colaboradores, com sua família, iniciou a primeira missa, escolheu os cantos. Enfim, é um verdadeiro *show* cultural que há 19 anos vem acontecendo. Por conta disso, por ser um grande ato cultural, recebe inúmeros visitantes, pessoas que nasceram em Botuverá e que hoje estão em Brusque, em Joinville, em Blumenau, em Florianópolis. É na verdade um grande momento do reencontro das pessoas que nasceram em Botuverá, que são de famílias daquele município e que voltam naquela data, assim como eu que volto lá, porque é o momento de nos reencontrarmos com aqueles que foram buscar uma vida melhor e que com saudades voltam a Botuverá. Além disso, recebe inúmeros turistas. Inclusive, encontrei pessoas de Massaranduba, por exemplo, que estavam em Botuverá porque falam o dialeto ítalo-bergamasco e já há alguns anos acompanham a missa *show* celebrada no dialeto ítalo-bergamasco.

Então, eu queria aqui cumprimentar todas as comunidades italianas de Santa Catarina e dizer que Botuverá também faz a sua parte para valorizar a sua origem, a cultura e o que eles ensinaram aos seus filhos, às suas famílias. E de lá foram morar em tantas outras cidades, mas ajudaram a formar a cultura deste povo de Santa Catarina, que teve diversas origens, mas que está honrando o estado e o país.

De forma que, ao cumprimentar o Valmir, a Dete Mariani, a Catarina, quero cumprimentar todo o povo de Botuverá e os organizadores, e dizer que isso é muito importante.

Agradecemos ao governador Leonel Pavan, que também deu uma contribuição importante para a realização daquela festa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ontem pela manhã tive a oportunidade de me manifestar sobre esse último episódio político que diz respeito ao meu partido e que causou uma perplexidade muito grande nas bases do PMDB.

Era um assunto, sr. presidente, que eu pensei que havia encerrado na minha falação de ontem. Mas de ontem para cá uma série de fatos aconteceram, principalmente por parte dos vereadores, dos prefeitos, dos diretores municipais, deputado Ronaldo Benedet, que nos ligaram constantemente.

Ontem mesmo fui convidado para uma reunião às pressas do diretório municipal de São José, e lá encontrei, deputado Romildo Titon, a sala do diretório totalmente lotada e todos revoltados com a decisão do partido. E perguntaram-me, como devem perguntar ao deputado Ronaldo Benedet e a v.exa.: "O que nós vamos fazer? O que houve?"

Depois de muita discussão, de muitas críticas, de muitas manifestações de revolta, de muitos sentimentos de traição e de indignação, tiraram uma nota que vai ser encaminhada à direção do partido no estado de Santa Catarina, ao ex-governador Luiz Henrique, ao líder do PMDB na Assembleia e na Câmara Federal, dizendo que o que prevalece é a decisão das prévias, que indicou que o PMDB teria o candidato a governador do estado de Santa Catarina.

Não fui eu quem disse nem v.exa., deputado Ronaldo Benedet; foram os mais de 500 convencionais que foram chamados pela cúpula do partido e manifestaram-se democraticamente para escolher o nosso candidato a governador, o companheiro Eduardo Pinho Moreira.

Então, essa é a decisão que prevalece. Ninguém, exatamente ninguém, por mais poderoso que seja, por mais sábio, por mais professor de Deus que se ache, tem competência, nem autoridade para substituir aquilo que foi decidido pela base do partido e que credenciou Eduardo Pinho Moreira como candidato a governador, sendo que ele poderia negociar com os outros partidos a composição da chapa para vice-governador, para senador e até o apoio nacional do partido.

Por isso temos que tomar um caminho. E as pessoas me perguntam: "O que fazer, deputado Andrino?" E devem perguntar para todos os nossos deputados federais e estaduais o que fazer. Porque aquilo que foi feito no tapete vermelho do plenário desta Casa não tem validade nenhuma! Foi uma decisão única, unilateral de dois companheiros do PMDB que não são donos do partido! Esse partido não tem dono! Esse partido sempre agiu democraticamente nas suas decisões mais difíceis em nível nacional e em nível do estado de Santa Catarina.

Nesta cidade, deputado Décio Góes, eu disputei uma prévia com o senador Nelson Wedekin para ser candidato a prefeito de Florianópolis; e assim foi com Pedro Ivo e Jaison Barreto; assim foi com Pedro Ivo e Luiz Henrique; e assim também foi com Paulo Afonso e Eduardo Pinho Moreira. E agora tivemos uma prévia também, que eu acho uma maneira democrática, moderna de escolher o candidato a um cargo eletivo.

Por isso, aquela decisão unilateral não tem validade alguma. Ou melhor, eles estão tentando negociar com o DEM e, com

todo o respeito que tenho pelo senador Raimundo Colombo porque votei nele para senador da República, devo dizer que a base do PMDB, deputado Antônio Aguiar, votou inteira, praticamente, nele, haja vista a grande votação que o senador obteve, mais de um milhão e meio de votos. E ele é um bom senador, um bom candidato a governador do estado de Santa Catarina, mas não é essa a discussão! Não é isso que estamos discutindo! O que estamos discutindo é que tínhamos um candidato a governador escolhido democraticamente numa convenção do partido.

Então, o que tentaram negociar com o DEM e com o senador Raimundo Colombo eles não têm como entregar! V.Exa. não pode negociar, deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB nesta Casa, aquilo que não lhe pertence. Deputado Renato Hinnig, v.exa. não pode vender aquilo de que v.exa. não é dono. Ninguém poderia ter vindo aqui para dizer: "Raimundo Colombo, v.exa. vai ter o apoio do PMDB".

Isso me lembra - e acho que já citei anteriormente - a Copa do Mundo de 1958, quando o Feola, o nosso técnico gorducho, que disse que dormia até durante os jogos de futebol, chamou a Seleção Brasileira para dizer como ela iria jogar contra os russos. E explicou detalhadamente a maneira que o Brasil deveria jogar. E o Garrincha, naquela sua simplicidade e humildade, perguntou para o Feola: "Mas o senhor combinou com os russos?"

Será que Eduardo Pinho Moreira e Luiz Henrique combinaram com a base do partido como vamos jogar na próxima eleição? Não combinaram, não! E a base do partido é soberana. E quero até aproveitar esta oportunidade para, através da TVAL, dizer a muitos companheiros do PMDB que estão-me vendo e ouvindo, que aguardem, pois amanhã teremos uma reunião da executiva do PMDB, reunião que também não vai decidir nada, porque não tem autonomia para isso, mas vai começar, deputado Antônio Aguiar, a dar o caminho, o rumo do PMDB na convenção do dia 26 de junho: se vamos ainda ter ou não um candidato a governador.

É bem verdade que nos deixaram numa baita saia justa, até pelo tempo que temos para coligar, para conversar com outras agremiações partidárias. Mas nós podemos decidir diferente do que foi decidido por dois membros do PMDB. Nós podemos liberar o partido em nível de candidatura de governo do estado de Santa Catarina. O PMDB pode ficar livre. Mesmo porque, pela maneira como foi conduzido esse processo, perdeu-se o controle do partido!

Assim como Santa Catarina, deputada Ada De Luca, não está obedecendo ao que se estabeleceu em nível nacional, porque também foi antidemocrática a escolha de Michel Temer para ser vice de Dilma Rousseff, que, inclusive, foi decidida muito antes da convenção, foi decidida numa reunião da executiva do partido. E nós não obedecemos ao que mandaram lá em cima e, provavelmente, os nossos vereadores, os nossos prefeitos, os nossos delegados do partido, que vieram aqui com bandeirinhas do PMDB, eufóricos, cheios de esperança, pensando que teríamos candidato a governador, não vão obedecer também.

Ontem, falei com um companheiro do PMDB, deputada Ada De Luca, que trabalhou para Eduardo Pinho Moreira e era comissionado do prefeito Djalma Berger, no município de São José. Ele está na rua, desempregado, porque vestiu a camisa da esperança do PMDB de ter um candidato a governador.

Por isso quero dizer o seguinte aos companheiros do interior do estado que me

ouvem e que me veem neste momento: esperem o dia 26. É a hora de nos manifestarmos e dizermos qual é o futuro do nosso partido com respeito à eleição estadual e quem também vai ser o nosso candidato a senador da República!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só gostaria de parabenizar o deputado Edison Andrino. A sua fala agora fez com que toda a bancada inteira do PMDB viesse ouvi-lo. Parabéns! V.Exa. está bem de audiência, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, o deputado Edison Andrino esqueceu até o óculos aqui. Ele veio preparado para ler, mas não precisou. Ele deixou só o coração falar!

Deputado Edison Andrino, eu compreendo perfeitamente e respeito o posicionamento de v.exa. Aprendi a conviver e a respeitá-lo, deputado. V.Exa. é um homem de partido, um homem de posição, que não se esconde atrás das suas verdades. Por isso, v.exa. tem deste deputado, e pode ter certeza disso, todo respeito, pelo grande homem público que é, por não ter medo de defender aquilo que acredita.

Mas, certamente, deputado Silvio Dreveck, o catarinense que nos acompanha aqui na Assembleia - e são tantos hoje, e sejam bem-vindos -, bem como aqueles que nos assistem através da TV Assembleia e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital devem estar cada dia mais confusos diante de tudo isso que está acontecendo.

O deputado Valmir Comin lembrou aqui no início da sessão... Aliás, ontem, quando Adelor Lessa, na Rádio Som Maior Premium, dava os números da pesquisa feita em Criciúma, deputado Décio Góes, e referia-se ao ex-futuro candidato e ex-governador bem aposentado Eduardo Pinho Moreira, dizia: "Idiota, tantos por cento". Por quê? Porque Eduardo Pinho Moreira, deputado Dagomar Carneiro, quando lhe foi proposto por outros candidatos que assumisse a condição de vice, chamou os seus companheiros de idiotas, aqueles que, eventualmente, cogitassem a possibilidade de ele ser candidato a vice-governador.

E agora o que percebemos é o PMDB, um partido desse tamanho, com essa história, com essa estrutura, que passou por um processo de prévia, tentando buscar explicações não para a sociedade, mas para os seus.

Certamente vai ser um processo muito debatido ainda, até porque o tempo haverá de se encarregar de contar os detalhes dessa operação. Talvez não consigamos compreender o que efetivamente convenceu, deputado Silvio Dreveck, Eduardo Pinho Moreira. Ele disse ontem - e eu assisti no programa do Paulo Alceu - que foi convencido na madrugada de domingo para segunda. Quanto custou esse convencimento ninguém sabe - quanto custou em termos de tempo, de conversa, naturalmente - e não estou querendo fazer nenhuma outra insinuação; longe de mim fazer qualquer tipo de insinuação -, de energia, de conversas, de consulta ao travesseiro, de saliva e de outras coisas que por enquanto ainda não podemos falar.

(Um deputado manifesta-se fora do microfone.)

Não! Pneu, não! Carro? Não acredito. Besc? Não, nada disso.

Mas vamos aguardar! Há muita água para passar embaixo da ponte ainda. Certamente o tempo vai dizer o que custou tudo isso. Espero que esse custo tenha sido individual e não da coletividade. Esta é a única coisa que espero.

Mas o assunto que queremos trazer no dia de hoje, de novo, é a nossa insistência na questão do *bullying*, esse tema que nós estamos debatendo aqui nesta Casa desde 2007, quando apresentamos um projeto de lei que virou lei. E o nosso estado é o segundo no Brasil a ter uma lei, graças à decisão unânime dos pares desta legislatura.

Ontem, deputado Genésio Goulart, a Globo divulgou no seu portal, e repercutiu nos noticiários à noite, os resultados da pesquisa do IBGE que aponta Brasília como a campeã brasileira de *bullying*, onde 35,6% dos estudantes disseram ser vítimas constantes de agressão nas escolas. Ai vem Belo Horizonte com 35,3%; depois, Curitiba com 35,2%; Vitória, com 33,3%; Porto Alegre, com 32,6%; e por aí vai.

Outro dia, numa dessas palestras de *bullying* que estamos fazendo estado afora, uma coordenadora de uma determinada escola particular - e, por questões éticas, não vou trazer o nome a esta tribuna -, disse-nos: "Deputado, na nossa escola não precisamos debater essa questão de *bullying* porque nela esse problema não existe". Ledo engano, deputado Silvio Dreveck. Infelizmente, não há nenhuma escola, nem da rede pública e muito menos da particular, imune a essa violência silenciosa a qual os nossos estudantes são submetidos no dia-a-dia. Pelo contrário, todos os estudos, e o Ministério Público tem apresentado isso, apontam que na escola particular há uma incidência um pouco maior do que na escola pública. Até porque lá, infelizmente, alguns alunos partem do princípio de que eu pago, eu posso tudo. Tanto que nessa mesma matéria da Globo - e foi o nosso querido Valter Souza que nos apontou a matéria ontem - consta que em Brasília o maior número de casos ocorreu em escolas particulares - 35,9% nas particulares contra 29,5% nas escolas públicas. Então, pelo menos nesse quesito, deputado Genésio Goulart, a escola pública está, felizmente, em condição melhor do que a particular.

Mas o fato, deputada Ada De Luca, é que os nossos estudantes no Brasil inteiro são vítimas diariamente desse mal, dessa violência tratada em outras épocas como brincadeira de criança. E nós sabemos que não é brincadeira, faz mal, gera sofrimento, tristeza, depressão, morte, abandono da escola, queda no rendimento escolar, e nós precisamos combater esse mal.

Eu fiquei feliz porque, outro dia, assisti a uma matéria em que se dizia que Santa Catarina é o segundo estado do Brasil a possuir a lei, mas é o primeiro estado que está efetivamente fazendo um debate para tirar a lei do papel, colocando-a em prática. Esse trabalho estamos fazendo através da Escola do Legislativo, e quero agradecer à Mesa Diretora por todo o apoio que tem dado; ao Ministério Público, nas pessoas da dra. Priscila Linhares e do procurador-geral, dr. Gercino Gerson Gomes Neto; ao Sinepe; à Undime e a tantos outros que se estão envolvendo. Foram mais de dez mil professores que já passaram pelos eventos da escola, neste ano, para tratar da questão do *bullying*, tema que temos que debater permanentemente.

Deputado Silvio Dreveck, como ontem disse, há outro assunto que traria novamente para o debate no dia de hoje. Trata-se do Decreto n. 3.174 que reclassifica a questão tributária da micro e pequena empresa, a questão da substituição tributária. Esse decreto vai inviabilizar milhares de micro e pequenas empresas de Santa Catarina, porque o micro e pequeno empresário não têm condições de pagar o tributo na entrada da mercadoria. Eles são fracos, não têm condições de fazer isso. A média tributária hoje de 4 a 6%, que era o que o micro e pequeno pagava no regime anterior, vai agora para 17%, com um calhamaço de itens. É grande a relação de produtos que são contemplados agora nessa nova tributação, e isso vai provocar a quebraadeira.

Sra. deputada Ada De Luca, nós temos que rever isso. Os contadores do estado estão apavorados. Nós precisamos debater esse assunto porque é muito sério, e esta Casa precisa se posicionar. Estou recebendo inúmeras reclamações da região e precisamos posicionar-nos com relação a isso.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PRB.

Não havendo deputados do PRB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Antes, pela ordem, com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Só para registrar aqui, em nome do deputado Renato Hinnig que precisou sair, a presença dos vereadores Aquiles José Schneider da Costa e Guilherme Nazareno Flores, do município de Penha.

Bem-vindos à nossa Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Boas-vindas aos dois vereadores que visitam esta Casa.

Agora, sim, com a palavra o deputado Giancarlo Tomelin, na ausência do deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores aqui presentes no plenário Osni Régis e que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital.

Sr. deputado Serafim Venzon, o PSDB nasce no Brasil e em Santa Catarina, com uma frase muito forte, inspirada no grande líder Mário Covas, que dizia exatamente assim: "Longe das benesses do poder, mas próximo do pulsar das ruas, nasce a social democracia, nasce o PSDB no país". Trouxe uma proposta de social democracia que ecoou pelos quatro cantos do Brasil, já tendo Mário Covas, à época, como candidato à Presidência da República e aqui, em Santa Catarina, Jacó Anderle, Dalírio Beber e Francisco Küster, à época candidato a prefeito de Lages, e Wilson Souza, candidato a prefeito de Blumenau. Com menos de 30 dias de nascimento, já duas candidaturas a prefeito surgiram em Santa Catarina.

De lá até os dias de hoje muita coisa aconteceu, deputado Genésio Goulart, o partido cresceu, formou novos líderes, trouxe jovens, o movimento das mulheres, e elegemos, enfim, um deputado estadual em 1990. De 1990 até 2006, elegíamos entre um, dois, três depu-

tados no máximo. Mas em 2006 Santa Catarina presenciou o crescimento da social democracia. E nós somos a segunda bancada deste Parlamento em número de votos. Apenas o PMDB tem mais votos proporcionais para deputado estadual.

O voto popular traz o pulsar das ruas, o espírito do povo. A urna deve ser e sempre será para o PSDB a expressão da liberdade, da democracia. É onde o cidadão coloca os seus sonhos, os seus anseios e as suas aspirações sociais. O PSDB, em 2006, chega a sua maturidade tendo um vice-governador do estado, uma bancada de seis deputados estaduais e um deputado federal, mas com um segundo assumindo, o deputado Paulo Bauer.

Hoje, o PSDB tem o governador do estado, seis deputados estaduais, dois deputados federais e prefeitos aguerridos, prefeitos aguerridos, vice-prefeitos aguerridos, vice-prefeitos aguerridos, vereadores, mulheres, homens, jovens e vários representantes até da terceira idade. Isso tudo mostra o fortalecimento do partido, o enrijecimento não do acordo partidário, de gabinete, entre alguns apenas, deputado Dagomar Carneiro, mas do acordo de todos. O partido decide democraticamente, e agora neste momento em Santa Catarina estamos vivendo um momento de decisão não só do partido, mas da sociedade catarinense. Qual é o compromisso para o futuro deste estado?

É isso que preocupa o PSDB, porque, catarinenses e deputados, o partido vai crescer. Nós vamos aumentar a bancada de deputados estaduais e o número de votos para deputados estaduais. Vamos aumentar! O deputado Marcos Vieira sabe que fizemos 495 mil votos, se não me falha a memória, e vamos passar de 600 mil. Vamos passar de sete deputados estaduais e vamos eleger de dois a três deputados federais. Fizemos o governador, e aí os catarinenses estão vendo uma chuva de convênios por todo o estado, sem discriminação partidária, e o deputado Dagomar Carneiro sabe disso. Nas cerimônias estão juntos os deputados do PT do DEM, do PMDB, do PP, porque o nosso partido governa para todos. É por isso que o PSDB vai crescer. E vai fazê-lo nas entranhas da social democracia, da aspiração popular. É no clamor das ruas que nós construímos o nosso partido, não de gabinete.

O partido não vai tomar a decisão apenas de um, será a decisão de todos. A decisão que nós tomarmos será uníssona. Marcharemos como um plantel, deputado Peninha, unidos. O PSDB caminhará unido, porque houve momentos nessa construção, deputado Serafim Venzon, de fragilidade, de lideranças frágeis, mas desta vez não.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Giancarlo Tomelin, queria acrescentar que certamente neste momento em que todos os partidos discutem as candidaturas para deputado federal, para deputado estadual e para governador, nós, do PSDB, estamos mobilizados; inclusive hoje recebemos a honrosa visita do ex-deputado Vicente Caropreso. E sei que há outras lideranças do PSDB que talvez estivessem se distanciando, mas neste momento tão importante para o partido em que se discute o futuro de Santa Catarina tem também ocorrido a filiação.

Por isso é importante aqui destacar a liderança do nosso sempre líder Dalírio Beber, do nosso atual presidente Beto Martins e, principalmente, a liderança do governador Leonel Pavan, que tem estado, nos últimos

quatro anos, presente em todos os municípios, e agora, como governador, muito mais.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Por isso, deputado Serafim Venzon, quem apostar em subdivisões dentro do PSDB está apostando do jeito errado, na coisa errada.

Nós temos um líder, o governador do estado, que muito nos orgulha. Ele conhece as bases do partido e fará com que o PSDB, num processo maduro de discussão - e de discussão olho no olho, não de acordo partidário - pelo bem de Santa Catarina, marche unido, forte, uníssono.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência gostaria de registrar a presença do vereador e presidente da Câmara de Botuverá Valmir José Betinelli, bem como de todos as pessoas de Botuverá, conterrâneos do deputado Serafim Venzon, que visitam o Parlamento nesta tarde. Sejam bem-vindos ao Parlamento.

Quero cumprimentar a equipe da Rádio Liberdade FM, de São Bento do Sul, deputado Sílvio Dreveck, na pessoa do presidente municipal do PDT, Valmir Forteski, que está acompanhando, através do site da Alesc, esta sessão. Então, um abraço a todos os componentes da equipe da Rádio Liberdade FM.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, por 19 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, não costume assomar à tribuna para fazer bate-boca tampouco criticar as coisas que a Oposição fala, porque fazer oposição é um direito de todo cidadão brasileiro. Ou ele é contra ou ele é a favor, e político que tem posição também é assim. Mas como esta deputada esteve particularmente envolvida nos casos que vou relatar aqui, assomo a esta tribuna hoje para fazer justiça ao ilustre ex-governador Luiz Henrique da Silveira, eleito pelo povo catarinense por dois mandatos consecutivos, um recorde no estado de Santa Catarina, que administrou este estado com retidão e sempre cumpriu os seus compromissos com lealdade e dignidade. Então, não posso admitir que seja chamado de mentiroso, pecador e que digam que enganou os fiéis de Santo Antônio dos Anjos, da histórica Laguna, os devotos de Santa Paulina, de Imbituba, e os fiéis da beata Albertina, de Imaruí.

O ex-governador não pode ser responsabilizado pela não-execução dos monumentos e memoriais, considerando que a idéia da construção do monumento à Santo Antônio dos Anjos de Laguna partiu da SDR de Laguna, juntamente com o projeto do Corredor Turístico Religioso, envolvendo o monumento de Santa Paulina, em Imbituba, e o Memorial Bem Aventurada Albertina, em Imaruí.

Luiz Henrique, no dia 17 de outubro de 2008 - e o que eu falo, eu provo -, colocou o seu "de acordo" no citado projeto, através do Ofício Gab SDR nº 419/2008, com recursos do Fundo Social, no valor de R\$ 1,5 milhão, para a construção do monumento a Santa Paulina, e o mesmo valor, R\$ 1,500 milhão, para o monumento de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

O projeto do monumento de Santa Paulina, em Imbituba, foi abraçado pelo prefeito Beto Martins, que assumiu a obra no final de 2009. Já recebeu do governo do estado R\$ 200 mil, em convênio firmado com a SDR de

Laguna, e encontra-se na fase de liberação das licenças ambientais e do lançamento do edital de licitação para início da obra. Quanto ao projeto do monumento Santo Antônio dos Anjos de Laguna, o sr. prefeito Célio Antônio encaminhou o projeto para o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, em Santa Catarina, para solicitar o parecer da viabilidade de implantação do monumento na localidade do Morro do Inhamé.

No final do parecer, a resposta foi a seguinte:

"[...]

Sendo assim, ao analisarmos o projeto arquitetônico, avaliamos que o mesmo não terá adequada inserção junto à paisagem do centro histórico, em razão do centro histórico de Laguna fazer parte da preservação da memória e identidade dos brasileiros desde 1985, quando se delimitou uma poligonal de tombamento que foi homologada pelo ministério da Cultura e divulgada pela sua publicação no Diário Oficial da União.

Por se tratar de um conjunto histórico edificado e paisagístico, seu entorno imediato também é motivo de preocupação, planejamento e preservação.

Da mesma forma, analisamos os impactos que sua implantação terá sobre o morro, uma vez que para possibilitar a visitação se deverá criar acesso para veículos (particulares e coletivos), bem como áreas de estacionamento, manobra e serviços de apoio turístico (sanitários, locais de alimentação, lugares para vender imagens de santos etc.)

Diante do acima exposto, somos de parecer contrário à aprovação do projeto."

Para variar é sempre isso!

Assim, caros colegas deputados, até a presente data não houve qualquer sinalização da construção deste monumento, mesmo com toda a aceitação da Igreja Católica, esforço do padre Marco Herdt e comprometimento do ex-governador Luiz Henrique da Silveira em repassar imediatamente os recursos, o que eu acompanhei.

Entendo que o prefeito de Laguna deveria ter dado continuidade, lutado com mais força, com mais garra, com mais vontade para que o projeto não parasse e pelo parecer favorável, juntamente com a bancada dos deputados do sul, perante o IPHAN, mas não o fez. Contudo, ele não tem o direito de fazer disso uma bandeira contra o governador, contra Santa Catarina e contra Laguna. Nós não precisamos disso. O prefeito deveria, sim, apresentar outros possíveis locais que não estivesse na região tombada pelo patrimônio histórico.

Portanto, o ex-governador Luiz Henrique da Silveira não pode ser penalizado por não executar a obra, já que a sua obrigação era liberar o recurso, e isso ele o fez, como disse anteriormente.

O governador Leonel Pavan, no dia 12 deste mês, na Festa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, reafirmou em pronunciamento que, tendo o local, o terreno liberado, honrará o compromisso firmado por Luiz Henrique.

Quanto ao Memorial Bem Aventurada Albertina, o governo do estado já disponibilizou R\$ 300 mil à SDR e está aguardando a documentação da Prefeitura de Imaruí para firmar o convênio. Espero, pois, que o prefeito Amarildo Matos de Souza se empenhe para dispor desses documentos rapidamente.

Comunico ainda que para a estrada Imaruí/Aratingaúba, ramal São Luiz, foram disponibilizados R\$ 600 mil para o projeto e que também depende de documentos da prefeitura para análise e lançamento do edital de concorrência.

Assim sempre procedeu o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, com transparência e com responsabilidade, cumprindo os compromissos, com credibilidade e confiança. E assino embaixo porque participei intensamente de tudo isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andriano, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, esta Casa já discuti várias vezes e tivemos aqui pronunciamentos de vários companheiros, de vários partidos, sobre a questão e o problema do saneamento básico de Santa Catarina.

Trata-se de um assunto que se discute não só no Poder Legislativo de Santa Catarina, mas nas Câmaras e nas Prefeituras Municipais, no que diz respeito à eficiência, ao trabalho e ao compromisso que a nossa Casan tem com a saúde dos catarinenses, porque saneamento básico, rede de esgoto e abastecimento de água têm tudo a ver com a saúde dos catarinenses.

Sr. presidente, aqui já tivemos oportunidade de nos manifestar, inclusive o deputado Valdir Cobalchini apresentou uma emenda constitucional no sentido de proibir que a Casan, assim como as demais estatais, distribua seus lucros entre seus diretores. E nós já fizemos aqui algumas manifestações por escrito e também discursando, mostrando o absurdo que é a Casan distribuir o lucro com seus diretores, que já ganham muito bem.

Na realidade, esse lucro da Casan é questionável, porque uma empresa que pega constantemente recursos em bancos brasileiros e entidades financeiras internacionais não pode ter lucro. Além do mais, Santa Catarina, que é um estado diferenciado no Brasil, pois lá fora nos conhecem como a Suíça brasileira, infelizmente, na questão de saneamento básico se parece ou é até pior do que os mais atrasados estados da federação, notadamente os estados mais pobres do nordeste brasileiro. O saneamento básico em nosso estado não atende a 20% das residências dos catarinenses.

Mas, Sr. presidente e srs. deputados, apesar dos nossos pronunciamentos, dos nossos apelos, principalmente ao governador Leonel Pavan, com quem tivemos a oportunidade de conversar hoje sobre este assunto, pedindo que não permitisse que a Casan distribuisse os lucros entre os seus diretores, vejamos o que fizeram os diretores da Casan, juntamente com o seu presidente. E vou fazer a leitura de um informe da presidência da Casan.

(Passa a ler.)

"O Conselho Administrativo da Casan, Companhia Catarinense de Água e Saneamento, em reunião realizada nesta quinta-feira, dia 27 de maio, decidiu sugerir à assembleia de acionistas que limite a participação dos administradores nos resultados da companhia ao valor equivalente a três remunerações mensais de diretores, desconsiderada a parcela relativa à verba de representação."

Ou seja, deputado Romildo Titon, v.exa. que lida muito com a área jurídico-financeira desta Casa, a Casan só vai distribuir a metade do lucro que teve com seus diretores. E v.exa. sabe o que vão fazer com o restante? Aí é que está o problema sério. Deputado Lício Mauro da Silveira, v.exa. que já dirigiu aquela estatal sabe o que vão fazer com o restante? Vão comprar equipamentos, canos, tubos para distribuir às prefeituras municipais.

A minha primeira preocupação é com a legalidade dessa medida da Casan durante o período eleitoral, em função da legislação. A segunda é a seguinte: como isso será distribuído, porque temos uma preocupação muito grande com o uso da máquina estatal no período eleitoral.

Fiz um apelo ao governador Pavan, no sentido de que não permita que a Casan use uma parte dos lucros. Não concordo que seja distribuída nem a metade. Isso é errado. Esse dinheiro tem que ser investido em saneamento básico, nos bolsões de pobreza da capital, no norte do estado, na serra catarinense, onde há muitos problemas de saúde em virtude da falta de saneamento básico.

Não concordamos que seja distribuída entre os diretores a metade dos lucros que a Casan disse que teve e consideramos questionável legalmente a compra de tubos, canos e outros equipamentos para distribuir entre as prefeituras e as comunidades com a outra metade.

Creio que a legislação eleitoral não permite esse tipo de ação e por isso espero que o governador Pavan dê um breque nessa decisão da diretoria da Casan, para que isso não seja feito de forma eleitoral. Há uma preocupação muito grande e provavelmente sou um dos que se manifestam aqui.

O que noto, dentro da base de apoio do governo, dos próprios deputados do meu partido, é que há uma ansiedade, uma preocupação com o fato de a Casan poder ser usada como instrumento eleitoral, ou seja, um grande comitê eleitoral espalhado pelo estado de Santa Catarina, distribuindo tubos, canos para as comunidades e prefeituras para eleger candidatos a deputado estadual e federal.

Acho que o governador Pavan tem o compromisso de proibir que os lucros da Casan sejam distribuídos entre seus diretores e a outra metade, como fala a resolução, para comprar equipamentos para serem distribuídos para as comunidades de Santa Catarina. Tenho certeza de que não vai ser um bom negócio, não vai ser uma boa medida para o governador Pavan, que está preocupado com o uso da máquina durante a campanha eleitoral.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. Deputados, venho à tribuna na tarde de hoje para pedir a todos os srs. parlamentares a aprovação do Projeto de Lei n. 0101/2010, que será votado logo mais na Ordem do Dia.

Este projeto foi apresentado por este deputado e visa dar mais estabilidade aos tenentes-coronéis e primeiros sargentos da Polícia Militar de Santa Catarina e também garantir a carreira policial militar, com fluxo contínuo, a fim de que as possibilidades de promoção possam ser mais abrangentes.

Hoje sabemos de todo rosário de problemas sociais existente em Santa Catarina, como nos demais estados brasileiros; e o nosso estado, não por ser diferenciado dos demais, deixa também de ter problemas sociais profundos. Todos os problemas, as carências, as dificuldades acabam desaguando sobre o trabalho da nossa Polícia Militar, que faz um policiamento extensivo.

Srs. deputados, todas as comunidades que temos a oportunidade de visitar clamam por mais polícia, por mais ação e mais segurança. E hoje sabemos que onde

quer que se vá a atividade do policial militar, por conta do crescimento da criminalidade, um fenômeno não só brasileiro, mas mundial, acaba ocasionando uma pressão sobre esses profissionais de maneira muito forte.

Esse projeto de lei, visa, srs. deputados, garantir tanto aos tenentes-coronéis, quanto ao primeiro-sargento a promoção automática ao posto superior, no caso, ao posto de coronel e ao posto de sub-tenente, no momento da sua aposentadoria.

Srs. deputados, isso trará mais estabilidade para quem dedicou 30 anos de sua vida à atividade policial militar. E trará para quem estiver abaixo da possibilidade de ascender na carreira, já que a legislação tem um número determinado tanto de subtenentes, quanto de coronéis que possam exercer essa função na ativa. E quando se possibilita atingir o tempo de aposentadoria, que automaticamente haja a ascensão ao posto superior, com conseqüente passagem à reserva remunerada. Então, que se dê também mais espaço, mais vagas, para que os policiais militares nas funções inferiores possam ascender na carreira.

Esse projeto teve emenda do deputado Marcos Vieira, que estendeu aos subtenentes o benefício inicialmente previsto aos coronéis. Teve o apoio da Aprasc, na pessoa do deputado Sargento Amauri Soares, e também de todas as associações de policiais militares de Santa Catarina.

Nós precisamos dar estabilidade ao policial militar, não só no exercício da função, como também na aposentadoria. Quem passa 30 anos nas ruas defendendo a sociedade merece uma condição melhor ao se aposentar. E também é importante que o policial tenha na sua atividade cotidiana a possibilidade de ascender na profissão. E quando damos ao policial a ascensão a um posto maior ao finalizar a sua vida de trabalho, estaremos dando também àqueles que estão nas posições inferiores a possibilidade de buscar novos postos. Abrem-se mais vagas!

Então, peço, srs. deputados, a aprovação desse projeto importante para a Polícia Militar catarinense, que vem ainda mais valorizar quem está nas ruas defendendo a sociedade.

Estamos convictos de que temos em Santa Catarina, a par de todas as dificuldades, a melhor polícia do país, pela qualidade de seus membros, pela idoneidade, pelo comprometimento que tem com as comunidades onde atuam.

Temos índices no país de menos números de homicídios, de menor número de violência e é muito em função da qualidade do nosso policial militar e do nosso policial civil. Digo isso, sr. presidente, porque sabemos que onde quer que a sociedade clame por mais policiamento há a necessidade de termos mais um policial, primeiro com uma possibilidade de se ascender na sua carreira e, segundo, com a garantia de quando houver a passagem da reserva remunerada que haja também a passagem para uma vida de respeito, para um descanso dos seus anos dedicados à sociedade catarinense.

Quero ainda aproveitar a oportunidade para clamar ao Supremo Tribunal Federal que confirme a lei catarinense de isenção do pedágio para quem reside no município e enquadre essa empresa fora da lei, que agora também cria problemas, no momento de cumprir a lei de isenção municipal de Palhoça e que quer ganhar dinheiro com a tragédia alheia, tirando dos cofres do município de Palhoça, que é um município com grandes dificuldades em diversas áreas, principalmente na área social, recursos preciosos a fim de

garantir a isenção. Essa isenção não pode ser custeada com o dinheiro do município palhocense, tem que ser custeada, sim, com o dinheiro dessa empresa multinacional que ganha milhões em Santa Catarina e explora pedágio numa rodovia criminosamente inacabada.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes da Assembleia Legislativa, destacando o companheiro Fernando Zanatta, do sul do estado, que teve grande atuação política no Morro da Fumaça.

Deputada Ana Paula Lima, ontem foi a sua vez de vir com a camisa do Brasil e hoje estou imitando v.exa. e também participando deste momento importante da vida nacional. Aliás, ontem tivemos duas importantes vitórias no Brasil, através de três goloços, e o primeiro foi o do presidente Lula, que reconheceu a importância dos aposentados deste país na construção do povo, da nação brasileira, na economia brasileira e sancionou o reajuste de 7,72% aos aposentados que ganham mais de um salário mínimo, conforme decisão do Congresso Nacional.

Isso implica num aumento retroativo a janeiro deste ano, que significa 8,3 milhões de aposentados brasileiros recebendo um subsídio a mais. Serão 543 mil catarinenses aposentados que vão receber R\$ 1,6 bilhão a mais neste ano, o que significa também uma forma de distribuição de renda no nosso país, contrariando as expectativas, as análises daqueles que torcem contra o Brasil e reafirmando aquilo que eu havia previsto na tribuna desta Casa, ou seja, que o presidente Lula iria sancionar esse aumento. E o presidente Lula, então, responsabilmente determinou esse reajuste.

Isso está sendo bem comemorado, e o presidente da federação das associações dos aposentados e pensionistas de Santa Catarina, o sr. Iburici Fernandes, ressaltou que é motivo de muita comemoração, inclusive é o resultado da sua luta.

Na tarde de segunda-feira, presenciei em Orleans, no sul de Santa Catarina, a fundação do sindicato dos aposentados, pensionistas e idosos, que tem no Brasil o sindicato filiado à CUT. A sua regional foi fundada aqui em Santa Catarina, na cidade de Orleans, e será mais um instrumento de luta dessa categoria.

Conforme o ministro Carlos Eduardo Gabas, da Previdência Social, a partir dos próximos dias vão começar a pagar esse reajuste, o provento dos aposentados, já com reajuste retroativo a janeiro.

O governo, para se adaptar a essa demanda, já reduziu as despesas do Orçamento em R\$ 20 bilhões em março, mais R\$ 10 bilhões em maio, e agora faz um novo corte de R\$ 1,6 bilhão para garantir o cumprimento do aumento dos aposentados, conciliando com as metas fiscais do governo. Para isso ele vai tirar, cortar as despesas de custeio da máquina e as emendas parlamentares, segundo o ministro Mantega.

Então, eu queria saudar o presidente Lula, por esse grande goloço.

Os outros dois goloços foram feitos no jogo contra a seleção da Coréia do Norte, na tarde de ontem, com a vitória da seleção brasileira. A sua primeira vitória foi de 2x1,

conquistando a liderança do grupo G. Para a nossa felicidade, o primeiro gol do Brasil foi marcado pelo criciunense Maicon Sisenando. Por isso estou aqui comemorando, presidente. Ele nasceu em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, mas desde criança a sua família se estabeleceu em Criciúma, na vila Zuleima, e até hoje os seus pais, a dona Anísia e o seu Manoel, o Maneco, como é conhecido, moram naquele município.

O Maicon iniciou a sua carreira profissional no Cruzeiro, em 2001, e antes jogou nas categorias de base do Grêmio e do Criciúma. Em 2003, pelo Cruzeiro, foi campeão mineiro, campeão da Copa Brasil e do campeonato brasileiro. Em 2004, o atleta foi para a Europa e jogou pelo Mônaco, da França. Após duas temporadas no clube francês, Maicon foi para o futebol italiano e desde então defende o Inter de Milão.

O jogador disputou várias competições importantes, como o Campeonato Mundial, o Sub-20, em 2001, a Copa Ouro, em 2003, e o torneio Pré-Olimpico Sul-americano Sub-23. Em 2004, Maicon passou a ser convocado para defender a seleção brasileira principal. Foi campeão da Copa América em 2004, ocasião em que teve a honra de recebê-lo, em nome da cidade de Criciúma, num caminhão dos bombeiros. Mais tarde também foi campeão na Copa das Confederações, em 2005. Depois conquistou novamente a Copa América, em 2007, e a Copa das Confederações, em 2009.

Maicon é o segundo criciunense a participar da Copa do Mundo. O primeiro foi o nosso amigo, um admirável ser humano, um ser incrível, Valdomiro Vaz Franco, em 1974, que hoje mantém uma escolinha de futebol, inclusive com programas sociais para crianças carentes. Um grande parceiro que orgulha Criciúma. E a região sul também já foi destaque, deputado Joares Ponticelli, com o ex-jogador Zenon, que jogava no Hercílio Luz, que em 1978 participou da seleção brasileira.

Então, eu queria homenagear tanto o presidente Lula, que marcou um belíssimo gol ontem, como o nosso Maicon Sisenando, de Criciúma, e a seleção brasileira.

Para finalizar, eu quero registrar que na segunda-feira assumi como juiz substituto do TRE o advogado criciunense Carlos Vicente da Rosa Góes, na classe de jurista. Ele vai integrar a corte nos próximos dois anos. A cidade também está de parabéns com mais essa posse.

Com isso, quero saudar a Seleção Brasileira e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, primeiramente, quero compartilhar das opiniões do deputado Edison Andrino, que fez aqui um pronunciamento profundo com relação à questão do saneamento em Santa Catarina, com relação a essa lamentável situação em que se encontra o nosso estado no que diz respeito ao esgoto sanitário e ao tratamento de esgoto.

Mais lamentável ainda, deputado Reno Caramori, é o relato que o deputado fez aqui, que é do nosso conhecimento também, sobre a distribuição de lucros da Casan para conselheiros administrativos. Esse "lucro", entre aspas, é muito questionável, pelo pouco

que a companhia investe, e investe pouquíssimo, no que é necessário, no que é preciso, que é o saneamento propriamente dito.

Deputado Edison Andrino, não é uma questão partidária, é uma questão de visão da empresa estatal, porque o compromisso dela é com o cidadão catarinense. Mas passam anos e anos e a nossa bela e Santa Catarina continua com aqueles índices vergonhosos que estamos vivenciando.

Eu fiquei muito surpreso quando v.exa. colocou nesta Casa que a Casan tem a intenção, deputado Reno Caramori, de fazer a distribuição de material para os municípios. Em primeiro lugar, trata-se de distribuição de patrimônio público. Não há como o estado fazer isso de forma direta para os municípios sem que haja um convênio, porque quem administra o saneamento em Santa Catarina, na grande maioria dos municípios, ainda é a Casan, e aqueles municípios que têm empresa própria, não têm como receber sem ser de maneira conveniente, ainda mais em um ano eleitoral.

Então, eu não poderia deixar de registrar a manifestação do deputado Edison Andrino, que colocou essa questão com profundidade, com realidade, com muita convicção, contestando essa maneira de a Casan gerenciar o sistema de saneamento de Santa Catarina.

Por outro lado, deputado Reno Caramori, o deputado Joares Ponticelli, ao se manifestar hoje, desta tribuna, fez referência à situação que está passando a pequena empresa, ou seja, a microempresa e a empresa de pequeno porte, com respeito à nova situação que o governo do estado decretou: a substituição tributária. Essa substituição tributária, com a metodologia que está sendo aplicada para a atividade comercial, está inviabilizando, deputado Reno Caramori, a sobrevivência da microempresa e da empresa de pequeno porte. Por que está inviabilizando? Quando a micro ou a pequena empresa adquire produtos de um fornecedor, esse produto já paga ICMS, já há uma tributação embutida no produto; depois, quando a microempresa faz o recolhimento dos seus impostos numa guia única, novamente ela é tributada, porque paga sobre o faturamento. Portanto, estamos falando de uma situação de bitributação, ou seja, ICMS sobre ICMS.

O mais grave ainda ocorre com os produtos em que há substituição tributária, porque aí a atividade comercial está pagando o ICMS no produto, o ICMS pelo recolhimento do faturamento da sua microempresa, da sua pequena empresa, e mais a substituição tributária no produto, pois quem determina o percentual de lucro, a margem de lucro, é o governo: se 40%, 50% ou 60%. É o maior absurdo! Não somos contra a substituição tributária, mas as atividades da micro e da pequena empresa terão que ter compensação, à medida que vão fazer o recolhimento do ICMS.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sílvio Dreveck, está aqui o Floriani, que presidiu a Fampesc, a quem disse para prestar atenção ao pronunciamento de v.exa., porque estamos desde ontem tratando dessa questão. Eu estou recebendo todos os dias ligações de micro e pequenos empresários, como também de contadores.

Deputado Sílvio Dreveck, a manutenção desse famigerado decreto vai fechar as portas de milhares de micro e pequenas empresas de Santa Catarina, que

não vão resistir a esse decreto, porque o micro e o pequeno empresário não vão aguentar pagar o imposto na entrada.

Isso é grave, deputado Dagomar Carneiro, e vai passar de um recolhimento de R\$ 300,00, R\$ 400,00 ou R\$ 500,00, em média, para mil e tantos, porque vai passar de quatro a seis, em média, com a substituição, para 17. E a lista é aquele calhamaço que eu trouxe aqui. A quantidade de itens que entraram nessa substituição é muito grande! Nós temos que rever isso. O grito é generalizado, o berro é grande, e as micro e pequenas empresas não vão suportar essa tributação que está sendo imposta.

Por isso cumprimento v.exa. e estamos juntos nessa luta.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Deputado Joares Ponticelli, agradeço a v.exa. a intervenção.

Eu quero registrar que já fizemos uma audiência pública, na Assembleia Legislativa, com mais de 500 empresários, e temos marcada para hoje, deputado Renato Hinnig, às 17h, uma audiência pública, em que estará presente novamente o secretário.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Sílvio Dreveck, quero deixar registrado apenas que a partir daquela audiência pública realizada pela comissão de Economia houve providências por parte da secretaria da Fazenda e que teremos hoje, às 17h, a oportunidade de ver o que houve de avanço. Certamente este Parlamento tem contribuído muito para diminuir as dificuldades em relação a essa medida do governo.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, hoje é um dia especial porque um companheiro nosso, colega de Parlamento, que foi secretário da Agricultura, que muito bem desempenhou a sua função na secretaria, está de aniversário. Estou falando do deputado Antônio Ceron.

Desejamos a v.exa., deputado, um feliz aniversário e que esta data se repita por muitos e muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência, atendendo requerimento dos srs. deputados, encaminhado pelo deputado Darci de Matos, com a aquiescência dos líderes, suspende a presente sessão por até dez minutos, para que o representante do CIEE, sr. Mércio Felsky, possa fazer uso da tribuna.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Marísio) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu queria parabenizar o empresário empreendedor Mércio Felsky, que é um blumenauense e que desenvolve suas atividades profissionais e doa grande parte do seu tempo ao CIEE, uma entidade importante para Santa Catarina e para o Brasil, porque faz com que os jovens possam já ter um

aprendizado para o mercado de trabalho e para que eles não saiam das suas instituições de ensino e escutem das empresas coisas do tipo: "o que aprenderam na época que estavam estudando?"

Então, essa integração entre empresa e escola é importante e fundamental para o desenvolvimento do Brasil, de Santa Catarina e, principalmente, para as nossas cidades.

Parabéns ao Mércio Felsky, ao professor Sobierajski, ao Ênio, que o acompanha pelo trabalho à frente do CIEE.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, como vice-presidente do CIEE estadual norte, eu não poderia deixar de enaltecer, de parabenizar a excepcional gestão que faz o dr. Mércio Felsky, presidente da instituição, juntamente com a equipe, com os conselheiros, com os vice-presidentes que estão presentes aqui em bom número, inclusive vejo aqui o Floriani, que é presidente da Associação de Microcrédito, e os demais componentes do conselho.

Quero dizer que essa instituição tem-se constituído numa verdadeira oportunidade para que o jovem possa demonstrar talento nas empresas, acompanhando e encaminhando para o estágio, atualmente, mais de dez mil jovens em Santa Catarina. E o balanço social que está sendo entregue aos srs. deputados demonstra isso.

Parabéns Mércio Felsky, parabéns à equipe do CIEE, parabéns ao Anibal, que é o superintendente de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, também quero dar os parabéns ao presidente do CIEE, Mércio Felsky, da cidade de Blumenau, nosso conterrâneo, e dizer da grandiosidade do trabalho do CIEE há muitos anos desenvolvido aqui no estado de Santa Catarina. E até acredito, pelas palavras de Mércio Felsky, que o Brasil nunca esteve tão bem na sua economia, presidente. Neste ano nós iremos fechar com 14 milhões de empregos gerados com carteira assinada. Isto é muito bom para o estado de Santa Catarina e para o país.

Mas tenho certeza de que esse Centro de Integração Empresa-Escola é imprescindível. Ele é o estágio para preparar os jovens para o mercado de trabalho.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. deputado Gelson Merísio, srs. parlamentares, sras. parlamentares, queremos, de forma muito especial, registrar as palavras do sr. Mércio Felsky, que é um amigo pessoal, uma pessoa que, para nós, acima de tudo, é um exemplo de dedicação e um exemplo nesse trabalho feito pelo CIEE, porque, efetivamente, quando investimos na educação do um jovem, quando investimos para que um jovem possa aderir ao mercado de trabalho e damos condição para que ele realmente seja alguém na vida, nós tomamos várias atitudes que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Quando um jovem tem o seu encaminhamento, o seu direcionamento; quando um jovem sabe efetivamente qual é a profissão que ele vai seguir e consegue entrar no mercado de trabalho, é um jovem a menos usando drogas, é um jovem a menos com problemas na sociedade. Nós criamos, efetivamente, não apenas um jovem capaz de ingressar no mercado de trabalho, mas, acima de tudo, um cidadão capaz de viver bem com a sociedade.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, primeiro, quero me congratular com esse grupo de abnegados representados aqui pelo dr. Mércio Felsky, que conhecemos há tantos anos.

Gostaria só de fazer um registro: o mundo depende, sr. Mércio Felsky, dos jovens. E eu lembro muito bem que, há alguns anos, as empresas de ônibus recrutavam jovens de 14 anos para cobrar passagens no trajeto das linhas intermunicipais. Esse jovem participava de uma escola dentro do ônibus, mesmo quando tinha a obrigação de fazer a limpeza interna, porque ele aprendia tanto a fazer conta, como também a comunicar-se com os passageiros. Melhor escola do que a de cobrador de ônibus não há! Ela responsabiliza o aluno, uma vez que ele tem que participar do colégio para poder receber a contribuição de um estágio.

Parabéns! Deus queira que o mundo inteiro entenda que esse é o caminho da nossa juventude e dos nossos futuros empresários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0182/2010, de origem governamental, que altera o anexo único da Lei n. 14.529, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - Profisco -, e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.495/2010, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0423/2009, de procedência governamental, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no estado de Santa Catarina, instituído pela Lei n. 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não temos quórum qualificado para deliberar sobre esta matéria. Portanto, a pedido do deputado Romildo Titon e dos

demais deputados, se for possível, peço a retirada desta mensagem de veto para que seja analisada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputados Elizeu Mattos, faço uma ponderação a v.exa. e ao deputado Romildo Titon.

Estão presentes 30 srs. deputados e parece-me que há consenso, pelo que percebi nas manifestações prévias das bancadas, pela derrubada do veto. Se isso prevalecer, não vejo dificuldade de votarmos hoje, garantindo 21 votos para a sua aprovação. E até porque me parece que é unânime o encaminhamento.

Assim, se o deputado Romildo Titon estiver de acordo também, poderíamos continuar com a votação, sem risco de não termos o veto mantido.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Então, sr. presidente, que façamos a inversão de pauta enquanto os demais parlamentares chegam ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Será feita a inversão de pauta e retornaremos com a matéria no final da Ordem do Dia, deputado Romildo Titon.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0064/2010, de origem governamental, que autoriza a SC Parcerias S/A a implementar o Projeto Complexo Intermodal Catarinense e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0084/2010, de origem governamental, que revoga a Lei n. 14.054, de 2007, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Tubarão.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0086/2010, de origem governamental, que autoriza a doação de imóveis no município de Lages (execução de projetos na área social).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2010, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera disposições da Lei n. 6.218, de 1983 (Estatuto dos

Policiais Militares do Estado de Santa Catarina).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Segurança Pública.

Como se trata de PLC, necessitamos de quórum qualificado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, temos registrada a presença de 30 deputados, mas neste momento, em plenário, não há esse número. Além disso, o PLC n. 0032/2010 necessita também de 21 votos para deliberação.

Por isso, consulto v.exa. se há outro projeto para votarmos agora, enquanto aguardamos o quórum. E convocamos os deputados que estão em seus gabinetes para que desçam ao plenário, pois há duas matérias que precisam de 21 votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o apelo aos srs. deputados que estiverem em seus gabinetes.

Vamos votar mais um projeto que não é lei complementar. E ratificamos o apelo para que os deputados venham ao plenário.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, também faço um apelo para que os deputados que estejam na Casa desçam para votar, pois é um projeto que conta com a expectativa de muitas pessoas, é um projeto que desobstrui o caminho para as promoções na carreira da Polícia Militar, que dá àquele que se está aposentando a condição de ter mais estabilidade quando passa à reserva remunerada.

Há uma gama grande de policiais militares acompanhando esta votação em todo o estado de Santa Catarina. Então, peço que os deputados que estejam na Casa por favor desçam para que possamos cumprir esse requisito do quórum qualificado, efetuar a votação e dar à Polícia Militar catarinense essa demonstração desta Casa de respeito a esse anseio que é bastante antigo da Polícia Militar de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que reconhece o município de Vidal Ramos como Capital Catarinense do Cimento.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público; e com parecer contrário da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nós vamos proceder à votação do PLC n. 0032/2010, que necessita de quórum qualificado para a sua deliberação. Se não houver 21 votos para a sua aprovação, a votação vai ficar automática-

mente anulada, até porque precisa de 21 votos. Parece-me que é unânime o encaminhamento para o voto favorável, no entanto necessitamos de 21 votos. Se houver 21 votos para a apreciação, nós também procederemos à votação do veto; caso contrário, retiraremos o veto de pauta.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2010, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera disposições da Lei n. 6.218, de 1983 (Estatuto dos Policiais Militares do estado de Santa Catarina).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Segurança Pública.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a intenção da inscrição, além de explicar o conteúdo do PLC n. 0032, é também ganhar tempo até termos quórum.

É da autoria do deputado Cesar Souza Júnior o relatório, e a emenda substitutiva global, do deputado Marcos Vieira, já aprovada na comissão de Constituição e Justiça por unanimidade, na comissão de Finanças por unanimidade e também na comissão de Segurança Pública, na manhã de hoje, por unanimidade.

O projeto estabelece o novo critério para a promoção dos militares estaduais, tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros. Aqueles militares estaduais, no caso oficiais no penúltimo posto da carreira, no caso o tenente-coronel; os militares estaduais, policial ou bombeiro, no caso na penúltima graduação de praças, no caso o primeiro-sargento, que tiverem 30 anos de serviço, se forem homens, e 25 anos de serviço, se forem mulheres, poderão chegar à última graduação, ao último posto, respectivamente, se fizerem um requerimento pedindo a reserva remunerada 20 dias antes da data de promoção.

Entendemos a importância desse projeto inclusive para desengarrar, descongestionar, a carreira dos militares estaduais, tanto dos praças quanto dos oficiais.

Olhando pelo ângulo dos praças, nós temos agora apenas alguns, nesse momento, que estão com mais de 30 anos de serviço e são primeiros- sargentos. Mas teremos, nos próximos anos, centenas deles que chegarão à graduação de primeiro-sargento com mais de 30 anos de serviço, alguns, inclusive, com o risco de pegarem a expulsória, aquela reserva remunerada compulsória por limite de idade ou por limite de tempo de efetivo serviço, que serão beneficiados nos próximos... Fazendo uma referência de 10 anos, teremos centenas de companheiros que terão direito a chegar à graduação de subtenente, justamente pela existência desse mecanismo de promoção.

Então, estamos aplaudindo o projeto, agradecendo o apoio dos deputados da comissão, e foi de lá a autoria, e, desde já, pedindo que o governador Leonel Pavan sancione esse projeto. Espero que as autoridades do Poder Executivo na área de

segurança sensibilizem-se para que haja a sanção desse projeto que não tem ônus econômico-financeiro imediato, pelo menos imediato não tem, e, portanto, garante um direito fundamental para os militares estaduais, tanto os oficiais quanto os praças.

Inclusive, poderia citar nomes de companheiros meus que fizeram o curso de cabo na década de 80 junto comigo, ou que fizeram o curso de soldado na década de 80 junto comigo e que estão hoje na graduação de cabo ou de terceiro-sargento. E quanto chegarem a primeiro-sargento, com certeza terão muito mais de 30 anos de serviço já prestados e, portanto, terão direito à promoção a subtenente na passagem para a reserva remunerada, com esse dispositivo que está sendo criado hoje.

Era isto, sr. presidente e srs. deputados, o que eu queria colocar. Agradeço a atenção de todos.

Gostaria de dizer que é uma pequena conquista. Muito ainda se precisa caminhar, especialmente na realização do curso de cabo e na realização do curso de sargento para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Mas esse mecanismo, inclusive, ajuda a desafogar para que os soldados possam ir a cabo com mais rapidez e os cabos a sargento com mais rapidez, porque muitos já estão com mais de 20 anos de serviço sem nunca terem sido promovidos.

Esse dispositivo de hoje não resolve automaticamente esse problema, mas cria espaço para que as autoridades da Segurança Pública, o governador do estado, o secretário de Segurança e o comandante da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tomem iniciativas para garantir que o soldado e o cabo com mais de 20 anos de serviço façam o curso para que tenham a possibilidade de chegar à graduação de subtenente e sargento antes da passagem para a reserva remunerada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	A matéria está aprovada por
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	unanimidade.
DEPUTADO OZAIR POLACO		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	Se houver a concordância dos srs.
DEPUTADO PEDRO UCZAI		DEPUTADO VALDIR COBALCHINI		líderes, vamos fazer a votação em segundo
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS		DEPUTADO VALMIR COMIN		turno.
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	DEPUTADO WILSON VIEIRA		(Os líderes aquiescem.)
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim			Esta Presidência, antes de encerrar a
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA				presente sessão, convoca outra, extraordinária,
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim			para hoje, às 16h20.
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim			Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 336, de 22 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **RAFAEL GHISI DUTRA**, matrícula nº 6343, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Visita Protocolar - Assessoria Técnica Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de junho de 2010 (CGP/CE - Gerencia de Cerimonial).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 337, de 22 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício Gab. nº 0791/SMAP/2010,

RESOLVE: de acordo com o 2º Aditivo ao instrumento de Convênio nº 001/2005-5, celebrado entre a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis,

CONSIDERAR PRORROGADO até 31 de dezembro de 2010, os efeitos do Ato da Mesa nº 249, de 11 de maio de 2006, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o servidor **JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA**, matrícula nº 0891.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 338, de 22 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0965/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **VERA MATTOS**, matrícula nº 1584, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-46, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 27 de maio de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 339, de 22 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0963/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR à servidora **RITA DE CASSIA SILVA DA LUZ**, matrícula nº 1303, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 27 de maio de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 340, de 22 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1021/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR ao servidor **JOÃO FULVIO FURTADO VIEIRA**, matrícula nº 2157, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-40, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 31 de maio de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 341, de 22 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **RENATA ROSENIR DA CUNHA**, matrícula nº 6342, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Receptivo de Visitantes - Assessoria Técnica Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de junho de 2010 (CGP/CE - Gerencia de Cerimonial).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 342, de 22 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1105/10,

RESOLVE: com fundamento no art.1º, §19, da emenda constitucional nº 41 de 19/12/2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **ZELIA CECILIA DUARTE HOFFMANN**, matrícula nº 1245, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, a contar de 1º de junho de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 72ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e dez, às onze horas, sob a Presidência do Procurador Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. 1) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, Consulta - Ofício CL nº 337/2010 - 02/06/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - locação de equipamentos novos e de primeiro uso compatíveis com o cabeamento e outros materiais já instalados na ALESC, que depois de discutido foi sobrestado pelo Senhor Presidente. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 8 de junho de 2010.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1732ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1732ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0946/10, de Marli Lima Barroso. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1093/10, de Murilo Silva; Processo nº 1094/10, de Custódio de Souza e Consulta Ofício CL nº 299/2010 - 18/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "1º Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2010, firmado com a Empresa XBRAMAR Serviços Gráficos". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 0939/2010, de Janete Maria Bartholomeu Monteiro e a Consulta Ofício CL nº 301/2010 - 18/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Edital - aquisição de notebooks e microcomputadores". 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0513/10, de Sidnei Vicente Urnau. 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0889/10, de Ricardo Adriano Driessen. 6) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, retirado de pauta pela relatora o Processo nº 0954/2010, de Magda Bianchini Mattos. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0947/2010, de Azuir Adílio do Nascimento. Incluído extra pauta, por solicitação do relator, Consulta - Ofício CL nº 337/2010 - 02/06/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - locação de equipamentos novos e de primeiro uso compatíveis com o cabeamento e outros materiais já instalados na ALESC, parecer aprovado por unanimidade. 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, Processo nº 0945/2010, de Túlia de Freitas Ribeiro, retirado de pauta com pedido de vista do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dezesseis (16) de junho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 09 de junho de 2010.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1733ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1733ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processo em Regime de Vista: Processo nº 0768/10, de Salvio Zulmar de Souza, relator Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovado parecer por unanimidade pelo indeferimento. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados

pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1217/10, de Laércio Menegaz; Processo nº 1218/10, de Thauana da Silveira Dutra; Processo nº 1010/10, de Marlene Docilíria Silvano Lapoli; Processo nº 0931/10, de Arnaldo Ferreira dos Santos, e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0946/10, de Marli Lima Barroso. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1213/10, de Adriana Carvalho; Processo nº 1214/10, de Amanda Cunha da Costa; Processo nº 0962/10, de Rita de Cássia Silva da Luz; Consulta Ofício CL nº 363/2010 - 10/06/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade e Contrato - aquisição de espaço físico junto com Stand no 38º Congresso Estadual da ADJORI/SC, na cidade de Gaspar nos dias 18, 19 e 20/06/10", e retirado de pauta pela relatora o Processo nº 1130/10, de Gilberto Luiz Helfenstein. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi a Consulta Ofício CL nº 293/2010 - 14/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - Contratação da Empresa WS Comunicação, Serviços e Consultoria Ltda. - para prestar serviços de consultoria e treinamento junto à Diretoria de Comunicação Social da ALESC". Continuando o relator deu conhecimento do parecer exarado ao Ofício nº 4.572/2010 - 11/05/10, Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina "Proc. APE 09/00584963 - irregularidades no Relatório TSE/DAP nº 939/2010 - aposentadoria de Alceni Duarte". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1221/10, de Laura Elita Vieira Amorim; Processo nº 1222/10, de Maria Aparecida Leitão Pacheco; Processo nº 0965/10, de Vera Mattos; Processo nº 1021/10, de João Fúlvio Furtado Vieira e aprovado pelo indeferimento o Processo nº 0759/10, de José Lúcio Buchele. 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1225/10, de Vera Lúcia Farias; Processo nº 1105/10, de Zelia Cecília Duarte Hoffmann e Ofício nº 84925.1/PGJ - 09/06/10, Interessados: Gercino G. Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Estefani - Promotor de Justiça, da Comarca de Modelo Santa Catarina "solicitação da ficha funcional completa do servidor Selécio Orth, Assessor Parlamentar do Deputado Jorginho Melo". Retirados de pauta pelo relator o Processo nº 1099/10, de Luiz Leonidas Lopes e Processo nº 1129/10, de Alexandre Melo. 7) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1220/10, de Eduardo Guedes de Oliveira; Processo nº 1219/10, de Daniel Santos, e retirados de pauta pela relatora os Processo nº 0954/10, de Magda Bianchini Mattos; Processo nº 1098/10, de Moacir Sacenti e a Consulta Ofício CL nº 372/2010 - 14/06/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos switches marca CISCO". 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1215/10, de Daniel Alves Cavalheiro; Processo nº 1216/10, de Neusette das Graças Wolff Suda; Processo nº 0908/10, de Brian Venceslau Michalski e Consulta Ofício CL nº 365/2010 - 10/06/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade- aquisição de espaço físico e de stand no 6º Workshop de Integração da ADI/SC, no Hotel Castelmar em Florianópolis". 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1175/10, de Everton Wan-Dall Alves; Consulta Ofício CL nº 369/2010 - 01/06/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2010-00 - celebrado com a Empresa Steel Cozinhas Industriais Ltda.", e retirado de pauta pelo relator a Consulta - Ofício CL nº 356/2010 - 09/06/10, Interessada: Coordenação de Licitações "1º Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2010-01 - firmado com a Empresa Weikan Tecnologia Ltda.". 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0818/10, de Sandra Denise Annuseck; Processo nº 1059/10, de Gean Carlo Gaspar; Processo nº 1060/10, de Milene Strelow. O relator deu conhecimento do parecer exarado no MEMO nº 0226/2010 de 11/06/2010, Ação Direta Inconstitucionalidade nº 1759, Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina e Requerida: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e três (23) de junho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 16 de junho de 2010.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Joarez Ponticelli em substituição ao deputado Lício Mauro da Silveira, Silvio Dreveck, Pedro Uczai, Renato Hinnig, Darci de Matos, Giancarlo Tomelin em substituição ao deputado Gilmar Knaesel, Elizeu Mattos em substituição ao deputado Manoel Mota e a deputada Profª Odete de Jesus. Ao continuum, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 10ª reunião ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Marcos Vieira passou a palavra aos Deputados, para relatarem seus projetos: O deputado Elizeu Mattos relata a **MPV/00179/2010**, o voto do relator foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Pedro Uczai relatou as seguintes matérias: **OF./0028.9/2010**, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, **PL./0072.6/2010**, votou pela aprovação com emenda substitutiva Global do deputado Marcos Vieira, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado Silvio Dreveck relatou os seguintes projetos: **OF./0076.6/2008**, seu voto foi com o do relator, em discussão e votação foi aprovado por maioria, **OF./0139.4/2009**, votou pela aprovação com o voto do relator, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o **PL./0442.1/2009**, seu voto foi pela aprovação, em discussão, foi solicitado vista em gabinete pelos deputados: Profª Odete de Jesus e Pedro Uczai, **PL./0585.4/2009**, votou pela aprovação, em discussão e em votação, foi aprovado por unanimidade **PL./0600.8/2009**, seu voto foi pelo diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência o deputado Marcos Vieira passa a relatar os projetos: **PL./0599.0/2009**, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete ao deputado Pedro Uczai, o **PRS./0005.6/2010**, seu voto foi pela aprovação, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a **MPV/00163/2010**, por solicitação unânime dos membros da comissão, foi concedida vista coletiva aos deputados e convocada uma reunião extraordinária para discutirem o projeto para o dia quatorze de junho de dois mil e dez às dezessete horas. O deputado Pedro Uczai não concordou e justificou que o calendário só pode ser modificado com a anuência de todos os membros presentes a reunião, acrescentando ainda, ser uma medida considerada anti-regimental. Dando continuidade, o Presidente Marcos Vieira confirmou e convocou a reunião extraordinária para o dia quatorze de junho às dezessete horas.

O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, aos dois dias de junho do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas do dia quatorze de junho de dois mil e dez, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos senhores deputados: Marcos Vieira, Renato Hinnig, Rogério Mendonça em substituição ao deputado Manoel Mota, Elizeu de Mattos em substituição à deputada Profª Odete de Jesus, Silvio Dreveck, Pedro Uczai, Gilmar Knaesel e Darci de Matos. O Presidente abriu os trabalhos colocando em discussão e votação a Medida Provisória./163/2010 o voto vista do deputado Silvio Dreveck, foi pela aprovação com emenda supressiva, seguindo o voto do relator, em discussão e votação foi aprovado por maioria. Passada a palavra ao deputado Silvio Dreveck relatou o **PL./0129.6/2010**, seu voto foi pela aprovação em discussão, foi concedido vista ao deputado Elizeu Mattos. Na sequência, o deputado Gilmar Knaesel relatou o **PL./0113.9/2009**, que por acordo é redistribuído ao deputado Manoel Mota. O Presidente encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Da qual, eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em quatorze de junho de dois mil e dez.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Pedro Uczai, Manoel Mota, Renato Hinnig, Lício Mauro da Silveira, Darci de Matos, Joarez Ponticelli em substituição ao deputado Lício Mauro da Silveira, Silvio Dreveck, Manoel Mota. Ao continuum, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 11ª reunião ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Marcos Vieira, passou a palavra aos deputados para relatarem seus projetos: O deputado Pedro Uczai relatou o **OF./0051.8/2010**, o voto do relator foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o **PL./0530.0/2009**, voto vista foi pela rejeição, em discussão foi aprovado o diligenciamento do voto vista do deputado Silvio Dreveck por unanimidade, **PL./0442.1/2009**, seu voto vista foi favorável ao voto do Relator, em discussão em votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Manoel Mota relatou as seguintes matérias: **PL./0072./6/2010**, seu voto vista foi pela aprovação, em discussão foi concedido vistas em gabinete aos deputados: Silvio Dreveck e Lício Mauro da Silveira. Com a palavra, o deputado Silvio Dreveck relatou os seguintes projetos: **OF./0146.3/2010**, seu voto foi pelo arquivamento, em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O deputado Renato Hinnig, relatou o **PLC./0027.7/2010**, votou pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Darci de Matos relatou o **PLC./0025.5/2010**, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o deputado Marcos Vieira passou a relatar os seguintes projetos: **PL./0101.5/2010**, seu voto foi pela aprovação com emenda substitutiva global, em discussão e em votação, foi aprovado por unanimidade, **PL./016.4/2010**, votou pela aprovação, em discussão e votação foi aprovado por maioria, o deputado Lício Mauro da Silveira, absteve-se de votar em face análise a ser feita na Comissão de Educação, **PL./0599.0/2009**, votou pela aprovação, e em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, aos dezesseis dias de junho do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2010

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 18 (DEZOITO) PORTAS AUTOMÁTICAS SOCIAIS DESLIZANTES, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO PEÇAS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA.

DATA: 30/06/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de junho de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 17 de junho de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2010

OBJETO: Aquisição de 300 (trezentos) doses de vacina contra gripe, mono-dose, dose adulta e individual seringa preenchida.

DATA: 02/07/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 02 de julho de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico

(www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 22 de junho de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 847, de 07 de junho de 2010 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 020/2010, obteve o seguinte resultado: Lote Único: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 18 (DEZOITO) PORTAS AUTOMÁTICAS SOCIAIS DESLIZANTES, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO PEÇAS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA.** Empresa Vencedora: Restou deserto.

Florianópolis, 17 de junho de 2010.

JUÇARA HELENA REBELATTO
PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 299/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 006/2010, obteve o seguinte resultado: Lote Único: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CAFÉ COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA.**

Lote único: restou fracassado

Florianópolis, 16 de junho de 2010.

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 099/2010

REFERENTE: Termo de Cooperação Técnica CI n.º 001/2010-00, celebrado em 09/06/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

OBJETO: apoiar a campanha intitulada "**Bullying, isso não é brincadeira!**", desenvolvida Pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina através do seu Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, através do fornecimento de 150.000 (cento e cinquenta mil) cartilhas (gibis).

VALOR: R\$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores; Autorização administrativa.

Deputado Gelson Merísio - Presidente da ALESC

Dr. Gelcino Gerson Gomes Neto- Procurador-Geral de Justiça

*** X X X ***

EXTRATO Nº 100/2010

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 041/2009-00, celebrado em 18/12/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especias Ltda

OBJETO: Reajustar exclusivamente o auxílio alimentação em 6,74%, com reflexos nos tributos, que resulta num acréscimo mensal de R\$ 2.393,62, **referente à contratação de empresa prestadora de serviços especializados em limpeza, servente, jardinagem, copeiragem, telefonista, coordenador de copeiragem, auxiliar de coordenador de copeiragem, lavador de veículos, auxiliar de supervisor de limpeza, supervisor geral de terceirizados, pintor, encanador, electricista, pedreiro, carpinteiro e auxiliar de serviços gerais.**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "d" da Lei n.º 8.666/93; item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original e; autorização administrativa.

VALOR MENSAL: Era de R\$ 446.567,50 **passa** para R\$ 448.961,12; representando um acréscimo de 0,53% (zero vírgula cinquenta e três centavos) sobre o valor mensal do contrato.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.387.533,44

Florianópolis, 07 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Paulo Helder Bordin- Contratada

*** X X X ***

EXTRATO Nº 101/2010

REFERENTE: **17º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 012/2007-00, celebrado em 01/02/2007.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

OBJETO: Reajustar o auxílio de alimentação em 6,74% com reflexo nos tributos, que resulta num acréscimo mensal de R\$ 4.537,59 a partir de 1º de janeiro de 2010, **referente à serviços de mão-de-obra indireta, com fornecimento de materiais.**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "d" da Lei n.º 8.666/93; item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original e; autorização administrativa.

VALOR MENSAL: Era de R\$ 1.143.837,95, passa para R\$ 1.148.375,54; representando um acréscimo de 0,39% (zero vírgula trinta e nove por cento), sobre o valor mensal do contrato.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.780.506.

Florianópolis, 07 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Paulo Helder Bordin- Contratada

*** X X X ***

EXTRATO Nº 102/2010

REFERENTE: **Contrato CI n.º 020/2010, celebrado em 07/06/2010.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Associação Catarinense de Emissora de Rádio e Televisão (ACAERT).

OBJETO: Aquisição de Cota de participação no **14º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão** que será realizado no período de 11 a 13 de agosto de 2010 junto ao Hotel Bourbon na cidade de Joinville SC. A aquisição da referida cota permitirá o que abaixo segue:

cessão de espaço físico para instalação de stand com 20 m², painéis eletrônicos, Led no local do evento e fixação de *banner* institucional;

VALOR GLOBAL: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: **Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93;**

Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0019/2010;

Inexigibilidade de Licitação nº 008/2010;

Florianópolis, 07 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC.

Marise Westphal Hartke - Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 103/2010

REFERENTE: **01º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 006/2010-00, celebrado em 12/01/2010.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: XBRAMAR Soluções e Tecnologia Ltda.

OBJETO: 1- Estabelecer que na eventualidade de haver uma demanda significativa de serviços gráficos especiais coloridos ou P&B (gramaturas diferenciadas de papéis, acabamentos diferenciados), ou em casos de demandas urgentes e extraordinárias que superem a capacidade de produção do parque de equipamentos instalados pela Contratada na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, os serviços poderão ser realizados na sede da CONTRATADA aos mesmos preços vigentes no contrato atual; 2- todos os serviços extraordinários realizados fora da sede da CONTRATANTE serão entregues no prazo determinado pela Coordenadoria de Serviços Gráficos, com o mesmo nível de qualidade e acabamento necessários (corte, refilos, dobras, encardenações, etc.) dos serviços prestados nos equipamentos instalados na ALESC, através de protocolo de entrega que deverá ser assinado por pessoa responsável; 3- o serviço deverá ser executado conforme a prova (amostra) enviada antecipadamente pela Coordenadoria de Divulgação e de Serviços Gráficos aprovada pelo setor solicitante caso o material produzido e entregue esteja fora das especificações encaminhadas deverá ser refeito sem custo adicional para ALESC; 4- a empresa XBRAMAR, designará a funcionária **Cleuza Alves** no telefone (48) 2108.82.04, encarregada para tratar das referidas solicitações feitas pela Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos; 5- ao final de cada período será emitida nota em separada da produção feita na sede da contratada e somada à produção mensal efetuada através dos equipamentos instalados na ALESC, **referente à aquisição de impressoras multifuncionais a laser Cor, impressoras multifuncionais a laser P&B, incluindo instalação e manutenção preventiva e corretiva com mão de obra on site.**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "b" da Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 053/2009-LIC; autorização administrativa.

Florianópolis, 18 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Mauro Rodrigues- Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 104/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL nº 018/2010, celebrado em 16/06/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: **Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina-ADJORI**

OBJETO: Aquisição de Cota de participação no **38º Congresso Estadual** que será realizado no período de 18 a 20 de junho de 2010 na cidade de Gaspar SC., junto a Fazenda Park Hotel. A aquisição da referida cota permitirá o que abaixo segue:

- construção de *stand* com 18 m² pela própria ADJORI com espaço físico suficiente para instalação painéis eletrônico led no local do evento e de *banner* institucional;
- 06 (seis) inscrições para os Deputados;
- 04 (quatro) inscrições para servidores da ALESC.

VALOR: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0047/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 16 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 105/2010

REFERENTE: **Contrato CI n.º 035/2010, celebrado em 16/06/2010, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 018/2010.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina.

OBJETO: Aquisição de Cota de participação no **38º Congresso Estadual da ADJORI/SC** que será realizado no período de 18 a 20 de junho de 2010 na cidade de Gaspar SC., junto a Fazenda Park Hotel. A aquisição da referida cota permitirá o que abaixo segue:

- construção de *stand* com 18 m² pela própria ADJORI com espaço físico suficiente para instalação de painéis eletrônicos led no local do evento e de *banner* institucional;
- 06 (seis) inscrições para os Deputados participarem do referido Congresso e do 11º Prêmio Adjori/SC de Jornalismo;
- 04 (quatro) inscrições para servidores da ALESC.

VALOR GLOBAL: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 047/2010-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 018/2010;

Florianópolis, 16 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC.

Miguel Ângelo Gobbi- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 106/2010

REFERENTE: Dispensa de Licitação CL n.º 005/2010 celebrado em 26/05/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: **SC Distribuidora de Vacinas Ltda.**

OBJETO: Aquisição de 300 (trezentas) doses de vacinas contra a gripe (influenza trivalente).

VALOR GLOBAL: 25.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) ao custo unitário de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por dose, que serão creditados diretamente na conta corrente da fornecedora mediante a apresentação da Nota Fiscal e da autorização de fornecimento por parte da área competente.

PRAZO: 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de fornecimento

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas correrão à conta da AÇÃO 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do item orçamentário 3.3.90.30.09 (Material farmacológico), do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 0044/2010; Pregão 007/2010 (deserto); Autorização Administrativa

Florianópolis, 26 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 107/2010

REFERENTE: Inelegibilidade de Licitação CL nº 017/2010, celebrado em 11/06/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: **Associação dos Diários do Interior de Santa Catarina- ADI/SC**

OBJETO: Aquisição de Cota de participação no **6º Workshop de Integração ADI/SC** que será realizado no dia 12 de junho de 2010 em Florianópolis SC., junto ao Hotel Castelmor. Por conta da referida cota será cedido à ALESC o que abaixo segue:

- Espaço físico de 3m x 3m;
- Construção de *stand* pela própria contratada com 9m² e espaço físico suficiente para instalação de painéis eletrônicos e *banner* institucional;
- Mesa com recepcionista e mesa auxiliar com TV Plasma.

VALOR: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0048/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 11 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 108/2010

REFERENTE: **Contrato CI n.º 037/2010, celebrado em 11/06/2010, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 017/2010.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Associação dos Diários do Interior de Santa Catarina- ADI/SC

OBJETO: Aquisição de Cota de participação no **6º Workshop de Integração ADI/SC** que será realizado no dia 12 de junho de 2010 em Florianópolis SC., junto ao Hotel Castelmor. Por conta da referida cota será cedido à ALESC o que abaixo segue:

- Espaço físico de 3m x 3m;
- Construção de *stand* pela própria contratada com 9m² e espaço físico suficiente para instalação de painéis eletrônicos e *banner* institucional;
- Mesa com recepcionista e mesa auxiliar com TV Plasma.

VIGÊNCIA: Entre a sua assinatura e a data do término do evento (12 de junho de 2010).

VALOR GLOBAL: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 048/2010-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 017/2010;

Florianópolis, 11 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC.

Associação dos Diários do Interior de Santa Catarina- ADI/SC- Amer Félix Ribeiro

*** X X X ***

EXTRATO Nº 109/2010

REFERENTE: **02º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 008/2010-00, celebrado em 05/022010.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Steel Cozinhas Industriais Ltda.

OBJETO: 1-Alterar o prazo de entrega do objeto estabelecido no item 5.1, Cláusula Quinta do Contrato original em razão das alterações efetuadas através do 1º termo aditivo e das ponderações efetuadas pelo procurador da empresa Flávio Magri de Andrade, devidamente corroboradas pela Coordenadoria de Serviços Técnicos da ALESC; 2- Em razão de tal alteração o prazo de entrega do objeto fica prorrogado por mais 71 (setenta e um) dias, passando para o dia 22/06/2010, referente à aquisição e instalação de equipamentos para cozinha industrial do restaurante dos servidores da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: §§ 1º e 2º, art. 57, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.1 do contrato original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 17 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Flávio Magri de Andrade- Steel Cozinhas Industriais Ltda.

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1636

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafa do Projeto de Lei que "Proíbe a disponibilização e/ou divulgação de informações de caráter privado nos sites oficiais do Poder Executivo", vetando, contudo, o art. 2º, por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

PARECER Nº PAR 0180/10

PROCESSO Nº PPGE 3739/104

ORIGEM: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

Ementa: Autógrafo de Projeto de lei. Iniciativa parlamentar. Inconstitucionalidade do art. 2º. Idenização por dano material ou moral. Matéria de Direito Civil. Competência privativa da União para legislar sobre o tema. Art. 22, inciso I, da C.F. Senhor Procurador - Geral,

Em atenção à solicitação contida no Ofício nº 3689/SCA-DIAL-GEMAT, de 27 de maio do corrente ano, os presentes autos foram remetidos a esta Procuradoria para análise do autógrafa do Projeto de Lei nº 375/09, que " **Proíbe a disponibilização e/ou divulgação de**

informações de caráter privado nos sites oficiais do Poder Executivo".

A fim de concluir o processo legislativo, o autógrafo do Projeto Lei ora em exame foi submetido ao Senhor Governador do Estado para as providências estabelecidas no art. 54 e seu § 1º, da Constituição do Estado, "verbis":

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional** ou **contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto".

Segundo o seu autor, a proposição legislativa visa impedir a disponibilização e/ou divulgação do "**endereço residencial do proprietário de veículo licenciado**" (art.1º), atendendo ao princípio de direito fundamental de inviolabilidade da vida privada, previsto no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal, além do que constitui medida de proteção em termos de segurança pública.

A propósito, o Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu órgão de trânsito, já havia abolido a disponibilização e / ou divulgação de endereço residencial de proprietário de veículo pelas mesmas razões, adotando a providência estabelecida na norma aprovada.

Então, o art. 1º, do projeto de lei de iniciativa parlamentar, está em perfeita consonância com o texto constitucional, bem como atende ao interesse público, tendo em vista que a medida proposta não caracteriza intromissão do Poder Legislativo nas atividades do Poder Executivo, bem como não gera qualquer despesa pública.

No tocante ao art. 2º, do autógrafo em referência, verifica-se que o direito de indenização decorrente de dano material ou moral é matéria de direito civil, cabendo à União legislar sobre o assunto com exclusividade, conforme preceitua o art. 22, inciso I, da Constituição Federal:

" Art. 22 . Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

..... "

" Ad argumentandum tantum", na hipótese de violação de direito, o eventual pedido de indenização pode ser interposto pelo ofendido, independente de lei estadual, posto que essa matéria se encontra disciplinada no Código Civil vigente.

Neste aspecto, não há dúvida de que o legislador estadual não pode inserir no ordenamento jurídico qualquer norma, cuja competência para legislar é privativa da União, de tal sorte que a disposição de lei estadual nesse sentido caracteriza uma invasão veda pela Carta Federal.

Diante de todo o exposto, recomendamos a aplicação de veto às disposições do art. 2º, do Autógrafo do projeto de lei nº 375/09, por afronta as disposições do art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

São estas as considerações de ordem jurídica que submetemos à deliberação de Vossa Excelência.

Florianópolis, 02 de junho de 2010.

Silvio Varela Junior

Procurador Administrativo

PPGE Nº 3739/104

Assunto: Autógrafo de Projeto de Lei. Iniciativa Parlamentar. Inconstitucionalidade do art. 2º. Indenização por dano material ou moral. Matéria de Direito Civil. Competência privativa da União para legislar sobre o tema. Art. 22, inciso I, da C.F.

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação
DEPACHO

01. Acolho o **Parecer nº 0180/10** de fls.27/29, da lavra do Procurador Administrativo Silvio Varela Junior, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Ivan S. Thiago de Carvalho às fls. 30.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação. Após, archive-se.

Florianópolis, 08 de junho de 2010.

GERSON L. SCHWERDT

Procurador - Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 375/09

Proíbe a disponibilização e/ou divulgação de informações de caráter privado nos sites oficiais do Poder Executivo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a disponibilização e/ou divulgação, nos sites oficiais do Poder Executivo do endereço residencial do proprietário de veículo licenciado no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A infração ao disposto no artigo anterior gerará ao ofendido o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1637**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SEHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de conversão em lei da Medida Provisória nº 170 que "Fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de Procurador do Estado, a que se refere o art. 37, incisos X e XI e § 11, o art. 39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências", vetando, contudo, o art. 3º, por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado revela a inconstitucionalidade do feito, visto que a concessão de gratificação a servidor público é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, portanto, acentua o vício de origem, não acarretando outra alternativa senão o veto governamental. Além disso, afronta os preceitos pertinentes a legislação eleitoral constantes do art. 73, inciso VIII da Lei federal nº 9.504, de 1997.

O parecer da Secretaria de Estado do Planejamento demonstra contrariedade ao interesse público, em virtude de emenda parlamentar efetuada sem demonstração da repercussão financeira e do impacto na folha de pagamento, contrariando, portanto o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O parecer da Secretaria de Estado da Fazenda detalha de forma oportuna o comprometimento de recursos estaduais no que tange as despesas de pessoal, aponta os efeitos econômicos decorrentes das intempéries que atingiram diversas regiões estaduais, salientando que a alteração efetuada pelos parlamentares representaria um impacto financeiro elevado e que perduraria pelos exercícios seguintes, ocasionando um desequilíbrio financeiro das contas do Estado.

Sendo assim, acato os referidos pareceres e permito-me incluí-los como parte integrante desta Mensagem, uma vez que fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 17 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO****CONSULTORIA JURÍDICA**

OFÍCIO Nº 131/2010/COJUR/SPG Florianópolis, 02 de junho de 2010.

Ao Ilmo. Senhor

LEANDRO DA SILVA ZANINI

Diretor de Assuntos Legislativos

Nesta

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 3686/SCA-DIAL-GEMAT, referente ao autógrafo do projeto de Conversão em Lei da medida provisória no 170/2010, de origem governamental, aprovado pela Assembleia Legislativa, contendo emenda parlamentar, que "Fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de Procurador do Estado, a que se refere o art. 37, incisos X e XI e § 11, o art. 39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências", para análise e manifestação desta Pasta, concernente ao art. 3º do autógrafo, temos a informar a Vossa Senhoria, que por tratar-se de emenda parlamentar com aumento de despesas, o artigo 3º do autógrafo torna-se inconstitucional, contudo, é privativo da Procuradoria Geral do Estado manifestar-se neste sentido.

Outrossim, a contrariedade ao interesse público no projeto em epígrafe, encontra-se manifesta, tendo em vista tratar-se de emenda parlamentar sem demonstração da repercussão financeira e do impacto na folha de pagamento, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal; sendo a matéria da esfera privativa do Chefe do Poder Executivo quando refere-se a concessão de gratificação a servidores.

Atenciosamente,

TÚLIO TAVARES SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento, em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

PARECER Nº PAR 0178110

PROCESSO: PPGE nº 3794/10-5.

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO
ASSUNTO: Autógrafo Medida Provisória nº 170/2010

EMENTA: Medida Provisória nº 170/2010. Iniciativa Governamental. Constitucionalidade. Emenda Parlamentar criando gratificação a servidor público. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade, art 50, §2º, inciso II e art. 52, inciso I da Constituição do Estado e art. 61, §1º, inciso II, alínea "a" e art. 63, inciso I da Constituição da República. Período Eleitoral. Vedação do art. 73, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.504/1997. Contrariedade ao Interesse Público.

Senhor Procurador-Geral do Estado:

Trata-se de autógrafo do Projeto de Conversão em Lei da MPV/00170/2010 encaminhado a esta Casa pela Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação para parecer a fim de que o Excelentíssimo Senhor Governador "possa tomar as providências cabíveis e inerentes ao processo legislativo".

A MPV/00170/2010, no seu projeto original, de origem Governamental, fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de Procurador do Estado, conferindo, com isso, efetividade ao perfil já perfeitamente delineado pelo próprio texto constitucional: ao art. 37, incisos X e XI e § 11, art. 39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal e art. 104-A, da Constituição do Estado.

A proposição governamental, no tocante a fixação do subsídio dos Procuradores do Estado, com força de lei desde a sua edição, não sofreu qualquer alteração no seu texto, sendo aprovada sem qualquer mácula de índole legal ou constitucional.

Contudo, por Emenda Parlamentar Aditiva foi acrescido dispositivo estranho a matéria, com o seguinte teor:

"Art. 3º Fica concedida aos servidores lotados na Procuradoria-Geral do Estado a gratificação de Retribuição pelo Êxito Judicial e pelo Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa do Estado, e para a Secretaria de Estado da Administração e o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina a gratificação de Retribuição pela Redução do Custeio Estadual, pelo Incremento Efetivo da Arrecadação dos Fundos e pela Arrecadação Previdenciária, nos mesmos termos, critérios e especificações previstos no art. 30 da Lei Complementar nº 443, de 13 de maio de 2009 e decretos regulatórios inerentes."

A concessão de gratificação a servidor público, por implicar em aumento de despesa, se insere naquelas competências constitucionais privativas do Chefe do Poder Executivo: art 50, §2º, inciso II e art. 52, inciso I da Constituição do Estado e art. 61, §1º, inciso II, alínea "a" e art. 63, inciso I da Constituição da República, respectivamente:

"Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

(...)

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

II - a criação de cargos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional ou aumento de remuneração;"

(...)

"Art. 52 - Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvado o disposto no art. 122, §§ 3º e 4º;"

"Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. §1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;"

(...)

"Art 63. Não será admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, §§3º e 4º;"

Ora, conceder gratificação através de Emenda Parlamentar, no caso, a 1.525 servidores públicos de três órgãos distintos - fls. 23/26 -, por óbvio, causa aumento da despesa prevista aos cofres públicos.

Contudo, mesmo que admitamos, apenas por hipótese, que não seja o caso de aumento da despesa pública, há outro óbice além daquele previsto no art. 52, inciso I da Constituição do Estado e art. 63, inciso I da Constituição da República, qual seja, o da ausência de pertinência temática.

Temos um autógrafo de Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória que, originariamente, tratava exclusivamente de dar efetividade a uma determinação constitucional, emendado pelo Parlamento em matéria que lhe é totalmente estranha.

É que a Emenda Aditiva concede gratificação a servidor público, sendo que o projeto original em nenhum momento tratou desse assunto, havendo, por isso, absoluta falta de pertinência temática. A Emenda Aditiva, portanto, ao inovar quanto a matéria tratada na Medida Provisória, extrapola o poder do Parlamento, uma vez que, no caso, a Emenda se equivale a Iniciativa, esta privativa do Chefe do Poder Executivo.

A respeito já decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADI 5740/DF em que foi Relator o Ministro Ilmar Galvão:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. NOVA REDAÇÃO DADA PELO ART. 29 DA LEI Nº 8.216, DE 1991, AO ART. 7º E SEUS INCS., DA LEI Nº 3.765, DE 1960. IMPUGNAÇÃO DO CAPUT E DO INC. I, EM RAZÃO DE EMENDA ADITIVA, FEITA PELO SENADO, NO TEXTO DESTA ÚLTIMO, COM A QUAL FOI SANCIONADA A LEI, SEM QUE O PROJETO HOUVESSE RETORNADO A CÂMARA FEDERAL, ONDE TEVE ORIGEM, PARA A DEVIDA REAPRECIÇÃO, COMO IMPOSTO NO ART. 65, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Flagrante inconstitucionalidade formal da referida emenda, por sua absoluta impertinência, em face do texto do projeto, originário do Chefe do Poder Executivo, já que pretendeu introduzir matéria relativa a pensão militar, onde se cuidava de antecipação dos efeitos de revisão de vencimentos.

Afronta ao art. 61, §1º, II, c, da Constituição.

Nódoa que, neste caso, ultrapassa os limites do texto impugnado para atingir, em sua integridade, o referido artigo 29, que, de outro modo, restaria despedido de qualquer sentido, na parte remanescente.

Inconstitucionalidade que, pela mesma razão, também se declara relativamente ao art. 30, na parte em que teve por revogado a art. 3º da Lei nº 3765, de 1960.

Procedência da ação."

E, do corpo do acórdão, se extrai:

"Ora, é entendimento pacífico nesta Corte, que o poder que tem o Legislativo de emendar projeto de lei de iniciativa privativa dos outros dois Poderes do Estado, encontra outro limite, além daquele previsto no referido art. 63, I, da Constituição, qual seja, o da pertinência da emenda a matéria versada no Projeto.

Trata-se de princípio que, por imperativo lógico, se acha implícito no próprio significado da ação de emendar. Do contrário, estaria institucionalizada a possibilidade de burla ao postulado da iniciativa privativa de leis."

A Medida Provisória, no texto original, apenas veio dar cumprimento, dar efetividade a determinação constitucional que, de modo exaustivo, traçou o perfil remuneratório dos membros da carreira de Procurador do Estado, sob a forma de subsídio: art. 37, incisos X e XI e § 11, art. 39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado. Carreira que está disciplinada em estatuto próprio, a Lei Complementar nº 317/2005.

Já a matéria objeto da Emenda Parlamentar trata de questão muito diversa, ou seja, a concessão de gratificação a servidores públicos de três órgãos distintos.

Aduza-se que a Emenda Aditiva, por não fazer parte do texto original da Medida Provisória, tramitou sob o rito de lei ordinária, e concedeu gratificação aos servidores públicos na vigência do período eleitoral, o que, não custa lembrar, está vedado pelo art. 73, inciso VIII, Lei Federal nº 9.504/1997:

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

§ 1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem

remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.

(...)

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR.

§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do caput e no § 10, sem prejuízo do disposto no § 4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito a cassação do registro ou do diploma." (g.n.)

É de se ressaltar ser suficiente para a vedação, que as condutas descritas no art. 73 da Lei Federal nº 9.504/1997 sejam "tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais"(g.n.), ou seja, que tenham, ainda que potencialmente, a capacidade de desequilibrar o pleito eleitoral.

A concessão de gratificação de Retribuição pelo Êxito Judicial e pelo Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa do Estado, e da gratificação Retribuição pela Redução do Custeio Estadual, pelo Incremento Efetivo da Arrecadação dos Fundos e pela Arrecadação Previdenciária a servidores públicos da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria de Estado da Administração e Instituto de Previdência, portanto, está vedada pelo inciso VIII, do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/1997.

A Lei Eleitoral autoriza apenas a revisão geral de remuneração que retrate exclusivamente a recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda ao longo do ano da eleição. A respeito já decidiu O Tribunal Superior Eleitoral:

"Revisão geral de remuneração de servidores públicos. Circunscrição do pleito. Art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/1997. Perda do poder aquisitivo. Recomposição. Projeto de lei. Encaminhamento. Aprovação. 1. O ato de revisão geral de remuneração dos servidores públicos, a que se refere o art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/1997, tem natureza legislativa, em face da exigência contida no texto constitucional. 2. O encaminhamento de projeto de lei de revisão geral de remuneração de servidores públicos que exceda a mera recomposição da perda do poder aquisitivo sofre expressa limitação do art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97, na circunscrição do pleito, não podendo ocorrer a partir do dia 9 de abril de 2002 até a posse dos eleitos, conforme dispõe a Resolução - ISE nº 20.890, de 9.10.2001. 3. A aprovação do projeto de lei que tiver sido encaminhado antes do período vedado pela Lei Eleitoral não se encontra obstada, desde que se restrinja a mera recomposição do poder aquisitivo no ano eleitoral. 4. A revisão geral de remuneração deve ser entendida como sendo o aumento concedido em razão do poder aquisitivo da moeda e que não tem por objetivo corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de carreiras específicas" (Resolução nº 21.296, de 12.11.02, rel. Min. Fernando Neves da Silva).

Neste contexto, lamentavelmente, é imperioso reconhecer a inadequação da Emenda Parlamentar em questão.

Por isso que, além do vício de origem, insanável, de natureza constitucional, que constitui fundamento suficiente para impor o veto governamental, a Emenda Aditiva Parlamentar afronta o art. 73, inciso VIII da Lei Federal nº 9.504/1997.

Segundo entendimento reiterado desta Casa, já acolhido em diversos pareceres e possível afirmar com segurança que:

"A verificação da inconstitucionalidade ou da contrariedade ao interesse público é função que não está sujeita ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais ou são considerados contrários ao interesse público.

Isto porque, ainda que se justifique a necessidade de edição de lei, não cabe a autoridade que possui poder de veto a formulação de um juízo eminentemente discricionário quanto a sua conveniência, eis que deve prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

O poder de veto que a Carta Constitucional confere ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "atentado a fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento".

Com efeito, a verificação da constitucionalidade das leis é procedimento de observância obrigatória, que não se

submete a discricção ou ao juízo político Governador do Estado, cabendo a este um juízo de ponderação de valores apenas na verificação do interesse público."1

Pelo exposto, prescinde de qualquer esforço para se chegar a conclusão de que a Emenda Aditiva Parlamentar afronta o art 50, §2º, inciso II e art. 52, inciso I da Constituição do Estado e art; 61, §1º, inciso II, alínea "a" e art. 63, inciso I da Constituição da República. Há violação, ainda, ao inciso VIII, do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/1997, O que contraria o interesse público que tutela o equilíbrio do pleito eleitoral.

Assim, o caso é de **VETO ao artigo 3º do autógrafo** do Projeto de Conversão em Lei da MPV/00170/2010 por **inconstitucionalidade** diante do art 50, §2º, inciso II e art. 52, inciso I da Constituição do Estado e art. 61, §1º, inciso II, alínea "a" e art. 63, inciso I da Constituição da República, aliada a sua manifesta **contrariedade ao interesse público** diante do art. 73, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.504/1997.

A sua consideração.

Florianópolis, 02 de junho de 2010.

Ivan S. Thiago de Carvalho

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
PPGE nº 3794/105

Assunto: Autógrafo. Medida Provisória nº 170/2010. Iniciativa governamental Constitucionalidade. Emenda Parlamentar criando gratificação a servidor público. Vício de iniciativa. Contrariedade ao Interesse Público.

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

DESPACHO

01. Acolho o **Parecer nº 0178/10** de fls. 38/46, da lavra do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Ivan S. Thiago de Carvalho.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação. Após, archive-se.

Florianópolis, 07 de junho de 2010.

GERSON L. SCHWERDT

Procurador- Geral do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
Ofício SEF/GABS nº 601/2010 Florianópolis, 07 de junho de 2010

Ao Senhor,

Leandro Zanini

Diretor de Assuntos Legislativos

Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a Informação DITE nº 471/2010, em resposta ao Ofício no 3684/SCA-DIAL-GEMAT, que solicita a esta Secretaria um parecer a respeito da matéria concernente ao art. 3º do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória no 170/2010, que fixa o subsídio dos membros da carreira de Procurador de Estado.

Por oportuno, agradecemos pelo apoio e colocamo-nos a disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

André Luiz de Rezende

Auditor Interno do Poder Executivo

Matrícula nº 37.275

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DO TESOUREIADO
Informação DITE n. 471/2010 Florianópolis, 01 de junho de 2010.

Senhor Secretário,

O Diretor de Assuntos Legislativos encaminhou a esta Secretaria o Ofício n. 3684/SCA-DIAL-GEMAT por meio do qual solicita a análise ao Autógrafo do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n.170/2010.

Sobre o assunto, cumpre recordar que a Assembléia Legislativa alterou a redação original da citada Medida Provisória, tendo inserido novas disposições que concedem gratificações a servidores da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria de Estado da Administração e do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

Após tais esclarecimentos iniciais, cabe consignar que, considerando as competências desta Diretoria, nossa manifestação ficará adstrita aos aspectos financeiros do pedido, sem entrar na análise dos aspectos legais eventualmente prejudiciais à concessão das gratificações previstas no Autógrafo de Lei.

É de conhecimento público que as despesas de pessoal do Estado já atingem percentuais elevados e vêm crescendo em níveis superiores aos verificados em relação a receita. De acordo com

relatórios técnicos emitidos pela Diretoria de Contabilidade Geral desta Secretaria, se for considerado o desembolso efetivo (portanto, sem as deduções constantes da LRF do Poder Executivo, no período compreendido entre abril/2009 e março/2010, as despesas com pessoal alcançam o percentual de 48,26% em relação a Receita Corrente Líquida.

Por outro lado, se considerada a despesa efetiva com pessoal de todo o Estado de Santa Catarina, incluindo-se, portanto, os demais Poderes (Legislativo e Judiciário), Ministério Público e Tribunal de Contas, já teríamos, no mesmo período mencionado, 60,68% da RCL comprometida com essas despesas com essas despesas.

Cabe lembrar, que a RCL considerada nesse estudo foi alavancada em razão de uma receita emergencial (mais de R\$ 200mil), decorrente das transferências feitas pela União ao Estado, em junho/2009, para fazer frente às despesas decorrentes dos então recentes desastres naturais. Isso é indicativo de que, no próximo quadrimestre, o referido estudo vai apresentar números ainda mais alarmantes.

E, portanto, excessivo o comprometimento de recursos estaduais com despesas de pessoal, o que afeta a capacidade de investimento do Estado, bem como o atendimento de ações prioritárias.

Além disso, e preciso considerar que o Estado ainda sofre os efeitos econômicos decorrentes das intempéries que atingiram diversas regiões estaduais (agravando, no âmbito estadual, os efeitos da crise econômica mundial) nos exercícios de 2008 e 2009.

De fato, no exercício de 2009 (ano em que os problemas foram mais sentidos), a receita verificada na fonte 0100 (principal fonte de recursos do Tesouro) **foi aproximadamente, R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) inferior ao orçado**, refletindo decisivamente nos projetos previstos para serem desenvolvidos no referido exercício, com relevante impacto negativo também no atual exercício. No mesmo exercício de 2009 as receitas totais do Tesouro ficaram R\$ 840.420.409,68 abaixo da previsão orçamentária.

No atual exercício, até o mês de março, a arrecadação da fonte 0100 **está R\$ 52.441.956,41 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) abaixo da previsão orçamentária inicial**. Caso sejam consideradas todas as fontes do tesouro o déficit entre o previsto e o arrecadado é de R\$ 162.173.981,60 (cento e sessenta e dois milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta centavos).

Salientamos, no mais, que os efeitos financeiros da alteração patrocinada pela Assembleia Legislativa, caso fosse mantida, perdurariam pelos exercícios seguintes, o que exigiria um novo esforço de contenção de despesas, a fim de garantir o equilíbrio das contas do Estado e de atender as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por tais razões, sob o enfoque financeiro, mantemos o entendimento firmado por esta Diretoria em inúmeros outros processos que nela tramitaram no sentido de que devem ser evitadas nomeações, contratações, concessões de benefícios remuneratórios ou quaisquer outras medidas que impliquem no aumento de despesas de pessoal de Órgãos e entidades do Poder Executivo.

Contudo, a consideração superior.

Roberto H. Lichtenfelz

Analista do Tesouro Estadual

Franç Ribeiro Corrêa

Diretor do Tesouro Estadual

De acordo.

À Diretoria de Assuntos Legislativos.

Cleverson Siewert

Secretário de Estado da Fazenda

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 170/2010

Fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de Procurador do Estado, a que se refere o art.37, incisos X e XI e § 11, o art.39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os integrantes da carreira de Procurador do Estado serão remunerados mediante subsídio mensal.

§ 1º O subsídio mensal do cargo de Procurador do Estado para o último nível da carreira é fixado, a partir de 12 de janeiro de 2011, no valor estabelecido na parte final do art. 1º da Lei nº 13.574, de 29 de novembro de 2005, com a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 460, de 22 de outubro de 2009, observando-se, em relação às demais classes da carreira o escalonamento hierárquico previsto na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado na data da implantação do subsídio.

§ 2º Os Procuradores do Estado em exercício nos cargos de Procurador-Geral do Estado, Subprocurador-Geral do Contencioso,

Subprocurador-Geral Administrativo e Corregedor-Geral, perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo; os Procuradores do Estado em exercício nos cargos de Sub-Corregedores e Procurador-Chefe de órgão de execução central perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo; os Procuradores do Estado em exercício na função de Procurador-Chefe de órgão de execução regional perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 3% (três por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo.

§ 3º A indenização paga ao Procurador do Estado lotado na Procuradoria Especial em Brasília fica fixada no percentual de 20% (vinte por cento) do subsídio percebido pelo Procurador do Estado no último nível da carreira, conforme a hierarquia fixada na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado na data da vigência do subsídio, não se incorporando a sua remuneração e aos seus proventos.

Art. 2º Na hipótese de o subsídio fixado importar em decréscimo da remuneração, tal diferença será paga a título de vantagem nominalmente identificável a ser absorvida em futuros reajustes do valor do subsídio.

Art. 3º Fica concedida aos servidores lotados na Procuradoria-Geral do Estado a gratificação de Retribuição pelo Êxito Judicial e pelo Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa do Estado, e para a Secretaria de Estado da Administração e o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina a gratificação Retribuição pela Redução do Custeio Estadual, pelo incremento Efetivo da Arrecadação dos Fundos e pela Arrecadação Previdenciária, nos mesmos termos, critérios e especificações previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 443, de 13 de maio de 2009 e decretos regulatórios inerentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto ao disposto no art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2011.

PALACIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis. 27 de maio de 2010

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente. e.e

Deputado Dagomar Carneiro

2º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1638

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do §5º do artigo 122 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 0234.6/2008 que " Autoriza a permuta e doação de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 17 de junho de 2010

LEONEL ARCANGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

EM Nº 14/2010

Florianópolis, 24 de maio de 2010

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência, Substitutivo Global ao projeto de lei nº 0234.6/2008, de origem governamental que " Autoriza a permuta e doação de imóveis no Município de Florianópolis", para construção do novo aeroporto.

O encaminhamento do referido Substitutivo Global se faz necessário em virtude da inviabilidade do projeto original em tramitação nesta Casa Legislativa decorrente das penhoras existentes sobre o imóvel pertencente a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI, bem como do fato do imóvel estar inserido no contexto do projeto Jardim Botânico. Além desses motivos a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO passou a defender a necessidade de uma área maior que a proposta do projeto.

Ressalto que negociações com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e com as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC foram reiniciadas, em virtude do interesse da Universidade, resultando na concordância das propostas apresentadas, conforme documentos recebidos da UFSC, INFRAERO e CELESC.

Ocorrem alterações nos projetos do sistema viário de acesso à estação de passageiros, estabelecendo, portanto, nova planta da área, conforme consta nos documentos anexos.

Importante frisar que parte da área adquirida pelo Estado da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com 306.115,35 m² será transferida à União como finalidade de viabilizar o novo aeroporto, por meio da INFRAERO. Ao Estado, restará a área de

130.057,07 m², confrontando com terras da UFSC, a qual atenderá o projeto do sistema viário de acesso.

Contudo, a consideração de Vossa Excelência. Respeitosamente,

Paulo Eli

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0234.6/2008

SUBSTITUTIVO GLOBAL

O Projeto de Lei nº 0234.6/2008, que "Autoriza a permuta e doação de imóvel no Município de Florianópolis", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza a permuta e doação de imóvel no Município de Florianópolis."

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, a permutar uma área de terra contendo 10.000,02 m² (dez mil metros e dois decímetros quadrados), com 1.518,00 m² (um mil quinhentos e dezoito metros quadrados) de edificações, no Município de Florianópolis, matriculada sob nº 1.545, no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 3499 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração, avaliada em R\$ 8.310.000,00 (oito milhões, trezentos e dez mil reais).

§ 1º O imóvel referido no *caput* será permutado pelo imóvel pertencente a Centrais Elétricas de Santa Catarina, com a área de 476.108,63 m² (quatrocentos e setenta e seis mil, cento e oito metros e sessenta e três decímetros quadrados), matriculado sob o nº 54.698 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital, de propriedade da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC, avaliado em R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais).

§ 2º A diferença de valores será liquidada a conta de recursos do Fundo Patrimonial.

Art. 2º O imóvel recebido da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC será permutado com o imóvel pertencente a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, contendo 449.346,05 m² (quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis metros e cinco decímetros quadrados), parte de uma área maior a ser desmembrada, matriculado sob o nº 17.190 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital, avaliado em R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais).

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a doar à União a área de 306.115,35 m² (trezentos e seis mil, cento e quinze metros e trinta e cinco decímetros quadrados), parte do imóvel recebido em permuta com a Universidade Federal de Santa Catarina.

Art. 4º As referidas permutas e a posterior doação têm por finalidade viabilizar a construção do acesso e do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Art. 5º O Estado será representado no ato da permuta e da doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

JUSTIFICATIVA

A Exposição de Motivos da Secretaria de Estado da Administração, em anexo, explana de forma clara e precisa as razões da proposição deste Substitutivo Global.

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 201/2010

Declaração

Declaro, para fins de manutenção do título de utilidade pública, que a acustra- associação cultural, social e terapêutica da região da amurel, cujo título foi concedido pela lei nº 14.471, de 23 de julho de 2008, procedência deputada ada de luca, natureza pl. 128/08, do: 18.408 de 23/07/08, continua cumprindo os requisitos estabelecidos quando da concessão do referido título.

Sem mais, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos. Atenciosamente;

PATRICK PRATES ALVES

presidente da ACUSTRA

Lido no Expediente

Sessão de 17/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 202/10

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 16 junho de 2010

Superex 050/2010.

Exmo. Sr.

Gerson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Digníssimo Deputado:

O Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, entidade de assistência social, sem finalidade lucrativa ou econômica, de utilidade pública municipal, estadual e federal, tem pautado suas ações nas necessidades de formação para o trabalho de nosso Estado.

Aproximando o jovem estudante da prática nas organizações, através de estágios, programas de aprendizagem e treinamentos, proporciona benefício a milhares de famílias, principalmente aquelas mais empobrecidas. Existe no Brasil há mais de 44 anos, promovendo ações de inserção social do jovem ao competitivo mercado de trabalho.

A sobrevivência do CIEE se dá pela contribuição das empresas e órgãos da administração pública pela administração do seus programas de estágios (lei 11.788/2008) e programa de aprendizagem, são utilizados na própria instituição e na promoção da profissionalização gratuita de jovens carentes.

Seu conselho de administração, presidido pelo empresário Mércio Felsky, é constituído por voluntários, dentre empresários, educadores e homens públicos, que doam de seu trabalho, sua capacidade e criatividade, em benefício dos fins a que se destina a entidade.

Pelo acima exposto e em cumprimento a Lei 14.182/2007 apresentamos:

1. Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública (exigência do inciso II da Art. 3º da Lei 14.182/2007);

2. Declaração de Funcionamento Regula;

3. Balancete contábil (exigência do inciso II da Lei 14.182/2007), acompanhado do relatório da Administração, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da entidade.

4. Cópia da Procuração do CIEE/SC ao Sr Aníbal Dib Mussi, para representar a Instituição;

5. Cópia do Estatuto Social da Entidade, atualizado;

6. Cópia da ata da Eleição da Atual Diretoria;

7. Cópia da Certidão Título de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Municipal;

8. Cópia Certidão de Entidade Beneficente de Assistência - CNAS;

9. Relatório detalhado dos serviços sociais prestados à sociedades Catarinense;

10. Relatório de Atividades Publicado.

Certo da consideração do Poder Legislativo Catarinense para com nossa instituição, agradecemos, com distinguindo apreço.

Cordialmente,

Mércio Felsky

Superintendente Executivo CIEE/SC

Lido no Expediente

Sessão de 17/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 203/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE

Urussanga, 14 de junho de 2010

Exmo Sr.

Gelson Merísio

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Florianópolis - SC

Prezado Senhor:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Urussanga vem através deste, encaminhar a documentação em anexo para continuarmos usufruindo dos benefícios da Declaração de Utilidade Pública Estadual abaixo relacionada:

. Relatório de suas atividades, incluindo Balço Patrimonial, Demonstração de Resultado do exercício com discriminação de receitas/despesas, Demonstração de Mutuação de Patrimônio, Notas Explicativas.

. Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

Certo do encaminhamento devido aproveito para registrar protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente.

Pedro Paulo Rodrigues Magdalena

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 204/10

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Criciúma

Mantenedora de 'ESCOLA CAMINHO DA LUZ'

OFIC. Nº 072/2010-SE/APAE

CRICIÚMA SC, 15 DE JUNHO DE 2010

EXMO. SR.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

RUA JORGE LUZ FONTES, 310

FLORIANÓPOLIS

CEP. 88.020-900.

Senhor Presidente:

Através do presente estamos encaminhando abaixo discriminado em anexo, os seguintes documentos para Renovação da Certidão de Utilidade Pública Estadual, de acordo com a Lei nº 14.182 de 01/11/2007.

- a) Relatório Circunstanciado do Exercício de 2009 (incluso no mesmo Balancete Contábil e sua devida publicação no Jornal a Tribuna do Dia - Criciúma SC.)
b) Declaração do Representante Legal da Entidade.

Sendo o que nos oferecia para o momento, firmamo-nos mui cordial e, Atenciosamente

JORGE BERTAN

Presidente - APAE - Criciúma -SC

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 205/10

SOCIEDADE ESPÍRITA DE RECUPERAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO - SERTE

Ofício nº 168/2010 Florianópolis, 11 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor

Gerson Merísio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, estamos encaminhando a vossa Excelência o Relatório Anual de Atividades da nossa Entidade, exercício 2009.

Solicitamos que o mesmo seja encaminhado para a **Comissão de Trabalho, administração e Serviço Público** para que possamos cumprir a exigência legal, para a renovação da manutenção do título de **Utilidade Pública Estadual**.

Renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Rosângela Morais da Rosa

Presidente da SERTE

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 206/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOINVILLE

Ofício nº 182.10/APAE Joinville, 09 de junho de 2010.

À

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

A/C Sr Dep Moacir Sopelsa

Prezado Senhor,

Em anexo estamos encaminhando o Relatório das Atividades de 2009 e Balanço Patrimonial do Exercício de 2009 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville - APAE, CNPJ 84.720.861/0001-34, para requerer Certidão de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais,

Heloisa Walter de Oliveira
Presidente - APAE de Joinville

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 207/10

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL

"BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2010.

À

ALESC

Florianópolis - SANTA CATARINA

Prezados Senhores

Assunto: **Encaminhada relatório de Atividades do Exercício de 2009**

Em atendimento a legislação em vigor, com o objetivo da manutenção do título de utilidade pública estadual, encaminhamos pela presente nosso relatório circunstanciado do exercício de 2009, bem como outros documentos previstos em lei, para apreciação, análise e deliberação.

Antecipadamente gratos pela atenção dispensada, aproveitamos o ensejo para apresentar-lhes nossas cordiais saudações.

Atenciosamente
Luciana Possamai
Adm/Financeiro

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 208/10

Grupo de Terceira e Melhor Idade do Mariscal Bombinhas Santa Catarina

08 de junho de 2010

Câmara de Deputados Estaduais

Florianópolis - Santa Catarina

Exmos. Srs. Deputados

Pelo presente, passamos as vossas mãos o relatório das atividades desenvolvidas pelo grupo da Terceira Idade Mariscal no ano de 2009 e início de 2010.

Atenciosamente

Maria Gracy Ferreira Teider
Secretária

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 209/10

ICOM

INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis, 17 de junho de 2010.

Ilustríssimo Senhor

Deputado Moacir Sopelsa

1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa de SC

NESTA

Senhor Secretário,

O Instituto Comunitário Grande Florianópolis - ICOM é associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, instituído em 25 de novembro de 2005, foi criado para contribuir no desenvolvimento social da região metropolitana de Florianópolis, inspirado no modelo de fundações comunitárias existentes em mais de 50 países, objetivando mobilizar e articular investimentos sociais de diversos doadores em prol de iniciativas sociais locais.

Conforme exigência da Lei nº 14.182/2007 encaminhamos ao 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa de SC, os documentos necessários para o cumprimento da permanência da declaração de utilidade pública estadual.

Conforme seu estatuto, o ICOM não remunera, sob nenhuma forma ou pretexto.

Em anexo encaminhamos os documentos necessários, conforme a Lei nº 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Agradeço desde já sua gentileza a atenção e coloco-me à sua disposição para dirimir dúvidas ou solicitar outros documentos que Vossa Senhoria achar necessário através do telefone (48) 32225127 ou do e-mail icomfloripa@icomfloripa.org.br.

Atenciosamente,

Luiz Gomes Vieira Dellagnelo

Coordenadora Geral do ICOM

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

PARECER PRELIMINAR

PARECER PRELIMINAR

Referência: Projeto de Lei nº PL/119.4/2010.

Procedência: Governamental.

Assunto: "Dispõe sobre, as diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e estabelece outras providências".

Relator: Deputado Marcos Vieira.

Senhora Deputada e

Senhores Deputados,

I - INTRODUÇÃO

Usando das prerrogativas regimentais que nos concede o art. 128, inciso VI, do Regimento desta Assembleia Legislativa, AVOCAMOS o Projeto de Lei em referência, que "**dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e estabelece outras providências**", encaminhado a este Poder pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cuja Mensagem nº 1602 se faz acompanhada da Exposição de Motivos - EM nº 121/2010 da Secretaria de Estado do Planejamento, a qual destaca o desdobramento do Projeto de Lei em sua disposição preliminar, seus capítulos, seções e disposições finais.

Analisando comparativamente com as Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDOS editadas após a Constituição de 1989, propositora deste preceito pré-orçamentário, constatamos que o Projeto de Lei em análise apresenta poucas alterações com relação aos anteriores, porque segue disposição constitucional que definiu a forma de sua elaboração.

De conformidade com as disposições do artigo 165, § 2º da Constituição Federal:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....
 § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".

De acordo com o § 3º do artigo 120 da Constituição Estadual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias:

"I - arrolará as metas e as prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientará a elaboração da lei orçamentária anual;

III - disporá sobre as alterações, na legislação tributária;

IV - e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".

Disciplina também, sobre os critérios e o pagamento dos precatórios judiciais e estabelece os limites percentuais de participação dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, na Receita Líquida Disponível, parâmetro para a elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária versa ainda em conformidade com o art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000):

"Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

II - (VETADO);

III - (VETADO)

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os seguintes.

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente".

II - DO CUMPRIMENTO DO PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO DO PLDO

Encaminhado ao expediente da Mesa, em 15 de abril do ano em curso, e lido no dia 20 de abril, 30ª Sessão Ordinária após o dia 15 de abril, tem-se como cumprido o disposto no inciso II do artigo 35 da ADCT:

"Art. 35 - Até a entrada em vigor da legislação prevista no art. 121 da Constituição Federal/88:

I -

II - O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa".

Passaremos a análise preliminar dos itens para verificar o cumprimento das exigências constitucionais e legais citadas anteriormente.

Isto posto e considerando ainda comungar este Relator com entendimento de Osvaldo Maldonado Sanches, que doutrina:

"Pelo seu caráter de instrumento, de formulação de políticas públicas, a LDO se caracteriza como uma lei muito mais importante do que a orçamentária, à qual cabe apenas traduzir em valores e ações específicas as grandes opções de alocação definidas pela LDO, ao fixar as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte".

III - ANÁLISE

Passamos a analisar a proposta formulada pelo Chefe do Poder Executivo, traçando diretrizes da política a ser executada, submetida à aprovação deste Poder, no exercício de 2011:

A apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO, por este Poder, envolve a discussão e o aperfeiçoamento de instrumentos que moldam a peça orçamentária aos objetivos e programas delineados no Plano Plurianual - PPA, orientando a elaboração da proposta orçamentária e definindo controles para a execução do orçamento, necessários para garantir a eficácia das diretrizes e metas definidas.

Após 20 anos da experiência brasileira na edição de leis de diretrizes orçamentárias, verificamos que a LDO, lei de caráter transitório e válida apenas para o exercício a que se refere, dispõe sobre um conjunto de regras que tratam da execução orçamentária e financeira e da respectiva fiscalização, em situações não previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Essa situação, que deve perdurar enquanto não aprovada a lei complementar prevista no § 9º do art. 165 da Constituição Federal, acarreta diversas dificuldades, pois regras que disciplinam situações recorrentes, seja da elaboração orçamentária, seja da execução e fiscalização, têm vigência apenas no exercício de eficácia da LDO.

3.1 Das Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual

O objetivo do Anexo de Metas e Prioridades - Anexo I (fls. 29 a 47) do PLDO - é identificar, dentre os programas, ações e subações do Plano Plurianual 2008/2011, as metas e prioridades da administração pública estadual para o exercício financeiro de 2011, consideradas estratégicas por contemplarem os contratos de obras e serviços, em execução, importantes para a consecução dos objetivos do PPA, no intuito de orientar a elaboração e execução da lei orçamentária anual.

Neste interím, devem fazer parte deste anexo as prioridades elencadas através das Audiências Públicas Regionais, realizadas pela Assembleia Legislativa em todas as regiões do Estado.

Constatamos neste PLDO, que houve um avanço na formatação do referido anexo, com relação à Lei nº 14.831 de 11 de agosto de 2009 - LDO, visto que foi respeitada a funcional programática estabelecida na portaria nº 42 de 14 de abril de 1999.

3.2 Do Anexo dos Riscos Fiscais - Passivos Contingentes (Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, o presente Anexo conceitua e classifica os riscos fiscais, avalia os passivos contingentes, e procura identificar e contextualizar condicionantes que possam afetar as contas públicas.

O anexo de Riscos Fiscais, fl. 48 do PLDO, compreendem a frustração da receita corrente em relação às metas fixadas, além da expansão da dívida e da despesa acima das previstas.

Ao contrário das despesas programadas, a efetivação de passivos contingentes pode vir a representar risco para a gestão orçamentária estadual. Entre os riscos com estas características encontram-se os passivos contingentes relativos às ações movidas contra a Administração Pública Estadual. A identificação destes riscos se faz a partir do levantamento pela Advocacia Geral do Estado das ações que tramitam na justiça e que poderão impactar o Tesouro Estadual.

A partir de um comparativo dos Riscos Fiscais da Lei nº 14.832 de 11 de agosto de 2009, - LDO, com o referido Projeto em análise, podemos constatar um aumento de R\$ 463.287.572 (quatrocentos e sessenta e três milhões, duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos e setenta e

dois reais), representando 14,7% superior.

3.3 Do Anexo de Metas Fiscais Anuais (Art. 4º, § 1º, II e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101 - LRF, o Anexo de Metas Anuais do PLDO 2010, fls. 49 e 50, LDO-2011, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2011 e indica as metas de 2012 e 2013. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter uma política fiscal responsável.

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentado. Para isto, atuando em linha com as políticas monetárias e creditícias do Governo Federal, o Governo Estadual, procura criar as condições necessárias para reduzir de forma gradual o endividamento público líquido em relação ao PIB e melhorar o perfil da dívida. Nesse sentido anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir a solvência intertemporal da dívida pública. Por sua vez, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público previstos são apenas indicativos, por sofrerem influência de variáveis econômicas fora do controle direto da política fiscal.

Podemos destacar ainda, que é compromisso da política fiscal promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade interna de produção pelo setor privado, por meio da eliminação de gargalos logísticos.

A meta de superávit primário para o período de 2011, conforme demonstra o quadro na fl. 49 do PLDO em referência, foi estabelecida com objetivo de promover uma gestão equilibrada e transparente das finanças públicas, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica, expandir a capacidade de investimentos nos setores produtivos e sociais do Estado, o cumprimento do Programa de Ajuste Fiscal do Estado e o atendimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Medido pela diferença entre receitas e despesas não financeiras, o Resultado Primário estabelecido para o período deve permitir realizar compromissos da dívida estadual com respectiva redução do seu estoque, além de aumentar o nível da capacidade de investimentos do Estado.

É importante ressaltar que em função da própria trajetória do endividamento do setor público como um todo e do comportamento dos principais indicadores utilizados na obtenção dos resultados fiscais as metas fiscais propostas poderão ser revistas, de modo a permitir a manutenção do equilíbrio das finanças públicas.

As metas fiscais a serem perseguidas no triênio 2011 a 2013 foram estabelecidas com base em parâmetros de projeção extraídos do cenário econômico atual e em consonância com os compromissos assumidos pelo Estado de Santa Catarina junto ao Governo Federal no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal.

Ressaltamos ainda, que o Governo Estadual vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate a sonegação, evasão e elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, com objetivo de aumentar o universo de contribuintes e permitir a redução da carga tributária sobre os diversos segmentos da sociedade catarinense. Tem também procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos, com melhora nas técnicas de gestão e controle e com maior transparência, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade.

3.4 Das Diretrizes Para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e Suas Alterações

Os artigos 11 a 13 do PLDO que tratam das diretrizes para a elaboração e execução orçamentária para 2011, e têm em sua plataforma mestra o Plano Catarinense de Desenvolvimento, o Plano de Governo e o Plano Plurianual - 2008-2011 e considerando as diretrizes gerais estabelecidas no referido projeto em análise.

Destaca-se nesse contexto, a ação planejada, descentralizada e transparente, mediante o incentivo à participação da sociedade catarinense por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, das Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, com as Secretarias de Estado Setoriais e suas entidades vinculadas, planejando e normatizando as políticas públicas na sua área de atuação e as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional atuando como agência de desenvolvimento, executando as políticas do Estado em suas respectivas regiões.

As metas de governo foram definidas a partir de programas concebidos de acordo com as orientações estratégicas do Plano Plurianual, fundamentadas no trinômio descentralização administrativa, participação comunitária e desenvolvimento regional.

O Projeto em epígrafe dá continuidade à concretização dos objetivos do programa do Governo do Estado que tem como premissas básicas à

melhoria da qualidade de vida dos catarinenses, a modernização da gestão pública, o desenvolvimento ambiental, a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a regionalização do desenvolvimento.

Por fim, enfatizamos que a proposta de diretrizes orçamentárias, orienta-se para a manutenção de um desenvolvimento econômico e social sustentado, embasado na solidez das finanças públicas e num perfil de crescimento que busca a melhoria do bem estar de toda sociedade catarinense.

3.5 Das Diretrizes Para o Limite Percentual de Despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina

No art. 25 do referido projeto são demonstrados os limites percentuais de cada Poder, Órgão ou Entidade, no compartilhamento dos recursos da Receita Líquida Disponível:

- Assembléia Legislativa do Estado - 3,70%;
- Tribunal de Contas do Estado - 1,30%;
- Tribunal de Justiça do Estado - 7,40%;
- Ministério Público do Estado - 3,10%;
- Fundação Universidade do Estado - UDESC - 2,05%.

Ressaltamos que os percentuais mencionados no referido artigo permanecem os mesmos da Lei nº 14.831 de 11 de agosto de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor.

3.6 Da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Decorrente de benefícios fiscais relacionados ao ICMS, IPVA e ITCMD, para efeito de cumprimento ao disposto no art. 121 § 1º da Constituição Estadual; art. 4, inciso VI, da Lei nº 11.510, de 24 de julho de 2000, e art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

A expressão renúncia de receita, equivalente a gasto tributário, entrou na linguagem orçamentária nas últimas décadas. Os gastos tributários ou renúncias de receitas são mecanismos financeiros empregados na vertente da receita pública que produzem os mesmos resultados econômicos da despesa pública.

O gasto tributário, então, consiste na abdicação do Fisco de recolher o produto de tributos com o interesse de incentivar ou favorecer determinados setores, atividades, regiões ou agentes da economia. Também pode-se considerar essa prática como "renúncia de receita", na qual, o Fisco desiste, total ou parcialmente, de aplicar o regime impositivo geral, atendendo a reclamos superiores da política econômica ou social.

A renúncia de receita contempla a anistia, remissão, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota de algum tributo ou modificação da base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Em geral, o gasto tributário é todo tipo de tratamento preferencial e diferenciado que representa um desvio do sistema tributário base.

A renúncia consiste, portanto, no montante de ingressos que o Fisco deixa de receber ao outorgar um tratamento diferenciado que se afasta do estabelecido como caráter geral na legislação tributária.

De acordo com o Projeto ora em apreciação, a estimativa e compensação da renúncia de receita para 2011 do Estado está estimada no montante de R\$ 4.272.130.995 (quatro bilhões, duzentos e setenta e dois milhões, cento e trinta mil e novecentos e noventa e cinco reais), enquanto que a Lei de Diretrizes Orçamentárias ora em vigor possui um montante de R\$ 3.006.150.000 (três bilhões, seis milhões, cento e cinquenta mil reais), representando um acréscimo na renúncia de receita de R\$ 1.265.980.995 (hum bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e oitenta mil e novecentos e noventa e cinco reais), correspondendo a 42,11% superior.

Embora o PRÓ-EMPREGO, o COMPLEX e o Programa Estadual de Importações por portos e aeroportos catarinenses sejam colocados como renúncia de receita, na verdade são atrativos de operações para o Estado, trazendo receitas, visto que atraem operações que não existiriam sem os benefícios fiscais.

Da mesma forma, o FUNDOSOCIAL no valor expressado, não se trata de renúncia de receita, apenas deslocamento legal de receita para outro fim. O que se pode considerar renúncia de receita, é a redução de 6% dada ao contribuinte.

Temos ainda, os Fundos de Turismo, Esporte e Cultura - SEITEC, que recebem doações do ICMS, que canalizam receitas para os programas de governo, não se constituindo renúncia de receita.

Por fim, temos os valores do PRODEC que ao final da carência retornam ao Estado, por intermédio do FADESC. Constituindo-se em fomentador da atividade econômica catarinense.

3.7 Do Cronograma de Tramitação do Projeto de Lei PL Nº 119.4/2010

Com base nos artigos 286 a 293 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, sugerimos o seguinte cronograma de tramitação do Projeto PL/119.4/2010 - LDO 2011:

Data	Trâmite
23/06/2010	Apresentação do Parecer Preliminar
24 e 25/06/2010	Publicação do Parecer Preliminar
25/06 a 02/07/2010	Prazo para apresentação de emendas Parlamentares
14/07/2010	Relator apresenta o Parecer Conclusivo
20/07/2010	Votação do Projeto em Plenário
21/07/2010	O Projeto retorna a Comissão de Finanças e Tributação para elaboração da redação Final
21/07/2010	Publicação da Redação Final
22/07/2010	Votação em Plenário da Redação Final
27/07/2010	Mesa encaminha autógrafa ao Governador para sanção.

3.8 Da Apresentação de Emendas ao PL 119.4/2010

Para Emendas ao PL 119.4/2010, serão disponibilizados formulários específicos no site desta Assembleia Legislativa, página da Coordenadoria do Orçamento Estadual, no seguinte endereço: que deverão ser preenchidos em três vias e protocolados na Comissão de Finanças e Tributação acompanhados de disquete ou similar.

IV - CONCLUSÃO

Concluimos, obedecendo os requisitos legais para a tramitação do PL/119.4/2010, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e adota outras providências, deixando para o Parecer Final a análise de outros itens que compõem o corpo do Projeto de Lei, assim como o conteúdo das emendas apresentadas.

É o Parecer.

SALA DAS COMISSÕES, em 23 de junho de 2010.

Deputado Marcos Vieira

Relator

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 893, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOSE TORJÁLIO DO AMARAL**, matrícula nº 5852, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de junho de 2010 (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 894, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSE TORJÁLIO DO AMARAL, matrícula nº 5852, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 17 de junho de 2010 (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 895, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOSE CARLOS DE PAULA**, matrícula nº 4846, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de junho de 2010 (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 896, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no

exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSE CARLOS DE PAULA, matrícula nº 4846, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 17 de junho de 2010 (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 897, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DAYANA ZWICKER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-15, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 1ª Vice-Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 898, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NEUSA NELSON BOAVENTURA MIGUEL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-07, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 899, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDRIANE FATIMA DE FILTRO ISOTTON, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 900, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculo de pertinência do servidor **PEDRO CESAR DA SILVA FARACO**, matrícula nº 6422, ocupante do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, que passa do gabinete do Deputado Dieter Janssen para o gabinete do Deputado Valmir Comin.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 901, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **SAULO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1138, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-26, na CC - Comissão de Segurança Pública.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 902, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1583	Vilson Vieira	14	07/06/10	1305/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 903, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 022/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelatto	
2169	Sinara V. Dal Grande	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 904, de 22 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1297	Bernadete Coelho	30	08/06/10	1314/10
1872	Rosana Pio Silveira	15	10/06/10	1313/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 186/10

Altera a Lei nº 8.160, de 1990, que estabelece normas à gratuidade nos transportes coletivos, conforme disciplina o item II do art. 189, da Constituição Estadual.

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.160, de 4 de dezembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Aos maiores de sessenta e cinco anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos em linhas urbanas e semiurbanas, ou intermunicipais com características de urbanas, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º A gratuidade estabelecida no *caput* em hipótese alguma será restrita à quantidade de assentos e à área do veículo.

§ 2º O estabelecido no parágrafo anterior não desobriga as empresas transportadoras de manter dez por cento dos assentos dos veículos devidamente identificados com placa de reservado preferencialmente para idosos, conforme determina o disposto no art. 39, § 2º, da Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

§ 3º Os usuários dos transportes coletivos beneficiários da gratuidade terão acesso aos veículos pela porta destinada ao embarque e deixarão o interior dos veículos pela mesma porta destinada ao desembarque de todos os demais usuários”. (NR)

“Art. 2º Os beneficiários de que trata o *caput* do artigo anterior, comprovarão o direito a gratuidade mediante apresentação do original de qualquer documento pessoal de identidade, com fé pública, que contenha foto. (NR)

Parágrafo único.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Souza Júnior

Lido no Expediente

Sessão de 17/06/10

JUSTIFICATIVA

As pessoas com idade superior a sessenta e cinco anos têm assegurada a gratuidade nos transportes públicos urbanos e semiurbanos, por força do disposto no item II do art. 189 da Constituição do Estado, regulamentado pela Lei nº 8.160, de 1990, e no § 2º do art. 39 da Lei federal nº 10.741, de 2003 (Estatuto do Idoso).

A atual sistemática adotada para fazer cumprir as determinações legais é discriminatória e atenta contra a segurança dos beneficiários, à medida em que restringe o acesso apenas à parte dianteira do veículo e obriga o desembarque também pela porta dianteira.

Utilizando a porta dianteira para deixar o interior do veículo o beneficiário enfrenta o contrafluxo dos demais passageiros que estão acessando o veículo pela porta dianteira, causando desconforto e insegurança.

Por outro lado, as empresas não possuem o controle do número de passageiros beneficiários, uma vez que os mesmos não utilizam a catraca.

A presente proposta possui o condão de acabar com a discriminação imposta aos idosos no transporte coletivo, estabelecendo o acesso dos beneficiários a toda a área do veículo, a utilização de todo e qualquer assento e o desembarque pela porta traseira, o que obrigará os sistemas municipais de transporte urbano a adotarem uma nova sistemática de controle.

Pela justiça da medida, conto com o apoio dos meus Pares.

*** X X X ***

RELATÓRIO

RELATÓRIO E VOTO AO OFÍCIO Nº OF/0139.4/2009

“Encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2008.”

Autor: Presidente do Tribunal de Contas do Estado

Relator: Deputado Marcos Vieira

RELATÓRIO

Com amparo regimental, avoqueei a relatoria do citado Ofício que encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina referente ao exercício de 2008.

O presente Processo, composto de nove volumes (fls. 02/3.483), encaminhado pelo do OF.TC/GAP-8021/2009, de 1º de junho de 2009, do Conselheiro Presidente, foi lido na Sessão do dia 9 de junho de 2009 e remetido a esta Comissão de Finanças e Tributação na mesma data.

Na análise da matéria deve-se observar o que preceitua o TÍTULO VII - DAS PROPOSIÇÕES ESPECIAIS, CAPÍTULO III - DA PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO (arts. 271/277) da Resolução nº 005/2008 - Regimento Interno deste Poder.

Os autos estão em conformidade com os dispositivos regimentais que regem a matéria, tendo sido o Parecer Prévio publicado no Diário da Assembleia - SC - Número 6.045, de 04/06/2009 págs. 02/35.

Cabe à Assembleia Legislativa o controle externo, através da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos órgãos e entidades da Administração Pública, o qual será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, segundo dispõem os arts. 58 e 59 da Constituição Estadual.

Ao Tribunal de Contas do Estado compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador (inciso I do art. 59 da CE), cabendo à Assembleia Legislativa a competência exclusiva de julgá-las (inciso IX do art. 40 da CE).

A Prestação de Contas do Governador do Estado referente ao exercício de 2008 foi submetida ao Tribunal Pleno acompanhada do Relatório Técnico, do Relatório do Relator, do Projeto de Parecer Prévio, das Contrarrazões do Poder Executivo e do Parecer da Procuradoria Geral Junto ao Tribunal de Contas, em atendimento ao § 1º do art. 80 da Resolução nº TC-06/2001, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.

Segundo dispõe o art. 48 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (LC nº 202/2000), o Parecer Prévio consistirá na apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública.

Quanto ao **Parecer Prévio**, julgo oportuno destacar que o Relator, em seu Parecer, na análise realizada pelo Tribunal de Contas, levou em consideração os dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, quais sejam:

- art. 59, inciso I, da Constituição do Estado;
- art. 71, inciso IX, da Constituição do Estado;

- arts. 56 a 58 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- Lei Federal nº 4.320/1964;
- PPA/2008-2011, LDO/2007 e LOA/2008;
- arts. 69 a 78 do Regimento Interno do Tribunal de Contas;
- Parecer MPTC/nº 1.979/2009, do Processo PCG - 09/00154012;
- art. 40, inciso IX, da Constituição do Estado (competência exclusiva da Assembleia Legislativa para julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado);
- arts. 58, Parágrafo único, e 59, inciso II, da Constituição do Estado (a análise técnica e o Parecer Prévio daquele Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2008 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, não obstatam, nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de quaisquer dos Poderes e órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário).

Registre-se que o Parecer Prévio apresentado pelo Conselheiro Relator e aprovado pelo Tribunal Pleno apontou um total de **7 (sete) ressalvas e 13 (treze) recomendações**, sendo que das 7 (sete) ressalvas, 6 (seis) são reiteradas, visto que já constaram como ressalvas no Parecer Prévio relativo às contas de 2007, e 1 (uma) é específica do exercício de 2008, e das 13 (treze) recomendações, 10 (dez) são reiteradas, pois já constaram como recomendações no Parecer Prévio relativo às contas de 2007, e 3 (três) são específicas do exercício de 2008.

Na Assembleia Legislativa, a quem cabe o julgamento das Contas do Governo, o foco da análise que o fundamentará deve estar voltado às ressalvas e recomendações apontadas no Parecer Prévio apresentado pelo Tribunal de Contas do Estado.

Contudo, antes de adentrar nos comentários acerca dessas ressalvas e recomendações, julgo oportuno destacar, a título de informação, alguns aspectos abordados pelo TCE na análise das Contas de 2008, a saber:

1. Avaliação das Metas Fiscais

O Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento ao que determina o art. 26, inciso I, da Lei Orgânica do TCE e o art. 59, inciso I, da LRF, apresentou o demonstrativo abaixo contendo o confronto das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de 2008 (Lei nº 14.080/2007) e as executadas no exercício de 2008, referentes à receita total, despesa total, resultado primário, resultado nominal e dívida consolidada líquida.

**TABELA 1
COMPARATIVO DAS METAS PREVISTAS E REALIZADAS
PARA O EXERCÍCIO 2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Em Milhares		
	ANEXO DAS METAS FISCAIS LEI ESTADUAL Nº 14.080/08	RREO 6º BIMESTRE/07 E RGF 3º QUADRIMESTRE/08	ATINGIU META FIXADA?
RECEITA TOTAL	8.857.066	11.538.547	Sim
DESPESA TOTAL	8.792.062	10.584.693	Não
RESULTADO PRIMÁRIO	716.000	1.104.005	Sim
RESULTADO NOMINAL	294.020	387.997	Não
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.634.088	8.065.814	Sim

Fonte: LDO para 2008, Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre/2008, Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2008 e Balanço de Razão - Dezembro 2008 - Consolidado Geral.

No tocante à **Receita Total**, conclui o TCE que a **meta foi atingida** no exercício de 2008, visto que a receita orçamentária realizada importou em R\$ 11.538.547 milhares de reais, superando a meta estabelecida de R\$ 8.857.966 milhares de reais em R\$ 2.681.481 milhares de reais, ressaltando, a título de informação, que a meta de receita para o exercício de 2008 (R\$ 8.857.066 milhares de reais) foi menor que a meta para o exercício de 2007 (R\$ 10.491.512 milhares de reais).

Observa este Relator que neste total da receita orçamentária realizada no exercício de 2008 estão computadas receitas extraordinárias na ordem de R\$ 747.987 milhares de reais oriundos da antecipação de recursos da federalização da dívida do Iprev (R\$ 376.655 milhares de reais), da venda de conta-salário dos servidores do Poder Executivo (R\$ 216.186 milhares de reais) e do repasse de valores da União referentes à situação de emergência e calamidade provocadas pelas chuvas de novembro de 2008 (R\$ 155.146 milhares de reais), as quais, pelo caráter eventual da sua ocorrência, se subtraídas do total da receita orçamentária realizada, levaria o seu valor a R\$ 10.790.560 milhares de reais, ainda numa condição de atingimento da meta.

Sobre o cômputo dessas receitas extraordinárias, não revestidas do aspecto fundamental da continuidade, há que se ressaltar que sua inclusão no cálculo da receita corrente líquida - RCL

gera um aumento da margem legal de expansão do gasto de pessoal e dos percentuais de dívida consolidada, garantias e contragarantias e operações de crédito estabelecidos na LRF e Resoluções do Senado Federal.

Já com relação à **Despesa Total**, observa o TCE que a **meta não foi atingida**, pois a despesa orçamentária executada foi de R\$ 10.584.693 milhares de reais, ultrapassando a meta de R\$ 8.792.062 milhares de reais em R\$ 1.792.631 milhares de reais.

Nesse aspecto, entende este Relator que a execução da despesa em valor superior ao previsto é plenamente justificável, visto que o excesso de arrecadação apontado no comentário sobre a Receita Total propiciou a realização de despesa em valores compatíveis com a referida receita.

No que se refere ao **Resultado Primário**, que é a diferença entre as receitas e despesas primárias (expurgados os efeitos financeiros), o TCE constatou no final do exercício de 2008 o valor de R\$ 1.104.005 milhares de reais, superando a meta de R\$ 716.000 milhares de reais, concluindo que a **meta foi atingida**.

Todavia, este Relator, analisando a Lei nº 14.080/2007 (LDO para o exercício de 2008), a Lei nº 13.849/2006 (LDO para o exercício de 2007) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 6º bimestre/2008, divulgado pela Secretaria de Estado da Fazenda, no Anexo

VII - Demonstrativo do Resultado Primário, constatou que o TCE cometeu equívoco duplo no seu quadro demonstrativo das metas fiscais, a saber:

- primeiro, ao indicar como meta de resultado primário da Lei nº 14.080/2007 (LDO para 2008) o valor de R\$ 716.000 milhares de reais - que na verdade é o valor da meta prevista pela Lei nº 13.849/2006 (LDO para 2007) - sendo correto para o exercício de 2008 o valor de R\$ 712.640 milhares de reais; e
- segundo, ao atribuir ao resultado primário referente ao exercício de 2008 o valor de R\$ 1.104.005 milhares de reais - visto que este valor refere-se ao resultado primário do exercício de 2007 - sendo correto para o exercício de 2008 o valor de R\$ 1.720.181 milhares de reais.

Assim sendo, confrontando-se o valor correto da meta de resultado primário para o exercício de 2008 previsto na Lei nº 14.080/2007 (R\$ 712.640 milhares de reais) com o valor correto do resultado primário realizado no exercício de 2008 conforme o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 6º bimestre/2008, divulgado pela Secretaria de Estado da Fazenda, no Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário (R\$ 1.720.181 milhares de reais), confirma-se, nos moldes da análise do TCE, que a **meta de resultado primário realmente foi atingida**, superando a meta prevista em R\$ 1.007.541 milhares de reais.

Por fim, cabe ressaltar que no cálculo do resultado primário acima apontado estão incluídas receitas extraordinárias na ordem de R\$ 747.987 milhares de reais, já comentadas na análise da Receita Total, as quais, se expurgadas, levariam o Resultado Primário ao valor de R\$ 972.194 milhares de reais, ainda acima da meta prevista em R\$ 259.554 milhares de reais.

Quanto ao **Resultado Nominal** do exercício, que representa a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o final do exercício financeiro anterior e o final do exercício financeiro atual, conclui o TCE que o valor de R\$ 387.997 milhares de reais alcançado ficou aquém da meta estabelecida na LDO para 2008 (R\$ 294.020 milhares de reais) em R\$ 93.977 milhares de reais, significando que o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de 2008 foi superior em R\$ 387.997 milhares de reais ao valor apurado em 31 de dezembro de 2007.

Considerando que o Poder Executivo havia previsto um aumento da dívida fiscal líquida em R\$ 294.020 milhares de reais no exercício de 2008 em relação ao exercício 2007, pode-se dizer que, ao atingir um Resultado Nominal de R\$ 387.997 milhares de reais, o Poder Executivo aumentou sua dívida fiscal líquida mais do que havia previsto, **não atingindo**, portanto, a **meta** constante no anexo de metas da LDO.

Finalmente, quanto à **Dívida Consolidada Líquida**, **conclui o TCE** que, mesmo estando o Estado dentro dos limites de endividamento estabelecidos em Resoluções do Senado Federal, a meta prevista na LDO para 2008 (R\$ 7.634.088 milhares de reais) **não foi atingida**, pois ao final do exercício 2008, "o Estado obteve para o item em tela um montante de R\$ 8.065.814 milhares de reais, ficando, portanto, R\$ 431.726 milhares de reais aquém da meta estipulada, atingindo um nível de endividamento maior que o planejado".

Contudo, este Relator, analisando a Lei nº 14.080/2007 (LDO para o exercício de 2008), a Lei nº 13.849/2006 (LDO para o exercício de 2007) e o Relatório de Gestão Fiscal - 3º quadrimestre/2008, divulgado pela Secretaria de Estado da Fazenda, no Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, constatou que o TCE novamente cometeu equívoco duplo no confronto do seu quadro demonstrativo das metas fiscais e na análise da respectiva meta fiscal, a saber:

- primeiro, ao indicar como meta da dívida consolidada líquida da Lei nº 14.080/2007 (LDO para 2008) o valor de R\$ 7.634.088 milhares de reais - que na verdade é o valor da meta prevista pela Lei nº 13.849/2006 (LDO para 2007) - sendo correto para o exercício de 2008 o valor de R\$ 8.694.591 milhares de reais; e
- segundo, ao se contradizer sobre o atingimento ou não da meta no quadro comparativo das metas fiscais e nas suas conclusões sobre a meta da dívida consolidada líquida, visto que no quadro, erroneamente, conclui que, ao alcançar um montante da referida dívida maior que a prevista, a meta teria sido cumprida, ao passo que na sua conclusão, corretamente, afirma que a meta não foi cumprida.

De toda a sorte, o fato é que, confrontando-se o valor correto da meta da dívida consolidada líquida para o exercício de 2008 previsto na Lei nº 14.080/2007 (R\$ 8.694.591 milhares de reais) com o valor da dívida consolidada líquida realizado no exercício de 2008, conforme o Relatório de Gestão Fiscal - 3º quadrimestre/2008, divulgado pela Secretaria de Estado da Fazenda, no Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (R\$ 8.065.814 milhares de reais), conclui-se que a **meta da dívida consolidada líquida, diferentemente da conclusão do TCE, realmente foi atingida**, vez que alcançou um nível de endividamento menor que o planejado em R\$ 628.777 milhares de reais.

Desta forma, feita a análise das metas fiscais, julgo oportuno e necessário o ajuste do Quadro Comparativo das Metas Previstas e Realizadas para o Exercício de 2008 apresentado pelo TCE, conforme segue:

TABELA 2
COMPARATIVO DAS METAS PREVISTAS E REALIZADAS
PARA O EXERCÍCIO 2008

R\$ Em Milhares

DISCRIMINAÇÃO	ANEXO DAS METAS FISCAIS LEI ESTADUAL Nº 14.080/08	RREO 6º BIMESTRE/07 E RGF 3º QUADRIMESTRE/08	ATINGIU META FIXADA?
RECEITA TOTAL	8.857.066	11.538.547	Sim
DESPESA TOTAL	8.792.062	10.584.693	Não
RESULTADO PRIMÁRIO	712.640	1.720.181	Sim
RESULTADO NOMINAL	294.020	387.997	Não
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	8.694.591	8.065.814	Sim

Fonte: LDO para 2008, Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre/2008, Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2008. Equipe Técnica - ALESC.

2. Quadro da Despesa

O TCE, tanto no Relatório Técnico quanto no Parecer Prévio, faz uma extensa análise da despesa orçamentária consolidada do Estado no exercício de 2008, da qual entendo importante a reprodução de tabela e correspondente análise que apresenta, em valores atualizados, a despesa realizada por funções nos exercícios de 2004 a

2008, bem como os respectivos percentuais de variação entre este último exercício e os demais.

Convém lembrar que a classificação da despesa orçamentária por função corresponde ao maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, compreendendo cada um dos grandes setores em que este atua, visando atender às necessidades da sociedade.

TABELA 3
DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
EXERCÍCIOS DE 2004 A 2008
Em R\$ 1,00

Funções	2004 (a)	2005 (b)	2006 (c)	2007 (d)	2008 (e)	%	% (e/d)	% (e/c)	% (e/b)	% (e/a)
Típicas do Estado	1.841.858.790	2.214.983.390	2.097.031.258	2.370.760.801	1.556.263.779	14,70	(34,36)	(25,79)	(29,74)	(15,51)
Legislativa	238.748.725	263.324.733	293.703.545	324.146.327	367.913.991	3,48	13,50	25,27	39,72	54,10
Judiciária	10.878.923	27.781.084	17.712.638	15.120.760	751.820.491	7,10	4,872,11	4.144,54	2.606,23	6.810,80
Essencial à Justiça	631.681.991	753.383.250	794.281.241	943.497.082	266.618.203	2,52	(71,74)	(66,43)	(64,61)	(57,79)
Segurança Pública	960.549.150	1.170.494.323	991.333.834	1.087.996.632	169.911.094	1,61	(84,38)	(82,86)	(85,48)	(82,31)
Administração Geral	639.131.600	886.499.897	664.364.997	685.781.835	2.827.676.267	26,71	312,33	325,62	218,97	342,42
Administração	639.131.600	886.499.897	664.364.997	685.781.835	2.827.676.267	26,71	312,33	325,62	218,97	342,42
Sociais	2.875.082.903	3.173.837.910	4.040.693.952	4.474.519.373	4.543.603.810	42,93	1,54	12,45	43,16	58,03
Assistência Social	3.383.871	3.471.996	13.356.006	13.762.807	11.792.152	0,11	(14,32)	(11,71)	239,64	248,48
Previdência Social	380.822.662	423.392.978	951.753.400	1.594.231.463	1.595.154.783	15,07	0,06	67,60	276,76	318,87
Saúde	931.670.384	1.014.229.033	1.244.122.818	1.297.735.027	1.020.052.682	9,64	(21,40)	(18,01)	0,57	9,49
Trabalho	7.455.792	2.593.417	7.280.901	4.683.866	5.999.495	0,06	28,09	(17,60)	131,34	(19,53)
Educação	1.528.820.792	1.701.635.119	1.728.513.174	1.442.799.442	1.727.376.048	16,32	19,72	(0,07)	1,51	12,99
Cultura	13.515.942	15.593.669	61.306.480	72.067.457	38.747.833	0,37	(46,23)	(36,80)	148,48	186,68

D. Cidadania	0	0	0	704.734	325.578	0,00	(53,80)	-	-	-
Desporto e Lazer	9.413.459	12.921.698	34.361.172	48.534.577	144.155.240	1,36	197,02	319,53	1.015,61	1.431,37
Nat. e Meio Ambiente	17.307.362	19.518.434	29.806.861	32.686.554	11.536.504	0,11	(64,71)	(61,30)	(40,89)	(33,34)
Gestão Ambiental	17.307.362	19.518.434	29.806.861	32.686.554	11.536.504	0,11	(64,71)	(61,30)	(40,89)	(33,34)
Infra-Estrutura	364.315.741	425.801.046	371.133.509	397.843.254	351.769.908	3,32	(11,58)	(5,22)	(17,39)	(3,44)
Urbanismo	0	0	22.535	0	120.575.314	1,14	-	534.957,27	-	-
Habitação	15.965.607	17.049.918	20.072.032	24.918.869	18.743.433	0,18	(24,78)	(6,62)	9,93	17,40
Saneamento	0	0	0	8.598	65.000	0,00	655,99	-	-	-
Energia	0	0	0	492.908	0	0,00	(100,00)	-	-	-
Transporte	348.350.133	408.751.128	351.038.942	372.422.879	212.386.162	2,01	(42,97)	(39,50)	(48,04)	(39,03)
Produção	339.078.525	411.140.265	430.971.760	415.854.229	159.819.041	1,51	(61,57)	(62,92)	(61,13)	(52,87)
Ciência e Tecnologia	22.305.731	24.670.764	19.973.164	8.381.319	34.135.147	0,32	307,28	70,91	38,36	53,03
Agricultura	301.842.246	369.716.019	369.124.772	348.027.016	84.835.036	0,80	(75,62)	(77,02)	(77,05)	(71,89)
Indústria	317.902	81.845	0	0	5.000	0,00	-	-	(93,89)	(98,43)
Comércio e Serviços	14.612.646	16.671.636	41.873.824	59.445.894	1.994.046	0,02	(96,65)	(95,24)	(88,04)	(86,35)
Comunicações	0	0	0	0	38.849.812	0,37	-	-	-	-
Subtotal	6.076.774.921	7.131.780.942	7.634.002.338	8.377.446.047	9.450.669.310	89,29	12,81	23,80	32,51	55,52
Relações Exteriores	0	0	0	0	1.264.192	0,01	-	-	-	-
Encargos Especiais	2.525.206.506	2.801.922.737	971.431.451	1.037.311.441	1.132.759.842	10,70	9,20	16,61	(59,57)	(55,14)
Res. de Contingência	0	0	0	0	0	0,00	-	-	-	-
Total Geral	8.601.981.426	9.933.703.680	8.605.433.789	9.414.757.488	10.584.693.344	100,00	12,43	23,00	6,55	23,05

Fonte: Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas - Anexo 8 e Demonstrativo da Despesa por Funções - Anexo 9 - CIASC - Exercícios 2004 a 2007 e Balanço Geral do Estado do Exercício de 2008.

Inflator: IGP-DI (médio)

Em nível de agrupamento de funções, vê-se que, no exercício 2008, o maior volume de recursos foi aplicado nas Sociais (educação, saúde e previdência social, assistência social, desporto e lazer, trabalho e direitos e cidadania), que registraram 42,93% (quarenta e dois vírgula noventa e três por cento) do total das despesas do Estado.

A seguir, o grupo com maior despesa realizada foi Administração Geral, com 26,71% (vinte e seis vírgula setenta e um por cento), o qual é composto apenas pela função Administração.

As funções reunidas no grupo Típicas de Estado (ligadas aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, além das despesas aplicadas na segurança pública) representaram 14,70% (catorze vírgula setenta por cento) das despesas realizadas pelo Estado.

Os grupos Infraestrutura (funções urbanismo, habitação, saneamento, energia e transporte) e Produção (funções ciência e tecnologia, agricultura, indústria, comércio e serviços e comunicações) constituem, respectivamente, 3,32% (três vírgula trinta e dois por cento) e 1,51% (um vírgula cinquenta e um por cento).

Por fim, 0,11% (zero vírgula onze por cento) das despesas foram aplicadas no grupo Naturais e Meio Ambiente, constituído pela função gestão ambiental.

Quanto à análise horizontal das despesas por funções e grupos de funções, que trata da evolução no último quinquênio, esta fica prejudicada visto que, de acordo com relatórios gerenciais extraídos dos sistemas administrados pelo Ciasc, informação esta confirmada por técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda, um montante significativo de valores relacionados à folha de pagamento dos diversos setores do Estado - educação, saúde, segurança, etc. - foram alocados na função 04 - Administração, aumentando-a significativamente e, por consequência, diminuindo as despesas nas respectivas funções, fato este que prejudica sensivelmente a análise das aplicações de recursos nas diversas funções de governo estabelecidas na classificação da despesa pública.

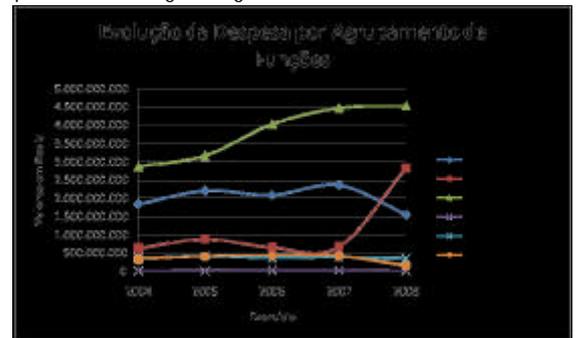
Consideradas estas restrições, destaca-se o crescimento de aplicações no agrupamento Administração Geral, que, em relação ao ano anterior (2007), teve um incremento de 312,33% (trezentos e doze vírgula trinta e três por cento).

Já o agrupamento de funções Sociais, em relação a 2007, apresentou um crescimento de 1,54% (um vírgula cinquenta e quatro por cento), decorrente de quedas nas funções saúde, assistência social, cultura e direitos e cidadania, em confronto com aumentos nas funções educação, desporto e lazer e trabalho, sendo importante destacar que este agrupamento apresentou crescimento anual durante todo o quinquênio demonstrado.

Finalmente, quanto aos demais grupos de funções, em 2008 ocorreu queda em relação ao ano anterior nos agrupamentos de funções Típicas de Estado (34,36%), Naturais e Meio Ambiente (64,71%), Infraestrutura (11,58%) e Produção (61,57%).

De acordo com os números da tabela reproduzida, o TCE representou resumo destas evoluções dos agrupamentos

funcionais por meio do seguinte gráfico:



3. Cancelamento de Despesas Liquidadas

Um aspecto que o TCE fez questão de deixar devidamente registrado foi o que se refere ao cancelamento de despesas já liquidadas.

Sobre o assunto, destaca o disposto nos art. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964:

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do **direito adquirido pelo credor**, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a **origem e o objeto** do que se deve pagar;

II - a **importância exata** a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para **extinguir a obrigação**.

§ 2º A liquidação da despesa, por fornecimentos feitos ou serviços prestados, terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega do material ou da prestação de serviços. (grifou-se)

Dessa forma, uma despesa, quando liquidada, configura, inevitavelmente, que o serviço já foi prestado ou a mercadoria entregue, restando ao Estado apenas o estágio final do pagamento, cumprindo assim a sua obrigação jurídica para com quem lhe é credor.

Nesta linha de análise, o **cancelamento de uma despesa liquidada**, embora possa ocorrer, **consiste em ato extraordinário e, como tal, deve estar devidamente justificado**.

Ressalta que o cancelamento de despesas liquidadas já fora motivo de recomendação feita na análise das contas de 2007, quando até novembro haviam sido cancelados R\$ 509.418 milhares de reais, sendo que até o mesmo mês do exercício de 2008 foram cancelados R\$ 780.224 milhares de reais, representando 81,80% do superávit orçamentário do exercício de 2008 (R\$ 953.854 milhares de reais), com um incremento de 53,15% em relação ao exercício de 2007.

Destaca ainda que desse total de despesas liquidadas canceladas até novembro de 2008, o maior cancelamento ocorreu no grupo Pessoal e Encargos Sociais, com R\$ 382.932 milhares de reais, correspondentes a 49,08% dos cancelamentos, seguido de Outras Despesas Correntes (R\$ 376.992 milhares de reais - 48,32%), Investimentos (R\$ 18.936 milhares de reais - 2,43%), Inversões Financeiras (R\$ 869 milhares de reais - 0,11%) e Juros e Encargos da Dívida (R\$ 495 milhares de reais - 0,06%).

Acrescenta que o cancelamento de despesas no sentido de suprimir possíveis dificuldades orçamentárias e financeiras tem sido

fato corrente na administração pública em geral, pelo qual a adoção generalizada desse procedimento deixa dúvidas, tanto em relação ao controle da administração sobre tais situações, bem como aos resultados oficialmente apresentados, de modo que tornar rotineira tal prática prejudica significativamente o controle da execução orçamentária e financeira, bem como a própria confiabilidade dos respectivos registros contábeis.

Por fim, o TCE conclui que *não se trata de afirmar que os cancelamentos realizados em 2008, ora mencionados, constituem atos de má fé que objetivam mascarar uma determinada situação de déficit orçamentário e financeiro, contudo, o Corpo Técnico entende que se faz absolutamente necessário que o Estado reveja os mecanismos de controle sobre tais procedimentos, para que estes se restrinjam a situações absolutamente necessárias e devidamente justificadas, no sentido de se evitar que possíveis atos indevidos mascarem os resultados orçamentário e financeiro, bem como as respectivas situações patrimoniais decorrentes.*

De todo o exposto acima, concorda este Relator com a preocupação externada pelo TCE quanto ao procedimento recorrente de cancelamento de despesas já liquidadas, quer porque **tal procedimento não é adotado de forma extraordinária** e, principalmente, pelo fato de **não ter sido apresentada qualquer justificativa para tal.**

E é justamente na falta de justificativa para o cancelamento de despesas liquidadas num montante expressivo, aparentemente de forma corriqueira e não extraordinária, que reside a principal preocupação deste Relator, **razão pela qual entende indispensável que o TCE proceda trabalho específico que esclareça e justifique a adoção do referido procedimento.**

4. Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - Fupesc

Dentre as análises especiais feitas pelo TCE consta a relativa ao Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - Fupesc, que tem por objetivo a captação de recursos financeiros destinados à melhoria das ações relacionadas ao Sistema Penitenciário Estadual, da qual este Relator entende oportuno a reprodução de algumas informações e conclusões, visto que mantém relação direta com a segurança pública, um dos principais problemas atualmente enfrentados pelo Governo Estadual.

Informa aquela Corte de Contas que realizou, entre outubro e novembro de 2008, auditoria de regularidade no Fundo com o objetivo de avaliar o cumprimento, por parte do Poder Executivo Estadual, das ações voltadas para a guarda e custódia de detidos e apenados, adultos ou adolescentes, e sua preparação para reintegração no ambiente social, da família e do trabalho, que constitui o Processo nº RLA 08/00739647 ainda em tramitação, em fase de audiência.

Nessa auditoria, constata-se que a Subfunção - Custódia e Reintegração Social teve aprovada para o exercício de 2008 uma dotação orçamentária na ordem de R\$ 64.214.096,41 (já computadas anulação de dotações de R\$ 15.989.678,40), de cujo montante foram empenhados apenas R\$ 21.659.288,26, equivalentes a 33,73% da dotação total.

Outro aspecto ressaltado na auditoria foi que o Estado de Santa Catarina, além de devolver à União em 2008 o valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) por não cumprir o Acordo de Cooperação Técnica, recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, que tinha como objetivo a construção de unidade prisional no Vale do Itajaí, terceirizou a unidade prisional de Joinville e realizou convênios com ONGs, associações beneficentes e prefeituras, sem o devido acompanhamento dos órgãos de controle interno.

Por fim, dentre outras constatações, conclui a auditoria que:

- *apesar dos recursos existentes, não ocorreram investimentos em apoio social, psicológico, jurídico, pedagógico, saúde e na profissionalização de apenados e adolescente recolhidos, bem como na prestação de assistência social aos familiares dos apenados e adolescentes recolhidos, havendo apenas investimentos isolados como no Presídio Santa Augusta em Criciúma (Associação Beneficente ABADEUS) e Penitenciária de São Pedro de Alcântara com serviços médicos, em cumprimento de medida liminar judicial (ALV Serviços Médicos Ltda.), revelando a ausência de ações voltadas ao bem-estar e ao processo de ressocialização dos presos;*
- *diante da situação que se depara o sistema penitenciário catarinense, constata-se que a realidade está muito aquém do que estabelece a Constituição Federal, mormente o art. 5º e seu inciso XLVIII; e*
- *se não ocorrer, em curto prazo, uma aplicação maciça de recursos no Sistema Penitenciário, visando à construção e melhorias dos presídios, ressocialização e profissionalização dos detidos, apenados e dos menores infratores, bem como a recuperação e acompanhamento de suas famílias, o Sistema Penitenciário Catarinense entrará em colapso.*

As informações acima anotadas ressaltam a necessidade de

que o Governo do Estado reveja a política de investimento de ações na área de segurança pública, e, de uma certa forma, justificam, em parte, a queda significativa de 84,38% no volume de recursos aplicados na função Segurança Pública no exercício de 2008, comparativamente ao exercício de 2007, apresentada na Tabela 3 do tópico 2 acima.

5. Planejamento e Execução Orçamentária

O TCE apresentou uma avaliação do planejamento orçamentário do Estado, visando a análise da sua consistência, compreendendo duas etapas: a primeira, fazendo uma análise da execução financeira dos valores previstos em diversos programas, comparando-os com os valores fixados na Lei Estadual nº 14.360, de 23 de janeiro de 2008 - Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2008, e a segunda, procedendo uma avaliação, em metas físicas e valores, da execução orçamentária de diversas subações estabelecidas em ações e programas de governo, de áreas importantes da administração pública estadual.

Relembra que na análise das Contas do Governo referentes ao exercício de 2007 esse assunto motivou três recomendações, e que a LRF estabeleceu o planejamento como aspecto imprescindível a uma gestão fiscal responsável, pelo qual as peças orçamentárias devem constituir efetivos instrumentos de programação das ações de governo, precisando, para tal, estar em consonância com a realidade econômico-financeira do ente pois, do contrário, perdem efetividade, tornando-se inútuas, descumprindo a legislação citada e, sobretudo, gerando falsas expectativas na sociedade.

Em sua análise, aquela Corte de Contas verificou problemas relacionados ao planejamento e à execução orçamentária, a seguir destacados:

- Discrepância entre os valores planejados e os executados, demonstrando um planejamento que não condiz com a execução;
- Custo da ação executada não condizente com a constante no orçamento;
- Planejamento drasticamente distante da capacidade de execução, configurando metas subestimadas em relação à capacidade de execução e custo fixado;
- Valores das metas físicas e financeiras muito subestimadas ou superestimadas em relação ao executado, demonstrando incapacidade de planejamento;
- Informação de execução de metas físicas em ações que não tiveram despesa empenhada;
- Despesa realizada sem a informação das metas alcançadas;
- Custos unitários diferentes entre projetos semelhantes previstos nas SDRs;
- Previsão de custo global padronizado para determinadas ações, independente da quantidade a ser executada;
- Baixo índice de execução perante o orçamento e as necessidades do Estado;
- Metas informadas de forma confusa prejudicando a análise do executado em relação ao planejado;
- Ausência de consonância entre custo da ação e a execução financeira, prejudicando sobremaneira a análise das metas realizadas;
- Fornecimento de informações por parte de órgão gestor em unidades de medida diferentes das constantes no orçamento; e
- Controle deficiente das metas, prejudicando controle e planejamento futuro.

Salientando o TCE que o objetivo desse seu trabalho não consiste em questionar as respectivas execuções, mas sim o planejamento orçamentário do Estado, conclui que as informações apresentadas *não deixam dúvidas de que o planejamento orçamentário do Estado de Santa Catarina baseia parcela significativa de suas ações em valores incondizentes com a sua realidade econômico e financeira, e que, em muitos casos, não vieram a se realizar.*

Por fim, encerra suas considerações sobre o tema dizendo que, a despeito dos aspectos conjunturais e estruturais aos quais o Estado certamente está submetido ao longo do exercício (incerteza na previsão da receita e aspecto autorizativo do orçamento público, por exemplo), *já é tempo do Estado priorizar a qualidade de seu planejamento, a fim de que possa submeter ao Poder Legislativo a deliberação sobre ações de governo efetivamente exequíveis na sua condição econômico-financeira.*

6. Resultado Financeiro apurado em Balanço Patrimonial

Em suas análises, o TCE informa que o Resultado Financeiro publicado pelo Poder Executivo foi superavitário em R\$ 1.536.248.668, resultado da diferença entre o Ativo Financeiro (R\$ 3.625.615.811) com o Passivo Financeiro (R\$ 2.089.367.143).

Todavia, ressalta o TCE que esse cálculo carece de ajustes, evitando a distorção do resultado financeiro do Estado, o que pode, inclusive, resultar na expansão da despesa pública sobre uma folga financeira que efetivamente não existe.

Os ajustes necessários aos quais o TCE se reporta alteram tanto os valores do Ativo Financeiro quanto os do Passivo Financeiro, a saber:

- **Ajustes no Ativo Financeiro:** a exemplo da abordagem sobre o ingresso de receitas extraordinárias no exercício de 2008, comentadas na análise da receita total no tópico 1 referente às metas fiscais, oriundas da antecipação de recursos da federalização da dívida do Iprev, da venda de conta-salário dos servidores do Poder Executivo, do repasse de valores da União referentes à situação de emergência e calamidade provocadas pelas chuvas de novembro de 2008, além das doações recebidas de particulares pelo mesmo motivo, no valor global de R\$ 700.731.436, pelo caráter eventual da sua ocorrência, o TCE entende necessária a sua **exclusão** do Ativo Financeiro.
- **Ajustes no Passivo Financeiro:** por razões comentadas na análise das ressalvas 3 e 4 abordadas adiante, o TCE entende indispensável a **inclusão** de registro na contabilidade do valor relativo à dívida dos serviços da defensoria dativa e assistência judiciária gratuita (R\$ 58.688.152), bem como a reclassificação para o Passivo Financeiro dos valores devidos de precatórios contabilizados indevidamente no Passivo Permanente (R\$ 410.891.568).

Assim, promovidos tais ajustes, o cálculo do Resultado Financeiro passaria a ter a seguinte configuração:

TABELA 4
RECOMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DO RESULTADO FINANCEIRO DO ESTADO
EXERCÍCIO DE 2008

Especificação	2008
Ativo Financeiro Publicado	3.625.615.811
(-) Passivo Financeiro Publicado	2.089.367.143
(=) Resultado Financeiro Publicado (superávit)	1.536.248.668
Ativo Financeiro Publicado	3.625.615.811
(-) Ajustes de exclusão no Ativo Financeiro *	700.731.436
(=) Ativo Financeiro Ajustado	2.924.884.375
Passivo Financeiro Publicado	2.089.367.143
(+) Defensoria dativa não contabilizada	58.688.152
(+) Precatórios reclassificados do Passivo Permanente	410.891.568
(=) Passivo Financeiro Ajustado	2.558.946.863
(=) Resultado Financeiro Ajustado (superávit)	365.937.512

Fonte: Balanete Consolidado Geral de 2008.

* Considerando o recebimento das parcelas do IPREV de janeiro a novembro, com Inflator: IGP-DI médio e líquidos dos respectivos gastos.

Assim, conclui-se que, mesmo com os ajustes realizados pelo TCE, o Estado continua apresentando um resultado financeiro superavitário de R\$ 365.937.512, todavia 76,18% menor que o publicado pela SEF, fato que deve ser considerado quando da realização de análise de seus balanços, para que se obtenha a real situação do patrimônio público.

Feita a abordagem dos tópicos acima, passo a comentar as ressalvas e recomendações apresentadas pelo TCE, em cuja Resolução nº TC-06/2001, que Institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, vê-se, no Título II - Exercício do Controle

Externo, Capítulo VI - Apreciação das Contas, Seção I - Contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado:

Art. 76. O Projeto de Parecer Prévio deve conter os elementos previstos no art. 71, as **ressalvas e recomendações** do Relator, se necessárias, e a conclusão fundamentada recomendando a aprovação ou a rejeição das contas.

§ 1º Constituem **ressalvas as observações de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque se discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis.**

§ 2º **Recomendações são medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas.** (grifei)

Dadas as características das **ressalvas e recomendações** acima apontadas, na apreciação desta Prestação de Contas, este Relator optou por **apresentar análise específica apenas das ressalvas.**

Com relação às recomendações ao Poder Executivo, entende este Relator que sua análise deve remeter a uma reflexão sobre o resultado prático de sua apresentação àquele Poder, visto que a sua repetição sistemática denota a necessidade de reavaliação e complementação regimental do assunto, pois o Poder Executivo, apesar das sugestões do TCE para correção de falhas e deficiências, simplesmente as ignora, quer por delas discordar, quer por mera conveniência, esta última propiciada pelo próprio TCE quando, no exercício seguinte, ante a constatação do descumprimento de recomendação no exercício anterior, simplesmente a repete ao invés de adotar medida repressiva mais eficaz.

Dito isto, há que se destacar que a análise das ressalvas tomou por base as considerações do Relatório Técnico, do Parecer Prévio do Conselheiro Relator (aprovado na Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno do dia 1º de junho de 2009), das contrarrazões apresentadas pelo Poder Executivo e da manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fazendo-se uma síntese dos principais aspectos atinentes à ressalva e acrescentando-se observações deste Relator, quando oportunas.

Conforme exposto acima, a partir da análise das **ressalvas** do Poder Executivo, passo a tecer os seguintes comentários:

RESSALVAS REITERADAS:

1. INATIVOS DA EDUCAÇÃO CONSIDERADOS NO GASTO MÍNIMO

Inclusão dos gastos com inativos da Educação para efeito de cálculo do percentual mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos, a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

O Tribunal de Contas apresenta, inicialmente, tabela demonstrando a aplicação de 21,82% da receita líquida de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, observando, neste estágio, que tal percentual é inferior em 3,18% ao mínimo constitucional de 25%, representando um valor não aplicado em relação a esse limite mínimo exigido de R\$ 240.257.570,79.

TABELA 5

CÁLCULO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NAS FONTES DE RECURSOS 0100, 0131 e 0186, JÁ DEDUZIDOS OS RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2007 **EXERCÍCIO DE 2008**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências	7.553.738.401,79
2. Aplicação Mínima (25% do total da receita líquida de impostos e transferências)	1.888.434.600,45
3. Despesas Liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (FR 0100, 0131 e 0186)¹	1.469.628.855,08
Fundação Catarinense de Desportos	740.662,40
Secretaria de Estado da Educação	1.099.347.912,84
Fundação Catarinense de Educação Especial	76.400.492,09
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	134.204.469,43
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	158.935.318,32
4. Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (Perda = Retorno < Contribuição)	209.147.174,58
5. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino ANTES da Dedução dos Restos a Pagar Cancelados (3+4)	1.678.776.029,66
6. Restos a Pagar Cancelados (FR 0100 e 0131)	30.599.000,00
7. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino APÓS a Dedução dos Restos a Pagar Cancelados (5-6)	1.648.177.029,66
8. Percentual Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (7/1*100)	21,82%
9. Valor Não Aplicado em Relação ao Mínimo Exigido (2-7)	240.257.570,79

Fonte: Sistema de Acompanhamento Orçamentário - CIASC e Comparativo da Receita Consolidada do Estado - dezembro/2008.

Nota: 1 Despesas liquidadas acrescidas das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, relativas à Função 12 - Educação (Fontes de Recursos 0100, 0131 e 0186), conforme determinação contida no art. 1º, § 1º da Decisão Normativa nº TC-02/2004, deste Tribunal

Ressalta que nos valores aplicados estão computados:

- as subvenções sociais concedidas às APP's - Associação de Pais e Professores e à AFPAE - Associação de Funcionários, Professores e Alunos do Ensino de Jovens e

Adultos (EJA), destinados ao pagamento de serventes e merendeiras, no valor total de R\$ 63.019.148,16;

- a perda líquida do Fundeb, no montante de R\$ 209.147.174,58; e

- os restos a pagar cancelados em 2008, relativos ao exercício de 2007, no valor de R\$ 30.599.000,00, visto que já foram considerados no percentual de aplicação daquele exercício.

Na sequência, o TCE salienta que nos cálculos acima não foram consideradas as despesas com inativos da educação apropriadas no orçamento do Iprev, pois de acordo com a legislação vigente, as despesas com inativos, mesmo da educação, não podem integrar o montante das despesas consideradas para fim de gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino e tal fato visa ao atendimento do item 2.5 das recomendações constantes do Parecer Prévio sobre as Contas Prestadas pelo Governador do Estado, relativo ao exercício de 2006 (Processo nº PCG 07/00113037), o qual recomendou a exclusão das despesas com pagamentos de inativos da

base de cálculo do valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino, por não representar contribuição para a manutenção ou para o desenvolvimento do sistema educacional, em respeito ao objetivo do art. 212, da Constituição da República.

Todavia, não obstante as considerações acima, o TCE apresenta outra tabela, agora incluindo os gastos com inativos da educação no seu total de R\$ 291.817.306,00 (e não na proporção de 90% do montante realizado, como sugere o título da tabela), com os quais o percentual de aplicação alcançaria 25,68% da receita líquida de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, observando, neste segundo estágio, que tal percentual é superior em 0,68% ao mínimo constitucional de 25%, representando um valor aplicado acima do mínimo exigido de R\$ 51.559.735,21.

TABELA 6
CÁLCULO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO COM
INCLUSÃO DAS DESPESAS COM INATIVOS DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2008

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências	7.553.738.401,79
2. Aplicação Mínima (25% do total da receita líquida de impostos e transferências)	1.888.434.600,45
3. Despesas Liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (FR 0100 e 0131) ¹	1.406.609.706,92
4. Repasses Financeiros as Associações de Pais, Professores e Funcionários (FR 0100 e 0131) ¹	63.019.148,16
5. Dedução dos Restos a Pagar Cancelados (FR 0100 e 0131)	30.599.000,00
6. Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (Perda = Retorno < Contribuição)	209.147.174,58
7. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino APÓS a Dedução dos Restos a Pagar Cancelados (3+4-5+6)	1.648.177.029,66
8. Gastos com Inativos da Educação - IPREV	291.817.306,00
8. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino com Inclusão dos Inativos da Educação (7+8)	1.939.994.335,66
9. Percentual Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino com Inclusão dos Inativos da Educação (8/1*100)	25,68%
11. Valor Aplicado Acima do Mínimo Exigido (8-2)	51.559.735,21
12. Valor da Despesa com Inativos Necessária para Cumprimento do Percentual Mínimo de 25%	240.257.570,79

Fonte: Equipe Técnica do TCE/SC, com ajuste da Equipe Técnica da ALESC

Nota: 1 Despesas liquidadas acrescidas das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, relativas à Função 12 - Educação (Fontes de Recursos 0100, 0131 e 0186), conforme determinação contida no art. 1º, § 1º da Decisão Normativa nº TC-02/2004, deste Tribunal.

Tem-se, nesta altura, aparentemente, instalada uma confusão na análise da conclusão do TCE sobre o cumprimento ou não do limite constitucional de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, pois, em determinado momento afirma que os gastos com inativos da educação não podem ser computados na apuração do percentual aplicado e, num segundo momento, apresenta tabela considerando o valor integral desses gastos com inativos.

De uma leitura conjunta das Contrarrazões da Secretaria de Estado da Fazenda acerca da ressalva em análise e do seu comentário feito pelo Conselheiro Relator, depreende-se que a confusão acima está baseada na apresentação de uma proposta de exclusão gradativa das despesas com inativos, à razão de 5% ao ano, a contar do exercício de 2007, feito pela SEF ao TCE por intermédio do Ofício SEF/GABS nº 1292/2007, em resposta à recomendação 2.5 constante do Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo do exercício de 2006, bem como do conteúdo do relatório GC-CFF 228/2008 (Processo nº PCG 08/00222865) do TCE.

Nos seus comentários sobre as Contrarrazões da SEF, o Conselheiro Relator assim se manifestou:

Primeiramente, faz-se mister o registro de que a propositura da recomendação de um plano de exclusão das despesas com inativos da base de cálculo da aplicação em educação e saúde, constante do Parecer Prévio relativo às Contas do exercício de 2006, deu-se justamente pelo fato de este Tribunal de Contas reconhecer o impacto e o esforço que as despesas com inativos causam à administração financeira do Estado.

Porém, tal situação não significa que este Tribunal de Contas corrobore a existência de despesas com inativos nos valores aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, e em Ações e Serviços Públicos da Saúde. Até porque, especificamente quanto à aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme previsão legal considera-se as despesas

realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais.

Não obstante a SEF ter comprovado o cumprimento da recomendação exarada por esta Corte de Contas no Parecer Prévio das Contas do Governador de 2007, no que tange à redução de gastos com inativos na aplicação em saúde e educação, ressalto que o Estado ainda necessita de grande aporte de recursos para cumprimento dos gastos mínimos, devendo, desta forma, manter o percentual de exclusão de inativos alcançados em 2007.

Apesar deste Relator reconhecer que tal problema é histórico e praticamente generalizado na administração pública brasileira, sobretudo na esfera estadual, saliento que a utilização de valores referentes a inativos para compor a aplicação mínima em educação e saúde impacta diretamente no cidadão, sobretudo no que mais necessita, visto que este, obrigatoriamente, só tem acesso à educação e à saúde através do Estado, sendo que os valores despendidos com pagamento dos inativos, por mais justos que possam ser, não contribuem para melhorias nessas áreas.

Desta forma, em virtude do montante significativo de recursos que deixam de ser aplicados no ensino e na saúde dos catarinenses, mantenho as presentes ressalvas, imprescindíveis para que o Estado de Santa Catarina cumpra, na sua plenitude, os referidos mandamentos constitucionais.

Feitas estas considerações, entende este Relator que existe, no âmbito do TCE, uma indefinição quanto à linha de análise do cumprimento do limite de gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino, visto que em determinado momento da sua análise invoca a constitucionalidade e legalidade do tema e, em momento posterior, expressa uma discricionariedade - indevida no entender deste Relator - admitindo a possibilidade de inclusão dos gastos com inativos na verificação do referido limite.

2. INATIVOS DA SAÚDE CONSIDERADOS NO GASTO MÍNIMO

Inclusão dos gastos com inativos da Saúde para efeito de cálculo do percentual mínimo de 12% das receitas produto de impostos, a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A exemplo da ressalva dos inativos da educação considerados no gasto mínimo, o TCE apresenta, inicialmente, tabela demonstrando a aplicação de 11,66% da receita líquida de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde, observando, neste estágio, que tal percentual é inferior em 0,34% ao mínimo constitucional de 12%, representando um valor aplicado a menor em relação a esse limite mínimo exigido de R\$ 25.979.855,10.

TABELA 7
EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL Nº 29/2000
VALORES MÍNIMOS ALOCADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE,
deduzidos os restos a pagar cancelados em 2008, relativos a 2007
EXERCÍCIO DE 2008

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	7.553.738.401,79
2 - APLICAÇÃO MÍNIMA (12% DO TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS)	906.448.608,21
3 - DESPESAS LIQUIDADAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (FONTE DE RECURSOS 0100) ¹	884.882.528,06
4 - DESPESAS COM GERENTES DE SAÚDE, VINCULADOS ÀS SDR'S	1.002.624,22
5 - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (FONTE DE RECURSOS 0100) ¹ ANTES DA DEDUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (3 + 4)	885.885.152,28
6 - Restos a Pagar Cancelados (Fontes de Recursos 0100)	5.416.399,17
7 - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE APÓS DA DEDUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (5 - 6)	880.468.753,11
8 - PERCENTUAL APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (7 / 1 * 100)	11,66%
9 - VALOR APLICADO A MENOR (2 - 7)	25.979.855,10

Fonte: Comparativos da Despesa Orçada com a Realizada dos diversos órgãos e entidades do Estado que realizaram despesas na Função 10 - Saúde, mês de dezembro de 2008; Anexo XVI - Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre de 2008, publicado pelo Poder Executivo; Ofício nº 00295/2009, de 08/04/2009, que informa os valores despendidos com os Gerentes de Saúde nas SDR's no Exercício 2008.

Nota: (1) Despesas liquidadas acrescidas das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, relativas à Função 10 - Saúde (Fonte de Recurso 0100), conforme determinação contida no art. 1º, § 1º da Decisão Normativa nº TC-02/2004, deste Tribunal.

Cálculos: TCE/SC.

Ressalta que nos valores aplicados estão computados:

- os gastos com os Gerentes de Saúde das SDR's, no valor total de R\$ 1.002.624,22, os quais, embora empenhados na função Administração, encaixam-se na função Saúde, pois seus objetivos coadunam-se com o disposto no art. 77 do ADCT da Constituição Federal, acrescido pela EC nº 29/2000; e
- os restos a pagar cancelados em 2008, relativos ao exercício de 2007, no valor de R\$ 5.416.399,17, visto que já foram considerados no percentual de aplicação daquele exercício.

Na sequência, o TCE salienta que nos cálculos acima não foram consideradas as despesas com inativos da saúde apropriadas no orçamento do Iprev, uma vez que *despesas com inativos referem-se à função Previdência e não Saúde, em respeito à Sexta Diretriz, Inciso I*

da Resolução nº 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde e à Portaria STN/MF nº 633/06, do Ministério da Fazenda e de acordo com a legislação, as despesas com inativos não podem integrar o montante das despesas consideradas para fim de gastos em ações e serviços públicos de saúde.

Todavia, não obstante as considerações acima, o TCE apresenta outra tabela, agora incluindo os gastos com inativos da saúde no seu total de R\$ 65.159.700,67, com os quais o percentual de aplicação alcançaria 12,52% da receita líquida de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde, observando, neste segundo estágio, que tal percentual é superior em 0,52% ao mínimo constitucional de 12%, representando um valor aplicado a maior que o mínimo exigido de R\$ 39.179.845,57.

TABELA 8
EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL Nº 29/2000
VALORES MÍNIMOS ALOCADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE,
DEDUZIDOS OS RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2008, RELATIVOS A 2007
CONSIDERANDO AS DESPESAS COM INATIVOS DA SAÚDE
EXERCÍCIO 2008

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	7.553.738.401,79
2 - APLICAÇÃO MÍNIMA (12% DO TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS)	906.448.608,21
3 - DESPESAS LIQUIDADAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (FONTE DE RECURSOS 0100) ¹	884.882.528,06
4 - DESPESAS COM GERENTES DE SAÚDE, VINCULADOS ÀS SDR'S	1.002.624,22
5 - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (FONTE DE RECURSOS 0100) ¹ ANTES DA DEDUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (3 + 4)	885.885.152,28
6 - Restos a Pagar Cancelados (Fontes de Recursos 0100)	5.416.399,17
7 - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE APÓS DA DEDUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (5 - 6)	880.468.753,11
8 - Gastos com Inativos da Saúde	65.159.700,67
9 - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE COM INATIVOS (7+8)	945.628.453,78
10 - PERCENTUAL APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (9 / 1 * 100)	12,52%
11 - VALOR APLICADO A MAIOR (9-2)	39.179.845,57
12 - VALOR DA DESPESA COM INATIVOS NECESSÁRIO PARA CUMPRIMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE 12%	25.979.855,10

Fonte: Comparativos da Despesa Orçada com a Realizada dos diversos órgãos e entidades do Estado que realizaram despesas na Função 10 - Saúde, mês de dezembro de 2008; Anexo XVI - Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre de 2008, publicado pelo Poder Executivo; Ofício nº 00295/2009, de 08/04/2009, que informa os valores despendidos com os Gerentes de Saúde nas SDR's no Exercício 2008.

Nota: (1) Despesas liquidadas acrescidas das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, relativas à Função 10 - Saúde (Fonte de Recurso 0100), conforme determinação contida no art. 1º, § 1º da Decisão Normativa nº TC-02/2004, deste Tribunal.

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/SC

Da mesma forma que na análise da ressalva dos inativos da educação, tem-se novamente instalada aparente confusão na análise da conclusão do TCE sobre o cumprimento ou não do limite constitucional de 12% em ações e serviços públicos de saúde, pois, em determinado momento afirma que os gastos com inativos da saúde não podem ser computados na apuração do percentual aplicado e, num segundo momento, apresenta tabela considerando o valor integral desses gastos com inativos.

Sobre essa situação, valem as mesmas observações feitas na análise da ressalva dos inativos da educação, tanto na ótica das contrarrazões da Secretaria de Estado da Fazenda, quanto do seu comentário feito pelo Conselheiro Relator e da própria conclusão deste Relator.

3. FATO ECONÔMICO NÃO REGISTRADO

Ausência de registro contábil de dívida para com a Defensoria Dativa, no valor de R\$ 58 milhões, contrariando o disposto nos arts. 83 e 85 da Lei (federal) nº 4.320/64 e princípios fundamentais da contabi-

lidade aplicados à administração pública, previstos na Resolução nº 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade, alterando, portanto, o verdadeiro resultado orçamentário e financeiro.

O TCE aponta a ausência de contabilização da dívida referente aos serviços de defensoria dativa e assistência jurídica gratuita, realizada por advogados devidamente inscritos na OAB/SC, responsável pela organização e controle de tais serviços.

Diante da falta desse registro contábil, o TCE realizou diligência à Procuradoria Geral do Estado, solicitando o montante devido pelo Estado em 31 de dezembro de 2008, em cuja resposta aquele órgão, além de evidenciar que é da OAB/SC o controle exclusivo dos valores da dívida, remete cópia de ofício daquela instituição dando conta de que o saldo da dívida ao final do exercício de 2008 era de R\$ 58.688.152,59.

Dessa forma, conclui o TCE que a resposta apresentada pela PGE, além de informar o montante devido pelo Estado, confirma a existência e o valor do passivo não reconhecido e evidencia que não há

controle sobre esta dívida, visto que a resposta sobre o montante da dívida por parte da administração pública estadual dependeu totalmente de informação controlada pela representante dos credores (OAB/SC), bem como demonstra que o Estado vem realizando os respectivos pagamentos sem o conhecimento do exato valor devido.

Por sua vez, a Secretaria de Estado da Fazenda, nas contrarrazões sobre a ressalva, argumenta que a ausência de contabilização do valor da dívida acima referida está baseada em informações prestada pelos próprios credores, carecendo de análise detalhada, sendo *temerário que a Administração Pública Estadual se manifeste pela assunção desse valor sem os devidos procedimentos de aferição*, informando, nesse sentido, que se encontra em andamento auditoria voltada à apuração dos valores dessa dívida, após a qual o Estado estará apto a apropriar contabilmente, de maneira clara e evidente, as reais responsabilidades do Estado perante a defensoria dativa.

Sobre tais contrarrazões, o TCE diz que o argumento apresentado pela SEF não é suficiente para elidir a obrigatoriedade do reconhecimento da referida dívida, pois o fato de não ter realizado auditoria anterior à elaboração das demonstrações contábeis não é motivo que autorize à desconsideração de tal obrigação, invocando para essa sua conclusão os arts. 6º e 10 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/1993 e o art. 85 da Lei nº 4.320/1964:

Art. 6º O Princípio da **OPORTUNIDADE** refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Parágrafo único. Como resultado da observância do Princípio da **OPORTUNIDADE**:

I - desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II - o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III - o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

(...)

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

(...)

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável." (grifos acrescentados)

(...)

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Assim, o TCE arremata concluindo que, por força dos Princípios Contábeis da Oportunidade e da Prudência, deve o Estado reconhecer o débito em sua integralidade e, posteriormente, efetuar o estorno dos valores comprovadamente indevidos, se for o caso, não sendo, portando, os argumentos apresentados pela SEF suficientes para afastar a ressalva apontada.

Por fim, conclui este Relator que assiste razão ao Tribunal de Contas do Estado em apresentar esta ressalva, visto que uma vultosa obrigação financeira do Estado está sendo ignorada pelos registros contábeis, devendo tais passivos ser considerados para fins de análise de seus balanços e apuração de resultado financeiro, no sentido de se obter a real situação do patrimônio público, sobretudo a situação financeira, conforme já apontado no tópico 6 acima.

4. FATO ECONÔMICO REGISTRADO DE FORMA IMPRÓPRIA

O Estado, de forma imprópria, vem contabilizando os precatórios a pagar no Passivo Permanente, distorcendo resultado financeiro, contrariando o disposto no art. 100, §1º da Constituição

Federal c/c art. 92 da Lei (federal) nº 4.320/64.

O TCE registra nesta ressalva que o Estado vem contabilizando, de maneira imprópria, a dívida proveniente de precatórios a pagar no Passivo Permanente, no valor de R\$ 410.891.568,00 em 31 de dezembro de 2008, o que vem sendo apontado por aquela Corte de Contas desde 2004, levando à necessidade de reclassificar tais valores para o Passivo Financeiro para fins de análise de balanços e apuração de resultado financeiro apurado em balanço patrimonial, como abordado no tópico 6 acima.

Constrói a sua tese invocando, inicialmente, o art. 100 da Constituição Federal, que diz:

Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É **obrigatória a inclusão**, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, **fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte**, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (grifo acrescentado)

Prossegue sua argumentação dizendo que além de obrigatória a inclusão dos precatórios no Orçamento do Estado, obrigatório também o seu pagamento e, como toda e qualquer despesa orçamentária empenhada e não paga, seu valor consiste em restos a pagar que, por sua vez, constituem a dívida fluante, nos termos do art. 92 da Lei nº 4.320/1964, da qual também destaca o art. 85:

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

(...)

Art. 92. **A dívida fluante compreende:**

I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II - os serviços da dívida a pagar;

III - os depósitos;

IV - os débitos de tesouraria.

Parágrafo único. O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas. (grifos acrescentados)

De outra parte, a Secretaria de Estado da Fazenda, nas contrarrazões sobre a ressalva, respalda o procedimento por ela adotado nas Leis Complementares Estaduais ns. 284/2005 e 381/2007, o que, no entendimento deste Relator, desrespeita a hierarquia dos instrumentos legais, visto que Leis Complementares Estaduais estariam afrontando mandamento da Constituição Federal e divergindo de normas gerais de contabilidade estabelecidas na Lei nº 4.320/1964.

Sobre as contrarrazões apresentadas pela SEF, o TCE diz que *nada agregam de novidade às justificativas já enviadas pelo Poder Executivo, diante de reiteradas decisões exaradas por esta Corte de Contas.*

Assim, conclui este Relator que assiste razão ao Tribunal de Contas do Estado em apresentar esta ressalva, devendo o Poder Executivo promover medidas que levem o valor da dívida com precatórios do Passivo Permanente para o Passivo Financeiro, em atendimento às normas federais acima referidas, permitindo a obtenção da real situação do patrimônio público, sobretudo a situação financeira, conforme já apontado no tópico 6 acima.

5. APLICAÇÃO A MENOR NO ENSINO SUPERIOR

Reincidência quanto a não aplicação do mínimo exigido em assistência financeira a alunos do ensino superior, contrariando o disposto no art. 170 da Constituição do Estado, regulado pela Lei Complementar (estadual) nº 281/05 e alterações posteriores.

O TCE constata que, nos três últimos exercícios financeiros, o Estado de Santa Catarina deixou de aplicar na época própria, em ensino superior, o montante de R\$ 112.798.234,97, referente às diferenças não aplicadas de 48,79% em 2006, 44,84% em 2007 e 56,07% em 2008, conforme se demonstra a seguir:

TABELA 9
EVOLUÇÃO DOS VALORES NÃO APLICADOS NO ENSINO SUPERIOR
EXERCÍCIOS DE 2006, 2007 e 2008

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALORES NÃO APLICADOS			
	EXERCÍCIO			
	2006	2007	2008	TOTAL ACUMULADO
Diferença não aplicada no Ensino Superior	26.920.267,98	32.935.548,94	52.942.418,05	112.798.234,97
Fundações Educacionais de Ensino Superior instituídas por lei municipal - art. 1º, I, da LCE nº 281/2005	24.228.241,18	29.641.994,05	47.648.176,25	101.518.411,48
Demais Instituições de Ensino Superior - art. 1º, II, da LCE nº 281/2005 (10%)	2.692.026,80	3.293.554,89	5.294.241,81	11.279.823,50

Fonte: Equipe Técnica do TCE/SC

Em função da reincidência no descumprimento do percentual mínimo de aplicação em assistência financeira a alunos do ensino superior, previstos no art. 170 da Constituição do Estado, regulamentado pela Lei Complementar nº 281/2005 e suas alterações, entendeu aquela Corte de Contas pela reapresentação da presente ressalva.

Especificamente no exercício de 2008, o TCE informa que para cumprir o disposto no art. 170 da Carta Estadual e na Lei

Complementar nº 281/2005, o Estado deveria destinar às fundações educacionais de ensino superior, instituídas por lei municipal e demais instituições de ensino superior, pelo menos R\$ 94.421.730,02, ou seja, 5,00% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino R\$ 1.888.434.600,45, que corresponde a 25% da receita líquida de impostos e transferências arrecadadas. A síntese de tais informações o TCE apresenta na seguinte tabela:

TABELA 10
BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR
EXERCÍCIO DE 2008

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	%		VALOR
1 - Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências			7.553.738.401,79
2 - Impostos e Transferências Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1)			1.888.434.600,45
3 - Aplicação Mínima em Ensino Superior (5% de 2)			94.421.730,02
Base de Cálculo (art. 170, parágrafo único, da Constituição do Estado)	5,000%		
Percentuais totais para o exercício de 2008	100,000%	5,000%	94.421.730,02
Fundações Educacionais de Ensino Superior, instituídas por lei municipal - art. 1º, I, da LCE nº 281/2005	90,000%	4,500%	84.979.557,02
- Bolsas de Estudo para Alunos Carentes (art. 1º, I, "a", § 1º, da LCE nº 281/2005)	60,000%	3,000%	56.653.038,01
- Bolsas de Pesquisa (art. 1º, I, "b", § 2º, da LCE nº 281/2005)	10,000%	0,500%	9.442.173,00
- Bolsas de Estudo em áreas estratégicas (art. 1º, I, "c", § 3º, da LCE nº 281/2005)	20,000%	1,000%	18.884.346,00
Demais Instituições de Ensino Superior - art. 1º, II, da LCE nº 281/2005	10,000%	0,500%	9.442.173,00
- Bolsas de Estudo (art. 1º, II, § 4º, da LCE nº 281/2005)	9,000%	0,450%	8.497.955,70
- Bolsas de Pesquisa (art. 1º, II, § 4º, da LCE nº 281/2005)	1,000%	0,050%	944.217,30

Fonte: Equipe Técnica do TCE/SC.

A verificação do cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais pertinentes ao ensino superior foi feita pelo TCE nos

demonstrativos da execução orçamentária do exercício de 2008 da Secretaria de Estado da Educação, sintetizada na tabela a seguir:

TABELA 11
COMPARATIVO DO LIMITE OBRIGATÓRIO E
APLICAÇÃO EFETIVA EM ENSINO SUPERIOR
EXERCÍCIO DE 2008

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A APLICAR (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	DIFERENÇA (a - b)
Aplicação Mínima em Ensino Superior (5,00% da MDE)	94.421.730,02	41.479.311,97	52.942.418,05
Fundações Educacionais de Ensino Superior, instituídas por lei municipal (4,500% da MDE) = 90%	84.979.557,02	37.331.380,77	47.648.176,25
Demais Instituições de Ensino Superior (0,500% da MDE) = 10%	9.442.173,00	4.147.931,20	5.294.241,81
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	100,00%	43,93%	56,07%

Fonte: Equipe Técnica do TCE/SC

Assim, observa o TCE que o Estado de Santa Catarina, em 2008, considerando as despesas empenhadas, repassou às fundações educacionais de ensino superior, instituídas por lei municipal e às demais instituições de ensino superior, o valor de R\$ 41.479.311,97, inferior ao exigido pela Constituição Estadual (R\$ 94.421.730,02), ou seja, o equivalente a 43,93% do mínimo constitucional, deixando de aplicar no ensino superior a importância de R\$ 52.942.418,05.

Ademais, na verificação dos demonstrativos da execução orçamentária da Secretaria de Estado da Educação, constatou o TCE que não se procedeu, na sua totalidade, à segregação, definida na Lei Complementar nº 281/2005, das dotações em atividades específicas destinadas às fundações educacionais de ensino superior, instituídas por lei municipal, que correspondem a 90%, e às demais instituições de ensino superior correspondente a 10% dos recursos financeiros resultantes de 5,00% do limite mínimo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, e das dotações destinadas às bolsas de estudos e de pesquisas, fato que, aparentemente, na opinião deste Relator, pode ser resolvido por meio de mecanismos contábeis.

Por fim, o TCE, diante de tais informações, conclui que não foi cumprido integralmente o disposto no art. 170 da Constituição Estadual, visto que o Estado deveria ter aplicado em ensino superior R\$ 94.421.730,02, ou seja, 5,00% do mínimo constitucional a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, e aplicou somente a importância de R\$ 41.479.311,97, correspondente a 2,20% do mínimo constitucional a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Como complementação à análise do ensino superior, o TCE lembrou que a Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008, regulamentou o art. 171 da Constituição do Estado e instituiu o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no

Estado de Santa Catarina com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e as potencialidades regionais, sendo mais um mecanismo voltado a carrear recursos para o ensino superior.

Salienta este Relator, a título de informação, que a referida Lei Complementar foi regulamentada pelo Decreto nº 1683, de 9 de setembro de 2008 e, posteriormente, pelo Decreto nº 2672, de 5 de outubro de 2009.

Sobre o assunto o TCE concluiu que, embora o Demonstrativo ISCE005 - Receita dos Órgãos - Secretaria de Estado da Fazenda do mês de dezembro de 2008, conta de receita 4.1.7.3.0.05.03, registra a arrecadação de R\$ 4.326.048,75 por conta da regulamentação do art. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina, o relatório de execução orçamentária da Secretaria de Estado da Educação não registra a realização de despesas vinculadas ao art. 171, da Constituição do Estado, observando, assim, que os recursos arrecadados nas empresas privadas não foram aplicados no ensino superior no respectivo exercício.

A Secretaria de Estado da Fazenda, por sua vez, nas contrarrazões à ressalva em análise, argumenta que a não-aplicação do mínimo exigido em assistência financeira a alunos do ensino superior reside no fato de que a Constituição do Estado estabelece a vinculação de recursos a partir de uma base já vinculada, cujo fato torna inviável a observância da Constituição do Estado, porquanto o Estado não pode deixar de cumprir a Constituição da República, utilizando recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica no custeio de despesas com bolsas de estudo do ensino superior.

Sobre a manifestação da SEF nas contrarrazões, o Conselheiro Relator afirma que tal argumentação é desarrazoada, uma vez que tal aplicação, efetivamente, é proveniente de recursos que compõem a base de cálculo para a manutenção e desenvolvimento do

ensino, e que os valores aplicados em bolsas de estudo no ensino superior no exercício, integram o montante das despesas liquidadas pelo Estado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Dito isto, conclui este Relator que assiste razão ao Tribunal de Contas do Estado em apresentar a presente ressalva, sugerindo ao Poder Executivo que promova adaptações no sistema de contabilidade a fim de permitir a segregação dos valores do art. 170 nos moldes estabelecidos pela Lei Complementar nº 281/2005, e que aperfeiçoe os mecanismos de fiscalização e controle dos benefícios fiscais que geram recursos para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, centralizador dos recursos previstos no art. 171 da Carta Estadual.

6. QUANTO AO SEITEC:

a) VINCULAÇÃO DE RECEITAS DE IMPOSTOS A FUNDOS

Vinculação, através do Seitec, de receitas de impostos a fundos que, embora autorizada por lei, não está em consonância com o disposto no art. 167, inciso IV, da Constituição Federal.

b) CONTABILIZAÇÃO INCORRETA DE RECEITA TRIBUTÁRIA COMO CONTRIBUIÇÃO

Receitas arrecadadas pelos fundos que compõem o Seitec, de natureza tributária (ICMS), contabilizadas de forma incorreta por parte da Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Cultura como receita de "Contribuições", contrariando o disposto no art. 11 da Lei (federal) nº 4.320/64 e o art. 4º da Lei (estadual) nº 13.336/05.

No exercício de 2008, o TCE reitera ressalva relativa ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao turismo e ao Esporte - Seitec, no que tange à vinculação de receita de impostos a fundos, agregando à mesma a

contabilização indevida das receitas arrecadadas pelos fundos que o compõem como receita de "Contribuições", em desacordo com o art. 11 da Lei nº 4.320/1964 e o art. 4º da Lei nº 13.336/2005.

Depois de uma breve abordagem sobre a previsão legal dos fundos que compõem o Seitec (Funcultural, Funturismo e Fundesporte), o TCE conclui que apenas em relação ao Funcultural existe previsão de vinculação de recursos diretamente ao Fundo, nos termos do § 6º do art. 216 da Constituição Federal, pelo qual os Estados e o Distrito Federal podem vincular até 0,5% da receita tributária líquida para financiamento de programas e projetos culturais, fato, contudo, que não vem acontecendo, pois apenas os recursos do ICMS transferidos por contribuintes ao Fundo, autorização essa concedida por lei estadual, constituem os fundos atualmente.

Nessa linha, arremata o TCE afirmando que a Constituição Federal (art. 167, inciso IV) proíbe qualquer tipo de vinculação de receita de impostos a fundos, sendo as exceções a essa regra expressamente previstas (entre elas a acima comentada em relação ao Funcultural), dentre as quais não se encontra respaldo legal para a vinculação de receita específica do ICMS a fundo de fomento à cultura, turismo e esporte, salientando ainda que, por conta de tal vinculação, o Estado deixou de repassar recursos aos Poderes, órgãos, Udesc e também aos municípios, por conta de sua participação na arrecadação, assim como deixou de aplicar recursos na educação e saúde, todos de mandamento nas constituições da República e do Estado.

Por fim, o TCE apresenta tabela da Movimentação Orçamentária e Financeira dos Fundos do Seitec no quadriênio 2005/2008, conforme segue:

TABELA 12
MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS FUNDOS DO SEITEC
QUADRIÊNIO 2005/2008

Em R\$								
CONTA	2005 (a)	2006 (b)	% (b/a)	2007 (c)	% (c/b)	2008 (d)	% (d/c)	% (d/a)
FUNTURISMO								
Receita Orçamentária	3.595.198,85	45.254.975,45	1.158,76	55.527.506,82	22,70	80.736.428,10	45,40	2.145
Receitas Correntes	3.595.198,85	45.254.975,45	1.158,76	55.527.506,82	22,70	80.736.428,10	45,40	2.145
Deduções das Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	126.050,17	16.512.406,40	-	23.399.269,64	41,70	38.718.810,68	65,47	-
Repasses Concedido	126.050,17	16.512.406,40	-	23.399.269,64	41,70	28.589.190,06	22,17	-
Transferência Interna de Recursos	-	-	-	-	-	10.129.620,62	-	-
Despesa Orçamentária	2.006.410,92	21.044.139,83	948,84	36.685.638,07	74,32	48.764.270,39	32,92	2330
Despesas Correntes	1.973.142,94	19.352.438,49	880,79	32.317.923,39	66,99	35.136.789,48	8,72	1680
Despesas de Capital	33.267,98	1.691.701,34	-	4.367.714,68	158,18	13.627.480,91	212,01	-
FUNCULTURAL								
Receita Orçamentária	7.862.555,77	33.101.624,21	321,00	31.974.019,55	(3,44)	41.453.936,70	29,64	627,23
Receitas Correntes	7.862.555,77	33.101.624,21	321,00	31.974.019,55	(3,44)	41.453.936,70	29,64	627,23
Deduções das Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	147.317,29	2.206.945,75	1.398,09	7.039.934,12	218,99	10.440.581,07	48,30	-
Repasses Concedido	147.317,29	2.206.945,75	1.398,09	7.039.934,12	218,99	2.746.180,60	(60,99)	-
Transferência Interna de Recursos	-	-	-	-	-	7.694.400,47	-	-
Despesa Orçamentária	5.106.772,09	22.015.698,13	331,08	32.029.645,18	45,48	25.744.925,65	(19,62)	404,13
Despesas Correntes	4.960.392,96	21.255.486,44	328,50	30.336.915,41	42,72	24.903.435,84	(17,91)	402,04
Despesas de Capital	146.379,13	760.211,69	419,34	1.692.729,77	122,66	841.489,81	(50,28)	-
FUNDESORTE								
Receita Orçamentária	4.155.521,38	48.273.383,36	1061,67	59.193.399,54	22,62	75.050.407,04	26,78	1706
Receitas Correntes	4.155.521,38	48.273.383,36	1061,67	59.198.461,84	22,63	75.050.407,04	26,77	1706
Deduções das Receitas Correntes	-	-	-	5.062,30	-	-	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	731.895,66	20.210.660,93	2661,41	22.681.485,60	12,22	27.427.565,51	20,92	3.747
Repasses Concedido	731.895,66	20.210.660,93	2661,41	22.681.485,60	12,22	13.058.334,89	(42,42)	1.684
Transferência Interna de Recursos	-	-	-	-	-	14.369.230,62	-	-
Despesa Orçamentária	2.525.233,25	24.659.552,97	876,52	38.724.903,88	57,03	45.426.456,04	17,30	1.698
Despesas Correntes	2.460.114,76	19.323.820,24	685,48	32.102.556,54	54,61	29.877.560,58	(6,93)	1.114
Despesas de Capital	65.118,49	5.335.732,73	-	6.622.347,34	24,11	15.548.895,46	134,79	-
TOTAL GERAL								
Receita orçamentária	15.613.276,00	126.629.983,02	711,04	146.694.925,91	15,85	197.240.771,84	34,46	1.163,29
Transferências Financeiras	1.005.263,12	38.930.013,08	3.772,62	53.120.689,36	36,45	76.586.957,26	44,18	7.518,60
Despesa Orçamentária	9.638.416,26	67.719.390,93	602,60	107.440.187,13	58,65	119.935.652,08	11,63	1.144,35

Fonte: Balançetes do Razão do Fundesporte, Funturismo e Funcultural, de Dezembro, 2005 a 2008.

Inflator: IGP-DI (médio)

Observa-se que em 2008 a Receita Orçamentária dos fundos do Seitec totalizou R\$ 197.240.771,84, oriundos da soma dos valores arrecadados pelo Funturismo (40,93%), Fundesporte (38,05%) e Funcultural (21,02%), contra um desembolso de R\$ 196.522.609,34, decorrentes das despesas orçamentárias realizadas diretamente, no valor de R\$ 119.935.652,08 (61,03% do total), e das transferências financeiras concedidas - que dizem respeito aos repasses ou descentralizações de créditos para outros órgãos da administração pública estadual realizar as respectivas despesas - no valor de R\$ 76.586.957,26 (38,97% do total).

Finalmente, quanto à segunda parte da ressalva em apreço, no que se refere à contabilização incorreta de receita tributária como receita de Contribuições, o TCE limita-se a abordar o assunto no seguinte parágrafo, constante das fls.3135/3136, abaixo transcrito:

Os Fundos que compõem o SEITEC recebem recursos provenientes da receita tributária do ICMS que são recolhidos diretamente aos respectivos fundos. Ocorre que tais valores não são contabilizados como receita tributária, mas como "Transferências Correntes". Ao deixar de registrar como receita tributária de ICMS, o Poder Executivo diminui a base de cálculo para aplicação mínima de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde e, conseqüentemente as respectivas aplicações.

Posteriormente, em função dessa contabilização inadequada, o TCE apresenta comentários e valores que deixaram de ser aplicados na educação e saúde, e valores que não foram repassados aos municípios, Poderes, órgãos e à Udsc por conta de sua participação na arrecadação do

Estado definidos em mandamentos constitucionais e legais.

Em suas contrarrazões à presente ressalva, a Secretaria de Estado da Fazenda argumenta que, em relação a sua primeira parte, a interpretação dada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) acerca da vinculação de receita de impostos a fundos vedada constitucionalmente por força do art. 167, IV, da Constituição da República, data vênua, é equivocada, uma vez que os recursos depositados diretamente pela empresa, contribuinte do ICMS, não é obrigatória, por conseguinte, não é receita vinculada e, utilizando-se da Decisão do TCE nº 2042/2006, no processo nº COM - 06/00399303, afirma que portanto, não se trata de vinculação de receita a fundo. Mas a vinculação de recurso a determinado projeto. (grifo acrescentado)

Sobre essa parte, o Conselheiro Relator afirma que quanto ao aspecto relativo à vinculação das receitas de impostos aos fundos do Seitec, o fato de o contribuinte do ICMS efetuar o recolhimento dos recursos de forma espontânea (não obrigatória), por si, não elimina a característica de vinculação, na medida em que, a partir do referido recolhimento, o contribuinte tem o direito de lançar no Livro de Registro de Apuração do ICMS, na forma de crédito presumido, o valor correspondente, demonstrando claramente a sua vinculação aos respectivos fundos e que em relação à mencionada Decisão nº 2.042/2006, do Tribunal de Contas, a vinculação a que se refere os seus termos é totalmente diversa do questionamento em tela - versa sobre o momento em que a transferência de recursos dos fundos do Seitec ao projeto atendido com recursos provenientes de incentivo fiscal deva ocorrer, vinculando o repasse a prévios atos administrativos, concluindo, assim, pela manutenção dessa parte da ressalva.

Quanto à segunda parte da ressalva, a SEF argumenta em suas contrarrazões que não há como contabilizar em receita tributária os recursos destinados e depositados diretamente aos Fundos que compõem o Seitec, ainda que por contribuintes do ICMS que recebem um benefício fiscal derivado, por não caracterizar pagamento de tributo. (grifo acrescentado)

A respeito dessa outra parte da ressalva, o Conselheiro Relator rebate dizendo que, em relação aos fundos do Seitec o Estado subverteu a lógica relativa ao crédito presumido estabelecida no Anexo 2 do Regulamento do ICMS/SC, concluindo que, "o recolhimento de recursos ao respectivo fundo do Seitec consiste na antecipação de parte do ICMS que o contribuinte iria recolher se não houvesse tal mecanismo e, assim, ele registra este valor em seu livro fiscal para posterior compensação, mantendo, também, essa outra parte da ressalva.

RESSALVA DE 2008:

7. NÃO APLICAÇÃO DOS RECURSOS REMANESCENTES DO

FUNDEB

Não aplicação, até março de 2008, dos recursos do Fundeb remanescentes do exercício 2007, contrariando o disposto na Lei Federal nº 11.494/2007.

No exercício de 2008, o TCE constatou que, em relação ao Fundeb, o Estado:

- cumpriu o art. 60, inciso XII, do ADCT da Constituição Federal, c/c o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, visto que aplicou 72,19% dos recursos anuais totais do Fundeb com pagamento da remuneração dos profissionais do magistério na educação básica em efetivo exercício na rede pública, percentual superior aos 60% mínimos exigidos pela legislação supracitada; e
- cumpriu o § 2º do art. 21 da referida Lei nº 11.494/2007, que preceitua que até 5% dos recursos recebidos pelo Fundeb poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, visto que, ao aplicar R\$ 1.086.139.879,36 dos R\$ 1.097.685.564,03 de recursos do Fundeb disponíveis em 2008, o Estado deixou de aplicar apenas 1,05% desses valores no exercício em análise. Todavia, ao analisar esse aspecto do valor não aplicado no exercício de 2007 no 1º trimestre de 2008, o TCE observou que o Estado não cumpriu o que determina o § 2º do art. 21 da Lei nº 11.494/2007, conforme demonstram as tabelas a seguir:

TABELA 13
MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS POR CONTA DO FUNDEB
EXERCÍCIO DE 2007

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	Em R\$
1. Receita do FUNDEB à ser Aplicada	847.274.035,85	
2. Despesas Liquidadas com FUNDEB	784.590.745,97	
3. Percentual Aplicado (2/1)	92,60	
4. Valor Não Aplicado (1-2)	62.683.289,88	
5. Percentual Relativo ao Valor Não Aplicado (6/3)	7,40%	

Fonte: Equipe Técnica do TCE/SC

TABELA 14
MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS POR CONTA DO FUNDEB
(FR 0331 - RECURSOS DO FUNDEB DE EXERCÍCIOS ANTERIORES)
1º TRIMESTRE DE 2008

DESCRIÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADADA	Em R\$
1 - Recursos do FUNDEB não Aplicados em 2007 (7,40%)	62.683.289,88	62.683.290,88	
2 - Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Aplicada no 1º Trimestre de 2008	23.375.509,00	1.749.132,00	
3 - Percentual Aplicado no 1º Trimestre de 2008	2,76%	0,21%	
4 - Recursos do FUNDEB de 2007 não Aplicado no 1º Trimestre de 2008	39.307.780,88	60.934.158,88	
5 - Percentual Não Aplicado no 1º Trimestre de 2008	4,64%	7,19%	

Fonte: Sistema de Acompanhamento Orçamentário/CIASC/Março - 2008

Ressalta, assim, o TCE que dos R\$ 62.683.289,88 de recursos do Fundeb não aplicados no exercício de 2007, correspondentes a 7,40% do total disponível naquele ano, o Estado, até o final do 1º trimestre de 2008, aplicara apenas R\$ 23.375.509,00, correspondentes a 2,76%, restando não aplicados no referido trimestre o valor de R\$ 39.307.780,88, equivalentes aos 4,64% faltantes.

Dessa forma e considerando que nas contrarrazões a Secretaria de Estado da Fazenda confirma que não foram aplicados integralmente no primeiro trimestre de 2008 o saldo do Fundeb não aplicado no exercício de 2007, por não cumprir o § 2º do art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007, entendeu o TCE pela apresentação da presente ressalva no exercício de 2008.

Feitas as considerações acima, devo informar que, não obstante as 07 (sete) Ressalvas do Poder Executivo, o Pleno do Tribunal de Contas **recomenda** a esta Assembleia Legislativa a **aprovação** das contas do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual, o que este Relator entende deva ser acatado no julgamento desta Assembleia Legislativa.

Relativamente às Contas do próprio Tribunal de Contas do Estado, este Relator faz os seguintes apontamentos:

1. Conforme as Informações Completas sobre a Tramitação da Proposição, extraídas do site da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, os Ofícios ns. 0070.0/2008, 0220.7/2008, 0401.0/2008, 0017.6/2009 e 0037.0/2009, que tratam do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, referente ao 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre, 4º trimestre e Relatório Anual do Exercício de 2008, respectiva-

mente, foram aprovados pela Comissão de Finanças e Tributação, conforme se constata nos documentos que ora anexo;

2. Os referidos Relatórios Trimestrais e Anual referentes ao ano de 2008, que o Tribunal de Contas do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa, atendem ao disposto no § 4º do art. 59 da Constituição Estadual, c/c o Parágrafo único do art. 112 da Lei Complementar nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina), sendo compostos pelo Parecer do Controle Interno daquele órgão, de demonstrativos contábeis, de empenhos emitidos, de cópia dos processos licitatórios realizados, além do Relatório das Atividades realizadas pelo TCE; e

3. A avaliação dos dados e informações neles contidos é suficiente para que esta **Comissão de Finanças e Tributação conclua pela aprovação das contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referentes ao exercício de 2008.**

VOTO

Diante de todo o exposto e acatando a recomendação do Tribunal de Contas do Estado, apresento **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Ofício Nº OF/0139.4/2009** e do **competente Projeto de Decreto Legislativo em anexo, com encaminhamento de cópia deste Relatório e Voto e documentos anexos ao Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda.**

Sala da Comissão em,
Deputado Marcos Vieira
Relator
*** X X X ***